

Conforme arquivado na Comissão de Valores Mobiliários e Câmbio em 30 de junho de 2005
(Tradução Livre do Original Previamente Emitido na Língua Inglesa)

ESTADOS UNIDOS
COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS E CÂMBIO
Washington, DC 20549

FORMULÁRIO 20-F

DECLARAÇÃO DE REGISTRO EM CONFORMIDADE COM A SEÇÃO 12(b) OU 12(g)
DA LEI DAS BOLSAS DE VALORES DE 1934

OU

RELATÓRIO ANUAL EM CONFORMIDADE COM A SEÇÃO 13 OU 15(d)
DA LEI DAS BOLSAS DE VALORES DE 1934

Relativo ao exercício findo em: 31 de dezembro de 2004

OU

RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO EM CONFORMIDADE COM A SEÇÃO 13 OU 15(d)
DA LEI DAS BOLSAS DE VALORES DE 1934

Relativo ao período de transição de [] a []

Número de arquivamento na Comissão 1-15102

EMBRAER-EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A.

(Denominação social exata da Interessada conforme consta em seus estatutos sociais)

EMBRAER – Brazilian Aviation Company Inc.
(Tradução para o inglês da denominação social da Interessada)

República Federativa do Brasil
(Jurisdição da Constituição)

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2170
12227-901 São José dos Campos, São Paulo, Brasil
(Endereço da sede social)

Valores mobiliários registrados ou a serem registrados em conformidade com a Seção 12(b) da Lei:

Titulação de cada classe:

Ações preferenciais, sem valor nominal
Ações Depositárias Americanas (conforme os Recibos Depositários Americanos), cada uma representando quatro ações preferenciais

Nome de cada uma das bolsas onde registrada:

New York Stock Exchange*
New York Stock Exchange

* Sem fins de negociação, apenas para o registro das Ações Depositárias Americanas em conformidade com as exigências da Comissão de Valores Mobiliários e Câmbio.

Valores mobiliários registrados ou a serem registrados em conformidade com a Seção 12(g) da Lei.

Não há.

Valores mobiliários para os quais há obrigação de relatório em conformidade com a Seção 15(d) da Lei.

Não há.

Indicar a quantidade de ações em circulação de cada uma das classes de capital da emissora ou de ações ordinárias, na data de fechamento do período abrangido pelo relatório anual:

242.544.448 ações ordinárias sem valor nominal
475.797.420 ações preferenciais sem valor nominal

Indicar com um “x” se a interessada (1) arquivou todos os relatórios exigidos conforme a Seção 13 ou 15(d) da lei das Bolsas de Valores de 1934, nos 12 meses anteriores (ou outro prazo menor durante o qual a interessada deveria arquivar os referidos relatórios), e (2) esteve sujeita às referidas exigências de arquivamento nos últimos 90 dias.

Sim Não

Indicar com um “x” qual item da demonstração financeira a interessada selecionou.

Item 17 Item 18

ÍNDICE

Página

PARTE I

ITEM 1.	IDENTIFICAÇÃO DE CONSELHEIROS, DIRETORIA E ASSESSORES	1
ITEM 2.	ESTATÍSTICAS DE OFERTA E CRONOGRAMA ESTIMADO	1
ITEM 3.	PRINCIPAIS DADOS	1
ITEM 4.	INFORMAÇÕES SOBRE A EMPRESA	16
ITEM 5.	RELATÓRIO OPERACIONAL E FINANCEIRO, E PERSPECTIVAS	36
ITEM 6.	CONSELHEIROS, DIRETORIA E FUNCIONÁRIOS	55
ITEM 7.	OPERAÇÕES COM OS PRINCIPAIS ACIONISTAS E PARTES LIGADAS.....	63
ITEM 8.	INFORMAÇÕES FINANCEIRAS	67
ITEM 9.	A OFERTA E REGISTRO.....	72
ITEM 10.	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	75
ITEM 11.	DIVULGAÇÕES QUANTITATIVAS E QUALITATIVAS SOBRE O RISCO DE MERCADO	90
ITEM 12.	DISCRIMINAÇÃO DOS VALORES MOBILIÁRIOS, FORA AÇÕES	93

PARTE II

ITEM 13.	INADIMPLÊNCIAS, ATRASO NOS DIVIDENDOS E INFRAÇÕES	93
ITEM 14.	MODIFICAÇÕES SUBSTANCIAIS AOS DIREITOS DOS PORTADORES DE VALORES MOBILIÁRIOS E A UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS	93
ITEM 15.	CONTROLES E PROCEDIMENTOS	93
ITEM 16A.	ESPECIALISTA EM FINANÇAS DO COMITÊ DE AUDITORIA	94
ITEM 16B.	CÓDIGO DE ÉTICA.....	94
ITEM 16C.	PRINCIPAIS HONORÁRIOS E SERVIÇOS DE CONTABILIDADE	94
ITEM 16D.	ISENÇÕES DAS NORMAS DE REGISTRO PARA COMITÊS DE AUDITORIA	95
ITEM 16E.	AQUISIÇÕES DE AÇÕES PELO EMISSOR E COMPRADORES AFILIADOS	95

PARTE III

ITEM 17.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	96
ITEM 18.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	96
ITEM 19.	ANEXOS	96

INTRODUÇÃO

Neste relatório anual, “Embraer,” “nós”, “nos” ou “nosso” referem-se à Embraer-Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A., suas subsidiárias consolidadas (salvo exigência em contrário do contexto). Todas as referências aqui contidas sobre o “*real*,” “*reais*” ou “R\$” referem-se ao *real* brasileiro, a moeda oficial do Brasil. Todas as referências a “US\$”, “dólares” ou “dólares norte-americanos” referem-se ao dólar norte-americano.

Divulgação dos Dados Financeiros e Outros Dados

Dados Financeiros

Nossas demonstrações financeiras auditadas em 31 de dezembro de 2003 e 2004 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2002, 2003 e 2004 constam deste relatório anual e foram auditadas por Deloitte Touche Tohmatsu.

Nossas demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos, ou GAAP dos EUA. Como exportamos cerca de 90% de nossa produção e operamos em um segmento que utiliza o dólar norte-americano como moeda de referência, a diretoria acredita ser o dólar norte-americano nossa moeda funcional e a mais adequada para a divulgação de nossas demonstrações financeiras. Neste sentido, decidimos divulgar nossas principais demonstrações financeiras no formato GAAP dos EUA, e em dólares norte-americanos. Em consequência, os valores de todos os períodos apresentados foram recalculados para o dólar norte-americano, de acordo com a metodologia estabelecida em *Statement of Financial Accounting Standards No. 52* (“SFAS 52”).

Antes de 2001, divulgávamos nossas demonstrações financeiras de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, ou o GAAP brasileiro, em reais e ajustadas de acordo com os efeitos da inflação. Anteriormente, as importâncias de lucro líquido e capital social, com o GAAP brasileiro, eram conciliadas com aquelas que seriam divulgadas sob o GAAP dos EUA. Nossas demonstrações financeiras e os dados financeiros constantes deste relatório, e elaborados de acordo com o GAAP dos EUA, não levam em conta os efeitos da inflação.

Segundo o disposto em SFAS 52 e o que nele nos é relevante, os ativos e passivos não monetários, incluindo os estoques, imóveis, instalações e equipamentos, depreciação acumulada e capital social foram recalculados a taxas de câmbio históricas, enquanto os ativos e passivos monetários expressos em moeda que não o dólar norte-americano, foram recalculados pelas taxas de final de período. As receitas externas faturadas em moeda que não seja o dólar norte-americano foram recalculadas pela respectiva taxa de câmbio do dia da venda. O custo das receitas e serviços, depreciações e demais despesas relativas a ativos recalculados a taxas de câmbio históricas, foram apurados com base nos valores em dólares norte-americanos dos referidos ativos, e as demais contas não expressas em dólares norte-americanos, das demonstrações de resultados, foram recalculadas à taxa vigente na data do débito ou crédito nas contas de resultados.

Em nossas demonstrações financeiras de 2002, 2003 e 2004, os ganhos e perdas resultantes do novo cálculo das demonstrações financeiras, bem como de operações em moeda estrangeira, constam da demonstração de resultados consolidados como itens não recorrentes.

Para determinadas finalidades tais como proporcionar informações a nossos acionistas brasileiros, arquivar demonstrações financeiras na Comissão de Valores Mobiliários brasileira, a CVM, e determinar o pagamento de dividendos e demais distribuições ou impostos a pagar no Brasil, temos elaborado, e continuaremos sob a exigência de fazê-lo, demonstrações financeiras de acordo com a Lei No. 6.404 de 15 de dezembro de 1976 e suas emendas, ou a Lei das Sociedades por Ações. Nossas demonstrações financeiras elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações não receberam ajustes para refletir os efeitos da inflação.

Como resultado do redimensionamento dos valores para a moeda funcional, e demais ajustes relativos às diferenças nos princípios contábeis entre o GAAP dos EUA e o GAAP brasileiro, as importâncias de lucro líquido e

capital social conforme demonstradas em nossas demonstrações financeiras consolidadas divulgadas neste relatório são diferentes daquelas constantes de nossos registros contábeis obrigatórios.

Outros Dados

Alguns dados financeiros constantes deste relatório anual sofreram os efeitos do arredondamento. As autonomias das aeronaves são expressas em milhas náuticas. Uma milha náutica equivale a cerca de 1,15 milha normal ou “legal”, ou aproximadamente 1,85 quilômetro. As velocidades das aeronaves são expressas em milhas náuticas por hora, ou nós, ou em Mach, medida da velocidade do som. A expressão “jatos regionais” indica a aeronave de fuselagem estreita com capacidade para 30-60 passageiros. A expressão “jatos de média capacidade” indica aeronaves com capacidade para 70-120 passageiros. Todos os nossos jatos regionais e de média capacidade são vendidos no segmento de linhas comerciais. Conforme usada neste relatório anual, a expressão “aeronave comercial,” conforme se aplica à Embraer, indica nossos jatos regionais e jatos de média capacidade. Os termos jato *very light* e jato *light* se referem a jatos executivos com capacidade para 6-8 passageiros e até 9 passageiros, respectivamente, projetados para distâncias curtas.

Apuramos o valor de nossa carteira de pedidos ao considerar todos os pedidos firmes não entregues. Um pedido firme é um compromisso firme de um cliente, representado por um contrato assinado e normalmente acompanhado de um sinal, pelo qual reservamos lugar em uma de nossas linhas de produção. Cada vez que mencionamos nossa carteira de pedidos neste relatório anual, referimo -nos exclusivamente a pedidos firmes e não a opções. Neste relatório anual, quando nos referimos ao número ou valor de aeronaves regionais, essa referência exclui um EMB 145 e dois EMB 135s entregues ao governo da Bélgica em 2001, um EMB 145 entregue ao governo da Bélgica em 2002, um EMB 135 entregue ao governo da Grécia em 2000, e dois EMB 145s entregues à Satena Airline, uma empresa aérea estatal da Colômbia, em 2003 e 2004. Essas aeronaves foram incluídas nos nossos dados relativos à defesa.

Nota Especial acerca das Estimativas e Declarações Futuras

Este relatório anual abrange estimativas e declarações futuras, dentro da definição da Seção 27A da Lei Norte-americana de Valores Mobiliários de 1933, e seus aditamentos, ou da Lei de Valores Mobiliários, e da Seção 21E da Lei Norte-americana das Bolsas de Valores de 1934, e seus aditamentos, ou a Lei das Bolsas de Valores, principalmente nos Itens 3 a 5 e no Item 11 deste relatório anual. Tomamos como base principal para estas estimativas nossas expectativas atuais e as projeções sobre evoluções futuras e tendências financeiras que afetem nosso negócios. Tais estimativas estão sujeitas a riscos, incertezas e suposições, incluindo, entre outros:

- a situação geral econômica, política e de negócios, no Brasil bem como em nossos mercados;
- mudanças nas condições de competitividade e no nível geral de demanda por nossos produtos;
- as expectativas da diretoria e as estimativas acerca de nosso desempenho financeiro futuro, planos e programas de financiamento, e os efeitos da concorrência;
- o desenvolvimento e comercialização continuamente bem sucedidos da família de jatos EMBRAER 170/190, nossa linha de jatos executivos, incluindo nossos novos jatos executivos para as categorias *light* e *very light*, e nossas aeronaves de defesa;
- nosso nível de endividamento;
- a antecipação de tendências em nosso segmento e nossas previsões de curto e longo prazo para o mercado de aeronaves comerciais com capacidade para 30-120 passageiros;
- nossos planos de despesas;
- inflação e flutuações da taxa de câmbio;

- nossa capacidade de desenvolver e entregar pontualmente os produtos;
- a disponibilidade de financiamento de venda para os clientes atuais e em potencial;
- a regulamentação governamental atual e futura; e
- outros fatores de risco conforme o disposto em “Item 3D. Fatores de Risco”.

Os termos “acredita,” “poderá,” “será,” “estima,” “continua,” “antecipa,” “pretende,” “espera” e semelhantes destinam-se a identificar considerações sobre estimativas . Não nos obrigamos a atualizar publicamente ou revisar estas estimativas devido a novas informações, acontecimentos futuros ou demais fatores. Em vista destes riscos e incertezas, os eventos futuros e as circunstâncias abordadas neste relatório anual poderão não ocorrer. Nossos resultados reais e nosso desempenho poderão diferir de maneira significativa daqueles prognosticados nas afirmações prospectivas.

PART I

ITEM 1. IDENTIFICAÇÃO DE CONSELHEIROS, DIRETORIA E ASSESSORES

Não se aplica.

ITEM 2. ESTATÍSTICAS DE OFERTA E CRONOGRAMA ESTIMADO

Não se aplica.

ITEM 3. PRINCIPAIS DADOS

3A. Dados Financeiros Selecionados

A seguinte tabela exibe nossos dados financeiros selecionados e outros dados, em e para os períodos indicados. Os dados financeiros selecionados em 31 de dezembro de 2003 e 2004 e para os três exercícios findos em 31 de dezembro de 2004, foram extraídos de nossas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o GAAP dos EUA, auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu, auditores públicos independentes, e incluídos em outros pontos deste relatório anual. Os dados financeiros apresentados para todos os outros exercícios foram extraídos de nossas demonstrações financeiras de acordo com o GAAP dos EUA, auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu.

Exercícios findos em 31 de dezembro de

	<u>2000</u>	<u>2001</u>	<u>2002</u>	<u>2003</u>	<u>2004</u>
	<i>(em milhares, com exceção de dados por ação/ADS)</i>				
Dados de resultados					
Vendas Líquidas	US\$2.762.162	US\$2.926.995	US\$2.525.800	US\$2.143.460	US\$3.440.533
Custo das vendas e dos serviços.....	(1.879.318)	(1.769.234)	(1.531.720)	(1.335.032)	(2.267.330)
Lucro bruto.....	882.844	1.157.761	994.080	808.428	1.173.203
Receita (despesas) operacionais					
Despesas comerciais.....	US\$ (193.420)	US\$ (212.057)	US\$ (211.015)	US\$ (206.246)	US\$ (342.883)
Pesquisa e desenvolvimento	(69.593)	(99.566)	(158.499)	(173.216)	(44.506)
Gerais e administrativas.....	(96.645)	(120.787)	(109.673)	(114.743)	(139.357)
Participação nos lucros e resultados.....	(41.770)	(43.746)	(25.222)	(20.399)	(61.199)
Outras despesas operacionais, líquida	<u>(19.275)</u>	<u>(30.227)</u>	<u>(20.109)</u>	<u>(29.009)</u>	<u>(41.272)</u>
Total das despesas operacionais.....	<u>US\$ (420.703)</u>	<u>US\$ (506.383)</u>	<u>US\$ (524.518)</u>	<u>US\$ (543.613)</u>	<u>US\$ (629.217)</u>
Lucro operacional.....	US\$462.141	US\$651.378	US\$469.562	US\$264.815	US\$543.986
Receitas (despesas) não operacionais					
Receitas (despesas) financeiras líquidas	US\$ (6.874)	US\$47.502	US\$80.456	US\$ (140.755)	US\$ (38.000)
Perda com ajustes acumulados de conv. líquida ..	(24.637)	(148.637)	(135.647)	(16.500)	(12.218)
Outras receitas (desp.) não operacionais,					<u>(117)</u>
líquida.....	<u>5.955</u>	<u>(8.426)</u>	<u>(1.394)</u>	<u>711</u>	
Total receitas (despesas) não operacionais	<u>US\$ (25.556)</u>	<u>US\$ (109.561)</u>	<u>US\$ (56.585)</u>	<u>US\$ (156.544)</u>	<u>US\$ (50.335)</u>
Lucro antes do imposto de renda.....	US\$436.585	US\$541.817	US\$412.977	US\$108.271	US\$493.651
Provisão para o imposto de renda	US\$ (117.379)	US\$ (218.394)	US\$ (188.502)	US\$27.990	US\$ (112.139)
Lucro antes das participações dos minoritários	US\$319.206	US\$323.423	US\$224.475	US\$136.261	US\$381.512
Participação dos minoritários.....	1.522	(423)	(1.883)	(217)	(1.306)
Lucro antes do efeito acumulado de mudanças de prática contábil.....	US\$320.728	US\$323.000	US\$222.592	US\$136.044	US\$380.206
Efeito acumulado de mudanças de prática contábil,					
líquido de imposto.....	<u>—</u>	<u>5.440</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>
Lucro líquido.....	<u>US\$320.728</u>	<u>US\$328.440</u>	<u>US\$222.592</u>	<u>US\$136.044</u>	<u>US\$380.206</u>
Lucro por ação					
Ação ordinária – básico (1) (3) (6)	US\$0,55	US\$0,48	US\$0,30	US\$0,18	US\$0,50
Ação preferencial – básico (1) (3) (6)	0,61	0,53	0,33	0,20	0,55
ADS – básico (1) (3) (6).....	2,43	2,11	1,32	0,79	2,18
Ação ordinária – diluído (2) (3) (6)	0,48	0,46	0,30	0,18	0,49
Ação preferencial – diluído (2) (3) (6)	0,53	0,50	0,33	0,20	0,54
ADS – diluído (2) (3) (6).....	2,10	2,01	1,31	0,78	2,17
Dividendos por ação					
Ação ordinária (3) (4) (5)	US\$0,220623	US\$0,235248	US\$0,173256	US\$0,088174	US\$0,166520
Ação preferencial (3) (4) (5)	0,242686	0,258763	0,190578	0,096991	0,183169
ADS (3) (4) (5)	0,970744	1,035052	0,762312	0,387964	0,732676
Média ponderada da quantidade de ações em circulação					
Ação ordinária – básica (3)	242.544	242.544	242.544	242.544	242.544
Ação preferencial – básica (3).....	308.401	402.035	454.414	471.228	474.994
Ação ordinária – diluída (3)	242.544	242.544	242.544	242.544	242.544
Ação preferencial – diluída (3).....	392.954	433.386	459.415	474.840	479.217
Dados do Balanço					
Disponibilidades.....	US\$1.189.231	US\$749.302	US\$656.822	US\$1.265.820	US\$ 1.207.288
Investimentos de curto prazo.....	—	—	—	4.320	153.488
Outros ativos circulantes.....	920.278	1.816.046	1.856.301	2.076.726	2.514.733
Imobilizado, líquido	254.965	366.481	436.715	402.663	381.265
Outros ativos a longo prazo.....	<u>528.942</u>	<u>628.958</u>	<u>1.335.626</u>	<u>2.331.006</u>	<u>1.825.625</u>
Total do ativo	<u>US\$2.893.416</u>	<u>US\$3.560.787</u>	<u>US\$4.285.464</u>	<u>US\$6.080.535</u>	<u>US\$6.082.399</u>
Financiamentos a curto prazo	365.043	526.550	244.526	517.014	513.281
Outros passivos circulantes.....	967.283	1.161.313	1.397.407	1.929.181	1.802.820
Financiamentos a longo prazo.....	90.969	245.186	308.110	526.728	825.448
Outros passivos a longo prazo.....	677.013	599.212	1.237.015	1.925.776	1.565.539
Participação minoritária.....	7.748	8.170	8.226	12.611	21.443
Patrimônio Líquido	785.360	1.020.356	1.090.180	1.169.225	1.353.868
Total do passivo e patrimônio líquido.....	<u>US\$2.893.416</u>	<u>US\$3.560.787</u>	<u>US\$4.285.464</u>	<u>US\$6.080.535</u>	<u>US\$6.082.399</u>

Exercícios findos em 31 de dezembro de

	<u>2000</u>	<u>2001</u>	<u>2002</u>	<u>2003</u>	<u>2004</u>
	<i>(em milhares, com exceção de dados por ação/ADS)</i>				
Outros Dados Financeiros					
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais	US\$1.103.674	US\$ (207.388)	US\$575.653	US\$239.634	US\$3.301
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(90.996)	(162.760)	(104.216)	(72.667)	(217.781)
Caixa líquido gerado pelas (usado nas) atividades financeiras.....	(85.250)	134.379	(352.435)	403.791	105.220
Depreciação e amortização.....	30.596	46.417	55.602	58.877	59.685

- (1) Com base na média ponderada da quantidade de ações em circulação. Consulte a Nota 25 das demonstrações financeiras consolidadas.
- (2) Com base na média ponderada da quantidade de ações em circulação e os efeitos de valores com potencial de diluição. Consulte a Nota 25 das demonstrações financeiras consolidadas.
- (3) Reavaliado para refletir a emissão em 1º de março de 2002, na forma de bonificação de ações preferenciais, de 0,142106 nova ação preferencial para cada ação preferencial ou ordinária em circulação.
- (4) Inclui juros sobre o capital próprio.
- (5) Convertido de reais nominais para U.S. dólares pela taxa de câmbio comercial para venda, em vigor nas datas da aprovação de distribuição durante o período. Os dividendos dos ADSs foram ajustados do valor total pago para as ações preferencial, multiplicados por quatro.
- (6) Em 2001, adotamos o SFAS No. 133 “Accounting for Derivative Instruments and Hedging Activities,” e seus aditamentos. Como resultado, contabilizamos um ganho de US\$5,4 milhões líquidos dos respectivos impostos, como efeito cumulativo de alteração contábil. A seguir um resumo do impacto no lucro por ação pela adoção do SFAS No. 133.

2001

Efeitos dos ajustes tributários	—
Efeito do efeito acumulado de mudanças de prática contábil.....	<u>5.440</u>
Total.....	<u><u>5.440</u></u>
Lucro básico por ação ordinária.....	0,01
Lucro básico por ação preferencial.....	0,01
Lucro básico por ADS.....	0,04
Lucro diluído por ação ordinária.....	0,01
Lucro diluído por ação preferencial.....	0,01
Lucro diluído por ADS.....	0,04

	2000	2001	2002	2003	2004
Outros Dados:					
Aeronaves entregues no período (1):					
Ao mercado de linhas comerciais					
EMB 120 Brasília	—	2	—	—	—
ERJ 145	112	104	82	57	87 (5)
ERJ 135	45	27	3	14	1 (1)
ERJ 140	—	22	36	16	—
EMBRAER 170	—	—	—	—	46
Ao mercado de Defesa					
EMB 120 Brasília	—	—	—	—	—
Legacy	—	—	1	—	—
EMB 135	1	2	—	—	—
EMB 145	—	1	1	1	1
EMB 145 AEW&C/RS/MP	—	—	5	3	6
EMB 312 Tucano / AL-X	—	—	—	—	7
AM-X	1	—	—	—	—
Ao Mercado de Jatos Executivos					
Legacy	—	—	8	11 (2)	13
EMB 135	2	5	—	2	—
Ao Mercado Geral de Aviação					
Aviões Turboélice Leves	17	11	25	46	70
Total entregue	178	174	161	150	231

Aeronaves na carteira de pedidos no final do período:

No mercado de linhas comerciais (2)					
EMB 120 Brasília	2	—	—	—	—
ERJ 145	261	159	109	144	66
ERJ 135	85	53	31	17	17
ERJ 140	133	152	116	20	20
EMBRAER 170	90	82	88	120	112
EMBRAER 175	—	—	—	—	15
EMBRAER 190	—	—	—	110	155
EMBRAER 195	30	30	30	15	15
No Mercado de Defesa					
EMB 145 AEW&C/RS/MP	12	15	10	7	1
					69
EMB 312 Tucano/EMB 314					
Super Tucano	—	86	86	76	—
EMB 145	2	1	—	1	—
EMB 135	2	1	—	—	5
Legacy	—	—	—	5	—
No Mercado de Jatos Executivos					
Legacy/EMB 135	29	66	58	27	4
No Mercado Geral de Aviação					
Aviões Turboélice Leves	—	—	—	11	25
Total carteira de pedidos (aeronaves)	646	645	528	553	504
Total carteira de pedidos (em milhões)	US\$11.421	US\$10.693	US\$9.034	US\$10.591	US\$ 10.097

(1) As entregas identificadas por parênteses indicam aeronaves entregues em arrendamento operacional.

(2) Desde 31 de dezembro de 2004, recebemos 5 pedidos firmes adicionais para nossa família de jatos ERJ 145 e mais 72 pedidos firmes adicionais para nossa família de jatos EMBRAER 170/190.

Taxas de câmbio

Até 4 de março de 2005, o Brasil possuía dois mercados de câmbio legais principais:

- o mercado de câmbio comercial e
- o mercado de câmbio de taxa flutuante

A maior parte das operações de câmbio comerciais e financeiras era feita com base no mercado de câmbio comercial. Essas operações incluíam a compra e venda de ações e pagamento de dividendos ou juros sobre capital relacionados a ações. Só era possível comprar moeda estrangeira no mercado de câmbio comercial por meio de um banco brasileiro autorizado a comprar e vender moedas nesses mercados. As taxas de câmbio eram negociadas livremente nos dois mercados.

A Resolução 3.265 do Conselho Monetário Nacional de 4 de março de 2005 consolidou os mercados de câmbio em um único mercado de câmbio, em vigor a partir de 4 de março de 2005. Todas as operações de câmbio são agora realizadas por instituições autorizadas a operar no mercado consolidado, e estão sujeitas a registro no sistema de registro eletrônico do Banco Central. As taxas de câmbio continuam a ser livremente negociadas, mas podem ser influenciadas pela intervenção do Banco Central.

Desde 1999 o Banco Central permite que a taxa real/dólar norte-americano flutue livremente, e, durante esse período, a taxa real/dólar norte-americano tem flutuado consideravelmente. No passado, o Banco Central interveio de tempos em tempos para controlar movimentos instáveis em taxas de câmbio. Não podemos prever se o Banco Central ou o governo brasileiro irá continuar a deixar que o real flutue livremente ou se fará alguma intervenção no mercado de câmbio por meio de um sistema de faixas de moeda ou outro. O real pode ser depreciado ou valorizado contra o dólar norte-americano de forma substancial, no futuro. Para obter mais informações sobre esses riscos, consulte o "Item 3D. Fatores de Riscos – Riscos Relativos ao Brasil".

A tabela a seguir mostra a taxa de venda do câmbio comercial, expressa em reais por dólar norte-americano, para os períodos indicados.

	Taxa de Câmbio do Real por US\$1,00			
	Mínimo	Máximo	Média(1)	Final do Período
Exercício findo em 31 de dezembro de				
2000.....	1,7234	1,9847	1,8295	1,9554
2001.....	1,9357	2,8500	2,3532	2,3204
2002.....	2,2709	3,9552	2,9309	3,5333
2003.....	2,8219	3,6623	3,0715	2,8892
2004	2,6544	3,2051	2,9265	2,6544

	Taxa de Câmbio do Real por US\$1,00	
	Mínimo	Máximo
Mês findo em		
31 de dezembro de 2004.....	2,6544	2,7867
31 de janeiro de 2005.....	2,6248	2,7222
28 de fevereiro de 2005.....	2,5621	2,6320
31 de março de 2005.....	2,6011	2,7621
30 de abril de 2005.....	2,5195	2,6598
31 de maio de 2005.....	2,3784	2,5146
30 de junho de 2005 (até 27 de junho).....	2,3703	2,4891

Fonte: Banco Central do Brasil.

(1) Representa a taxa de câmbio média diária durante cada um dos períodos relevantes.

Pagaremos todos os dividendos em dinheiro e efetuiremos as demais distribuições em dinheiro com relação às ações preferenciais em moeda brasileira. Neste sentido, as flutuações nas taxas de câmbio poderão afetar os valores em dólares norte-americanos recebidos pelos portadores dos ADS, na conversão pelo depositário das referidas distribuições para dólares norte-americanos, para pagamento aos portadores dos ADS. As flutuações nas paridades real/U.S. dólar poderão também afetar o equivalente em dólares norte-americanos do preço em real das ações preferenciais na Bolsa de Valores de São Paulo.

3B. Capitalização e Endividamento

Não se aplica.

3C. Motivos da Oferta e Utilização do Resultado

Não se aplica.

3D. Fatores de Risco

Riscos relacionados à Embraer

Uma desaceleração no segmento de linhas comerciais poderá reduzir nossas vendas e receitas conseqüentemente, nossa lucratividade em um determinado exercício.

Antecipamos que uma parcela substancial de nossas vendas no futuro próximo será oriunda de vendas de aeronaves comerciais, especialmente a família de jatos regionais ERJ 145 e a família de jatos EMBRAER 170/190. Historicamente, o mercado de aeronaves comerciais tem apresentado um comportamento cíclico, devido a uma série de fatores externos e internos à atividade de viagens aéreas, inclusive condições gerais da economia.

O setor de aviação comercial tem sofrido impactos negativos desde 2001. Primeiro, as economias americana e mundial têm sofrido reveses econômicos desde 2001, caracterizados pelo declínio acelerado das bolsas de valores, uma redução da produtividade e um aumento do desemprego. Segundo, os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 geraram um declínio imediato do transporte aéreo e um alto nível de incerteza financeira na indústria aeronáutica mundial. Além disso, as viagens aéreas diminuíram significativamente em 2003, como resultado do início da ação militar dos Estados Unidos e de outros países no Iraque e a incidência de casos da síndrome respiratória aguda severa (SARS) na Ásia e no Canadá. Como resposta a esses eventos, a partir do quarto trimestre de 2001 muitas empresas aéreas, incluindo nossos maiores clientes, reduziram seus vôos a longo prazo e anunciaram demissões em grande escala, e diversas empresas aéreas entraram com pedido de concordata. Como resultado, nos últimos três anos, concordamos em alterar alguns cronogramas de entrega para acompanhar as mudanças nos negócios de nossos clientes, e reduzimos as entregas de aeronaves comerciais, executivas e de transporte de autoridades. Mais recentemente, em 2004, reduzimos as entregas programadas de 160 para 145 aeronaves como resultado do pedido de concordata (Chapter 11) da US Airways em setembro de 2004. Também reavaliamos nosso risco assumido com relação a avaliações de aeronaves e riscos de crédito dos clientes, o que gerou despesas extraordinárias. Embora as economias americana e mundial tenham mostrado alguns sinais de recuperação em 2004, muitas empresas aéreas continuam a enfrentar aumento da concorrência, custos de seguros crescentes, custos de segurança crescentes, redução do crédito e problemas de liquidez e falência, além de custos de combustível significativamente mais altos. Mais um declínio nas condições gerais da economia poderá resultar em maior redução no mercado de aeronaves de passageiros e redução de pedidos para nossas aeronaves regionais.

Não temos condições ainda de prognosticar as dimensões ou a duração do impacto dos acontecimentos acima referidos sobre o segmento de aviação comercial como um todo, e em nosso negócio especificamente. Na hipótese de um de nossos clientes sofrer um revés em suas atividades, não conseguiremos financiamentos ou tratar de limitar seus gastos de capital de outra forma, esse cliente estaria propenso a adiar ou cancelar a aquisição de nossas aeronaves comerciais ou modificar suas necessidades operacionais. Dado que nossas aeronaves comerciais representam a maior parcela de nossa receita líquida, a comercialização de nossos demais produtos não teria como compensar a redução nas vendas de nossas aeronaves comerciais. Os futuros atrasos ou reduções da quantidade de

aeronaves comerciais entregues em determinado exercício provavelmente diminuiria nossas vendas e receitas, e por conseguinte nossa lucratividade para aquele exercício.

Dependemos de um limitado número de clientes e fornecedores estratégicos, e a perda destes poderá prejudicar nosso negócio.

Aeronaves civis. Em 31 de março de 2005, 30% de nossa carteira de pedidos firmes de aeronaves da família de jatos regionais ERJ 145 eram atribuíveis à ExpressJet. Além disso, nessa mesma data, 73% de nossa carteira de pedidos firmes para a família de jatos EMBRAER 170/190 eram atribuíveis à JetBlue Airways, Air Canada e US Airways, que pediu concordata em setembro de 2004. Em maio de 2005, a US Airways anunciou uma possível fusão com a America West Airlines. Ainda não conhecemos o impacto que essa fusão, caso se concretize, teria sobre nossa carteira atual ou nossas vendas futuras. Antes do quarto trimestre de 2004, 63% de nossa carteira de pedidos firmes para o Legacy eram para a Swift Aviation Services. Nós cancelamos esses pedidos no quarto trimestre de 2004 segundo os termos desse contrato. Acreditamos que continuaremos a depender de um número restrito de grandes clientes, e a perda de qualquer um desses clientes poderá reduzir nossas receitas e participação de mercado. A diminuição nas receitas poderá afetar de maneira negativa nossa lucratividade.

O segmento de linhas comerciais está passando por um processo crescente de consolidação e formação de alianças, por meio de fusões e aquisições, além de acordos de compartilhamento de rotas. Embora se espere que essas consolidações e alianças resultem na criação de empresas aéreas mais estáveis e competitivas, isso também pode resultar na redução do número de clientes e, possivelmente, do número de compras de nossas aeronaves devido a programas de redução de custos ou outros fatores.

Aeronaves de defesa. A Força Aérea Brasileira é nossa maior cliente para os produtos do mercado de defesa. As vendas ao governo brasileiro contabilizaram 67,3% de nossas receitas de defesa durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2004. A redução dos investimentos com defesa pelo governo brasileiro em razão de cortes nos gastos, restrições gerais orçamentárias ou demais fatores fora do nosso controle, poderão reduzir nossas receitas de defesa e os investimentos em pesquisa e desenvolvimento de defesa. Não podemos assegurar que o governo brasileiro continuará a adquirir aeronaves ou serviços da nossa empresa no futuro, se continuar, e à mesma taxa.

Fornecedores estratégicos. Nossos parceiros de risco desenvolvem e fabricam partes expressivas de nossas aeronaves, incluindo motores, componentes hidráulicos, sistemas eletrônicos de aviação, asas, interiores e partes da fuselagem e da cauda. Uma vez selecionados estes parceiros de risco, e iniciado o desenvolvimento de programas e montagem das aeronaves, torna-se difícil substituir os mesmos. Em alguns casos, a aeronave é projetada especificamente para receber um determinado componente, como por exemplo os motores, os quais não poderão ser substituídos pelos de outro fabricante sem atrasos e despesas substanciais. Tal dependência nos torna suscetíveis aos riscos do desempenho, qualidade dos produtos e situação financeira destes parceiros de risco.

Não é possível garantir que não sofreremos demoras significativas na obtenção futura de equipamentos estratégicos para nosso processo de fabricação. Embora trabalhando em sintonia e monitorando o processo produtivo de nossos parceiros de risco e fornecedores, na hipótese de nossos parceiros de risco e demais fornecedores estratégicos não corresponderem a nossas especificações de desempenho, padrões de qualidade ou cronogramas de entrega, seria afetada nossa capacidade de entregar, em tempo hábil, as novas aeronaves aos *clientes*.

Nossas receitas de aeronaves estão sujeitas a provisões de cancelamento, opções de troca (trade-in), além de garantias financeiras e de valores residuais, passíveis de reduzir nosso fluxo de caixa ou exigir desembolsos expressivos no futuro.

Uma parcela de nossos pedidos firmes de aeronaves está sujeita a importantes contingências, antes e após a entrega. Antes da entrega, poderá ocorrer a rescisão de alguns de nossos contratos de aquisição, ou um determinado pedido firme poderá sofrer cancelamento total ou parcial por diversos motivos, incluindo:

- Atrasos prolongados na entrega de aeronaves ou a não obtenção da certificação da aeronave, ou o não cumprimento de etapas de desenvolvimento, e demais exigências;

- Insucesso na obtenção de financiamento pelo cliente no prazo necessário, com relação à data de entrega programada de qualquer aeronave; hipótese na qual o cliente poderá cancelar o pedido daquela aeronave a ser entregue, ou rescindir o contrato relativamente a toda aeronave não entregue; ou
- Reduções da cadência de produção.

Nossos clientes também poderão reprogramar as entregas, especialmente durante uma desaceleração na economia. Quantidade expressiva de cancelamentos ou prorrogações dos cronogramas de entrega será passível de provocar queda de nossas vendas e receitas em determinado ano, fato que por sua vez reduziria nosso fluxo de caixa.

Na assinatura de um contrato de compra para uma nova aeronave, podemos oferecer opções de troca (*trade-in*) para nossos clientes.. Essas opções dão ao cliente o direito de entregar, como parte do pagamento, uma aeronave existente na compra de uma nova aeronave. Em 31 de dezembro de 2004, seis dos nossos jatos comerciais estavam sujeitos a opções de “trade-in” e outras aeronaves podem ficar sujeitas a entrega como parte do pagamento no momento da entrega. O preço de troca é determinado da forma descrita acima para jatos comerciais. Pode ser necessário aceitar trade-in de aeronaves a preços que estão acima do preço de mercado da aeronave, o que resultaria em perda financeira na revenda da aeronave. Em 2004, não foi necessário receber qualquer aeronave como parte do pagamento.

Garantimos o desempenho financeiro de uma parte do financiamento e do valor residual de algumas de nossas aeronaves que já foram entregues. Garantias financeiras são fornecidas para as instituições financeiras para sustentar uma parte das obrigações de pagamento dos compradores das nossas aeronaves em seus financiamentos a fim de diminuir perdas relativas a inadimplimento. Essas garantias são sustentadas pela aeronave financiada.

Nossas garantias de valor residual normalmente asseguram que no 15^o ano após a entrega, a aeronave em questão terá um valor residual de mercado de 18% a 25% do preço original de venda. No caso de uma redução no valor de mercado da aeronave e a exigência por parte do cliente do valor residual garantido, vamos arcar com a diferença entre o valor de mercado da aeronave e o valor residual garantido no exercício correspondente.

Na hipótese de todos os clientes com garantias financeiras não registradas não honrarem seus respectivos financiamentos, a assumindo sermos chamados a cobrir o valor total das garantias dos valores residuais em aberto, e de não termos conseguido vender ou arrendar nenhuma das aeronaves para compensar nossas responsabilidades, nosso risco máximo pelas garantias prestadas (menos provisões e obrigações) seria de US\$2 bilhões em 31 de dezembro de 2004. Ver a Nota 34 das demonstrações financeiras consolidadas para maiores explicações sobre essas composições não registradas. Temos US\$231,1 milhões depositados em contas custódia para cobrir uma parcela de nossas garantias financeiras. Com base nas estimativas atuais, acreditamos que os resultados da venda ou do arrendamento da aeronave coberta (de acordo com o valor de revenda em 31 de dezembro de 2004) e de outras cobranças de compensação, como depósitos em espécie, excederiam nosso comprometimento em US\$ 8,1 milhões. Embora acreditemos que o valor agregado estimado das aeronaves garantidas seja atualmente o suficiente para cobrir nosso risco, poderemos ser chamados a efetuar pagamentos expressivos, não recuperáveis através da venda ou arrendamento das aeronaves, ainda mais se o valor futuro das aeronaves em questão for bem menor que o valor garantido ou se houver falta de pagamento de uma grande parte de nossas aeronaves. É mais provável que caia o valor das aeronaves dadas em garantia, e que terceiros se tornem inadimplentes em épocas de desaceleração econômica.

Efetuamos um lançamento contra receitas de US\$16 milhões em 2004, com base em nossa avaliação do risco de nossas garantias, para cada aeronave. Reavaliamos continuamente nosso risco de acordo com as garantias financeiras e obrigações de entrega como parte do pagamento com base em diversos fatores, incluindo o valor de mercado futuro estimado da aeronave com base em avaliações de terceiros, incluindo as informações obtidas da revenda de aeronaves semelhantes no mercado secundário, bem como a classificação de crédito dos clientes. Qualquer queda futura no valor de mercado das aeronaves cobertas por direitos de troca (*trade-in*) ou garantias financeiras reduziria nossa capacidade de recuperar os valores para cobrir nossas obrigações, e nos levaria a contabilizar maiores encargos contra nossas receitas. Na hipótese de sermos obrigados a efetuar pagamentos relativos às citadas garantias, possivelmente não disporíamos de caixa suficiente ou demais recursos financeiros para tanto e teríamos que financiar tais pagamentos. Não temos como assegurar que as condições de mercado na ocasião

favoreceriam a revenda ou o arrendamento das aeronaves dadas em garantia a seu valor justo estimado, ou dentro do prazo necessário. Logo, honrar nossas obrigações de troca (*trade-in*) ou por garantia financeira poderá acarretar grandes desembolsos de recursos em determinado ano, fato que por sua vez reduziria nosso fluxo de caixa daquele exercício.

A redução dos financiamentos disponibilizados pelo governo brasileiro aos nossos clientes, ou o aumento dos financiamentos disponibilizados por outros governos em benefício de nossos concorrentes, poderá afetar negativamente o custo competitivo de nossas aeronaves.

Na aquisição de nossas aeronaves, nossos clientes têm se beneficiado historicamente de incentivos no financiamento das exportações proporcionados por programas de exportação patrocinados pelo governo brasileiro. O mais importante destes programas do governo é um sistema de ajustes nas taxas de juros denominado Programa de Financiamento às Exportações, conhecido como programa ProEx.

No passado, o governo canadense moveu uma ação na Organização Mundial do Comércio, ou OMC, acusando o governo brasileiro de conceder subsídios às exportações, proibidos, relativos às vendas de aeronaves de acordo com o programa ProEx, a compradores de aeronaves estrangeiros. O governo brasileiro contestou, acusando o governo canadense de conceder subsídios proibidos para a exportação à indústria aeronáutica canadense. O governo brasileiro alterou o programa ProEx de forma que os pagamentos ao ProEx não reduzam a taxa de juros real para um valor inferior à taxa de juros permitida pela OMC, mas somente depois que a OMC concedeu ao Canadá a autoridade para impor sanções comerciais de até US\$1,4 bilhões no período de cinco a seis anos contra o Brasil. O Canadá não impôs ainda as sanções. Não temos previsão de qual a forma, se houver, destas sanções e se as mesmas terão efeitos negativos sobre nossos negócios. Além disso, como resultado de uma ação do governo brasileiro contra o Canadá, o órgão de resolução de controvérsias da OMC autorizou o Brasil a aplicar medidas de retaliação contra o Canadá na ordem de US\$248 milhões.

Embora o ProEx esteja atualmente em conformidade com as regras da OMC, outros programas de financiamento às exportações disponíveis para nossos clientes poderão sofrer contestações futuras. Caso não esteja disponível no futuro o programa ProEx ou outro semelhante, ou no caso de suas condições serem especialmente limitadas, poderão aumentar os custos de financiamento de nossos clientes, e nossa competitividade em termos de custo no mercado de jatos regionais poderá ser afetado de modo negativo.

Os governos brasileiro e canadense iniciaram negociações com relação ao apoio governamental às exportações de aeronaves. Não temos garantias de que será selado um acordo. Qualquer subsídio futuro em favor da Bombardier ou de outros de nossos grandes concorrentes poderá repercutir negativamente na competitividade em termos de custo de nossas aeronaves, e causar a queda de nossas vendas.

As restrições orçamentárias do governo brasileiro poderão reduzir recursos disponíveis a nossos clientes, de acordo com os programas de financiamento patrocinados pelo governo.

Além do programa ProEx, contamos com o programa BNDES-*exim*, também um programa de financiamento do governo, de financiamento para nossos clientes. Este programa concede a nossos clientes financiamentos diretos para a exportação brasileira de bens e serviços. De 1996 a 2004, cerca de 44% de nossa carteira de pedidos (em valores) constava como financiados pelo programa BNDES-*exim*. Na qualidade de programas patrocinados pelo governo, os programas ProEx e BNDES-*exim* dependem de recursos alocados no orçamento nacional brasileiro. Logo, os recursos disponíveis para nossos clientes sob estes programas serão afetados pelas flutuações da moeda e demais evoluções políticas e econômicas no Brasil e nos mercados internacionais de capitais. Ver “Riscos Relativos ao Brasil.” Por exemplo, um declínio recente nos valores disponíveis sob o programa ProEx obrigou-nos a negociar outros financiamentos para os clientes atingidos. Além disso, de vez em quando os programas de financiamentos oficiais, tais como o BNDES-*exim*, poderão ser objetos de contestação. Não nos é possível garantir que o governo brasileiro continuará a apoiar e/ou proporcionar recursos para tais programas, ou que os recursos para estes ou programas semelhantes estarão disponíveis a nossos clientes. A perda ou redução marcante de recursos disponíveis sob um ou os dois programas, sem um substituto adequado, poderá resultar na diminuição das vendas, e nos conduziu ou poderá continuar a nos conduzir a compensar nossos clientes por suas despesas financeiras complementares, o que resultaria em menor rentabilidade da Embraer.

Podemos nos deparar com uma gama de desafios em decorrência do desenvolvimento de novos produtos, e de uma possível busca de oportunidades de crescimento estratégico.

À medida que continuarmos a desenvolver novos produtos, podemos precisar realocar recursos existentes e obter novos fornecedores e parceiros de risco. De tempos em tempos, existe uma notável concorrência na indústria aeronáutica em busca de pessoal capacitado em geral e de engenheiros em particular. Se essa concorrência ocorrer novamente, talvez não sejamos capazes de recrutar a quantidade necessária de engenheiros altamente capacitados e demais pessoal de que necessitamos. A ausência de coordenação de nossos recursos de maneira pontual, ou a falha em atrair ou reter pessoal capacitado, poderá impedir os futuros esforços de desenvolvimento e provocará atrasos na produção e nas entregas de nossas aeronaves, atrasando o reconhecimento de receita.

Poderemos buscar oportunidades estratégicas de crescimento, inclusive através de *joint ventures*, aquisições ou demais transações, para ampliar nosso negócio ou aperfeiçoar nossos produtos e tecnologia. Poderemos deparar-nos com uma série de desafios, incluindo as dificuldades de identificar os candidatos adequados, de assimilar suas operações e pessoal, e de manter padrões e controles internos, bem como o desvio do foco de nossa diretoria do nosso negócio existente. Não podemos garantir que seremos capazes de superar estes desafios ou que nosso negócio não sofrerá turbulências.

Poderemos ser chamados a reembolsar as contribuições em recursos financeiros após o desenvolvimento da família de jatos EMBRAER 170/190, caso não se consiga a certificação destas aeronaves.

Até 31 de dezembro de 2004, nossos parceiros de risco contribuíram com um total de US\$245,1 milhões para o desenvolvimento da família de jatos EMBRAER 170/190. As contribuições em dinheiro se tornam não-reembolsáveis quando determinados marcos de desenvolvimento são atingidos. Em 31 de dezembro de 2004, US\$120,3 milhões dessas contribuições em dinheiro se tornaram não-reembolsáveis. Se o desenvolvimento e a produção de qualquer uma das aeronaves restantes da família de jatos EMBRAER 170/190 forem cancelados por não sermos capazes de obter certificação ou por outros motivos, não relacionados a demanda de mercado, a empresa poderá ser obrigada a reembolsar US\$124,8 milhões dessas contribuições em dinheiro. Por ocasião da conclusão do processo de certificação do EMBRAER 190 no terceiro trimestre de 2005, uma parcela adicional de US\$37,5 milhões dessas contribuições em dinheiro se tornará não-reembolsável. Caso necessitemos de financiamentos adicionais e não os conseguirmos, não seremos capazes de continuar a desenvolver e comercializar as aeronaves restantes da família de jatos EMBRAER 170/190.

Estamos sujeitos a intensa concorrência internacional, passível de provocar efeitos negativos em nossa participação de mercado.

A indústria mundial de fabricação de jatos comerciais é altamente competitiva. Somos um dos principais fabricantes mundiais de aeronaves comerciais, juntamente com The Boeing Company, Airbus Industrie e Bombardier Inc., todas grandes empresas internacionais. Alguns destes concorrentes possuem maiores recursos financeiros, de marketing e outros. Embora tenhamos alcançado uma parcela expressiva do mercado de jatos comerciais, não podemos assegurar que seremos capazes de manter esta participação no mercado. Nossa capacidade de manter a participação de mercado e de permanecermos competitivos a longo prazo no mercado de jatos comerciais exige aperfeiçoamentos constantes de tecnologia e desempenho dos nossos produtos. Nosso principal concorrente nos mercados de jatos regionais e de média capacidade é a Bombardier Inc., empresa canadense de grande capacidade técnica, recursos financeiros e de marketing, e que recebe do governo subsídios para a exportação. Além disso, outros fabricantes internacionais como The Boeing Company e Airbus Industrie, produzem ou estão desenvolvendo aeronaves para o segmento de 70-120 passageiros no qual a família de jatos EMBRAER 170/190 irá competir, acarretando um aumento da concorrência nesse segmento. Estas empresas possuem expressiva capacidade tecnológica e maiores recursos financeiros e mercadológicos.

Alguns de nossos concorrentes poderão chegar ao mercado antes de nós, o que lhes proporcionará uma base de clientes e tornará mais difíceis nossos esforços para aumentar a participação de mercado. Por exemplo, em 2001 a Bombardier iniciou a entrega de seu jato regional de 70 assentos, antes das primeiras entregas do EMBRAER 170. Na qualidade de novo participante no mercado de jatos executivos, enfrentamos também notável concorrência de empresas possuidoras de históricos operacionais mais extensos e de reconhecida reputação no setor. Não podemos assegurar que no futuro estaremos aptos a concorrer com sucesso em nossos mercados.

Estamos sujeitos a desembolsos expressivos em decorrência de resultados adversos de ações relativas a diversos impostos e encargos sociais.

Contestamos a constitucionalidade da natureza e das alterações nas alíquotas e no aumento da base de cálculo de alguns impostos e encargos sociais brasileiros. O valor agregado destes impostos e encargos sociais não pagos sofrem impacto de juros mensais com base na Selic, a taxa básica do Banco Central do Brasil, os quais provisionamos na conta de receitas (despesas) financeiras líquidas em nossas demonstrações de resultados. Em 31 de dezembro de 2004, obtivemos medidas liminares para não pagar ou recuperar pagamentos passados no valor total, inclusive os juros, de US\$ 432,5 milhões, que são incluídos como um passivo no balanço. Estamos aguardando uma decisão final desse processo. Não temos certeza de que ganharemos este processo ou que não teremos que desembolsar valores substanciais no futuro, incluindo juros, ao governo brasileiro. Para uma análise adicional dessas obrigações, consulte a Nota 18 de nossas demonstrações financeiras consolidadas.

Riscos Relativos à Indústria de Aeronaves Comerciais

Restrições impostas pelas cláusulas de limitação (Scope Clauses) nos contratos dos pilotos das linhas aéreas passíveis de limitar a procura por jatos regionais e de média capacidade no mercado americano.

Um fator limitador fundamental da procura por jatos regionais e de média capacidade é a existência das *Scope Clauses* constantes dos contratos com os pilotos das linhas aéreas. As citadas cláusulas compõem-se de restrições negociadas pelos sindicatos relativas à quantidade e/ou ao tamanho dos jatos regionais e de média capacidade que determinada empresa poderá operar. As restrições em vigor das *Scope Clauses*, mais comuns nos Estados Unidos, limitam o número de assentos, o peso da aeronave e o número de jatos comerciais de 50-70 assentos na frota de uma linha aérea. Em consequência, nossas oportunidades de crescimento a curto prazo no mercado de jatos regionais dos Estados Unidos podem ser limitadas, nas classes de 40-59 e 60-80 assentos. Se continuarem ou se tornarem mais rigorosas as *Scope Clauses*, alguns de nossos clientes que possuem essas opções de compra para nossos jatos regionais e de média capacidade seriam levados a não exercer estas opções. Não temos como garantir que as atuais restrições serão reduzidas ou expandidas, inclusive pela ampliação destas *Scope Clauses* para cobrir os jatos comerciais de maior porte. Além disso, embora as *Scope Clauses* sejam menos comuns fora dos Estados Unidos, não temos condições de assegurar que elas se tornarão mais comuns ou restritivas, ou que outra forma de restrição poderá ocorrer na Europa ou em outros mercados.

Estamos sujeitos a rigorosas regras e exigências para certificação, que podem impedir ou atrasar a obtenção pontual da certificação.

Nossos produtos estão sujeitos a regulamentações no Brasil e nas jurisdições de nossos clientes. As autoridades aeronáuticas do Brasil e dos demais países de origem de nossos clientes, inclusive a autoridade aeronáutica brasileira, a autoridade aeronáutica americana, ou FAA, a *Joint Aviation Authority of Europe*, ou JAA, a agência europeia de segurança aeronáutica, ou a EASA, deverão homologar nossas aeronaves antes de sua entrega. Não temos como assegurar que conseguiremos homologar nossas aeronaves em tempo hábil, ou se o conseguiremos. Ao não obtermos a certificação necessária de nossas aeronaves por uma autoridade aeronáutica, aquela autoridade aeronáutica proibiria a utilização das referidas aeronaves em sua jurisdição até sua certificação. Além disso, o cumprimento das exigências das autoridades de certificação consome tempo e dinheiro.

As mudanças nos regulamentos governamentais e nos procedimentos de certificação poderão também atrasar o início de produção bem como nossa entrada no mercado. Não podemos fazer previsões de como nos afetará a legislação futura ou as mudanças na interpretação, administração ou aplicação da legislação. Poderemos ser levados a maiores gastos no cumprimento desta legislação ou na resposta a suas alterações.

Acontecimentos catastróficos com nossas aeronaves teriam repercussões negativas sobre nossa reputação e nas vendas futuras das mesmas, assim como na cotação das ações preferenciais e dos ADS.

Acreditamos que nossa reputação e o histórico de segurança de nossas aeronaves sejam importantes aspectos para a comercialização das mesmas. Projetamos nossas aeronaves com sistemas duplicados das principais funções e com margens de segurança adequadas para os componentes estruturais. Entretanto, a operação segura de

nossas aeronaves depende em grande parte de uma série de fatores fora do nosso controle, incluindo manutenção e reparos corretos pelos clientes, e a perícia dos pilotos. Em razão de nosso posicionamento no mercado de aeronaves e ao fato de termos nos concentrado no setor de aeronaves regionais e de média capacidade, a ocorrência de um ou mais eventos catastróficos com uma de nossas aeronaves poderá repercutir de maneira negativa em toda nossa família de jatos comerciais, bem como em nossa reputação e nas vendas futuras e também no preço de mercado das ações preferenciais e ADSs.

Riscos Relativos ao Brasil

A situação política e econômica do Brasil tem relação direta em nosso negócio e na cotação de nossas ações preferenciais e nos ADSs.

O governo brasileiro intervém com freqüência na economia brasileira, e algumas vezes implementa mudanças drásticas em políticas e regulamentos. As ações do governo brasileiro para controlar a inflação e definir outras políticas e regulamentos envolve, freqüentemente, aumentos das taxas de juros, mudanças nas regras de tributação, controles de preços, desvalorizações da moeda, controles de capital e limites de importação, entre outras medidas. Nosso negócio, nossa situação financeira, os resultados de nossas operações e a cotação das ações preferenciais e dos ADSs podem ser afetados de forma negativa por mudanças nas políticas ou regulamentos na esfera federal, estadual ou municipal, envolvendo ou influenciando fatores como:

- taxas de juros;
- controles sobre o câmbio;
- flutuações da moeda;
- inflação;
- liquidez dos mercados internos de capitais e de financiamentos;
- políticas tributárias; e
- outros eventos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos no Brasil ou com repercussão no país.

A incerteza de se o governo brasileiro implementará mudanças em políticas ou regulamentos que afetem esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para incerteza quanto à economia no Brasil e para uma maior volatilidade nos mercados brasileiros de capitais e de valores mobiliários emitidos no exterior e suportados por emissores brasileiros.

Essas e outras ocorrências futuras na economia brasileira e nas políticas do governo podem nos afetar de forma negativa, e nossos negócios e os resultados de nossas operações podem afetar de forma negativa a cotação de nossas ações preferenciais e ADSs.

A inflação e as medidas do governo para combater a inflação, poderão contribuir de modo significativo para a incerteza econômica no Brasil e para maior volatilidade nos mercados brasileiros de valores mobiliários, e por conseguinte, afetar negativamente o valor de mercado das ações preferenciais e dos ADS.

O Brasil enfrentou taxas de inflação extremamente altas no passado. Mais recentemente, a taxa anual de inflação no Brasil foi de 10,4% em 2001, 25,3% em 2002, 8,7% em 2003 e 12,4% em 2004 (conforme calculado pelo *Índice Geral de Preços – Mercado* ou IGP-M). A inflação e algumas ações do governo para combater a inflação tiveram, no passado, efeitos significativamente adversos sobre a economia brasileira. As ações para combater a inflação, associadas à especulação sobre possíveis ações futuras do governo, têm contribuído para a incerteza quanto à economia brasileira e para uma maior volatilidade nos mercados brasileiros de capitais.

Ações futuras do governo, incluindo reduções da taxa de juros, intervenção no mercado de câmbio e ações para ajustar ou fixar o valor do real podem gerar aumentos da inflação. Caso o Brasil venha a sofrer novamente uma inflação elevada no futuro, nossas despesas operacionais e financeiras poderão evoluir, nossas margens operacionais e líquidas poderão cair e, na perda de confiança dos investidores, a cotação das ações preferenciais e dos ADSs poderá declinar.

A instabilidade das taxas de câmbio pode afetar de forma negativa nossa situação financeira, os resultados de nossas operações e a cotação de nossas ações preferenciais e ADSs.

Embora a maioria de nossa receita líquida e endividamento seja expressa em moeda norte-americana, a relação do real com o valor do dólar norte-americano, e a taxa de desvalorização do real em relação à taxa vigente de inflação poderá ter efeitos negativos para nós.

Em decorrência das pressões inflacionárias, entre outros fatores, a moeda brasileira tem sofrido desvalorizações periódicas durante as últimas quatro décadas. O governo brasileiro implementou diversos planos econômicos neste período e utilizou uma série de políticas cambiais, incluindo desvalorizações súbitas, mini-desvalorizações periódicas durante as quais os ajustes tiveram frequência diária e mensal, sistemas de taxas flutuantes, controles cambiais e mercados de divisas duplos. Embora a longo prazo a desvalorização da moeda brasileira tenha sido associada à taxa de inflação no Brasil, a desvalorização a curto prazo tem resultado em flutuações significativas da taxa de câmbio entre a moeda brasileira e o dólar americano e outras moedas.

O real se desvalorizou em relação ao dólar norte-americano em 9,3% em 2000 e 18,7% em 2001. Em 2002, o real se desvalorizou em 52,3% em relação ao dólar norte-americano, devido em parte às incertezas quanto às eleições no Brasil e à desaceleração econômica global. Embora o real tenha se valorizado em 18,2%, 8,1% e 10,5% em relação ao dólar norte-americano em 2003, 2004 e nos cinco primeiros meses de 2005, respectivamente, não é possível garantir que o real não será desvalorizado novamente em relação ao dólar norte-americano.

Historicamente, as desvalorizações do real em relação ao dólar norte-americano também criaram pressões inflacionárias adicionais no Brasil pelo aumento dos preços dos produtos importados, exigindo medidas recessivas do governo para controlar a demanda agregada. Por outro lado, a valorização do real frente ao dólar norte-americano poderá levar a uma deterioração da conta corrente e do balanço de pagamentos, bem como estancar o crescimento baseado nas exportações. As desvalorizações também reduzem o acesso aos mercados financeiros internacionais e podem exigir a intervenção do governo, inclusive através de políticas governamentais recessivas. As desvalorizações do real frente ao dólar também reduziram o valor naquela moeda das distribuições e dos dividendos dos ADSs e podem também reduzir o valor de mercado das ações preferenciais e dos ADSs.

Desenvolvimentos e percepções de risco em outros países, principalmente países emergentes, podem afetar de forma negativa a cotação dos valores mobiliários brasileiros, incluindo ações preferenciais e ADSs.

A cotação dos valores mobiliários de emissores brasileiros é afetada em diferentes níveis pela situação econômica e de mercado de outros países, incluindo outros países da América Latina e países emergentes. Embora a situação econômica desses países possa ser substancialmente diferente da situação econômica do Brasil, a reação dos investidores frente às evoluções nesses outros países pode ter um efeito adverso sobre a cotação dos valores mobiliários de emissores brasileiros. Crises em outros países emergentes podem reduzir o interesse dos investidores em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo os nossos. Isso pode afetar de forma adversa a cotação de nossas ações preferenciais e ADSs, e também pode dificultar ou impedir nosso acesso aos mercados de capitais e o financiamento de nossas operações no futuro em condições aceitáveis.

Riscos Relativos às Ações Preferenciais e aos ADSs.

Controles sobre o câmbio e restrições às remessas para o exterior poderão repercutir negativamente nos portadores de nossos ADSs.

O governo brasileiro poderá impor restrições temporárias à conversão da moeda brasileira em divisas estrangeiras e à remessa aos investidores estrangeiros das receitas sobre suas aplicações no Brasil. O governo

brasileiro impôs restrições do gênero durante alguns meses em 1989 e início de 1990. As referidas restrições dificultariam ou impediriam a conversão de dividendos, distribuições ou resultados das vendas de ações preferenciais, conforme o caso, de reais para dólares norte-americanos e a remessa destes últimos para o exterior. Não podemos garantir que o governo brasileiro não adotaria medidas semelhantes no futuro. Os portadores de ADSs poderão sofrer efeitos negativos por atrasos, ou recusas na concessão das autorizações oficiais necessárias para a conversão dos pagamentos em real e sua remessa para o exterior, relativas às ações preferenciais que lastrearam os ADSs. Em tal hipótese, o depositário dos ADSs reteria os reais que não fossem possível converter, para os dos portadores dos ADS que não foram pagos. O depositário não aplicará os reais e não se responsabilizará pelos juros sobre estas quantias.

Se os portadores dos ADSs trocarem os mesmos por ações preferenciais, eles se arriscam a perder a faculdade de remeter divisas ao exterior, e as vantagens tributárias brasileiras.

O custodiante brasileiro das ações preferenciais obteve um certificado eletrônico de registro do Banco Central do Brasil permitindo a remessa de divisas para o exterior para pagamento de dividendos e demais distribuições relativas às ações preferenciais, ou por ocasião da venda das mesmas. Se os portadores dos ADS resolverem trocar seus ADSs pelas correspondentes ações preferenciais, os mesmos terão o direito de se fiar no certificado eletrônico de registro da custodiante durante cinco dias úteis a partir da data da troca. Após este prazo os referidos portadores dos ADSs poderão perder o direito de adquirir e remeter divisas para o exterior por ocasião da venda de, ou das distribuições relativas às ações preferenciais, salvo se obtiverem seu próprio certificado eletrônico de registro ou registrarem seu investimento em ações preferenciais de acordo com a Resolução No. 2.689, a qual concede o direito a determinados investidores estrangeiros de comprar e vender valores mobiliários na Bolsa de Valores de São Paulo. Os portadores não habilitados conforme a Resolução No. 2.689, de modo geral estarão sujeitos e tratamento tributário menos favorável sobre os ganhos relativos às ações preferenciais. Se os portadores dos ADS tratarem de obter seu próprio certificado eletrônico de registro, os mesmos poderão ter despesas ou sofrer demoras no processo de solicitação, atrasando sua capacidade em tempo hábil de receber dividendos ou distribuições relativos às ações preferenciais, ou a devolução de seu capital. Além disso, não podemos garantir que o certificado eletrônico de registro do custodiante, ou outro certificado de registro de capital estrangeiro, obtido por um portador dos ADS, não será afetado por mudanças futuras na legislação ou demais regulamentos, ou que não serão impostas no futuro outras restrições relevantes ao referido portador, à venda das correspondentes ações preferenciais ou à repatriação dos resultados da venda.

A volatilidade e a falta de liquidez relativas dos mercados de valores no Brasil poderão limitar de modo significativo a capacidade dos portadores de ações preferenciais ou ADS, de vender as ações preferenciais por trás dos ADSs ao preço e na hora desejados.

O investimento em valores mobiliários tais como ações preferenciais ou ADSs de emissores de mercados de países emergentes, incluindo o Brasil, acarreta maior risco que o investimento em valores mobiliários de emissores de países mais desenvolvidos.

Os mercados brasileiros de valores mobiliários são bem menores, menos líquidos, mais concentrados e mais voláteis que os grandes mercados de valores nos Estados Unidos e em outras jurisdições, e não são sujeitos a tantos regulamentos ou rigorosamente supervisionados, a exemplo de alguns deste últimos mercados. A capitalização de mercado relativamente pequena e falta de liquidez dos mercados de ações brasileiros poderá limitar de modo acentuado a capacidade dos portadores de nossas ações preferenciais ou ADSs de vender as ações preferenciais por trás dos ADSs ao preço e na hora desejados.

Existe também uma concentração significativamente maior nos mercados de títulos brasileiros do que nos maiores mercados de títulos nos Estados Unidos. Ver “Item 9C. Mercados—Negociando na Bolsa de Valores de São Paulo.”

Pelo fato de estarmos sujeitos a regras e regulamentos executivos diferentes, na qualidade de empresa brasileira, os portadores de nossos ADSs possuem menos direitos e são menos definidos.

Nossos negócios executivos são regidos por nossos estatutos sociais e pela Lei das Sociedades por Ações, do Brasil, diferentes dos princípios jurídicos em vigor no caso de sermos constituídos em jurisdição dos Estados

Unidos, tal como Delaware ou Nova York, ou em outras jurisdições fora do Brasil. Por conseguinte, os portadores dos ADSs ou de nossas ações preferenciais poderão usufruir de direitos menores e menos definidos sob a Lei das Sociedades por Ações, do Brasil, para a proteção de seus interesses contra as deliberações de nosso Conselho de Administração e de nossos principais acionistas, do que teriam sob a legislação das jurisdições fora do Brasil.

Embora a referida Lei das Sociedades por Ações imponha restrições às negociações com informações privilegiadas e à manipulação de preços, os mercados de valores brasileiros não estão sujeitos a tantos regulamentos ou são rigorosamente supervisionados a exemplo dos mercados de valores dos Estados Unidos ou os de outras jurisdições. Além disso, as regras e políticas contra conflitos de interesse e com relação à preservação dos interesses minoritários poderão estar menos bem definidas e aplicadas no Brasil do que nos Estados Unidos, o que coloca os portadores de ações preferenciais e ADSs em potencial desvantagem. As divulgações da empresa poderão ser menos abrangentes ou informativas que o esperado de uma empresa norte-americana cotada em bolsa. Em especial, entre outras diferenças em comparação, por exemplo, com a legislação geral de sociedades do estado de Delaware, a Lei das Sociedades por Ações e sua praxe possuem menos regras detalhadas e bem estabelecidas, e jurisprudência relativa à confrontação das decisões gerenciais com padrões de dever de cuidar e dever de lealdade, no contexto das reestruturações empresariais, operações com partes ligadas e operações de venda do negócio. Além disso, a Lei das Sociedades por Ações dispõe que os acionistas deverão possuir 5% das ações em circulação de uma empresa, de modo a ter poder para iniciar processos aos acionistas controladores, sendo que os mesmos normalmente não possuem poder para iniciar uma ação de classe.

Também de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, do Brasil, os portadores de nossas ações preferenciais, e em decorrência, de nossos ADSs, não possuem direito de voto nas assembleias de acionistas, salvo em circunstâncias especiais. Ver “Item 10B. Ata de Constituição e Estatutos Sociais —Discriminação das Ações — Direitos de Voto das Ações Preferenciais.”

O governo brasileiro possui poder de veto sobre, entre outros aspectos, mudança de controle, mudança de nosso objeto social e criação e alteração de programas de defesa, e nossos acionistas majoritários agem em conjunto para controlar a Embraer. Seus interesses podem contrariar os interesses dos portadores de ADSs.

O governo brasileiro detém uma ação ordinária de classe especial, chamada “Golden Share”, que possui poder de veto sobre, entre outros aspectos, mudança de controle, mudança de nosso objeto social e criação e alteração de programas de defesa (participe o governo brasileiro ou não desses programas). Além disso, nos termos do acordo de acionistas, nossos acionistas controladores – Cia. Bozano, Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI, também conhecida como PREVI, e a Fundação SISTEL de Seguridade Social, também conhecida como SISTEL – votam em conjunto com 60% das ações ordinárias em circulação, permitindo-lhes eleger uma maioria dos membros do nosso Conselho de Administração e para determinar o resultado de qualquer medida que exija a aprovação dos acionistas, incluindo reorganizações societárias e a data e pagamento de dividendos futuros. O governo brasileiro pode ter interesse em vetar transações que possam ser de interesse dos portadores de ADSs. Nossos acionistas majoritários podem ter interesse em realizar aquisições, transações, financiamentos ou outras transações similares que podem ir contra os interesses dos portadores de ADSs.

A venda de um número substancial de ações preferenciais, ou o pressuposto de que isso possa vir a ocorrer, pode reduzir o preço das ações preferenciais e dos ADSs; os portadores de nossas ações preferenciais e/ou ADSs podem não ser capazes de vender seus valores mobiliários pelo preço que pagaram por eles ou por um preço maior.

A venda de um número substancial de ações preferenciais, ou o pressuposto de que isso possa vir a ocorrer, pode reduzir o valor de nossas ações preferenciais e ADSs. Em 31 de dezembro de 2004, tínhamos 475.797.420 ações preferenciais em circulação. Desse total, os portadores de títulos intercambiáveis (*exchangeable*) emitidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES em junho de 2001, têm o direito de adquirir, a qualquer data antes do vencimento dos títulos, um conjunto de 2.756.270 ADSs, que representam 11.025.080 ações preferenciais, sujeitas a ajustes, atualmente em poder da BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, também conhecida como BNDESPAR, uma subsidiária totalmente controlada pelo BNDES. Como consequência da emissão de ações preferenciais ou da venda de ações por acionistas existentes, o preço de mercado das ações preferenciais e, conseqüentemente, dos ADSs, pode cair significativamente. Como resultado, os

portadores de nossos ADSs e/ou ações preferenciais podem não ser capazes de vender seus valores mobiliários pelo preço que pagaram por eles ou por um preço maior.

O preço de nossas ações preferenciais pode ser afetado pela diluição potencial de nossas ações preferenciais e ADSs.

A emissão de ações preferenciais resultante do nosso plano de opções para compra de ações pode diluir substancialmente as ações preferenciais. Nos termos de nosso plano de aquisição de ações, estávamos autorizados a conceder opções para a compra de até 25.000.000 de ações preferenciais durante o período de cinco anos a partir da data da primeira concessão de opções de acordo com o plano. Até o final desse período de cinco anos em maio de 2003, havíamos outorgado opções numa quantia agregada de 20.237.894 ações preferenciais, incluindo 662.894 concedidas como dividendos sobre o capital em 2002. Não é possível conceder opções adicionais de acordo com o plano. As opções de compra oferecidas a cada funcionário poderão ser exercidas da seguinte forma: 30% após três anos da data outorgada, 30% adicionais após quatro anos e os 40% remanescentes após cinco anos. Os empregados poderão exercer suas opções por até sete anos após a data em que elas forem outorgadas. Até 31 de dezembro de 2004, tinham sido exercidas opções de compra de 12,548,826 ações preferenciais, e em 2005 poderão ser exercidas opções de compra de 4,785,678 ações preferenciais.

Os portadores de ADSs podem não ser capazes de exercer direitos de preferência relativos às ações preferenciais.

Os portadores de nossos ADSs podem não ser capazes de exercer os direitos de preferência relativos às ações preferenciais associados a seus ADSs a menos que uma declaração de registro desses direitos nos termos da Lei das Bolsas de Valores (*Securities Act*) esteja em vigor ou que uma isenção das exigências de registro nos termos da *Securities Act* esteja disponível. A Embraer não tem a obrigação de registrar uma declaração de registro relativa às ações ou outros valores mobiliários em relação a esses direitos de preferência, e não podemos garantir aos portadores de nossos ADSs que registraremos tal declaração de registro. A menos que registremos uma declaração de registro ou que a isenção do registro seja aplicável, os portadores de nossos ADSs poderão receber apenas os resultados líquidos da venda de seus direitos de preferência pelo depositário, ou, se não for possível vender os direitos de preferência, esses direitos perderão a validade.

ITEM 4. INFORMAÇÕES SOBRE A EMPRESA

4A. Histórico e Desenvolvimento da Empresa

Generalidades

A Embraer - Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. é uma empresa de capital aberto constituída sob as leis brasileiras, com duração indefinida. Criada originalmente em 1969 pelo governo brasileiro, a empresa foi privatizada em 1994. Nos termos da privatização, a empresa foi transformada em empresa de capital aberto operando nos termos da Lei Societária Brasileira. Nosso escritório principal está localizado na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2170, 12227-901, São José dos Campos, São Paulo, Brasil. Nosso telefone é 55-12-3927-1216. Nosso agente para operações nos Estados Unidos é nossa subsidiária, Embraer Aircraft Holding, Inc., localizada em 276 S.W. 34th Street, Ft. Lauderdale, Flórida 33315.

A empresa evoluiu de uma empresa estatal criada para desenvolver e produzir aeronaves para a Força Aérea Brasileira para uma empresa de capital aberto que produz aeronaves para uso comercial, executivo e militar. Durante essa evolução, a empresa obteve, desenvolveu e aperfeiçoou sua capacitação tecnológica e de engenharia por meio do desenvolvimento próprio de produtos para a Força Aérea Brasileira e por meio do desenvolvimento de produtos em conjunto com empresas estrangeiras para projetos específicos. Essa capacitação obtida em projetos militares foi aplicada ao desenvolvimento de nossa linha de aeronaves comerciais.

Nossa primeira aeronave regional foi o Bandeirante, uma aeronave não pressurizada para 19 passageiros com dois motores turboélice, inicialmente desenvolvida para atender as necessidades de transporte da Força Aérea Brasileira. Essa aeronave foi certificada em 1973. Após o Bandeirante, foi desenvolvido o EMB 120 Brasília, uma

aeronave comercial de alto desempenho com motores turboélice e capacidade para até 30 passageiros projetada para atender às rotas mais longas e com tráfego maior de passageiros do crescente mercado de aeronaves para uso em vôos regionais, certificada em 1985. Com base no projeto do EMB 120 Brasília e na tecnologia de aviões a jato adquirida no desenvolvimento do AM-X, uma aeronave de uso militar para a Força Aérea Brasileira, desenvolvemos a família de jatos ERJ 145 para uso em vôos regionais, nosso primeiro produto a jato para uso comercial. Essa família é composta por três aeronaves, com capacidade para 37, 44 e 50 passageiros. Primeiro membro da família ERJ 145, o ERJ 145, foi certificado em 1996. Expandimos nossa linha de produtos a jato com o desenvolvimento da família de jatos EMBRAER 170/190, com capacidade para 70 a 118 passageiros, projetada para atender à tendência do mercado de aeronaves a jato maiores, de maior capacidade e maior alcance. O primeiro membro dessa família, o EMBRAER 170, foi certificado em fevereiro de 2004, e seu derivativo, o EMBRAER 175, foi certificado pela autoridade brasileira de aviação em dezembro de 2004 e pela EASA em janeiro de 2005. Também estamos promovendo e vendendo o Legacy, uma linha de jatos executivos baseados em nosso jato regional ERJ 135, e recentemente lançamos novos produtos nas categorias de jatos *very light e light*. Para o mercado militar, também oferecemos uma linha de aeronaves de inteligência, reconhecimento e vigilância baseadas no jato regional ERJ 145.

Aliança Estratégica e Oportunidades de Crescimento

Aliança Estratégica com o Grupo Europeu Aeroespacial e de Defesa

Em 5 de novembro de 1999, um grupo formado pela Aerospatiale Matra, atualmente conhecida como European Aeronautic, e a Defense and Space Company N.V., ou EADS, Dassault Aviation, Thomson-CSF, atualmente conhecida pelo nome ThalesTM e a Société Nationale d'Étude et de Construction de Moteurs d'Aviation, ou SNECMA, às quais nos referimos coletivamente como o Grupo Europeu Aeroespacial e de Defesa, adquiriu de acionistas ordinários existentes, como único investidor, 20% das ações ordinárias em circulação da Embraer, sendo a maioria dessas ações adquiridas de nossos acionistas controladores. Acreditamos que essa aliança continuará a nos ajudar no desenvolvimento de soluções para o mercado de defesa. Por exemplo, integramos os sistemas de missão ThalesTM e equipamentos eletrônicos em algumas de nossas aeronaves EMB 145 AEW&C. Além disso, em março de 2005 formamos um consórcio, com a EADS, para adquirir 65% de participação na OGMA - Indústria Aeronáutica de Portugal S.A., ou OGMA.

Joint Ventures e Aquisições

Em 2000, criamos uma *joint venture* com a Liebherr International AG para desenvolver e fabricar trens de pouso e equipamentos hidráulicos de alta precisão, além de fornecer os serviços correspondentes para a Embraer e outros clientes em todo o mundo. Em função desta *joint venture*, formamos uma nova subsidiária, a ELEB – Embraer Liebherr Equipamentos do Brasil S.A.

Em março de 2002, adquirimos, da Reliance Aerotech Inc., os ativos operacionais da Celsius Aerotech Inc. em Nashville, Tennessee, para fornecer manutenção completa e serviços de reparos para nossas aeronaves comerciais e executivas nos Estados Unidos.

Em dezembro de 2002, criamos uma *joint venture* com a Harbin Aircraft Industry (Group) Co., Ltd. e a Hafai Aviation Industry Co., Ltd, subsidiárias da China Aviation Industry Corp INPUT, ou AVIC II, para possibilitar a montagem, venda e suporte pós-venda à família de jatos regionais ERJ 145 na China. A Embraer possui 51% da participação desta *joint venture*, a Harbin Embraer Aircraft Industry Company Ltd.

Em dezembro de 2004, um consórcio formado pela Embraer e pela EADS foi selecionado para adquirir a OGMA. O consórcio adquiriu 65% das ações da OGMA em março de 2005 por meio de uma nova empresa holding, AIRHOLDING, SGPS, S.A., na qual a Embraer possui 99% das ações e a EADS 1%. No futuro, a EADS terá a opção de aumentar sua participação nessa empresa para até 30%. A OGMA é um dos principais representantes do setor de aviação na Europa, oferecendo serviços que abrangem manutenção e reparos de aeronaves civis e militares, motores e peças, montagem de componentes estruturais e suporte de engenharia.

Custos de Pesquisa e Desenvolvimento e Gastos de Capital

Os custos de pesquisa e desenvolvimento, incluindo o desenvolvimento da família de jatos EMBRAER 170/190, foram de US\$158,5 milhões em 2002, US\$173,2 milhões em 2003 e US\$44,5 milhões em 2004, incluindo as contribuições em caixa recebido pelos parceiros de riscos. Como percentuais da receita líquida, os custos de pesquisa e desenvolvimento foram equivalentes a 6,3% em 2002, 8,1% em 2003 e 1,3% em 2004. Os aumentos dos custos de pesquisa e desenvolvimento como percentuais das vendas líquidas em 2003 refletem, principalmente, os custos de desenvolvimento relativos à família de jatos EMBRAER 170/190. A redução do percentual em 2004 reflete, principalmente, as contribuições de nossos parceiros de risco no montante de US\$108,6 milhões. Em 2005, estimamos que nossos custos de pesquisa e desenvolvimento sejam na ordem de US\$120 milhões, não incluindo as contribuições de nossos parceiros de risco. Não registramos os gastos de pesquisa e desenvolvimento de programas de defesa, pois eles são financiados pelo governo brasileiro e outros clientes do governo. A maioria das despesas de pesquisa e desenvolvimento está associada com um programa específico, seja comercial ou executivo.

Em maio de 2005 anunciamos nossos planos de expansão de nossa carteira de jatos executivos com as categorias *very light* e *light*. As despesas totais de pesquisa e desenvolvimento e gastos de capital relativas aos novos jatos deverão ser na ordem de US\$235 milhões. Esperamos que esse programa seja financiado por parceiros de risco, instituições financeiras e nossa própria geração de caixa. Como o jato *very light* deverá entrar em operação em meados de 2008 e o jato *light* em meados de 2009, não esperamos grande desembolso desses fundos em 2005.

Os investimentos em imóveis, instalações e equipamentos foram iguais a US\$ 111 milhões em 2002, US\$ 64,7 milhões em 2003 e US\$ 50,1 milhões em 2004. Esses investimentos representam a construção de instalações, melhorias nas instalações de fábricas e produção e modificações para a produção dos novos modelos de aeronaves. Em 2005 e 2006, estimamos que os investimentos em imóveis, instalações e equipamentos cheguem a um total de aproximadamente US\$ 78 milhões e US\$ 59 milhões, respectivamente, relacionados, principalmente, à melhoria e expansão de nossas instalações para a produção da família de jatos EMBRAER 170/190, além de aeronaves de defesa e jatos executivos.

4B. Visão Geral da Empresa

Somos um dos maiores fabricantes de aeronaves comerciais do mundo, com base na receita líquida de aeronaves comerciais em 2004, com uma base de cliente global. Nossa meta é obter a satisfação do cliente com uma oferta de produtos para os mercados de aeronaves comerciais, de defesa e executivas. Nosso negócio de aeronaves comerciais correspondeu a 75,0% da receita líquida em 2004. Somos o principal fornecedor de aeronaves de defesa para a Força Aérea Brasileira com base no número de aeronaves vendidas, e também vendemos aeronaves para forças militares na Europa e na América Latina. Nosso negócio de aeronaves de defesa correspondeu a 10,6% da receita líquida em 2004. Desenvolvemos uma nova família de jatos executivos baseada em uma de nossas plataformas de jatos regionais e lançamos, recentemente, novos jatos executivos nas categorias *very light* e *light*. Nosso negócio de jatos executivos correspondeu a 7,1% da receita líquida em 2004. Fornecer suporte de alta qualidade ao cliente é um elemento importante de nosso foco no cliente e um fator crítico para mantermos relacionamentos de longo prazo com nossos clientes. Nosso segmento de negócios correlatos, que inclui serviços de suporte, representou 7,3% da receita líquida em 2004. Para o ano findo em 31 de dezembro de 2004, geramos receita líquida de US\$3.440,5 milhões, dos quais mais de 90% foram em dólares norte-americanos. Em 31 de março de 2005, tínhamos uma carteira de pedidos na ordem de US\$ 9,9 bilhões, incluindo 383 jatos comerciais.

Nossos Pontos Fortes

Acreditamos que nossos principais pontos fortes são:

Maior Fabricante de Jatos Comerciais com uma Base de Clientes Mundial. Somos um dos maiores fabricantes de jatos para 30 a 120 passageiros, com uma forte base mundial de clientes. Já vendemos nossos jatos regionais e de média capacidade para 41 clientes em 22 países. Entre nossos clientes estão algumas das maiores empresas aéreas regionais e de baixos custos no mundo.

Projeto de Aeronaves; Eficiência Operacional e de Custos. Projetamos, desenvolvemos e fabricamos aeronaves para oferecer a nossos clientes custos de operação, manutenção e treinamento reduzidos, resultantes da similaridade e eficiência dos projetos e do uso de peças comuns a jatos da mesma família. Essas similaridades nos permitem reduzir significativamente nossos custos de projeto, desenvolvimento e produção, repassando essa economia a nossos clientes no preço de venda. Essas similaridades também reduzem o tempo de desenvolvimento de nossas aeronaves.

Parceiros Estratégicos de Risco. Com nossas famílias de aeronaves comerciais e executivas, desenvolvemos relacionamentos estratégicos com parceiros chave para compartilhar os riscos. Essas parceiros desenvolvem e fabricam uma parte significativa dos sistemas e componentes de nossas aeronaves, e contribuem com seus próprios recursos para a pesquisa e desenvolvimento desses sistemas e componentes, reduzindo assim nossos custos de desenvolvimento. Esses parceiros também financiam parte de nossos custos de desenvolvimento por meio de contribuições diretas de valores ou materiais. Acreditamos que esses relacionamentos estratégicos nos permitem reduzir nossos custos e riscos de desenvolvimento, melhorar nossa eficiência operacional, melhorar a qualidade de nossos produtos e reduzir o número de fornecedores.

Benefícios do Desenvolvimento Financiados de Produtos de Defesa. A maior parte dos custos de pesquisa e desenvolvimento relativos a aeronaves de uso militar têm sido historicamente financiados por contratos com o governo brasileiro, e têm representado um papel importante em nossa evolução de engenharia e industrial. Por exemplo, a tecnologia do programa AM-X desenvolvido para a Força Aérea Brasileira estabeleceu a base para desenvolvermos nossa família de jatos ERJ 145 dez anos depois. Além disso, vendemos produtos de defesa comprovados, desenvolvidos para a Força Aérea Brasileira, para outras forças militares.

Flexibilidade da Produção para Atender às Demandas do Mercado. Acreditamos que a flexibilidade de nossos processos de produção e nossa estrutura operacional, incluindo nossas parcerias de risco, criadas para minimizar custos, nos permitem aumentar ou reduzir a produção de acordo com a demanda do mercado sem impactar nossas margens de forma significativa.

Mão de Obra Experiente e Altamente Qualificada. Nossos funcionários são experientes e altamente qualificados. Aproximadamente 25% de nossa força de trabalho é composta por engenheiros. Devido ao alto nível de conhecimentos e qualificações dos nossos funcionários, podemos desenvolver novos programas de forma eficiente e fornecer a nossos clientes serviços e orientação técnica diferenciados.

Estratégias de Negócios

Com o objetivo de ampliar nosso negócio e aumentar nossa lucratividade, nossa estratégia é continuar a oferecer aos nossos clientes aeronaves e serviços econômicos, de alta qualidade e confiáveis. Os elementos principais de nossa estratégia são:

Continuar a promover nossas aeronaves comerciais. Estamos totalmente comprometidos a continuar a promover nossa família de jatos regionais ERJ 145, e estamos promovendo de forma agressiva nossa plataforma de média capacidade, a família de jatos EMBRAER 170/190. A família de jatos regionais ERJ 145 é o coração de nossas operações, com quase 900 unidades em operação e um histórico de bons serviços. Acreditamos que as empresas aéreas continuarão a se beneficiar dessa família de jatos regionais, que acreditamos ter ajudado nossos clientes nos últimos nove anos a atingir suas metas de operações rentáveis. Acreditamos que existe uma oportunidade de mercado significativa para a família de jatos EMBRAER 170/190 para linhas aéreas regionais cujas frotas estejam em processo de expansão, aumentando sua penetração em mercados de alta densidade e acrescentando rotas mais longas, e também para outras linhas aéreas importantes e de baixo custo cuja frota esteja em processo de otimização para adequar a sua capacidade de forma a atender à demanda em rotas de menor densidade. Também acreditamos que nossas aeronaves comerciais nos trarão oportunidades significativas para aumentar nossa competitividade oferecendo aos nossos clientes uma oferta completa de aeronaves de 30 a 120 passageiros.

Fortalecer nossa posição no mercado de jatos executivos. Desenvolvemos o Legacy, uma linha de jatos executivos baseados no jato regional ERJ 135. Desde o lançamento do Legacy em 2000 e sua entrada em operação em 2002, nos esforçamos para entender e atender às necessidades do mercado e dos clientes, melhorando

continuamente o produto e os serviços de suporte. O conhecimento adquirido resultou em melhorias significativas ao mesmo tempo em que criou as condições ideais para que identificássemos novas oportunidades no mercado de aviação executiva. Em maio de 2005 expandimos nossa carteira de produtos para complementar o Legacy oferecendo jatos para as categorias *very light* e *light*. Essas jatos executivos podem oferecer às empresas, inclusive empresas de uso compartilhado, a indivíduos e a negócios emergentes de empresas de táxi aéreo uma alternativa econômica e personalizada ao transporte por empresas aéreas comerciais.

Aumentar a Penetração no Mercado de Defesa. Planejamos desenvolver e vender produtos de defesa adicionais, aumentando assim as vendas nesse segmento de nosso negócio. Pretendemos aumentar nossa participação no mercado internacional de defesa promovendo ativamente nossos produtos existentes, desenvolvidos inicialmente para a Força Aérea Brasileira, incluindo a aeronave de Inteligência, Vigilância e Reconhecimento EMB 145 e o Super Tucano (ALX).

Enfoque contínuo de satisfação do cliente e suporte. Acreditamos que nosso enfoque em satisfação do cliente seja fundamental para nosso sucesso como empresa e para nossa estratégia de negócios. Fornecer suporte de alta qualidade ao cliente é um elemento chave para nosso enfoque no cliente e um fator crítico para mantermos relacionamentos de longo prazo com nossos clientes. Como o número de aeronaves de nossa fabricação em operação continua a crescer, aumentamos nosso compromisso em fornecer a nossos clientes um nível adequado de suporte após a venda, incluindo assistência técnica, treinamento de pilotos e de equipes de manutenção, e peças sobressalentes, conforme demonstrado pela aquisição, em 2002, de um centro de manutenção, reparos e recondicionamento de aeronaves em Nashville, Tennessee, e pela aquisição da OGMA, uma instalação de manutenção, reparos e recondicionamento de aeronaves em Portugal, cujo contrato foi assinado e anunciado em dezembro de 2004, e entrou em vigor em março de 2005. É nossa intenção continuar a fornecer a nossos clientes um suporte de alta qualidade.

Analisar oportunidades estratégicas de crescimento e fortalecer os relacionamentos existentes. É nossa intenção analisar oportunidades de crescimento estratégico, que podem incluir joint-ventures e aquisições, e outras operações estratégicas, e fortalecer nosso relacionamento e nossa aliança com o Grupo Europeu Aeroespacial e de Defesa. Por exemplo, recentemente aumentamos nossos recursos de suporte ao cliente com a aquisição da OGMA através de um consórcio liderado por nós com a participação da EADS.

Negócio de Linhas Comerciais

A Embraer projeta, desenvolve e fabrica uma variedade de aeronaves comerciais. O segmento de aeronaves comerciais representa nossa principal linha de negócio, correspondendo a 75,0% da receita líquida no ano findo em 31 de dezembro de 2004.

Produtos

A Embraer desenvolveu o ERJ 145, um jato regional de dois motores turbofan com capacidade para 50 passageiros, lançado em 1996, para atender à demanda crescente das empresas aéreas regionais para aeronaves a jato de médio alcance. Após menos de dois anos de desenvolvimento, foi lançado, em julho de 1999, o ERJ 135, um jato regional para 37 passageiros baseado no ERJ 145. Também foi desenvolvido o ERJ 140, com capacidade para 40 passageiros, como parte da família de jatos regionais ERJ 145, que começou a ser entregue no segundo semestre de 2001. Acreditamos que a família de jatos regionais ERJ 145 forneça o nível de conforto, autonomia e velocidade de um jato a custos comparáveis ao de aeronaves a turboélice. Continuamos a desenvolver uma plataforma para 70 a 108 passageiros, a família de jatos EMBRAER 170/190, para atender à demanda do mercado de aeronaves comerciais por jatos maiores, mais velozes e de maior alcance, e para diversificar ainda mais nossa presença no mercado de aeronaves a jato. A Embraer continua a analisar a demanda por novas aeronaves no mercado de aviões a jato para determinar modificações potencialmente bem sucedidas nas aeronaves já em produção.

Família de jatos Regionais ERJ 145

O ERJ 145 é um jato regional de dois motores turbofan com capacidade para até 50 passageiros. O jato foi desenvolvido para atender à demanda crescente do setor de transporte aéreo por uma aeronave que oferecesse maior

velocidade, conforto e capacidade do que um aparelho turboélice. O ERJ 145 foi certificado pela autoridade brasileira de aviação em novembro de 1996, pela FAA em dezembro de 1996, pela autoridade européia de aviação em maio de 1997, pela autoridade australiana de aviação em junho de 1998 e pela autoridade chinesa de aviação em dezembro de 2000. O ERJ 145 começou a ser entregue em dezembro de 1996.

O desenvolvimento da aeronave ERJ 145 foi parcialmente baseado no EMB 120 Brasília, e possui aproximadamente 30% de peças e componentes em comum com essa aeronave, incluindo a seção no nariz e da cabine. O ERJ 145 possui uma velocidade máxima de cruzeiro de Mach .78, ou 450 nós, e um alcance máximo de 1.060 milhas náuticas com capacidade máxima na versão standard. O ERJ 145 é equipado com motores fabricados pela Rolls-Royce Allison. Esses motores foram projetados para operar por 10.000 horas de voo entre manutenções de grande porte, e apresentam custos de combustível inferiores. Além disso, o ERJ 145 é equipado com instrumentos de voo sofisticados, como instrumentos de indicação dos motores, sistemas de alerta à tripulação e sistema digitais de controle de voo, produzidos pela Honeywell.

O ERJ 145 também está disponível em uma versão LR de longo alcance e, atendendo a solicitações de clientes, foi desenvolvida uma versão de super longo alcance, a versão XR da aeronave. O ERJ 145 LR possui um tanque de combustível maior, motores mais potentes e um alcance maior do que a versão standard. O ERJ 145 LR, certificado pela autoridade brasileira de aviação, pela FAA e pela autoridade européia de aviação em 1998, e pela autoridade chinesa de aviação em novembro de 2000, utiliza motores que fornecem uma impulsão 15% maior, permitindo que a aeronave opere com capacidade máxima em rotas de até 1.550 milhas náuticas. O ERJ 145 XR possui um motor turbofan novo e atualizado, tanques de combustível de maior capacidade e winglets. O ERJ 145 XR, certificado pela autoridade brasileira de aviação em agosto de 2002 e pela FAA em outubro de 2002, oferece consumo de combustível reduzido, um alcance máximo de 2.000 milhas náuticas com capacidade máxima e recursos operacionais extras para altas temperaturas e altitudes. O ERJ 145 LR começou a ser entregue em fevereiro de 1998, e o ERJ 145 XR em outubro de 2002.

O ERJ 135 é um jato regional para 37 passageiros baseado no mesmo projeto do ERJ 145, e utiliza a mesma linha de fabricação. O ERJ 135 possui aproximadamente 96% de peças e componentes em comum com o ERJ 145, o que resulta em menor necessidade de peças sobressalentes e permite a utilização do mesmo equipamento de apoio em terra para clientes que utilizam as duas aeronaves. O ERJ 135 foi certificado pela autoridade brasileira de aviação em junho de 1999, pela FAA em julho de 1999 e pela autoridade européia de aviação em outubro de 1999. O ERJ 135 começou a ser entregue em julho de 1999.

O ERJ 135 possui uma velocidade máxima de cruzeiro de Mach ,78, ou 450 nós, e um alcance máximo de 1.330 milhas náuticas com capacidade máxima na versão standard. O ERJ 135 utiliza os mesmos motores, instrumentos de voo sofisticados, sistemas digitais de controle de voo e projeto estrutural do ERJ 145. A fuselagem do ERJ 135 possui 11,6 pés a menos do que o ERJ 145. O ERJ 135 também está disponível em uma versão LR de longo alcance, com um tanque de combustível maior, motores mais potentes e um alcance significativamente maior (1.700 milhas náuticas), com capacidade máxima, do que a versão standard. A versão LR recebeu a certificação ao mesmo tempo em que a versão standard, e começou a ser entregue em agosto de 1999.

O ERJ 140 foi desenvolvido para atender a solicitações dos clientes. O ERJ 140 é um jato regional para 44 passageiros baseado no mesmo projeto do ERJ 135, e é fabricado na mesma linha de produção do ERJ 145 e do ERJ 135. O ERJ 140 possui aproximadamente 96% de comunalidade com o ERJ 145 e o ERJ 135, oferecendo aos nossos clientes benefícios significativos em termos de manutenção e operações. O ERJ 140 foi certificado pela autoridade brasileira de aviação em junho de 2001 e pela FAA em julho de 2001. O ERJ 140 possui um alcance máximo de 1.230 milhas máximas na versão standard com capacidade máxima. O ERJ 140 está disponível em uma versão LR de longo alcance, com um tanque de combustível maior, motores mais potentes e um alcance máximo (1.630 milhas náuticas) significativamente maior do que a versão standard com capacidade máxima. O ERJ 140 começou a ser entregue em julho de 2001.

A família de jatos regionais ERJ 145 permite certificação de pilotos e procedimentos de manutenção padronizados.

Família de jatos EMBRAER 170/190

A família de jatos EMBRAER 170/190 oferece aos nossos clientes quatro opções de aeronaves de média capacidade. O EMBRAER 170 é um jato para 70 a 80 passageiros, e o EMBRAER 175 é um jato para 78 a 86 passageiros, enquanto a série EMBRAER 190 terá o EMBRAER 190 para 98 a 106 passageiros e o EMBRAER 195 para 108 a 118 passageiros.

O EMBRAER 170 foi certificado pela autoridade brasileira de aviação, pela FAA, pela EASA e pela autoridade polonesa em fevereiro de 2004, e começou a ser entregue em março de 2004. O EMBRAER 175 foi certificado pela autoridade brasileira de aviação em dezembro de 2004 e pela EASA em janeiro de 2005. O EMBRAER 190 fez seu voo inaugural em março de 2004, e o EMBRAER 195 fez seu voo inaugural em dezembro de 2004. Estamos realizando campanhas de ensaios de voo para essas duas aeronaves. Esperamos receber certificação para o EMBRAER 190 no terceiro trimestre de 2005, e para o EMBRAER 195 em meados de 2006.

A família de jatos EMBRAER 170/190 foi projetada para maximizar os benefícios da comunalidade, sendo que as aeronaves dessa família possuem aproximadamente 89% de componentes comuns. O alto nível de comunalidade dessa nova família de jatos reduziu nossos custos de desenvolvimento e nosso tempo de desenvolvimento. Podemos antever que essa comunalidade trará uma economia significativa para nossos clientes em termos de treinamento simplificado, peças menos dispendiosas e custos de manutenção e operacionais menores. Devido a diferenças de peso e tamanho, a família de jatos EMBRAER 170/190 não utilizará o mesmo projeto de asa. Essa família de jatos de média capacidade possui motores presos à parte inferior das asas – um projeto que visa aumentar a potência e a economia de combustível e minimizar os tempos de manutenção. Todos os modelos de aeronaves dessa família são equipados com motores fabricados pela General Electric e possuem sistemas eletrônicos de aviação de ponta fabricado pela Honeywell.

As principais características da família de jatos EMBRAER 170/190 são:

- *Desempenho.* Todos os quatro aparelhos na família de jatos EMBRAER 170/190 têm uma velocidade de cruzeiro máxima de Mach .82. O EMBRAER 190 e o EMBRAER 195 têm alcances máximos de 1.700 e 1.600 milhas náuticas, respectivamente, com capacidade máxima, e também estarão disponíveis em versões LR de longo alcance, com alcances máximos de 2.000 e 1.800 milhas náuticas, respectivamente, com capacidade máxima. O EMBRAER 190 e o EMBRAER 195 têm alcances máximos de 1.700 e 1.500 milhas náuticas, respectivamente, com capacidade máxima, e estarão disponíveis em versões LR de longo alcance, com alcances máximos de 2.300 e 2.100 milhas náuticas, respectivamente, com capacidade máxima.
- *Serviço de terra.* O projeto de motor sob a asa e a existência de quatro portas, duas na frente e duas atrás, facilitam o acesso e a eficiência dos serviços de terra.
- *Espaço na cabine e espaço para carga.* A segurança e o conforto dos passageiros foram ampliados na família de jatos EMBRAER 170/190. O projeto “bolha-dupla” da aeronave permite uma cabine com quatro assentos adjacentes, um corredor mais largo, maior espaço e altura interior e um compartimento de bagagem maior do que os dos jatos de média capacidade existentes de nossos concorrentes, assim como dos jatos de média capacidade em desenvolvimento.

EMB 120 Brasília

O EMB 120 Brasília é uma aeronave pressurizada de dois motores turboélice montados nas asas que acomoda até 30 passageiros. O EMB 120 Brasília foi desenvolvido para atender à demanda do setor de aeronaves regionais por uma aeronave regional de alta velocidade e eficiência no consumo de combustível. O EMB 120 Brasília foi certificado pela FAA em maio de 1985, e pela autoridade brasileira de aviação em julho de 1985. Desde o seu lançamento em 1985 e até 31 de dezembro de 2004, foram entregues 352 EMB 120 Brasília para o mercado regional e cinco EMB 120 Brasília para o mercado de defesa. A Embraer fabrica atualmente o EMB 120 Brasília apenas sob encomenda.

Cientes

Embora tenhamos concentrado nossos esforços nos mercados americano e europeu até agora, também temos clientes no Oriente Médio e na Ásia, incluindo a China. Conseguimos uma base de clientes diversificada, em nível mundial, para nossas aeronaves, principalmente no mercado de linhas comerciais. Nossos maiores clientes de aeronaves comerciais incluem algumas das maiores empresas aéreas regionais e de baixo custo do mundo. Em 3 de março de 2005, nossos maiores clientes eram a JetBlue Airways, US Airways, ExpressJet e Republic Airlines. Para obter uma análise desses importantes relacionamentos com clientes, consulte o “Item 3D. Fatores de Risco – Riscos Relacionados à Embraer – Dependemos de um número pequeno de clientes chave e fornecedores chave, cuja perda poderia causar danos ao nosso negócio”.

Geralmente vendemos nossas aeronaves comerciais de acordo com contratos com nossos clientes, que estipulam preços fixos ajustados por uma fórmula de reajuste que reflete, em parte, a inflação nos Estados Unidos. Esses contratos incluem, geralmente, uma opção para que nossos clientes adquiram aeronaves adicionais por um preço fixo, sujeito a ajustes pela mesma fórmula de reajuste. Além disso, nossos contratos prevêem peças sobressalentes e serviços após a venda, além de garantias do produto e peças sobressalentes. Outras provisões para desempenho de aeronaves específicas e requisitos de projeto são negociadas com nossos clientes. Alguns de nossos contratos incluem ainda provisões para cancelamento e opções de “trade-in” e garantias financeiras e de valor residual. Ver “Item 3D. Fatores de Risco – Riscos Relacionados à Embraer – As vendas de nossas aeronaves estão sujeitas a provisões de cancelamento e opções de troca e garantias financeiras e de valor residual que podem reduzir nosso fluxo de caixa ou exigir desembolso significativo no futuro” para obter uma análise mais detalhada sobre essas provisões.

Vendas e Marketing

Nossa estratégia de comercialização baseia-se na avaliação do mercado mundial de empresas aéreas comerciais e na avaliação das necessidades atuais e futuras de nossos clientes. Promovemos ativamente as nossas aeronaves para empresas aéreas e afiliadas regionais das principais empresas aéreas por meio dos escritórios regionais nos Estados Unidos, Europa e Ásia. Nosso sucesso depende de forma significativa da nossa capacidade de entender as necessidades de nossos clientes, incluindo necessidades de serviço ao cliente e suporte a produtos, e de atender a essas necessidades de forma pontual e eficiente mantendo, ao mesmo tempo, a alta qualidade de nossos produtos. Nossos analistas de mercado e do setor de empresas aéreas enfocam as tendências de longo prazo do mercado, análise competitiva, planejamento de melhoria de produtos e análise de empresas aéreas. Em termos de marketing direto para nossos clientes, usamos fortemente a mídia, e participamos de eventos aéreos ou outros que fortalecem a nossa presença junto ao cliente e o reconhecimento da marca. Possuímos escritórios regionais de vendas em Le Bourget, na França, Ft. Lauderdale, na Flórida, Estados Unidos, Pequim, na China e em Cingapura. Nossa família de jatos regionais ERJ 145 é vendida no mercado chinês exclusivamente pela nossa *joint venture* na China, que obteve 11 pedidos de empresas aéreas chinesas desde o início de 2004.

Produção, Novos Pedidos e Opções

Antes de iniciar a produção ou desenvolvimento de um novo projeto, obtemos cartas de intenção representando pedidos futuros para um número significativo de aeronaves. Normalmente iniciamos o processo recebendo pedidos e criando uma carteira de pedidos dois anos antes de começar a produzir um novo modelo de aeronave, com a finalidade de receber um número significativo de pedidos antes da entrega da primeira aeronave. Uma vez recebido um pedido, reservamos um lugar para esse pedido na linha de produção, assegurando manter uma produção suficiente para atender à demanda. Uma vez reservado um lugar na linha de produção, podemos fornecer aos clientes datas de entrega para seus pedidos.

Um pedido é incluído na carteira de pedidos após o recebimento de um compromisso legal, representado por um contrato assinado. Nossa carteira de pedidos exclui opções de compra e cartas de intenção para as quais não foram fechados contratos definitivos. Para a venda de aeronaves comerciais, normalmente é feito um depósito quando da assinatura de um contrato de compra, além de pagamentos iguais a 5% do preço de venda da aeronave 18 meses antes da data de entrega programada, outros 5% doze meses antes da entrega e mais 5% seis meses antes da entrega. Para a família de jatos EMBRAER 170/190, a empresa recebe um pagamento adicional de 5% 24 meses antes da entrega programada. O montante restante do preço de venda é geralmente pago no ato de entrega da

aeronave. Os depósitos e os pagamentos subsequentes são, geralmente, não restituíveis caso os pedidos sejam cancelados.

Nossas opções de compra geralmente dão a nossos clientes o direito de adquirir uma aeronave no futuro a um preço fixo e em uma data de entrega definida, sujeita a provisões de reajuste de acordo com um contrato de compra. Quando um cliente decide converter uma opção de compra, este pedido passa a ser considerado como um pedido firme. Em alguns casos a data de opção de compra foi postergada e o cronograma de entrega foi reprogramado para pedidos firmes. Algumas vezes permitimos que clientes convertessem pedidos firmes ou opções de compra para uma aeronave em pedidos firmes ou opções de compra para outra aeronave dentro da mesma família de jatos comerciais.

Concorrência

Geralmente enfrentamos concorrência dos principais fabricantes no mercado internacional de aeronaves. Cada categoria de produto que fabricamos enfrenta concorrência de natureza diferente e, normalmente, de empresas diferentes. Alguns de nossos concorrentes possuem mais recursos financeiros, de marketing e outros do que a Embraer. Na categoria de aeronaves para 30-60 passageiros, o principal concorrente do ERJ 135 e do EMB 120 Brasília é o De Havilland DHC-8-200, uma aeronave turboélice. Os principais concorrentes da família de jatos regionais ERJ 145 são:

- o CRJ-100/200/440, fabricado pela Bombardier;
- o 328Jet desenvolvido e fabricado anteriormente pela Fairchild Dornier e agora fabricado sob encomenda pela Avcraft Aviation LLC;
- o ATR-42, fabricado pela ATR G.I.E., um projeto conjunto da Alenia Aerospaziale da Itália e a EADS; e
- o DHC-8-300 fabricado pela De Havilland.

Somente os CRJ-100/200/440 da Bombardier são aeronaves a jato. A Fairchild Dornier pediu concordata em abril de 2002, e o 328Jet está sendo vendido e fabricado sob encomenda atualmente pela Avcraft Aviation LLC. Considerando o sucesso de nossa família de jatos regionais e as barreiras significativas para entrada no mercado, causadas principalmente pelos altos custos de desenvolvimento de novos modelos e pelo extenso e longo ciclo de desenvolvimento de um novo jato, acreditamos estarmos bem posicionados para aumentar nossa participação no mercado para a família de jatos regionais ERJ 145.

As categorias de aeronaves para 61-90 e 91-120 passageiros enfrentam a concorrência mais acirrada. Atualmente, existem três aeronaves no primeiro segmento: O DHC-8-400 da De Havilland, um turboélice para 72 passageiros, o ATR72 da ATR, um turboélice para 72 passageiros e o CRJ-700 da Bombardier, um jato regional para 70 passageiros que começou a ser entregue em janeiro de 2001. A Bombardier lançou também a aeronave CRJ-900, de maior capacidade, com 85 assentos, que começou a ser entregue em janeiro de 2003. Na categoria de 91 a 120 passageiros, a Airbus desenvolveu um jato de 100 ou mais lugares, o A318, certificado pela JAA em maio de 2003. A Boeing anunciou que irá encerrar a produção de seu jato 717 de 100 assentos em 2006, mas continuará a competir nesse segmento com o 737-600. A Embraer é o único fabricante que oferece uma linha completa de produtos nos dois segmentos.

Os fatores chave de competitividade nos mercados dos quais participamos incluem características de projeto e tecnológicas, custos operacionais das aeronaves, preço das aeronaves, incluindo custos de financiamento, serviço ao cliente e eficiência na fabricação. Acreditamos que seremos capazes de competir de forma favorável em termos da nossa base global de clientes, desempenho das aeronaves, baixos custos de operação, experiência no desenvolvimento de produtos, aceitação do mercado, projeto da cabine e preço das aeronaves.

Segmento de Defesa

A Embraer projeta, desenvolve, integra e fabrica uma grande variedade de produtos de defesa, principalmente para transporte, treinamento, ataque leve e aeronaves de vigilância. Somos o principal fornecedor de aeronaves de defesa para a Força Aérea Brasileira em termos do número total de aeronaves na frota atual. Também vendemos aeronaves de defesa para forças militares de 16 países na Europa e América Latina, incluindo o Reino Unido, França, Grécia e México. Até 31 de dezembro de 2004, tinham sido vendidas 529 aeronaves de defesa para o governo brasileiro, e 532 aeronaves de defesa para outras forças militares. Nosso segmento de defesa representou 10,6% da receita líquida para o ano que se encerrou em 31 de dezembro de 2004.

Produtos

Família Tucano; AL-X

O Tucano é uma aeronave com um motor turboélice usada para treinamento de pilotos e missões de reconhecimento armado. Embora não sejam mais fabricados, mais de 650 EMB 312 Tucanos estão em operação em 15 forças aéreas no mundo, incluindo as do Brasil, Reino Unido, França, Argentina, Egito, Colômbia, Paraguai, Peru e Venezuela.

Também desenvolvemos o Super Tucano, que possui uma versão leve de ataque, o AL-X (Aeronave Leve de Ataque). O Super Tucano e o AL-X oferecem um motor duas vezes mais potente do que o motor padrão do Tucano, sistemas eletrônicos de aviação de caça padrão, assentos ejetáveis, sistema de geração de oxigênio a bordo e maior alcance e capacidade de carga externa. O AL-X foi desenvolvido sob contrato com a Força Aérea Brasileira, com financiamento de US\$ 21,7 milhões da FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) para pesquisa e desenvolvimento, dos quais US\$ 1,4 milhões era o saldo devedor em 31 de dezembro de 2004. O AL-X possui sistemas de navegação e ataque sofisticados, capacidade para operação noturna e para operar sob condições hostis. Já recebemos pedidos firmes para 76 aeronaves AL-X e um adicional de 23 opções da Força Aérea Brasileira. A primeira entrega do AL-X para a Força Aérea Brasileira foi realizada em dezembro de 2003, e foram entregues outras sete aeronaves em 2004. Essas aeronaves deverão ser usadas para treinamento avançado de pilotos e para operações de defesa na região amazônica do Brasil associadas ao programa SIVAM (Sistema de Vigilância da Amazônia) do governo brasileiro.

EMB 145 AEW&C; EMB 145 RS; EMB 145 MP

Configuramos uma versão especial do ERJ 145 com um sistema avançado de alerta antecipado e controle para criar o EMB 145 AEW&C, com sensores remotos no solo para criar o EMB 145 RS e com sensores remotos no mar para criar o EMB 145 MP. O sistema avançado de radar phased-array e missão do EMB 145 AEW&C, desenvolvido pela Ericsson, é capaz de realizar vigilância e fornecer controle de tráfego aéreo para apoiar as autoridades de aviação. O EMB 145 RS foi projetado para realizar operações de vigilância no solo e proteção ambiental usando um radar avançado de abertura sintética, capaz de fornecer imagens diurnas/noturnas e em qualquer condição atmosférica de grandes áreas terrestres, utilizando sensores multispectrais desenvolvidos por subcontratados nos Estados Unidos. O EMB 145 MP foi projetado para realizar missões de patrulhamento marítimo e de guerra anti-submarino, utilizando radares de vigilância marítima e terrestre, sensores eletroópticos e comunicações e outros equipamentos de vigilância desenvolvidos pela Ericsson e pela ThalesTM. Nós, a Ericsson e a ThalesTM estamos promovendo essas aeronaves em conjunto em todo o mundo. Em fevereiro de 2001, o governo mexicano fez um pedido de uma aeronave EMB 145 AEW&C e duas aeronaves EMB 145 MP, entregues em 2004. Em 31 de dezembro de 2003, o governo brasileiro tinha feito pedidos de oito aeronaves EMB 145 AEW&C/RS para realizar operações de vigilância e monitorar atividades em terra na região do Amazonas, e todas essas aeronaves foram entregues desde essa data. Em outubro de 1999 o governo da Grécia, representado pela Força Aérea Grega, fez um pedido de quatro aeronaves EMB 145 AEW&C a serem usadas no sistema de alerta antecipado e controle aeroespacial do governo da Grécia, tendo duas dessas aeronaves sido entregues em 2004 e duas em 2005.

AM-X; AMX-T

O AM-X é uma aeronave subsônica para ataque terrestre e apoio aéreo próximo desenvolvida sob um acordo internacional de cooperação com a Alenia Un Azienda S.p.A. e a Aeromacchi Aeronautica Macchi S.p.A., com patrocínio dos governos brasileiro e italiano. Nos termos desse acordo, cada uma das partes é responsável por sistemas essenciais da aeronave. O AM-X é montado no Brasil e na Itália. Nós e nossos parceiros italianos fornecemos uns aos outros os diferentes componentes e principais sistemas da aeronave. Além disso, nós e nossos parceiros italianos temos a liberdade de vender a aeronave independentemente e receber 100% da receita das vendas. Atualmente existem aproximadamente 170 aeronaves AM-X em operação nas forças aéreas do Brasil e da Itália, dos quais 55 foram vendidos por nós.

Desenvolvemos também, com a participação da Alenia e da Aeromacchi, o AMX-T, uma versão mais sofisticada do AM-X, que atualmente é oferecido em todo o mundo. O programa AMX-T funciona sob os mesmos princípios do programa AM-X, exceto que o papel da Alenia é maior do que o da Aeromacchi, que participa apenas como subcontratado. Em setembro de 1999, vencemos uma concorrência para um contrato de US\$ 70 milhões para venda de aeronaves AMX-T para o governo da Venezuela.

Aeronaves para Transporte de Autoridades

Estamos promovendo nossa linha de jatos executivos Legacy para o governo brasileiro e para outros governos, com modificações para atender às necessidades adicionais de segurança desses clientes. Fechamos um contrato com a Força Aérea da Bélgica para fornecer dois EMB 135 e dois EMB 145 modificados para transportar autoridades, dois quais dois EMB 135 e um EMB 145 foram entregues em 2001 e um EMB 145 foi entregue em 2002. Em 1999, fechamos um contrato com o governo da Grécia, por meio da Força Aérea Grega, para fornecer uma aeronave EMB 135 para atender a necessidades especiais de transporte e apoio, entregue em 2000, e um Legacy, entregue em 2002. Além disso, em 2003, a Satena Airline, empresa aérea estatal da Colômbia, fez um pedido de dois EMB 145s, entregues em dezembro de 2003 e janeiro de 2004. Também fechamos um contrato com o governo da Índia para a venda de cinco aeronaves Legacy em uma configuração especial.

Outros Projetos e Atividades

Em dezembro de 2000, fomos selecionados pelo governo brasileiro para realizar uma atualização estrutural e eletrônica dos caças F-5 da Força Aérea Brasileira. Como contratado principal, estamos integrando radar multimodo, navegação avançada e sistemas de ataque e sistemas avançados de auto-proteção às aeronaves existentes segundo o programa "F-5BR". A primeira aeronave modificada foi apresentada à Força Aérea Brasileira em 2003.

Em março de 2002, formamos um consórcio com a Dassault, a Thales™ e a SNECMA e apresentamos uma proposta para o desenvolvimento e fabricação de novos caças para a Força Aérea Brasileira. Em dezembro de 2004, a validade das propostas apresentadas expirou, e o governo brasileiro não renovou o processo de licitação para esse programa.

Em agosto de 2004, fomos selecionados como parte de uma equipe liderada pela Lockheed Martin para fornecer ao exército americano um sistema de vigilância para campo de batalha de última geração conhecido como *Aerial Common Sensor* (ACS - Sensor Comum Aéreo). Pela seleção original, fomos selecionados para fornecer a plataforma, que esperamos será baseada no jato regional ERJ/EMB 145 e será produzida na instalação proposta da Embraer em Jacksonville, na Flórida. O processo final de contratação ainda está em discussão.

Concorrência

Nossos produtos de defesa enfrentam concorrência de vários fabricantes, muitos dos quais possuem mais recursos financeiros, de marketing e outros, do que nós. O Super Tucano e o AL-X concorrem com os Pilatus PC-9M e PC-21 e com o Raytheon T-6A T-6B. O EMB 145 AEW&C concorre com o Northrop-Grumman E-2C II Hawkeye 2000. Além disso, a Boeing está desenvolvendo a aeronave B737 AEW&C, com recursos avançados de alerta antecipado e sensores remotos, para as Forças Aéreas da Austrália e da Turquia. O AM-X/AMX-T concorre com o British Aerospace Hawk-100, com o Aeromacchi MB-339FD e com o Aero Vodochody L-159.

Negócio de jatos executivos

Desenvolvemos uma linha de jatos executivos, Legacy, baseada em nosso jato regional ERJ 135. Estamos vendendo a nova linha de jatos executivos para empresas, incluindo empresas de uso compartilhado, e indivíduos com grande patrimônio. Nosso segmento de jatos executivos representou 7,1% da receita líquida para o ano que se encerrou em 31 de dezembro de 2004 com a entrega de 13 jatos Legacy.

O Legacy foi projetado para oferecer aos clientes uma alternativa econômica para viagens aéreas em linhas comerciais. Oferecemos o Legacy em duas versões: Executiva e *Corporate Shuttle*. A versão Executiva possui um interior altamente personalizado baseado nas exigências específicas de cada cliente. A versão *Corporate Shuttle* é parcialmente personalizada, e normalmente possui assentos padrão classe executiva e recursos de escritório a bordo. As duas versões possuem velocidade máxima de cruzeiro de Mach .8, ou 470 nós.

Desenvolvemos o Legacy baseado em nosso projeto de jato regional e nossa experiência em manufatura. Por exemplo, à exceção do interior da aeronave, do tanque de combustível, do sistema de controle e indicação e dos winglets, o Legacy possui os mesmos componentes do ERJ 135, e pode ser fabricado na mesma linha de produção. Além disso, a versão *Corporate Shuttle* do Legacy não requer aprovação específica da FAA, autoridade europeia de aviação ou autoridade brasileira de aviação. A versão Executiva do Legacy foi certificada pela autoridade aeronáutica brasileira em dezembro de 2001, pela JAA em julho de 2002 e pela FAA em agosto de 2002.

Em maio de 2005 anunciamos nossos planos de expansão de nossa carteira de jatos executivos com as categorias *very light* e *light*. Nossa entrada no mercado de categorias *very light* e *light* foi aprovada pelo Conselho de Administração em abril. As despesas totais de pesquisa e desenvolvimento e gastos de capital relativas aos novos jatos deverão ser na ordem de US\$235 milhões. Esperamos que esse programa seja financiado por parceiros de risco, instituições financeiras e nossa própria geração de caixa. O jato *very light* da Embraer levará de seis a oito passageiros, e será propulsionado pelo motor PW617F da Pratt & Whitney Canada, devendo entrar em operação em meados de 2008. O jato *light* levará até nove passageiros, e terá fuselagem e envergadura da asa, e maior alcance do que o jato *very light*. Esse jato será propulsionado pelo motor PW535E da Pratt & Whitney Canada, e deverá entrar em operação em meados de 2009. A Pratt & Whitney Canada é um de nossos parceiros de risco nesse programa. Devemos selecionar outros parceiros de risco até o final de 2005.

Enfrentamos uma concorrência significativa de empresas com histórico de operações mais extenso e reputação estabelecida na indústria de jatos executivos. Muitos desses fabricantes possuem mais recursos financeiros, de marketing e outros do que nós. Os concorrentes do Legacy incluem aeronaves fabricadas pela Dassault Aviation, Bombardier Inc., General Dynamics e Raytheon. Os concorrentes nas categorias de jatos *very light* e *light* incluem a Cessna Aircraft Co., Raytheon e Eclipse.

A Embraer recebe pedidos e cria carteira para o Legacy da mesma forma que para as aeronaves comerciais. Um pedido é incluído na carteira de pedidos após o recebimento de um compromisso legal, representado por um contrato assinado. Recebemos, normalmente, um depósito na data do pedido, três pagamentos de 5% e o pagamento total do saldo no ato da entrega, da mesma forma que para as aeronaves comerciais. Recebemos, geralmente, US\$ 100.000 para cada opção de compra de um jato executivo. Os termos das opções são substancialmente os mesmos daqueles definidos para as aeronaves comerciais.

Outros Negócios Correlatos

Fornecemos serviços de suporte pós venda, e fabricamos e vendemos peças sobressalentes para as aeronaves que produzimos. As atividades nesse segmento incluem a venda de peças sobressalentes, manutenção e reparo, treinamento e outros serviços de suporte ao produto, além de receitas geradas por aeronaves arrendadas a clientes principalmente através de nossa subsidiária de arrendamento. Além disso, fornecemos partes estruturais e sistemas mecânicos e hidráulicos para a Sikorsky Corporation para a produção de helicópteros. Também fabricamos, de forma limitada e sob encomenda do cliente, aviões turboélice para a aviação em geral, como aviões executivos, leves e aviões agrícolas, também conhecidos como aeronaves leves. Nosso segmento de negócios correlatos representou 7,3% da receita líquida para o ano findo em 31 de dezembro de 2004.

Suporte Pós-venda ao Cliente; Segmento de Peças sobressalentes

Também fornecemos serviços de suporte pós venda, e fabricamos e vendemos peças sobressalentes para as frotas de clientes comerciais, executivos e militares. O suporte pós-venda ao cliente e o segmento de peças sobressalentes são classificados em diversas categorias:

- suporte no campo;
- suporte de materiais, incluindo venda e distribuição de peças sobressalentes;
- administração de garantias e reparos de produtos;
- suporte técnico, incluindo suporte de engenharia, engenharia de manutenção e publicações técnicas; e
- treinamento.

Esse segmento deverá crescer à medida que o número de aeronaves em operação aumentar. Nossos clientes exigem que os fabricantes de aeronaves e seus fornecedores mantenham estoques de peças sobressalentes e equipamentos de apoio em terra adequados para um período de 10 anos após a produção da última aeronave do mesmo tipo, ou até que existam menos de cinco aeronaves em operação no serviço de transporte aéreo comercial regular. Criamos, recentemente, um programa de *pool* que permite que os clientes troquem peças usadas por peças novas ou recondiçionadas.

Subcontratação

Fornecemos serviços de subcontratação à Sikorsky Corporation para desenvolvimento e fabricação de trens de pouso, tanques e sistemas de combustível para o helicóptero S-92 Helibus. Também agimos como parceira de risco para a Sikorsky. Os contratos expiram em 2015.

Aeronaves para Aviação em Geral

Fabricamos aeronaves turboélice para aviação em geral. Essas aeronaves incluem uma aeronave para seis passageiros produzida somente sob encomenda e usadas por empresas como aeronaves executivas e para empresas de táxi aéreo. Até 31 de dezembro de 2004, havíamos entregado um total de 2.326 dessas aeronaves. A última entrega desse tipo de aeronave ocorreu em 2000. Também desenvolvemos também uma aeronave agrícola segundo as especificações do Ministério da Agricultura do Brasil. Essas aeronaves só são produzidas sob encomenda. Em 31 de dezembro de 2004, tínhamos entregado um total de 978 dessas aeronaves, incluindo 70 em 2004, e tínhamos 25 pedidos em carteira para aeronaves agrícolas em 31 de dezembro de 2004.

Atividades de Arrendamento Operacional de Aeronaves

Em 2002 criamos uma subsidiária, a ECC Leasing Co. Ltd., ou ECC, responsável pelo gerenciamento e recomercialização de determinadas aeronaves, como aeronaves pré-série que não são vendidas após a conclusão do processo de certificação para esse tipo de aeronave, aeronaves que podemos receber em caso de opção de troca (*trade-in*) e aeronaves que possamos readquirir em função de nossas garantias financeiras.. Em 31 de dezembro de 2004, a ECC e duas outras subsidiárias possuíam uma carteira de 24 aeronaves, das quais 14 estavam sob arrendamento operacional.

Mercados

A tabela a seguir mostra nossa receita líquida por linha de negócio e região geográfica dos usuários finais das aeronaves para os períodos indicados.

	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2002	2003	2004
	<i>(em milhões de dólares)</i>		
Linha Comercial:			
Américas (exceto Brasil)	US\$1.772,2	US\$1.457,8	US\$2.189,4
Europa	290,5	68,6	296,9
Brasil	—	—	—
Outros.....	47,6	—	93,2
Total	<u>US\$ 2.110,3</u>	<u>US\$1.526,4</u>	<u>US\$2.579,5</u>
Jatos Executivos			
Américas (exceto Brasil)	86,6	139,2	204,9
Europa	58,3	36,2	—
Outros.....	—	—	40,8
Total	<u>US\$144,9</u>	<u>US\$175,4</u>	<u>US\$245,7</u>
Defesa			
Américas (exceto Brasil)	13,3	106,6	92,1
Europa	73,5	52,6	20,9
Brasil	40,5	102,5	2 46,1
Outros.....	—	0,7	6,6
Total	<u>US\$127,3</u>	<u>US\$262,4</u>	<u>US\$365,7</u>
Outros Negócios Correlatos			
Américas (exceto Brasil)	78,2	94,7	130,1
Europa	43,2	65,3	54,4
Brasil	20,1	18,5	51,3
Outros.....	1,8	0,8	13,8
Total	US\$143,3	US\$179,3	US\$249,6

Joint-Ventures

Fizemos uma *joint venture* com a Liebherr International AG para desenvolver e fabricar trens de pouso e equipamento hidráulico de alta precisão, e fornecer serviços correlatos à Embraer e a outros clientes no mundo. Para essa *joint venture*, formamos uma nova subsidiária, a ELEB, para a qual foram transferidas todas as atividades de fabricação de trens de pouso, funcionários e alguns passivos associados a essas atividades. Em 22 de maio de 2000, a Liebherr International AG, agindo de forma coordenada com sua subsidiária, a Liebherr Aerospace Lindenberg GmbH, e por meio da afiliada brasileira, adquiriu 40% das ações da ELEB. A Liebherr-Aerospace SAS é nossa parceira de risco, responsável pelo projeto, desenvolvimento e fabricação de conjuntos de trens de pouso para a família de jatos EMBRAER 170/190.

Em dezembro de 2002, criamos uma *joint venture* com a Harbin Aircraft Industry (Group) Co., Ltd. e a Hafai Aviation Industry Co., Ltd, subsidiárias da China Aviation Industry Corp, ou AVIC II, para a fabricação, vendas e suporte pós-venda da família de jatos regionais ERJ 145. Possuímos 51% do capital desta *joint venture*, a Harbin Embraer Aircraft Industry Company Ltd. A *joint venture* recebeu os direitos exclusivos de produção, venda e

fornecimento de suporte para a família de jatos regionais ERJ 145 nos mercados da China, e contribuímos com US\$ 12,4 em dinheiro, ferramentas e estoques para a *joint venture*. Nossos parceiros na *joint venture* contribuíram com os direitos de uso da terra em Harbin, na China, e contribuíram com US\$ 10,8 milhões em dinheiro e instalações para a *joint venture*. O início da produção de aeronaves ERJ 145 fabricadas pela empresa de *joint venture* ocorreu em dezembro de 2003, e a *joint venture* fechou seu primeiro contrato de vendas com a China Southern Airlines em fevereiro de 2004. Em março de 2005 fechamos um segundo contrato de vendas para cinco aeronaves com a China Eastern Airlines.

Fornecedores e Componentes; Acordos de Parceria de Risco

Não fabricamos todas as peças e componentes usadas na produção de nossas aeronaves. Mais de 80% dos custos de produção da família de jatos regionais ERJ 145, da família EMBRAER 170/190 e das aeronaves executivas Legacy, dependendo do modelo de aeronave, consistem em materiais e equipamentos adquiridos de nossos parceiros de risco e outros grandes fornecedores. Os acordos de parceria de riscos com fornecedores de componentes principais permitem que nos dediquemos ao nosso negócio principal: projeto e produção de aeronaves comerciais. Acordos de parceria de risco são acordos pelos quais os fornecedores são responsáveis pelo projeto, desenvolvimento e fabricação dos componentes principais de nossas aeronaves, como asas, cauda ou fuselagem. Dessa forma, nossos parceiros de risco investem seus próprios recursos na pesquisa e desenvolvimento, e compartilham conosco os riscos e o sucesso de nossos produtos.

Nosso segmento de jatos comerciais e executivos se apóia nos parceiros de risco para o fornecedor de componentes vitais para as nossas aeronaves, como motores, componentes hidráulicos, sistemas eletrônicos de aviação, asas, seções da fuselagem e partes da cauda. Uma vez selecionados os parceiros de risco e iniciado o desenvolvimento e a produção das aeronaves, é difícil substituir esses parceiros. Em alguns casos, nossas aeronaves são projetadas especificamente para acomodar um determinado componente, como os motores, que não podem ser substituídos por componentes de outro fabricante sem atrasos e despesas significativos. Essa dependência nos torna suscetíveis ao desempenho, qualidade e situação financeira desses parceiros de risco.

Família de jatos Regionais ERJ 145

Parceiros de Risco. Estabelecemos acordos de parceria de risco com os quatro fornecedores a seguir para o desenvolvimento e a produção da família de jatos regionais ERJ 145:

- Grupo Auxiliar Metalúrgico S.A., ou Gamesa, uma empresa espanhola de propriedade da Iberdrola S.A., uma empresa europeia de energia e o Banco Bilbao Vizcaya, uma grande instituição financeira da Espanha, fornecem as nacelas dos motores e as portas do trem de pouso principal.
- Sonaca S.A. – Société Nationale de Constructions Aeronautiques, uma empresa belga, fornece partes da fuselagem central e traseira, as portas de serviço, principais e do compartimento de bagagem e as torres dos motores;
- ENAER – Empresa Nacional de Aeronáutica, uma empresa chilena, fornece a aleta vertical, os estabilizadores horizontais e os elevadores; e
- C&D Aerospace, Inc., uma empresa americana, fornece os interiores da cabine e do compartimento de carga.

Nossos parceiros de risco recebem, geralmente, o pagamento pelos componentes fornecidos dentro de um prazo de tr s a cinco meses após a entrega dos componentes   Embraer. O relacionamento de parceria com esses fornecedores resulta em custos menores de produ o e maior qualidade do produto para a família de jatos regionais ERJ 145. Os acordos de parceria de riscos com a Gamesa, a Sonaca e a ENAER beneficiam também a linha de jatos executivos. O interior da versão Executiva do Legacy é fornecido pelo The Nordam Group, Inc. e Duncan Aviation, Inc.

Outros grandes fornecedores. Estabelecemos acordos com diversos fornecedores europeus, americanos, canadenses e brasileiros para o fornecimento de componentes chave para muitos de nossos produtos, incluindo a família de jatos regionais ERJ 145. Esses acordos de fornecimento incluem sistemas e componentes como motores, aviônicos, trens de pouso e sistemas de controle de voo. Nossos fornecedores incluem, entre outras empresas, a Rolls-Royce Allison, Parker Hannifin Corp., BF Goodrich Co., United Technologies Corp. Nossos principais fornecedores são, entre outros, Rolls-Royce Allison, Parker Hannifin Corp., BF Goodrich Co., United Technologies Corp. - Hamilton Sundstrand Division, Honeywell, Rosemount Aerospace e Alcoa Inc.

Nossos fornecedores são selecionados com base, entre outros fatores, em desempenho técnico e qualidade de seus produtos, capacidade de produção, relacionamento anterior e situação financeira. Possuímos um relacionamento contínuo com a maioria de seus principais fornecedores desde o início da produção do Bandeirante em 1975. Foram criados acordos de compra com nossos principais fornecedores, que atendem às nossas necessidades para cinco a dez anos de produção. Não temos a obrigação de adquirir uma quantidade fixa de materiais nos termos de qualquer um desses contratos de fornecedores. Nossos relacionamentos com fornecedores dependem de cooperação, desempenho e manutenção de preços competitivos.

Família de jatos EMBRAER 170/190

Continuamos a desenvolver a família de jatos EMBRAER 170/190 em conjunto com parceiros de risco que fornecem os principais sistemas para a aeronave. Os acordos com fornecedores para a família de jatos EMBRAER 170/190 são diferentes daqueles existentes para a família de jatos regionais ERJ 145 pois usamos um número menor de fornecedores. Na família de jatos EMBRAER 170/190, cada parceiro de risco é responsável pelo desenvolvimento e produção de sistemas da aeronave, como o trem de pouso, o sistema hidráulico e o sistema de controle de voo, em vez de componentes individuais, e um número menor de componentes é fornecido por empresas que não serão parceiros de risco. A adoção de responsabilidade por sistemas pelos parceiros de risco reduz nosso desembolso de capital, que reduz nossos riscos de desenvolvimento e aumenta nossa eficiência operacional reduzindo o número de fornecedores por produto e cortando custos de produção. Isso também reduz o tempo de desenvolvimento e de produção. Os principais parceiros de risco para a família de jatos EMBRAER 170/190 são os seguintes:

- a General Electric fornece os motores turbofan CF34-8E/10E e projeta, desenvolve e fabrica as nacelas dos motores;
- a Honeywell fornece os sistemas eletrônicos de aviação;
- a Liebherr é responsável pelo projeto, desenvolvimento e fabricação dos conjuntos de trem de pouso;
- a Kawasaki, uma empresa japonesa, desenvolve e fabrica o montante da asa da aeronave, a torre do motor, os conjuntos fixos de pouso e traseiros, flaps, spoilers e as superfícies de controle de voo das asas;
- a Hamilton Sundstrand, uma empresa americana e subsidiária controlada integralmente pela United Technologies Corp., desenvolve e produz o núcleo da cauda da aeronave, a unidade de energia auxiliar, os sistemas elétricos e o sistema de controle de ar;
- a Sonaca é responsável pelas aletas das asas da aeronave;
- a Gamesa é responsável pela fuselagem traseira e pelas superfícies verticais e horizontais da cauda;
- a Latecoere, uma empresa francesa, fabrica duas das três seções da fuselagem;
- a C&D Aerospace projeta, desenvolve e fabrica o interior da aeronave; e
- a Grimes Aerospace Company, uma empresa americana e subsidiária controlada integralmente pela AlliedSignal Inc., desenvolve e fabrica a iluminação externa e da cabine de comando.

Até 31 de dezembro de 2004, nossos parceiros de risco contribuíram com um total de US\$245,1 milhões para o desenvolvimento da família de jatos EMBRAER 170/190. As contribuições em dinheiro se tornam não-reembolsáveis quando determinados marcos de desenvolvimento são atingidos. Em 31 de dezembro de 2004, US\$120,3 milhões dessas contribuições em dinheiro se tornaram não-reembolsáveis. Se o desenvolvimento e a produção de qualquer uma das aeronaves restantes da família de jatos EMBRAER 170/190 forem cancelados por não sermos capazes de obter certificação ou por outros motivos, não relacionados a demanda de mercado, a empresa poderá ser obrigada a devolver US\$124,8 milhões dessas contribuições em dinheiro. Por ocasião da conclusão do processo de certificação do EMBRAER 190 no terceiro trimestre de 2005, uma parcela adicional de US\$37,5 milhões dessas contribuições em dinheiro se tornará não-reembolsável. Normalmente não é necessário devolver essas contribuições como resultado de demanda insuficiente do mercado. Acreditamos que esses compromissos financeiros representam um forte endosso do projeto da nossa aeronave e da nossa capacidade de executar nosso plano de negócios.

Além disso, alguns dos parceiros de risco para a família de jatos EMBRAER 170/190 assumiram um papel mais amplo em outros aspectos do programa fornecendo financiamentos para as vendas e garantias residuais, em vez de apenas fornecer componentes para a aeronave.

Jatos Executivos

Os parceiros de risco para nosso jato executivo Legacy são os mesmos da família de jatos ERJ 145. Haverá parceiros de risco para os jatos executivos *very light* e *light*: A Pratt & Whitney Canada, que fornecerá os motores, bem como outros fornecedores para outros componentes, que serão selecionados até o final de 2005.

Serviço ao Cliente e Suporte ao Produto

A satisfação do cliente e o serviço são críticos para nosso sucesso. Ao focar o cliente, nosso objetivo é aumentar a lealdade dos clientes e, como consequência, aumentar as vendas. Continuaremos a trabalhar no desenvolvimento de relacionamentos mais próximos e de longo prazo com os clientes atendendo às exigências das aeronaves, fornecendo suporte e peças sobressalentes após a venda e atendendo às necessidades de manutenção. No momento da compra, identificamos o nível adequado de suporte ao cliente, em nível regional ou nas instalações do cliente, e coordenamos os níveis de estoques regionais para atender às necessidades previstas de peças sobressalentes e de manutenção. Para manter e aumentar a velocidade de resposta, criamos cinco centros de suporte no mundo. Fornecemos assistência técnica, suporte e distribuição para os clientes no Brasil e na América Latina por meio de nossa instalação em São José dos Campos. Em março de 2002, estabelecemos um centro de distribuição em Pequim, na China, em conjunto com a China Aviation Supplies Import and Export Corporation (CASC). Também é nossa intenção fornecer serviços de suporte por meio da *joint venture* na China para aeronaves vendidas por essa *joint venture*. Além disso, operamos uma instalação de manutenção, reparos e recondição em Nashville, Tennessee, e uma instalação de manutenção, reparos e recondição em Alverca, Portugal. Nessas instalações, fornecemos manutenção completa e serviços de reparos para nossas aeronaves comerciais e executivas, melhorando a qualidade dos nossos serviços aos clientes nos Estados Unidos e na Europa.

Temos equipes nos Estados Unidos, Europa e Brasil dedicadas exclusivamente a melhorar o suporte ao cliente. Além disso, para cada um de nossos clientes chave, possuímos gerentes sênior de relacionamento responsáveis por melhorar nosso relacionamento com esses clientes. Também fornecemos suporte diretamente no campo com representantes técnicos no local em diversas instalações de nossos principais clientes. Esses representantes no local são designados para os principais clientes antes da primeira entrega de aeronaves a esses clientes, e fornecem orientação quanto à manutenção e operação das aeronaves. A Embraer também acompanha as necessidades de peças sobressalentes dos clientes e mantém estoques para clientes.

Operamos centros de suporte disponíveis 24 horas por dia nas instalações de São José dos Campos, Ft. Lauderdale, Flórida e Le Bourget, na França. Treinamos pilotos, co-pilotos, comissários de bordo e mecânicos nesses locais. Operamos simuladores de voo avançados para a família de jatos regionais ERJ 145 e para o Legacy nas instalações da Flórida através de acordo com a FlightSafety International, Inc., uma empresa especializada em simulação de voo. Firmamos um acordo com a GE Capital Aviation Training Limited, ou GECAT, uma *joint venture* entre a General Electric Company e a ThalesTM, segundo o qual a GECAT fornece treinamento para a família de jatos EMBRAER 170/190 de forma não exclusiva. Também fornecemos serviços de campo e

treinamento no local de trabalho para funcionários de empresas aéreas. Por exemplo, enviamos regularmente um de seus pilotos para voar com a tripulação de um operador durante a introdução de uma aeronave nas rotas regulares do cliente. Também fornecemos publicações técnicas com informações técnicas atualizadas sobre nossas aeronaves.

Acordos de Financiamento de Aeronaves

Normalmente não fornecemos financiamento de longo prazo diretamente para nossos clientes, mas damos assistência aos clientes na obtenção de financiamento por meio de diferentes fontes como contratos de leasing e o programa BNDES *-exim*. Além disso, damos assistência a nossos clientes para que se qualifiquem para o programa BNDES *-exim*. Caso a caso, temos fornecido financiamento temporário a taxas de mercado para clientes que concluíram ou estão em processo de negociação de outros acordos financeiros e ainda não receberam recursos suficientes a tempo para a entrega. Também fornecemos garantias para uma parte do financiamento de aeronaves para alguns de nossos clientes. Consulte as Notas 8, 9 e 34 de nossas demonstrações financeiras consolidadas.

O programa BNDES *-exim*, um programa patrocinado pelo governo brasileiro, fornece aos nossos clientes financiamento direto para exportação de mercadorias e serviços brasileiros. De 1996 a 2004, cerca de 44% do total das nossas vendas para exportação constava como financiada pelo programa BNDES *-exim*.

Além do programa BNDES *-exim*, ajudamos nossos clientes na obtenção de financiamento de aeronaves por outros meios, como contratos de leasing, principalmente através de empresas de leasing, arrendamentos alavancados (“leverage lease”) nos Estados Unidos, leasing fiscal do Reino Unido e leasing fiscal da França. Esses contratos representaram aproximadamente 47% do montante total de nossas vendas para exportação de 1996 a 2004. Contratos de leasing através de empresas de leasing geralmente envolvem a compra de nossas aeronaves por uma empresa de leasing nos termos de um contrato de compra de cliente e o leasing dessas aeronaves para o cliente. Em transações de leasing alavancadas, um investidor recebe de terceiros, que também podem ser o BNDES *-exim*, um empréstimo de uma parte do preço da aeronave, compra a aeronave e faz um leasing para o cliente. Consulte a Nota 9 das demonstrações financeiras consolidadas.

Nossos clientes também se beneficiam do programa ProEx, um programa patrocinado pelo governo brasileiro para ajustes da taxa de juros. No programa ProEx, cujo objetivo é reduzir o risco país do Brasil, clientes estrangeiros que adquirem produtos selecionados fabricados no Brasil, como nossas aeronaves, recebem os benefícios de descontos na taxa de juros. Um percentual substancial de nossos clientes se beneficiam do programa ProEx. Ver “Item 3D. Fatores de Risco—Riscos Relacionados à Embraer—Qualquer diminuição no financiamento de cliente patrocinado pelo governo brasileiro ou aumento no financiamento patrocinado pelo governo que beneficie a concorrência, pode reduzir a competitividade de custos de nossa aeronave”.

Propriedade Intelectual

Nossa propriedade intelectual, que inclui projetos, segredos industriais, know-how e marcas registradas, é importante para o nosso negócio. Detemos marca registrada para o nosso nome e símbolo, e para os nomes das aeronaves, alguns dos quais estão registrados, e alguns estão em processo de registro em diversos países, incluindo Brasil, Estados Unidos, Canadá, Cingapura, Hong Kong, China, União Européia e Japão. Em 31 de dezembro de 2004, possuíamos aproximadamente 47 marcas registradas. Nossas marcas registradas são geralmente renovadas no final do período de validade, que geralmente é de 10 anos a partir da data da inscrição para registro. Não acreditamos que a perda de qualquer uma de nossas marcas registradas teria um impacto significativo sobre nossos negócios ou o resultado de nossas operações.

Regulamentos Governamentais e Certificação de Aeronaves

Estamos sujeitos à leis de diversos órgãos regulamentadores aeronáuticos, tanto no Brasil quanto no exterior. Esses órgãos regulam, principalmente, a certificação de aeronaves e de fabricantes de aeronaves. Além da certificação no Brasil, precisamos obter certificação em cada jurisdição na qual nossas aeronaves operam comercialmente. A autoridade competente para certificação de nossas aeronaves no Brasil é o Departamento de Aviação Civil, ou DAC, por meio do Centro Técnico Aeroespacial, ou CTA, atualmente sob supervisão do Ministério da Defesa. O Congresso brasileiro está atualmente estudando uma lei proposta que visa criar um órgão regulamentador, a Agência Nacional de Aviação Civil, ou ANAC, que, caso a lei seja aprovada, passará a ser a principal autoridade brasileira competente para regulamentação, supervisão e certificação de aeronaves, peças para aeronaves, fabricantes e operações. As autoridades de aviação em outros países incluem a FAA nos Estados Unidos, a recém-criada EASA para os países da União Européia, ou UE, e a JAA, a autoridade de aviação para outros países da Europa. Alguns países simplesmente validam e complementam a certificação original da autoridade brasileira de aviação, seguindo suas próprias regras. A autoridade brasileira de aviação criou um acordo bilateral de certificação com a FAA segundo o qual as exigências para certificação pelo FAA estão incluídas no processo de certificação da autoridade brasileira. Essa cooperação entre autoridades reguladoras resulta em um processo de certificação mais ágil.

O ERJ 145 recebeu certificação para operar nos Estados Unidos e no Brasil no quarto trimestre de 1996, na Europa, no segundo trimestre de 1997, na Austrália, em junho de 1998, e, para a versão LR, na China, em novembro de 2000. O ERJ 145 versão XR foi certificado pela autoridade brasileira de aviação em agosto de 2002, e pela FAA em outubro de 2002. O ERJ 135 foi certificado pela autoridade brasileira de aviação em junho de 1999, pela FAA em julho de 1999 e pela autoridade européia de aviação em outubro de 1999. O ERJ 140 foi certificado pela autoridade brasileira de aviação em junho de 2001 e pela FAA em julho de 2001. A versão Executiva do Legacy foi certificada pela autoridade brasileira de aviação em dezembro de 2001, pela JAA em julho de 2002 e pela FAA em agosto de 2002. O EMBRAER 170 foi certificado pela autoridade brasileira de aviação, pela FAA, EASA, JAA e pela autoridade polonesa em fevereiro de 2004. O EMBRAER 175 foi certificado pela autoridade brasileira de aviação em dezembro de 2004 e pela EASA em janeiro de 2005.

Quando uma aeronave é certificada pela CTA e FAA, algumas autoridades de aviação, como as da Austrália e México, ratificam essa certificação. Outros países, como o Canadá, exigem o cumprimento de suas próprias exigências nacionais para certificação. Na Europa, desde setembro de 2003, a EASA passou a ser a autoridade regulatória dos países da UE, incluindo Alemanha, Itália, França, Reino Unido, Espanha e Holanda. A maioria dos países fora da UE, como a Suíça, ainda operam sob as regras da JAA. A JAA não é uma autoridade certificadora, mas uma organização de consultoria que faz recomendações para as autoridades nacionais dos países fora da UE. Uma recomendação pela JAA é um requisito para certificação de uma aeronave pela maioria dessas autoridades de aviação. Antes da criação da EASA, 27 autoridades nacionais eram membros da JAA. Como é uma organização nova, a EASA utiliza atualmente a estrutura técnica da JAA, e segue as recomendações da JAA para a emissão de certificados do tipo EASA para aeronaves.

A certificação de aeronaves é um processo contínuo. Qualquer modificação no projeto de qualquer uma de nossas aeronaves deve ser aprovada pela autoridade brasileira. Mudanças significativas podem exigir uma certificação separada por outras autoridades. Mudanças nas exigências para certificação de aeronaves não exigem nova certificação de uma aeronave já certificada, mas as autoridades podem impor melhorias significativas nos aspectos de segurança por meio de regras operacionais ou diretivas de adequação ao transporte aéreo.

4C. Estrutura Organizacional

Nossas operações são conduzidas pela Embraer – Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. como principal empresa controladora e de operação. A Embraer possui diversas subsidiárias diretas e indiretas, nenhuma das quais considerada significativa. Uma lista completa de nossas subsidiárias foi incluída como Anexo 8.1 neste relatório anual.

4D. Imóveis, Instalações e Equipamentos

Possuímos sede e instalações próprias, localizadas em São José dos Campos. Parte significativa de nossas instalações em São José dos Campos estão hipotecadas ao BNDES. Alugamos, possuímos ou temos o direito de uso dos seguintes imóveis:

Localização	Finalidade	Metragem quadrada aproximada	Próprio/ Alugado	Término do Arrendamento
São José dos Campos, SP, Brasil	Sede, instalação de fabricação principal e centro de suporte	5.902.102	Próprio	—
São José dos Campos, SP, Brasil (Eugênio de Mello).....	Instalação para fabricação	3.658.884	Próprio	—
Botucatu, SP, Brasil	Instalação para fabricação	222.000	Próprio	—
Harbin, China	Instalação para fabricação	258.067	Próprio (1)	—
Gavião Peixoto, SP, Brasil.....	Instalação para teste e fabricação	191.648.512	(2)	—
São Paulo, SP, Brasil.....	Escritórios de administração	5.245	Alugado	2007
Ft. Lauderdale, Flórida, EUA	Centro de suporte	91.500	Alugado	2020
West Palm Beach, Flórida, EUA (3)	Escritórios de engenharia	16.800	Alugado	2005
Nashville, Tennessee, EUA.....	Manutenção de aeronaves e centro de suporte	316.128	Alugado	2018, 2028
Alverca, Portugal (4)	Manutenção de aeronaves e centro de suporte	417.000	Alugado	2035
Le Bourget, França	Centro de suporte	33.500	Alugado	2008
Pequim, China	Escritórios de representação	1.709	Alugado	2004
Cingapura	Escritórios de representação	2.239	Alugado	2004

(1) Terreno próprio segundo certificado de direito de uso da terra.

(2) A Embraer possui uma autorização temporária do Estado de São Paulo para usar o terreno e deve receber uma concessão para o uso desse terreno assim que as formalidades legais forem satisfeitas. As instalações são de propriedade da Embraer.

(3) Esta instalação foi fechada em maio de 2005.

(4) Essa instalação foi comprada em março de 2005

Produção

Atualmente, a fabricação de uma aeronave consiste em três etapas principais: fabricação das partes básicas, montagem dos componentes principais e montagem final. As partes básicas são as chapas e placas de metal (produzidas a partir de moldes, estiramento ou diversos tratamentos químicos), peças produzidas por meio de máquinas computadorizadas e não computadorizadas e peças pré-fabricadas. As peças básicas são então unidas, ou casadas, entre si para produzir os principais componentes da aeronave, que são unidos para criar a estrutura básica da aeronave. Na etapa final da produção, os diversos sistemas operacionais da aeronave (como fiação e eletrônica) são instalados na estrutura e testados.

As instalações de produção para nossas aeronaves comerciais, executivas e de defesa estão localizadas em São José dos Campos, São Paulo, Brasil. O tempo de produção das aeronaves a jato regionais foi reduzido de oito meses em 1996 para 3,1 meses em 2004. De 31 de dezembro de 1999 a 31 de dezembro de 2000 a cadência de produção foi aumentada de 12 para 16 aeronaves da família ERJ 145 por mês. Em 31 de março de 2001 nossa taxa de produção era de 16 aeronaves por mês. Devido à redução da demanda do mercado após os ataques terroristas de 11 de setembro e à desaceleração da economia mundial, nossa produção foi reduzida para 11 aeronaves por mês e, em 2003, foi novamente reduzida, para 9 aeronaves por mês. O tempo de produção de nossas aeronaves EMBRAER 170 foi reduzido de aproximadamente sete meses no início da produção em março de 2004 para aproximadamente 4,1 meses no final de 2004. Temos a flexibilidade para aumentar a produção no futuro para atender a um aumento da demanda. Para acomodar a produção da família de jatos regionais ERJ 145 e da família de jatos EMBRAER 170/190, além da produção dos jatos executivos, nossas instalações de produção foram expandidas, e adquirimos novas instalações e daremos continuidade ao processo de coordenação com os parceiros de risco para acomodar quaisquer necessidades futuras de produção.

Uma nova instalação foi construída em Gavião Peixoto, São Paulo, Brasil, para aumentar a capacidade de ensaios de voo e prover uma linha de montagem final para nossas aeronaves executivas e de defesa. Até 31 de dezembro de 2004 havíamos investido US\$ 51,5 milhões na construção dessa nova instalação. Essas instalações estão em operação desde novembro de 2002, e consistem em uma pista de pouso e decolagem e outros recursos para apoiar o desenvolvimento de nossa tecnologia de aeronaves supersônicas. Também estamos realizando os ensaios de voo para a família de jatos EMBRAER 170/190 e possuímos uma fábrica de interiores de jatos executivos totalmente operacional em Gavião Peixoto.

Em setembro de 2000 foi adquirida uma nova instalação em São José dos Campos, São Paulo, Brasil, onde atualmente são fabricadas pequenas peças e componentes para nossas aeronaves. Nossa joint venture na China construiu uma fábrica para a família de jatos ERJ 145 em Harbin, na China.

Questões Relativas ao Meio Ambiente

A maior parte das leis ambientais no Brasil é determinada no nível estadual e não no nível federal ou municipal, sendo que as autoridades ambientais, na maioria dos estados, concede permissões para operação para instalações individuais, e não por meio de leis gerais. Possuímos todas as permissões exigidas para operar. Os termos dessas permissões para operação são revistos a cada ano, e estamos em conformidade com estas permissões. Além disso, aderimos internamente aos padrões ambientais internacionais ISO 14000. Em 2002, 2003 e 2004, investimos US\$ 1 milhão, US\$ 1,7 milhão e US\$ 2,6 milhões, respectivamente, em questões relativas ao meio ambiente, e esperamos gastar aproximadamente US\$ 3,3 milhões em questões relativas ao meio ambiente em 2005 relacionadas à construção de novas instalações e modificação das instalações existentes para atender às exigências ambientais e melhorias.

OGMA

Durante o processo de “due diligence” anterior à aquisição da OGMA, identificamos alguns processos industriais que não atendiam às normas ambientais e de segurança do trabalho. Como parte das negociações, concordamos com a EMPORDEF, o vendedor, que (i) a Embraer gastaria 1,9 milhões de euros – montante estimado pelas partes como montante necessário para colocar os processos industriais em conformidade com as normas ambientais e de segurança do trabalho em um período de três anos, (ii) o vendedor indenizaria a OGMA por quaisquer perdas oriundas de processos relacionados ao meio-ambiente durante esse mesmo período de três anos,

(iii) a responsabilidade da Embraer perante quaisquer processos relacionados ao meio -ambiente anteriores à aquisição seria limitada a 4,1 milhões de euros, e (iv) qualquer responsabilidade por outros processos relacionados ao meio-ambiente ou à segurança do trabalho anteriores à aquisição acima de 4,1 milhões de euros seriam pagas pelo vendedor.

Seguros

Todas as nossas instalações e equipamentos são seguradas para substituição em caso de perda. Também possuímos seguro para cobrir quaisquer danos potenciais à nossa frota de aeronaves, incluindo danos ocorridos durante vôos comerciais e de demonstração. Além disso, possuímos uma apólice de seguro de responsabilidade civil sobre produtos de aviação, que cobre danos causados pela fabricação, distribuição, venda e manutenção de nossa aeronaves e peças. A cobertura do nosso seguro de responsabilidade civil é aumentada à medida que nossa frota cresce. Também possuímos seguro contra desastres naturais e interrupção das atividades, cobrindo danos a imóveis e lucros cessantes, conforme definido na apólice, e despesas adicionais, como as incorridas pela redução da produção e entrega de aeronaves devido a uma interrupção parcial ou total das nossas atividades devida a um acidente. Consideramos os montantes de cobertura de nossos seguros típicos de uma empresa do tamanho da Embraer e adequados para atender a todos os riscos previsíveis associados a nossas operações.

Também mantemos seguros de responsabilidade de diretores no montante total de US\$50 milhões. Esse seguro cobre nossos diretores em caso de responsabilidade por atos ilícitos, incluindo qualquer ato de omissão cometido ou tentado por qualquer diretor atuando em sua capacidade de diretor, ou qualquer processo contra um diretor oriundo exclusivamente no exercício do respectivo cargo.

ITEM 5. RELATÓRIO OPERACIONAL E FINANCEIRO, E PERSPECTIVAS

Esta análise deve ser lida em conjunto com nossas demonstrações financeiras consolidadas e as notas correspondentes, e outras informações financeiras incluídas em outras partes deste relatório anual. Este relatório anual contém declarações sobre o futuro que envolvem riscos e incertezas. Nossos resultados reais podem ser diferentes daqueles apresentados em nossas declarações sobre o futuro como resultado de diversos fatores, incluindo, mas não se limitando a, aqueles relacionados no “Item 3D. Fatores de Risco” e as questões apresentadas neste relatório anual de forma geral.

Exceto quando indicado em contrário, todas as informações financeiras neste relatório anual foram preparadas de acordo com o US GAAP e estão apresentadas em dólares americanos. Para determinadas finalidades, como fornecer relatórios a nossos acionistas no Brasil, registrar demonstrações financeiras junto à Comissão de Valores Mobiliários, ou CVM, e determinar pagamentos de dividendos e outras distribuições e impostos devidos no Brasil, preparamos e continuaremos com a obrigação de preparar demonstrações financeiras de acordo com a Legislação Societária brasileira.

5A. Resultados Operacionais

Situação Atual e Tendências Futuras na Indústria de Aeronaves e no Mercado de Jatos Executivos

Aeronaves Comerciais

O setor de aviação comercial tem sofrido impactos negativos desde 2001. Primeiro, as economias americana e mundial têm sofrido reveses econômicos desde 2001, caracterizados pelo declínio acelerado das bolsas de valores, uma redução da produtividade e um aumento do desemprego. Segundo, os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 geraram declínio imediato do transporte aéreo e um alto nível de incerteza financeira na indústria aeronáutica mundial. Além disso, as viagens aéreas diminuíram significativamente em 2003, como resultado do início da ação militar dos Estados Unidos e de outros países no Iraque e a incidência de casos da síndrome respiratória aguda severa (SARS) na Ásia e no Canadá. Como resposta a esses eventos, a partir do quarto trimestre de 2001 muitas empresas aéreas, incluindo nossos maiores clientes, reduziram seus vôos a longo prazo e anunciaram demissões em grande escala, e diversas empresas aéreas entraram com pedido de concordata. Como resultado, nos últimos três anos, concordamos em alterar alguns cronogramas de entrega para acompanhar as mudanças nos negócios de nossos clientes, e reduzimos as entregas de aeronaves comerciais, executivas e de transporte de autoridades. Mais recentemente, em 2004, reduzimos as entregas programadas de 160 para 145 aeronaves como resultado do pedido de concordata (Chapter 11) da US Airways em setembro de 2004. Também reavaliamos nosso risco assumido com relação a avaliações de aeronaves e riscos de crédito dos clientes, o que gerou despesas extraordinárias. Embora as economias americana e mundial tenham mostrado alguns sinais de recuperação em 2004, muitas empresas aéreas continuam a enfrentar aumento da concorrência, custos de seguros crescentes, custos de segurança crescentes, redução do crédito e problemas de liquidez e falência, além de custos de combustível significativamente mais altos. Mais um declínio nas condições gerais da economia poderá resultar em maior redução no mercado de aeronaves de passageiros e redução de pedidos para nossas aeronaves regionais. Ver “Item 3D. Fatores de risco—Riscos relacionados à Embraer—Uma desaceleração no segmento de linhas comerciais poderá reduzir nossas vendas e receitas e conseqüentemente, nossa lucratividade em um determinado exercício.”

Acreditamos que a volatilidade recente da demanda por viagens aéreas tem demonstrado que as empresas aéreas precisam adequar a capacidade das aeronaves à demanda do mercado forma mais precisa. Da mesma forma, acreditamos que existe uma demanda por aeronaves que possam ser usadas de forma estratégica em todo o escopo de capacidades de passageiros. À medida que as linhas aéreas dimensionarem corretamente suas frotas para atender a essas demandas, a distribuição de equipamentos pelas frotas em todo o mundo será diferente. Esperamos que essa distribuição de equipamentos tire vantagem de produtos novos e existentes na categoria de 30 a 120 assentos. Acreditamos que os segmentos de 30-60, 61-90 e 91-120 assentos terá papéis importantes, mas diferentes. Acreditamos que:

- as empresas aéreas continuarão a usar aeronaves de 30 a 60 assentos para expandir áreas de confluência, aumentar frequências, explorar novas oportunidades de mercado, estimular a demanda,

desenvolver pontos de confluência secundários, substituir turboélices e voar rotas ponto a ponto sem escalas;

- o segmento de 61-90 assentos permitirá que as empresas aéreas adicionem capacidade a mercados onde o crescimento natural de rotas de jatos regionais exige jatos maiores. As aeronaves nesse segmento também ajudarão as empresas aéreas a dimensionar corretamente suas frotas principais reduzindo a necessidade de jatos maiores em rotas com excesso de capacidade; e
- o segmento de 91-120 assentos beneficiará os mercados servidos atualmente por frotas de jatos antigos, superdimensionados ou ineficientes, e liberarão as aeronaves de maior capacidade para atender às cidades de maior mercado e alto volume de passageiros em rotas mais longas.

Também acreditamos que a retirada de operação de aeronaves impactará a composição futura das frotas. Estimamos que durante os próximos 20 anos, aproximadamente 2.000 aeronaves no segmento de 30-120 assentos serão retiradas de operação. Entre as aeronaves existentes no segmento de 61-90 assentos, estimamos que 87% estarão fora de operação até 2024. Da mesma forma, estimamos que 82% das aeronaves no segmento de 91-120 assentos serão retiradas de operação no mesmo período.

Esperamos que, no futuro próximo, os segmentos de 61-90 e 91-120 assentos representarão a maior parte das entregas projetadas, com a América do Norte mantendo o maior número de entregas, seguida pela Europa.

Esperamos que as empresas aéreas de baixas tarifas, que tradicionalmente se concentravam em rotas de curta e média distância e que têm sido relativamente bem sucedidas na recente desaceleração da indústria, continuem a expandir sua penetração nos mercados de baixa densidade e baixa capacidade independentemente da formação de alianças. Acreditamos que os jatos de média capacidade serão uma ferramenta importante para essas empresas aéreas de tarifas baratas em sua expansão.

Jatos Executivos

Acreditamos que a recuperação mundial da economia tenha impactado o mercado de jatos executivos de forma positiva em 2004. Segundo a General Aviation Manufacturers Association (GAMA), as entregas no mercado de jatos executivos aumentaram em 14,1%, de 518 unidades em 2003 para 591 unidades em 2004. Além disso, segundo a GAMA, nos últimos cinco anos foram entregues 936 jatos da categoria de aeronaves menores (*entry e light*), representando 29% do total de entregas no mercado de jatos executivos. A demanda crescente por aviões menores que podem ser adquiridos a custos menores com o mesmo nível elevado de conforto e desempenho resultou na criação do segmento de jatos *very light*. Acreditamos que a demanda por jatos executivos continuará a crescer à medida que a situação econômica continue a melhorar.

Situação Econômica no Brasil

Os eventos negativos recentes que afetaram a indústria de aviação comercial e os efeitos negativos resultantes na economia americana têm afetado de forma negativa a economia mundial e brasileira e as Bolsas de Valores, e resultaram em:

- maior volatilidade no preço de ações nas Bolsas de Valores;
- redução significativa das estimativas de ganhos das empresas;
- perdas substanciais em setores importantes, incluindo o transporte aéreo e o setor de seguros; e
- erosão significativa da confiança do cliente.

Conforme analisado abaixo, a incerteza que ronda a economia americana, brasileira e mundial pode, por sua vez, fazer com que o governo brasileiro mude as leis ou regulamentos existentes ou imponha novas leis ou

regulamentos, e/ou que o Banco Central mude as taxas básicas de juros, o que poderia afetar de forma negativa as nossas operações.

O governo brasileiro intervém com frequência na economia brasileira, e algumas vezes implementa mudanças drásticas em políticas e regulamentos. As ações do governo brasileiro para controlar a inflação e definir outras políticas e regulamentos envolve, frequentemente, aumentos das taxas de juros, mudanças nas regras de tributação, controles de preços, desvalorizações da moeda, controles de capital e limites de importação, entre outras medidas. Por exemplo, o governo brasileiro tem autoridade, quando existe um forte desequilíbrio na balança de pagamentos, impor restrições sobre a remessa, para o exterior, de lucros de investidores estrangeiros no Brasil e sobre a conversão da moeda brasileira para moedas estrangeiras. Mudanças nas políticas monetárias, tributárias, de crédito, tarifação e outras podem afetar de forma negativa o nosso negócio, da mesma forma que a inflação, flutuações nas taxas de câmbio e de juros, instabilidade social e outras questões políticas, econômicas ou diplomáticas, além da reação do governo brasileiro a essas questões. Ver “Item 3D. Fatores de Riscos – Riscos Relativos ao Brasil”.

Mudanças rápidas na situação política e econômica do Brasil têm acontecido, e podem acontecer no futuro, o que exige um ênfase constante na avaliação dos riscos associados a nossas atividades e os ajustes correspondentes de nossa estratégia de negócios e operações. Mudanças futuras nas políticas do governo brasileiro, incluindo mudanças na política atual e nos incentivos existentes para financiamento da exportação de produtos brasileiros, ou na economia brasileira, sobre os quais não temos qualquer controle, podem afetar significativamente, de forma negativa, o nosso negócio. Ver “Item 3D. Fatores de Riscos – Riscos Relativos ao Brasil”.

A situação econômica do Brasil também pode ser afetada de forma negativa pela situação econômica e política de outros países, principalmente países da América Latina e outros países emergentes. Embora a situação econômica desses países possa ser substancialmente diferente da situação econômica do Brasil, a reação dos investidores frente às evoluções nesses outros países pode ter um efeito adverso sobre a cotação dos valores mobiliários de emissores brasileiros. Crises em outros países emergentes têm, algumas vezes, afetado de forma significativa a disponibilidade de crédito na economia brasileira, resultando em uma evasão considerável de fundos e reduções no total em moeda estrangeira investido no Brasil.

Desde as eleições presidenciais no Brasil em 2002, a economia brasileira tem apresentado uma instabilidade crescente. O país passou por um período de turbulência no mercado no segundo semestre de 2002, pelo temor dos investidores de que o Partido dos Trabalhadores mudaria as políticas econômicas da administração anterior. Como consequência, o real flutuou significativamente, sofrendo uma desvalorização de 52,3% durante o ano, e fechando a R\$ 3,5333 por US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2002. A inflação nesse ano, medida pelo IGP-M, foi de 25,3%, e o PIB real cresceu 1,9%.

A administração do Partido dos Trabalhadores tem mantido as políticas macroeconômicas da administração anterior, com enfoque na responsabilidade fiscal. Em 2003, a confiança dos investidores cresceu, resultando em uma valorização do real de 18,2% em relação ao dólar norte-americano, fechando a R\$ 2,8892 por US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2003. A inflação em 2003, medida pelo IGP-M, foi reduzida para 8,7%. Entretanto, o PIB real do Brasil aumentou em 0,5% apesar das altas taxas de juros que prevaleceram no início de 2003 para combater as pressões inflacionárias, que também limitaram o crescimento econômico.

Durante 2004, o PIB do Brasil aumentou em 5,2% para US\$ 559,6 bilhões, e o país teve um superávit da balança econômica de US\$ 33,7 bilhões, seu maior superávit até agora. A inflação em 2004, medida pelo IGP-M, foi de 12,4%. As taxas de juros permaneceram elevadas, com o CDI atingindo a média de 17,8% em 2004.

Efeitos da Inflação e Flutuações do Câmbio

Até julho de 1994, o Brasil vinha sofrendo taxas de inflação altas e geralmente imprevisíveis, e uma desvalorização constante da moeda em relação ao dólar. A tabela a seguir apresenta, para os períodos indicados, a inflação brasileira medida pelo Índice Geral de Preços de Mercado publicada anualmente pela Fundação Getúlio Vargas e a desvalorização do Real em relação ao dólar calculada pela comparação das taxas de câmbio diárias publicadas pelo Banco Central no último dia de cada ano:

	2000	2001	2002	2003	2004
Inflação (IGPM)					
Desvalorização	9,9%	10,4%	25,3%	8,7%	12,4%
(R\$ vs.USS).....	9,3%	18,7%	52,3%	(18,2)%	(8,1)%

A inflação e a variação da taxa de câmbio têm tido, e podem continuar a ter, efeitos significativos sobre a nossa situação financeira e sobre os resultados das nossas operações. A inflação e a variação da taxa de câmbio afetam nossos ativos e passivos monetários expressos em reais. O valor desses ativos e passivos expresso em dólares diminui quando o real sofre desvalorização em relação ao dólar, e aumenta quando o real é valorizado. Em períodos de desvalorização do real, a empresa contabiliza (a) um novo cálculo de perdas de ativos expressos em reais e (b) um novo cálculo de ganhos em passivos expressos em reais.

Estimativas de Contabilidade Críticas

Para preparar as demonstrações financeiras incluídas neste relatório anual, utilizamos variáveis e suposições derivadas de experiências passadas e diversos outros fatores que consideramos razoáveis e pertinentes. Embora essas estimativas e suposições sejam revistas durante o curso normal dos negócios, a definição da nossa situação financeira e dos resultados da operação requerem, com frequência, que nossa administração avalie os efeitos de questões inerentemente incertas. Os resultados reais podem ser diferentes daqueles estimados usando variáveis, suposições ou condições diferentes. A Nota 3 das nossas demonstrações financeiras consolidadas contém um resumo das políticas e métodos de contabilidade importantes usados na preparação dessas demonstrações financeiras. Para explicar como a administração avalia eventos futuros, incluindo as variáveis e suposições usadas nas estimativas, e a sensibilidade dessas avaliações às diferentes variáveis e condições, incluímos uma breve análise das nossas políticas de contabilidade mais importantes.

Receita das Vendas e Outras Receitas Operacionais

Geralmente contabilizamos as receitas das vendas de nossas aeronaves comerciais e executivas quando as entregas são feitas. No segmento de aeronaves de defesa, realizamos o trabalho sob contratos de desenvolvimento de longo prazo com o governo brasileiro e outros governos, e contabilizamos as receitas de acordo com o método de percentual concluído. As receitas contabilizadas por esse método são baseadas nos custos reais incorridos e em uma estimativa dos custos totais restantes a serem incorridos até a conclusão do contrato. Alguns contratos contêm provisões para recalcular o preço com base em condições econômicas futuras. Perdas antecipadas, se houver, nos termos desses contratos são provisionadas quando identificadas, e contabilizadas com base na estimativa dessas perdas pela administração.

Garantias de Produtos

As vendas de aeronaves são, geralmente, acompanhadas de uma garantia padrão para sistemas, acessórios, equipamentos, peças e software fabricados por nós e/ou nossos parceiros de risco. A Embraer contabiliza as despesas com garantias como um componente das despesas comerciais, no momento da venda, baseadas nos montantes estimados dos custos das garantias nos quais espera incorrer, e esses montantes são normalmente um percentual do preço de venda da aeronave. Essas estimativas são baseadas em diversos fatores, incluindo despesas históricas com garantias e experiência com custos, tipo e duração da cobertura da garantia, volume e variedade de aeronaves vendidas e em operação e da cobertura da garantia disponível dos fornecedores correspondentes. O período de garantia varia de dois anos para peças sobressalentes a cinco anos para componentes que sejam parte da aeronave quando da venda.

Garantias e Direitos de Troca

Fornecemos incentivos para vendas na forma de garantias financeiras e de valor residual, e direitos de troca relativos às nossas aeronaves. A Embraer revisa o valor desses compromissos relativos ao valor justo futuro antecipado da aeronave e, no caso de garantias financeiras, a situação de crédito do financiado. As provisões e perdas são contabilizadas quando e se os pagamentos se tornam prováveis e podem ser estimados com razoabilidade. O valor justo futuro é estimado utilizando avaliações por terceiros das aeronaves incluindo informações obtidas da venda ou leasing de aeronaves similares no mercado secundário de aeronaves usadas. A situação de crédito de

financiados para os quais foram fornecidas garantias de crédito é avaliada pela análise de diversos fatores, incluindo avaliação de crédito por terceiros e custos estimados do financiamento para o financiado.

De acordo com a Interpretação No. 45, ou FIN 45 do FASB, “Responsabilidade do Garantidor e Necessidades de Divulgação de Garantias, Incluindo Garantias Indiretas do Endividamento de Outros”, contabilizamos as garantias de terceiros em nossos balanços ao seu valor justo. O FIN 45 tem o efeito geral de retardar o reconhecimento de uma parte da receita relativa a vendas que são acompanhadas de certas garantias de terceiros. Essas estimativas de valor justo são baseadas em determinadas suposições, incluindo a probabilidade de inadimplência pelo financiado final e o valor de mercado dos itens financiados. Como consequência, as perdas reais sob garantias financeiras podem ser diferentes dos montantes reconhecidos em nosso balanço e, por conseguinte, podem afetar de forma negativa os resultados operacionais futuros. Durante 2003 e 2004, o valor justo contabilizado das garantias foi de US\$ 12,2 milhões e US\$ 11,9 milhões, respectivamente.

Visão Geral

Fundamentos da Apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas de acordo com o GAAP dos EUA. Consulte “Introdução – Apresentação de Dados Financeiros e Outros Dados – Dados Financeiros” para obter uma análise dos fatores que afetam nossos dados financeiros.

Dados Operacionais

A tabela abaixo apresenta dados estatísticos relativos a entregas e carteiras de pedidos para nossas aeronaves no final dos períodos indicados. Entregas são aeronaves entregues aos clientes e para as quais a receita correspondente já foi realizada. A carteira de pedidos consiste em todos os pedidos firmes e ainda não entregues. Um pedido firme é um compromisso contratual de um cliente, normalmente acompanhado de um sinal, para o qual reservamos um lugar em uma das nossas linhas de produção. Consulte o “Item 5D. Informações sobre Tendências” para obter determinadas informações sobre pedidos firmes e opções.

	2002	2003	2004
Linha Comercial			
Entregas (1)			
ERJ 145	82	57	87 (5)
ERJ 135	3	14	1 (1)
ERJ 140	36	16	—
EMBRAER 170.....	—	—	46
Defesa			
Entregas	7	4	1
Jatos Executivos			
Entregas (1)	8	13 (2)	13
Outras informações operacionais			
Carteira de pedidos total (em milhões)(2).....	US\$ 9.034	US\$ 10.591	US\$ 10.097

(1) As entregas identificadas por parênteses indicam aeronaves entregues em arrendamento operacional.

(2) Desde 31 de dezembro de 2004, recebemos 5 pedidos firmes adicionais para nossa família de jatos ERJ 145 e mais 72 pedidos firmes adicionais para nossa família de jatos EMBRAER 170/190.

Receita Líquida das Vendas

Reconhecemos nossas receitas principalmente da venda de aeronaves comerciais. A empresa também gera receitas da venda de aeronaves de defesa e da venda dos jatos executivos Legacy. A receita líquida de aeronaves comerciais e executivas é expressa em dólares. Do total da receita líquida de aeronaves de defesa, aproximadamente 84% são expressas em dólares e 16% são expressas em reais, indexadas pelo dólar por meio de índices de ajuste de preços. Geramos ainda receitas de outros negócios correlatos, que incluem suporte após a venda (incluindo a venda de peças sobressalentes, manutenção e reparo, treinamento e outros serviços de suporte ao produto), arrendamento

operacional e fornecimento exclusivo de peças estruturais e sistemas mecânicos e hidráulicos para outros fabricantes de aeronaves.

Contabilizamos a receita da venda de aeronaves comerciais e executivas quando a aeronave é entregue ao cliente. Para a venda de aeronaves comerciais e executivas, normalmente é feito um depósito quando da assinatura do contrato de compra, além de pagamentos iguais a 5% do preço de venda da aeronave 18 meses, 12 e seis meses antes da data de entrega programada. Para a família de jatos EMBRAER 170/190, a empresa recebe um pagamento adicional de 5% 24 meses antes da entrega programada. O montante restante do preço de venda é pago normalmente no ato de entrega da aeronave. Pagamentos anteriores à data de entrega são contabilizados como adiantamentos do cliente como passivo em nosso balanço e, quando a aeronave é entregue, esses pagamentos são contabilizados como receita líquida das vendas.

Como resultado de redução dos recursos disponíveis no programa ProEx em 1999, ajudamos alguns clientes na reestruturação de seus acordos financeiros. Nos casos em que não foi possível reestruturar esses acordos, efetuamos reajustes de preço especialmente para esses clientes de forma a manter as taxas de juros de seus acordos financeiros originais.

Os contratos de venda com nossos clientes geralmente incluem ajustes do preço de compra da aeronave baseados em uma fórmula de reajuste que reflete, em parte, a inflação nos Estados Unidos. Os depósitos, pagamentos parciais e pagamentos de opções de compra são geralmente não restituíveis. Quando um cliente decide converter uma opção de compra, este pedido passa a ser considerado como um pedido firme, e começamos a receber pagamentos subsequentes e reconhecer receitas no ato da entrega conforme descrito acima.

A receita da venda de aeronaves de defesa, incluindo a pesquisa e o desenvolvimento para programas específicos, é contabilizada segundo o método de percentual concluído. Alguns contratos contêm provisões para recalcular o preço com base em condições econômicas futuras. Nossos clientes de defesa continuam a fornecer adiantamentos de cliente, que são convertidos em receitas à medida em que são concluídas etapas predeterminadas do projeto, como concepção, desenvolvimento e projeto, e engenharia, integração de sistemas e personalização. Essas parcelas são geralmente não restituíveis.

Custo das Vendas e dos Serviços

Nossos custos de mercadorias e serviços consistem principalmente em:

- *Material* — Esses custos normalmente são expressos em dólares norte-americanos. Quase todos os nossos custos de materiais são cobertos por contratos com nossos fornecedores. Os preços nesses contratos geralmente são corrigidos com base em uma fórmula de reajuste que reflete, em parte, a inflação nos Estados Unidos.
- *Mão-de-obra* — Esses custos normalmente são expressos em reais.
- *Depreciação* — Fazemos a depreciação dos bens do ativo imobilizado durante a respectiva vida útil, que pode variar de cinco até 48 anos, em uma base linear. Em média, nossos imóveis, instalações e equipamentos são depreciados em 13 anos.

Acontecimentos Recentes

Em 16 de maio de 2005, divulgamos nossos resultados financeiros não auditados para o primeiro trimestre de 2005. Entregamos 30 aeronaves durante esse período, em relação a 23 aeronaves entregues no primeiro trimestre de 2004.

Nossa receita líquida para o trimestre foi de US\$ 763,3 milhões, um aumento de 21,9% em relação ao mesmo período em 2004. A receita líquida da venda de aeronaves comerciais aumentou em 30,5%, de US\$ 443,2 milhões no primeiro trimestre de 2004 para US\$ 578,2 milhões no primeiro trimestre de 2005, devido a um aumento das entregas de aeronaves comerciais. A receita líquida das vendas para o mercado de jatos executivos no primeiro

trimestre de 2005 foi US\$ 33,1 milhões. No primeiro trimestre de 2004, não contabilizamos qualquer venda no segmento de jatos executivos. A receita líquida das vendas para o mercado de defesa diminuiu 40%, de US\$ 130,7 milhões no primeiro trimestre de 2004 para US\$ 78,8 milhões no primeiro trimestre de 2005. O segmento de outros negócios correlatos, que inclui suporte ao cliente, a receita líquida aumentou em 40,0%, de US\$ 52,3 milhões no primeiro trimestre de 2004 para US\$ 73,2 milhões no primeiro trimestre de 2005.

O custo das vendas e serviços para o trimestre totalizou US\$ 495,3 milhões, em relação a US\$ 424,2 milhões no primeiro trimestre de 2004, resultando em uma margem bruta de 35,1%, em relação a 32,3% no primeiro trimestre de 2004. O aumento da margem bruta foi resultado de aprimoramentos na curva de aprendizado associada ao início da produção do EMBRAER 170.

As despesas operacionais para o primeiro trimestre de 2005 foram de US\$ 143,5 milhões, em comparação a US\$ 49 milhões no primeiro trimestre de 2004. Esse aumento se deve, principalmente, à contabilização, como receita operacional, de US\$ 88,7 em pagamentos recebidos de nossos parceiros de riscos como resultado de termos atingido certos marcos contratuais de desenvolvimento da família de jatos EMBRAER 170/190 no primeiro trimestre de 2004, em comparação a US\$ 5,6 milhões no primeiro trimestre de 2005.

Como resultado, nosso lucro líquido para o primeiro trimestre de 2005 foi US\$ 96,5 milhões, comparados a US\$ 103,3 milhões no primeiro trimestre de 2004. O lucro líquido como percentual da receita líquida foi de 12,6%, comparado a 16,5% no primeiro trimestre de 2004.

Resultados das Operações

A tabela a seguir apresenta os dados da demonstração de resultados por segmento de negócio.

Resumo de Dados Financeiros Acumulados por Negócio

	Receita operacional		
	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2002	2003	2004
	<i>(em milhões de dólares)</i>		
Receita líquida das vendas :			
Linha Comercial	US\$ 2.110,3	US\$1.526,4	US\$2.579,4
Defesa.....	127,3	262,4	365,8
Jatos Executivos	144,9	175,4	245,7
Outros negócios correlatos.....	143,3	179,3	249,6
	<u>2.525,8</u>	<u>2.143,5</u>	<u>3.440,5</u>
Custos de mercadorias e serviços:			
Linha Comercial	(1.243,9)	(924,9)	(1.613,0)
Defesa.....	(79,5)	(205,8)	(291,4)
Jatos Executivos	(104,6)	(124,4)	(181,5)
Outros negócios correlatos.....	(103,7)	(79,9)	(181,4)
	<u>(1.531,7)</u>	<u>(1.335,0)</u>	<u>(2.267,3)</u>
Lucro bruto:			
Linha Comercial	866,4	601,5	966,4
Defesa.....	47,8	56,6	74,4
Jatos Executivos	40,3	51,0	64,2
Outros negócios correlatos.....	39,6	99,4	68,2
	<u>994,1</u>	<u>808,5</u>	<u>1.173,2</u>
Despesas operacionais:			
Linha Comercial	(335,6)	(345,7)	(348,1)
Defesa.....	(15,7)	(15,7)	(59,8)
Jatos Executivos	(28,4)	(38,6)	(28,6)
Outros negócios correlatos.....	(31,2)	(34,1)	(36,4)
Despesas não-atribuídas da empresa.....	(113,6)	(109,6)	(156,3)
	<u>(524,5)</u>	<u>(543,7)</u>	<u>(629,2)</u>
Lucro operacional	<u>US\$ 469,6</u>	<u>US\$264,8</u>	<u>US\$544,</u>

A tabela a seguir define as informações da demonstração de resultados, e essas informações como um percentual de nossa receita líquida das vendas, para os períodos indicados.

	Exercício findo em 31 de dezembro de					
	2002		2003		2004	
	<i>(em milhões de dólares. exceto os percentuais)</i>					
Vendas líquidas	US\$ 2.525,8	100.0%	US\$2.143,4	100.0%	US\$3.440,5	100.0%
Custo das vendas e dos serviços.....	(1.531,7)	60,6	(1.335,0)	62,3	(2.267,3)	65,9
Lucro bruto.....	994,1	39,4	808,4	37,7	1,173,2	34,1
Despesas operacionais						
Despesas comerciais	(211,0)	8,4	(206,2)	9,6	(342,9)	10,0
Pesquisa e desenvolvimento.....	(158,5)	6,3	(173,2)	8,1	(44,5)	1,3
Gerais e administrativas	(109,7)	4,3	(114,7)	5,3	(139,4)	4,1
Participação nos lucros e resultados.....	(25,2)	1,0	(20,4)	1,0	(61,2)	1,8
Outras despesas operacionais, líquida	(20,1)	0,8	(29,1)	1,4	(41,3)	1,2
Lucro operacional	469,6	18,6	264,8	12,3	544,0	15,8
Receitas (despesas) não operacionais						
Provisão para imposto de renda e contribuição social	80,5	3,2	(140,8)	6,6	(38,0)	1,1
Perdas com ajustes acumulados de conversão, líquida	(135,6)	5,4	(16,5)	0,8	(12,2)	0,4
Outras receitas (despesas) não operacionais, líquidas	(1,5)	—	0,7	—	(0,1)	—
Lucro antes do imposto de renda.....	413,0	16,4	108,2	5,0	493,7	14,3
Receita (despesas) imposto de renda	(188,5)	7,5	28,0	1,3	(112,1)	3,3
Lucro antes da participação dos minoritários	224,5	8,9	136,2	6,3	381,5	11,1
Participação minoritária.....	(1,9)	0,1	(0,2)	—	(1,3)	—
Lucro antes do efeito acumulado de mudanças de prática contábil.....	222,6	8,8	136,0	6,3	380,2	11,1
Efeito acumulado de mudança de prática contábil, líquido de imposto.....	—	—	—	—	—	—
Lucro líquido	US\$ 222,6	8.8%	US\$136,0	6.3%	US\$380,2	11.1%

2004 Comparado com 2003

Vendas líquidas. A receita líquida aumentou 60,5%, de US\$ 2.143,4 milhões em 2003 para US\$ 3.440,5 milhões em 2004. A receita líquida das vendas de aeronaves comerciais aumentou 69,0%, de US\$ 1.526,4 milhões em 2003 para US\$ 2.579,4 milhões em 2004. A receita líquida das vendas de jatos executivos aumentou 40,1%, de US\$ 175,4 milhões em 2003 para US\$ 245,7 milhões em 2004. A receita líquida das vendas de defesa aumentou 39,4%, de US\$ 262,4 milhões em 2003 para US\$ 365,8 milhões em 2004. A receita líquida relativa a outros negócios correlatos aumentou 39,2%, de US\$ 179,3 milhões em 2003 para US\$ 249,6 milhões em 2004.

O aumento das vendas de aeronaves comerciais se deve principalmente a um maior volume de aeronaves entregues ao mercado de aviação comercial em 2004, e a um mix de produtos com valor maior como resultado do início das entregas do EMBRAER 170. O aumento da receita líquida do segmento executivo resultou de um mix de produtos com maior valor resultante do aumento do número de entregas da versão executiva do Legacy em 2004. O aumento da receita líquida de vendas de defesa se deve, principalmente, ao início da produção em série do ALX e às evoluções do programa do governo brasileiro para o F-5 para a Força Aérea Brasileira. O aumento da receita líquida

das vendas relativas a outros negócios correlatos deve-se principalmente ao aumento das vendas de peças sobressalentes, resultante do número de aeronaves em operação.

Custo das Vendas e dos Serviços. O custo das vendas e dos serviços aumentou 69,8%, de US\$ 1.335,0 milhões em 2003 para US\$ 2.267,3 milhões em 2004, principalmente devido ao aumento do número de aeronaves entregues ao mercado de aviação comercial em 2004. O custo das vendas e dos serviços como um percentual da receita líquida aumentou para 65,9% em 2003, em comparação a 62,3% em 2004.

Lucro bruto. Nosso lucro bruto aumentou 45,1%, de US\$ 808,4 milhões em 2003 para US\$ 1.173,2 milhões em 2004, principalmente como resultado do aumento das entregas para o mercado de aeronaves comerciais. Nossa margem bruta diminuiu de 37,7% em 2003 para 34,1% em 2004, principalmente devido à curva de aprendizado de produção associada às primeiras entregas do EMBRAER 170 e dos benefícios concedidos aos clientes iniciais dessa aeronave.

Despesas operacionais. As despesas operacionais aumentaram em 15,7%, de US\$ 543,6 milhões em 2003 para US\$ 629,3 milhões em 2004, em comparação a um aumento de 60,5% da receita líquida no mesmo período.

As despesas em pesquisa e desenvolvimento em 2004 totalizaram US\$ 44,5 milhões, em comparação a US\$ 173,2 milhões em 2003. A redução das despesas em pesquisa e desenvolvimento foi atribuída a US\$ 108,6 em pagamentos recebidos anteriormente dos parceiros de risco da empresa relacionados à certificação do EMBRAER 170 e do EMBRAER 175, e do cumprimento de marcos específicos em 2004.

As despesas com vendas aumentaram 66,2%, de US\$ 206,2 milhões em 2003 para US\$ 342,9 milhões em 2004. As despesas com vendas são diretamente relacionadas à entrega de aeronaves.

As despesas gerais e administrativas aumentaram 21,5%, de US\$ 114,7 milhões em 2003 para US\$ 139,4 milhões em 2004, devido aos efeitos na parte expressa em *reais* deste item resultante da valorização do *real* em 2004 (aproximadamente 80% de nossas despesas administrativas são expressas em reais) – e devido a ajustes salariais de funcionários de aproximadamente 9% em 2004.

Outras despesas operacionais, líquidas, aumentaram 42,0%, de US\$ 29,1 milhões em 2003 para US\$ 41,4 milhões em 2004, dos quais US\$ 21,6 milhões foram relativos a uma provisão para multa fiscal relacionada a impostos e encargos sociais em litígio.

Como resultado desses fatores, as despesas operacionais como percentual da receita líquida diminuíram de 25,4% em 2003 para 18,3% em 2004.

Receitas (despesas) financeiras, líquidas. As receitas financeiras (despesas) líquidas diminuíram de US\$ 140,8 milhões em 2003 para uma despesa de US\$ 38,0 milhões em 2004, devido principalmente a perdas de US\$ 99,5 milhões em transações financeiras derivativas em 2003, em comparação a ganhos diferidos sobre transações financeiras derivativas de US\$ 36,8 milhões em 2004, parcialmente compensada por uma despesa de US\$ 12,0 milhões referente a uma provisão para investimentos em debêntures e investimentos *mark-to-market*. Consulte a Nota 21 das demonstrações financeiras consolidadas.

Perda com ajustes acumulados de conversão, líquida. A perda líquida de câmbio diminuiu de US\$ 16,5 milhões em 2003 para US\$ 12,2 milhões em 2004. Esses valores refletem o ajuste da conversão dos ativos e passivos não expressos em dólares para dólares.

Provisão para imposto de renda e contribuição social. O imposto de renda aumentou de uma provisão de US\$ 28,0 milhões em 2003 para um benefício fiscal de US\$ 112,1 milhões em 2004 como resultado de um benefício de US\$ 204,0 milhões relativos a distribuição de juros sobre capital social em 2004 em comparação a US\$ 67,5 pagos em 2003, sendo esses pagamentos dedutíveis para fins de imposto de renda.

Lucro líquido. Como resultado dos fatores já mencionados, nosso lucro líquido aumentou 179,6%, de US\$ 136,0 milhões em 2003 para US\$ 380,2 milhões em 2004. O lucro líquido aumentou como um percentual da receita líquida. Em 2004, o lucro líquido foi de 11,1% da receita líquida comparados a 6,3% em 2003.

2003 Comparado com 2002

Vendas líquidas. A receita líquida diminuiu 15,1%, de US\$ 2.525,8 milhões em 2002 para US\$ 2.143,4 milhões em 2003. A receita líquida das vendas de aeronaves comerciais diminuiu 27,7%, de US\$ 2.110,3 milhões em 2002 para US\$ 1.526,4 milhões em 2003. A receita líquida das vendas de defesa aumentou 106,1%, de US\$ 127,3 milhões em 2002 para US\$ 262,4 milhões em 2003. A receita líquida das vendas do segmento executivo aumentou 21,0%, de US\$ 144,9 milhões em 2002 para US\$ 175,4 milhões em 2003. A receita líquida relativa a outros negócios correlatos diminuiu 25,1%, de US\$ 143,3 milhões em 2002 para US\$ 179,3 milhões em 2003.

A redução nas vendas para linhas comerciais se deve, principalmente, ao menor número de entregas de aeronaves para o mercado de linhas comerciais em 2003 como resultado da crise mundial das empresas aéreas. O aumento da receita líquida do segmento executivo resultou do aumento do número de entregas do Legacy em 2003. O aumento da receita líquida das vendas relativas a outros negócios correlatos deve-se principalmente a um aumento do número de aeronaves em operação, parcialmente compensado pelas medidas de redução de custos de nossos clientes, além de um aumento das receitas relacionadas a arrendamentos operacionais. O aumento da receita líquida de vendas de defesa se deve, principalmente, à contabilização das vendas para os programas dos governos do México e da Grécia para o EMB 145 e o AEW&C, e para o programa do governo brasileiro para o EMB 145 AEW&C, ALX e F-5.

Custo das Vendas e dos Serviços. O custo de vendas e serviços diminuiu em 12,8%, de US\$1.531,7 milhões em 2002 para US\$1.335,0 milhões em 2003, devido à redução do número de aeronaves entregues ao mercado de linhas comerciais durante 2003, parcialmente compensado por um aumento de custos nos segmentos militar e executivo. O custo de vendas e serviços como percentual da receita líquida aumentou ligeiramente para 62,3% em 2003, em comparação a 60,6% em 2002.

Lucro bruto. Nosso lucro bruto diminuiu 18,7%, de US\$ 994,1 milhões em 2002 para US\$ 808,4 milhões em 2003, principalmente como resultado da redução das entregas para o mercado comercial. Como resultado da diminuição no custo das vendas e dos serviços, nossa margem bruta diminuiu de 39,4% em 2002, para 37,7% em 2003.

Despesas operacionais. As despesas operacionais aumentaram 3,6%, de US\$ 524,5 milhões em 2002 para US\$ 543,6 milhões em 2003. Esse aumento foi atribuído basicamente a um aumento de 9,2% em pesquisa e desenvolvimento, de US\$ 158,5 milhões em 2002 para US\$ 173,2 milhões em 2003, relacionado principalmente aos custos mais altos de desenvolvimento do EMBRAER 170/190, que está se aproximando dos últimos estágios de desenvolvimento, e às melhorias implementadas nos nossos jatos executivos. A pesquisa e desenvolvimento é apresentada sem incluir as contribuições dos fornecedores, que são obtidas com base no cumprimento de marcos específicos.

Em 2003, as despesas comerciais se mantiveram relativamente estáveis em comparação a 2002. Como percentual da receita líquida, as despesas comerciais aumentaram de 8,4% em 2002 para 9,6% em 2003 apesar do número menor de entregas, devido a um aumento da provisão sem efeito de caixa relativa a garantias financeiras de US\$ 26,2 milhões e a um aumento de US\$ 12,6 milhões relativos a salários e benefícios atribuíveis à nova equipe de vendas criada para apoiar o EMBRAER 170/190, compensados por uma redução de US\$23,9 milhões na nossa provisão para garantias de produtos, além de uma redução de US\$ 31,2 milhões em despesas de treinamento de clientes e assistência técnica. O aumento de US\$ 26,2 milhões em nossa provisão sem efeito de caixa de foi causada pelo efeito do recesso econômico no setor aéreo sobre nossa análise de risco de garantias financeiras.

As despesas gerais e administrativas aumentaram 4,6%, de US\$ 109,7 milhões em 2002 para US\$ 114,7 milhões em 2003, devido aos efeitos na parte expressa em *reais* deste item resultante da valorização de 18,2% do *real* em 2003, compensada por uma redução de 19,1% da participação nos lucros relativa à redução no lucro líquido e nos dividendos. Outras despesas operacionais, líquidas, aumentaram US\$ 9.0 milhões devido a uma despesa de

US\$ 10,1 milhões, relacionada, principalmente, a uma despesa associada à reapropriação de algumas aeronaves destinadas à Indigo, cujo contrato foi cancelado em agosto de 2003.

As despesas operacionais como um percentual da receita líquida aumentaram de 20,8% em 2002 para 25,4% em 2003, basicamente como resultado da redução da receita líquida combinada com aumentos nas despesas de pesquisa e desenvolvimento bem como da provisão sem efeito de caixa relativa a garantias e as despesas associadas à reapropriação.

Receitas (despesas) financeiras, líquidas. As receitas financeiras (despesas) líquidas diminuíram de US\$ 80,5 milhões em 2002 para uma despesa de US\$ 140,8 milhões em 2003, apesar dos saldos médios em caixa mais altos devidos principalmente a perdas de US\$ 99,5 milhões em ganhos diferidos sobre transações financeiras derivativas e a uma despesa de US\$ 25,9 milhões relativa a variações monetárias e cambiais líquidas devido aos efeitos da valorização do real sobre os passivos líquidos em moeda estrangeira, principalmente impostos e encargos sociais em litígio. Consulte as Notas 17, 18 e 21 de nossas demonstrações financeiras consolidadas.

Perdas com ajustes acumulados de conversão, líquidas. As perdas com câmbio, líquidas, diminuíram de US\$ 135,6 milhões em 2002 para US\$ 16,5 milhões em 2003. Esses valores refletem a correção de ativos e passivos não expressos em dólares convertida para dólares americanos e a diminuição dos ativos líquidos expressos em reais, parcialmente compensados por uma taxa mais alta de valorização do real em 2003.

Benefícios (despesas) fiscais. O imposto de renda diminuiu de uma provisão de US\$ 188,5 milhões em 2002 para um benefício fiscal de US\$ 28,0 milhões em 2003 como resultado de um benefício de US\$ 22,9 milhões relativos a pagamentos de juros atribuídos ao capital social e um benefício de US\$ 49,7 milhões relativo a ganhos/perdas cambiais na conversão para o dólar, que, segundo o GAAP dos Estados Unidos, é a nossa moeda funcional. Nosso percentual de tributação legal em 2002 e 2003 foi 34%.

Lucro líquido. Como resultado dos fatores já mencionados, nosso lucro líquido diminuiu 38,9%, de US\$ 222,6 milhões em 2002 para US\$ 136 milhões em 2003. O lucro líquido diminuiu com um percentual da receita líquida. Em 2003, o lucro líquido foi de 6,3% da receita líquida comparados a 8,8% em 2002.

5B. Liquidez e Recursos de Capital

Nossas necessidades de liquidez são resultantes principalmente de investimentos em pesquisa e desenvolvimento, investimentos, pagamento de principal e de juros sobre a dívida, as necessidades de capital de giro e distribuições de lucro para os acionistas. Geralmente dependemos de recursos gerados nas operações, empréstimos e financiamentos, contribuições em dinheiro de parceiros de risco, adiantamentos de clientes e, em um nível menor, aumentos de capital para atender a essas necessidades. Acreditamos que essas fontes de recursos serão suficientes para financiar nossas futuras necessidades de liquidez, para continuar a desenvolver a família de jatos EMBRAER 170/190, desenvolver nossos novos jatos executivos para os segmentos *very light* e *light* e para fazer outros investimentos planejados e pagar os dividendos. Entretanto, nossos clientes podem reprogramar as entregas, deixar de exercer o direito de opção ou cancelar pedidos firmes como resultado da recessão econômica e da volatilidade financeira no setor de aviação aérea. Além disso, as contribuições em dinheiro dos parceiros de risco são reembolsáveis em certas condições e pode ser necessário encontrar fontes alternativas de capital.

Capital de Giro e Caixa Líquido gerado nas Atividades Operacionais

Tivemos um excedente de capital de giro de US\$ 900,7 milhões em 31 de dezembro de 2003 e de US\$ 1.559,4 milhões em 31 de dezembro de 2004. O aumento do capital de giro se deveu, principalmente, a um aumento dos estoques como resultado do aumento dos estoques para a família de jatos EMBRAER 170/190 e a um aumento nas contas a receber relativas a aeronaves entregues para as quais os acordos para financiamento das vendas estão em processo de estruturação.

Geramos um caixa líquido resultante de atividades operacionais de US\$ 3,3 milhões em 2004, em comparação com o caixa líquido utilizado em atividades operacionais de US\$ 239,6 milhões e US\$ 575,7 milhões em 2003 e 2002, respectivamente. O caixa líquido resultante de atividades operacionais diminuiu em 2004 como

resultado de um aumento em nossas contas a receber, financiamento de clientes e comercial e um aumento em nossos estoques, parcialmente compensado por um aumento em nossas contas a pagar a fornecedores.

Caixa Líquido usado em Atividades de Investimento

O caixa líquido usado em atividades de investimento foi de US\$ 217,8 milhões em 2004 comparados a US\$ 72,7 milhões em 2003 e US\$ 104,2 milhões em 2002. Como parte da análise das entidades de participação variável sob FIN 46-R, a Companhia concluiu que os investimentos em fundos privados utilizado pela Companhia para investir nas respectivas carteiras destes fundos, inclui certos títulos da dívida que devem ser incluídos em investimentos de curto prazo. Assim, o aumento em 2004 foi, principalmente, resultado de um aumento de US\$ 158,7 milhões referentes a investimentos de curto prazo, que seriam contabilizados como disponíveis antes da implementação do FIN 46-R. Consulte a Nota 6 de nossas demonstrações financeiras consolidadas.

Investimentos

Registramos acréscimos em imóveis, instalações e equipamentos de US\$ 50,1 milhões em 2004, US\$ 64,8 milhões em 2003 e de US\$ 111,0 milhões em 2002. Estes investimentos são relativos à construção de instalações, melhorias em nossas instalações de fabricação e produção e modificações para a produção de novos modelos de aeronaves.

Esperamos que os investimentos em imóveis, instalações e equipamentos totalizem aproximadamente US\$ 78 milhões em 2005 e um adicional de US\$ 59 milhões em 2006, basicamente relativos à produção da família de jatos EMBRAER 170/190, bem como das aeronaves de defesa e dos jatos executivos.

Caixa Líquido gerado pelas (usado nas) Atividades Financeiras e Total da Dívida

Nosso caixa líquido gerado pelas (usado nas) atividades financeiras diminuiu de um caixa líquido usado em atividades financeiras de US\$ 403,8 milhões em 2003 para um caixa líquido gerado pelas atividades financeiras de US\$ 105,2 milhões em 2004. A redução foi devida basicamente a um aumento do pagamento de empréstimos e a um aumento nos pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio, parcialmente compensado por um aumento no nos empréstimos. Nosso caixa líquido gerado pelas (usado nas) atividades financeiras aumentou de um caixa líquido aplicado em atividades financeiras de US\$ 352,4 milhões em 2002 para um caixa líquido gerado pelas atividades financeiras de US\$ 403,8 milhões em 2003, principalmente devido a uma diminuição em pagamentos de empréstimos e a uma diminuição em pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio.

Em 31 de dezembro de 2004, tínhamos uma dívida total de US\$ 1.338,7 milhões nos acordos de financiamento descritos a seguir, 61,7% dos quais consistiam em dívidas de longo prazo e 38,3% consistiam em dívidas de curto prazo. Como comparação, tínhamos uma dívida total de US\$1.043,7 milhões em 31 de dezembro de 2003 e US\$ 552,6 milhões em 31 de dezembro de 2002, consistindo em 50,5% e 55,8% de dívidas de longo prazo, respectivamente. Nossa dívida total aumentou de 2003 para 2004 em grande parte devido a um nível maior de novos empréstimos.

O total da dívida consiste em valores registrados como empréstimos e financiamentos no balanço e exclui dívidas com e sem direito de regresso associadas a acordos de financiamento de vendas negociados através de Sociedades de Propósito Específico, ou SPEs. Nos financiamentos de vendas estruturados, uma SPE compra a aeronave, paga o preço total na entrega ou na conclusão da estrutura de financiamento e faz um contrato de leasing da aeronave em questão com o cliente final. Uma instituição financeira externa facilita o financiamento da compra de uma aeronave através de uma SPE e uma parte do risco do crédito fica com esse terceiro. Podemos fornecer garantias financeiras e/ou garantias de valor residual para a instituição financeira, além de atuarmos como participantes do capital (“equity”) nesse processo de estruturação financeira. Segundo a FIN 46-R, (“Consolidação de Entidades de Participações Variáveis, uma interpretação da ARB 51”), uma empresa deverá consolidar uma entidade de participação variável se essa empresa possuir uma participação variável que absorva a maior parte das perdas esperadas da empresa se ocorrerem, receba a maior parte dos retornos residuais esperados da empresa, ou ambos. Dessa forma, temos consolidado determinadas SPEs de propriedade de terceiros nas quais somos o principal beneficiário. Consulte a Nota 9 das demonstrações financeiras consolidadas.

O efeito da consolidação dessas SPEs resultou em dívidas sem e com direito de regresso em 31 de dezembro de 2004, incluídas como um item separado em nosso balanço, de US\$ 1.005,7 milhões refletindo contas a receber vinculadas de US\$ 840,0 milhões e US\$ 105,5 milhões contabilizadas como financiamento de clientes e comercial. US\$ 779,3 dessa dívida é sem direito de regresso, e não temos qualquer obrigação real em relação a essa dívida como devedor ou garantidor, além das potencialmente existentes sob garantias financeiras para as aeronaves financiadas. Os US\$ 226,4,5 milhões restantes da dívida têm direito de regresso para nós devido a contribuições de capital pendentes e estão garantidos por uma garantia de depósito junto a uma instituição financeira. A dívida sem e com direito de regresso estão vinculadas pelas contas a receber vinculadas e pelas aeronaves financiadas e, por conseguinte, não antecipamos uma saída de caixa líquido relativa a nossa dívida sem direito de regresso no futuro. Essas transações de financiamento não afetam materialmente nossa demonstração de resultados e o fluxo de caixa uma vez que as condições dessas transações de leasing e empréstimos são substancialmente as mesmas. Consulte as Notas 8, 9 e 30 de nossas demonstrações financeiras consolidadas.

Linhas de Crédito

Linhas de crédito de longo prazo

Mantemos linhas de crédito com o BNDES no total de US\$ 16,4 milhões de saldo em 31 de dezembro 2004, dos quais US\$ 10,7 milhões são atualmente de curto prazo, e dos quais US\$ 9,0 milhões são relativos ao desenvolvimento do ERJ 145, e com a FINEP no total de US\$ 8,7 milhões de saldo em 31 de dezembro 2004, dos quais US\$ 1,5 milhões são destinados a financiar os custos de desenvolvimento do AL-X. Os montantes totais obtidos das linhas de crédito com o BNDES e a FINEP deverão ser pagos em outubro de 2008 e novembro de 2009, respectivamente. Os valores do empréstimo do BNDES são garantidos por primeira, segunda e terceira hipotecas sobre as propriedades da Embraer no Brasil. As taxas de juros para essas linhas de crédito variam entre a TJLP mais 3,0% e a TJLP mais 5,5% ao ano. Para empréstimos do BNDES, pagamos ainda prêmio de 0,35% do preço de venda de 420 ERJ 145's vendidos entre 1º de janeiro de 1997 e 1º de agosto de 2002.

Temos uma linha de crédito com a Agência de Tóquio do The Chase Manhattan Bank através da qual fizemos um financiamento em ienes japoneses equivalente a US\$ 150,0 milhões, principalmente para financiar a compra de componentes da aeronave, dos quais US\$ 72,5 milhões ainda eram devidos em 31 de dezembro de 2004. Esse empréstimo vence em dezembro de 2006 e está indexado à taxa japonesa de depósito interbancário, ou JIBOR mais 1,1% ao ano.

Em 20 de setembro de 2002, assinamos um contrato de crédito de US\$ 100 milhões com a Mitsui & Co., Ltd. e obtivemos o montante total dessa linha de crédito, do qual US\$ 101,2 milhões ainda apresentaram um saldo em 31 de dezembro de 2004. Esse empréstimo vence em 2009 a uma taxa de LIBOR mais 2,15% ao ano. Essa linha de crédito é garantida pelo Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. e estipula que, se deixarmos de manter um mínimo de 100 pedidos firmes em carteira durante o período da linha de crédito, a Mitsui & Co. Ltd. terá o direito declarar todos os valores de saldo dessa linha de crédito vencidos e devidos.

Também temos uma linha de crédito de US\$ 100,0 milhões com o Santander Central Hispano Benelux S.A. totalmente utilizada, para financiar as compras de asas e outros suprimentos da Gamesa. Em 31 de dezembro de 2004, tinham US\$ 78,5 milhões de saldo dessa linha de crédito, com taxa de juros fixa de 4,49% ao ano com vencimento final em fevereiro de 2009.

Em julho de 2003, assinamos um contrato de crédito com a Sumitomo Mitsui Banking Corp. e outros credores para um empréstimo a prazo de US\$ 200,0 milhões, a uma taxa de LIBOR mais 2,97% ao ano, com vencimento final em junho de 2010, para a compra de materiais para a fabricação da família de jatos EMBRAER 170/190. Tomamos emprestado o valor total dessa linha de crédito em julho de 2003, dos quais US\$ 200,9 milhões permaneciam em saldo em 31 de dezembro de 2004.

Em abril de 2004 assinamos um contrato de crédito com o Banco do Brasil S.A. para uma linha de crédito para importação no valor de US\$ 50 milhões, a uma taxa de juros fixa de 5,63% ao ano com vencimento final em abril de 2007. Tomamos emprestado o valor total dessa linha de crédito, dos quais US\$ 51,6 permaneciam em saldo em 31 de dezembro de 2004.

Em maio de 2004 assinamos um contrato de crédito com o ABN Amro Bank de US\$ 71,0 milhões, a uma taxa de juros fixa de 7,19% ao ano com vencimento final em maio de 2009. Tomamos emprestado o valor total dessa linha de crédito, dos quais US\$ 74,3 permaneciam em saldo em 31 de dezembro de 2004.

Temos diversos outros contratos de empréstimos e crédito com um valor total de empréstimos de US\$ 336,0 milhões em 31 de dezembro de 2004, dos quais US\$ 114,4 milhões foram alocados a nossas subsidiárias.

Cada um dos nossos financiamentos de longo prazo prevê as obrigações e restrições usuais, incluindo as exigências de manter índices definidos de liquidez da dívida e de cobertura das despesas financeiras, com os quais estávamos de acordo em 31 de dezembro de 2004 e nenhum dos quais deverá ter efeitos materiais sobre nossos negócios. Consulte a Nota 19 das demonstrações financeiras consolidadas para obter mais informações sobre esses financiamentos.

Em junho de 2005 assinamos um contrato de crédito com IFC – International Finance Corporation A/B Loan Secured Facility de US\$ 180,0 milhões, incluindo o financiamento A de até US\$ 35,0 milhões, o financiamento B1 de até US\$ 60,0 milhões e um financiamento B2 de até US\$ 85,0 milhões. Os prazos desses financiamentos são 12, 10 e 8 anos, respectivamente, e a taxa média ponderada de juros é a LIBOR para seis meses mais 2,9% ao ano. A linha de crédito será garantida por uma combinação de hipotecas sobre a principal instalação industrial da Embraer no Brasil, três aeronaves EMBRAER 170/190 pré-série e um contrato de penhor de conta bancária com valor equivalente a 12 meses de cobertura de juros. Além das obrigações e restrições usuais, incluindo mas não se limitando a, as exigências de manter índices definidos de liquidez da dívida e de cobertura das despesas financeiras, a linha de crédito terá obrigações relacionadas ao cumprimento das diretrizes gerais ambientais e de saúde e segurança do IFC. A Embraer também concordou com uma provisão de pagamento antecipado obrigatório que limita a receita líquida gerada pela venda e suporte de aeronaves de ataque a 12,5% do total da receita líquida.

Linhas de crédito de curto prazo

Obtemos financiamento de curto prazo principalmente nos bancos brasileiros na forma de adiantamentos de contratos de câmbio que fazemos com esses bancos relativos aos recebimentos em um período de até 360 dias antes da entrega da aeronave. Em 31 de dezembro de 2004, tínhamos US\$ 48,0 milhões em endividamento decorrentes desses acordos. Em outubro de 2004 negociamos com o BNDES um financiamento de crédito pré-exportação de curto prazo de até US\$ 400,0 milhões, dos quais US\$ 310,7 milhões permaneciam pendentes em 31 de dezembro de 2004. Essa valor foi totalmente quitado em janeiro de 2005.

Temos diversos outros acordos de empréstimos de curto prazo com um valor total de empréstimos de US\$ 39,8 milhões em 31 de dezembro de 2004, dos quais US\$ 26,6 milhões foram alocados a nossas subsidiárias para financiar necessidades de capital de giro. Consulte a Nota 19 das demonstrações financeiras consolidadas para obter mais informações sobre os financiamentos de curto prazo.

Contribuições de Capital e Emissão de Ações

Durante o ano de 2004, realizamos aumento de capital no valor total de US\$ 3,2 milhões, representando a emissão de ações preferenciais para exercício de opções. Em 2004, emitimos 2.296.285 ações preferenciais a um preço médio ponderado de R\$ 4,15 por ação. Além disso, até 21 de junho de 2005, foram emitidas 1,948,235 ações preferenciais no exercício de opções a um preço de R\$ 7,07 por ação.

Pronunciamentos contábeis recentes – ainda não adotados

Em reunião em 31 de março de 2004, o chegou a um consenso final sobre o EITF Edição 03-6, "Valores Mobiliários com Participação nos Lucros e o Método de Duas Classes nos Termos da Declaração FASB 128, Lucro por Ação". Normalmente, um valor mobiliário com participação nos lucros tem direito a compartilhar os lucros de uma empresa, geralmente por meio de uma fórmula vinculada a dividendos sobre as ações ordinárias da empresa. A edição explica o que significa o termo "valor mobiliário com participação nos lucros" usado na Declaração 128. Quando um instrumento é considerado um valor mobiliário com participação nos lucros, esse instrumento pode potencialmente reduzir os lucros por ação ordinária porque é necessário usar o método de duas classes para calcular

o efeito do instrumento sobre os lucros por ação. O consenso também abrange outros instrumentos cujos termos incluem uma característica de participação. O consenso também trata da alocação de perdas. Se for necessário alocar lucros não distribuídos a valores mobiliários com participação nos lucros segundo o método de duas classes, as perdas também devem ser alocadas. Entretanto, o EITF 03-6 limita essa alocação a situações em que o valor mobiliário (1) tem o direito de participação nos lucros da empresa e (2) tem uma obrigação determinável objetivamente por contrato nas perdas líquidas da empresa. O consenso obtido no EITF 03-6 vigora para exercícios iniciados após 31 de março de 2004 (efetivamente o segundo trimestre fiscal para empresas com exercício findo no final do ano). EPSs em períodos anteriores devem ser ajustadas retroativamente para atender às decisões do consenso no EITF 03-6. Não esperamos que esse consenso tenha qualquer impacto sobre nossos cálculos de EPSs básicas e diluídas.

Em setembro de 2004, a FASB emitiu o FSP EITF Edição 03-1-1, que postergou a data de entrada em vigor dos parágrafos 10-20 do EITF Edição 03-1, "O Significado de Deterioração Não-Temporária e Sua Aplicação a Determinados Investimentos". Os parágrafos 10-20 do EITF Edição 03-1 orientam sobre como avaliar e contabilizar uma perda por deterioração que não seja temporária. A aplicação desses parágrafos foi postergada até a emissão do FSP Edição 03-1a proposto. Estamos analisando esse FSP para determinar se causará algum impacto significativo sobre nossas demonstrações financeiras.

Em novembro de 2004, a FASB emitiu o SBAS no 151, Custos de Estoques – Um aditamento da ARB no 43. Esta norma exige que valores anormais de despesas com instalações paradas, frete, custos de transporte e materiais usados (inutilizados) sejam reconhecidos como encargos do período atual. Além disso, exige que a alocação de custos gerais indiretos constantes com produção sejam alocados ao estoque com base na capacidade normal da instalação de produção. As disposições dessa norma se aplicarão futuramente e para nós são eficazes para custos de estocagem ocorridos antes de 1 de janeiro de 2006. Ao mesmo tempo que acreditamos que essa norma não terá efeito importante em nossas demonstrações financeiras, o impacto da adoção dessas novas regras depende de eventos que podem ocorrer futuramente e, dessa forma, não pode ser determinada uma estimativa do impacto até que o evento ocorra.

Em dezembro de 2004, a FASB emitiu o SFAS 153, "Trocas de Ativos Não-monetários", uma emenda ao APB 29. Essa Declaração altera a Opinião 29 para eliminar a exceção para trocas de ativos não monetários e a substitui por uma exceção geral para trocas de ativos não monetários sem valor comercial. A Declaração especifica que uma troca não monetária possui valor comercial caso os fluxos de caixa futuros da empresa venham a ser alterados significativamente como resultado da troca. Essa Declaração está em vigor para trocas de ativos não monetários que ocorram em exercícios iniciados após 15 de junho de 2005. A aplicação antecipada é permitida para trocas de ativos não monetários que ocorrerem em exercícios iniciados após a data de emissão dessa Declaração. A aplicação retroativa não é permitida. A Embraer aplicará essa Declaração se houver trocas de ativos não monetários após 31 de dezembro de 2005.

Em dezembro de 2004, a FASB emitiu o SFAS 123 (revisão 2004), "Pagamentos Baseados em Ações", ou SFAS 123R. Essa declaração eliminou a opção de se aplicar as provisões de avaliação do valor intrínseco da Opção APB 25, "Contabilização de Ações Emitidas para Funcionários" a recompensas em ações concedidas a funcionários. Em vez disso, o SFAS 123R exige que as empresas avaliem o custo dos serviços do funcionário recebidos em troca de uma recompensa de instrumentos de capital com base no valor justo da recompensa na data de concessão. Esse custo será contabilizado no período durante o qual o funcionário deve fornecer serviços em troca da recompensa – o período de serviço exigido (normalmente o período de concessão). O SFAS 123R se aplica a todas as recompensas concedidas após a data de entrada em vigor e a recompensas modificadas, readquiridas ou canceladas após essa data. O SFAS 123R entrará em vigor para nosso exercício findo em 31 de dezembro de 2006. Ainda não quantificamos o efeito da adoção futura do SFAS 123R daqui para frente.

Em março de 2005, o FASB emitiu a Interpretação no 47. Ela esclarece que o termo obrigação condicional de retirada de bens usado na Declaração FASB no 143, "Contabilidade para Obrigações de Retirada de Bens", se refere a uma obrigação legal de execução de uma atividade de retirada de bens em que o tempo e/ou o método de liquidação dependem de um evento futuro que pode ou não estar sob controle da entidade. A interpretação foi emitida para minimizar as diversas práticas contábeis desenvolvidas a respeito do tempo de reconhecimento de responsabilidade perante obrigações legais associadas à retirada de um bem tangível antigo quando o tempo e/ou o método de liquidação da obrigação dependem de um evento futuro. Esta interpretação esclarece que uma entidade

precisa reconhecer a responsabilidade por valor justo, referente a uma obrigação condicional de retirada de bens, na ocorrência de um evento, se o valor justo da responsabilidade puder ser aceitavelmente estimada. A Interpretação é eficaz antes do final dos exercícios fiscais que terminam após 15 de dezembro de 2005 (31 de dezembro de 2005 para empreendimentos no ano civil). A Administração previamente avaliou a aplicação da Declaração FASB no 143 para suas operações e concluiu que não seriam esperados efeitos importantes. A Administração considerará esta Interpretação em 2005 se surgir uma obrigação de retirada condicional de bens.

Em maio de 2005, o FASB emitiu a Declaração no 154. Esta Declaração substitui o Parecer no 20 APB, Alterações Contábeis, e a Declaração FASB no 3, Relatórios de Alterações Contábeis em Demonstrações Financeiras Provisórias, e altera os requisitos de contabilização e relatório de uma alteração em princípio contábil. A Declaração se aplica a todas as alterações voluntárias em princípio contábil e a alterações exigidas por um pronunciamento contábil na ocorrência não usual em que o pronunciamento não inclua provisões de transição específicas. Ao contrário do Parecer 20 que anteriormente exigia que a maioria das alterações voluntárias em princípio contábil fosse reconhecida pela inclusão, no lucro líquido do período de alteração, do efeito cumulativo da alteração no novo princípio contábil, essa Declaração exige aplicação retroativa a demonstrações financeiras de períodos anteriores de alterações no princípio contábil, a menos que seja impraticável determinar os efeitos específicos do período ou o efeito cumulativo da alteração. Quando for impraticável determinar os efeitos específicos de período de uma alteração contábil em um ou mais períodos anteriores apresentados, esta Declaração exige que o novo princípio contábil seja aplicado aos saldos de ativos e passivos desde o início do período mais cedo para o qual seja praticável uma aplicação retroativa e que seja feito um ajuste correspondente ao saldo de abertura dos lucros retidos para esse período em vez de informar em uma declaração de lucro. Quando for impraticável determinar o efeito cumulativo da aplicação de uma alteração em um princípio contábil para todos os períodos anteriores, esta Declaração exige que o novo princípio contábil seja aplicado como se fosse adotado futuramente a partir da data mais cedo possível. Esta Declaração transmite sem alteração a orientação do Parecer 20 para informar a correção de um erro em demonstrações financeiras anteriormente emitidas e uma alteração em estimativa contábil. Esta Declaração também contém sem alteração a orientação do Parecer 20 que exige justificção de uma alteração em princípio contábil com base na precedência. Esta Declaração será eficaz para alterações contábeis e correções de erros feitos nos exercícios fiscais que iniciam após 15 de dezembro de 2005. A adoção adiantada é permitida para alterações contábeis e correções de erros feitos nos exercícios fiscais que iniciam após a data de emissão dessa Declaração. A Administração aplicará esta declaração se ocorrerem trocas de bens não monetários em exercícios fiscais que iniciem após 15 de dezembro de 2005.

5C. Pesquisa e Desenvolvimento

Temos incidência de custos de pesquisa e desenvolvimento relativos às nossas aeronaves e aos seus componentes. Também temos a incidência de custos de pesquisa e desenvolvimento que não estão associados com o desenvolvimento de nenhuma aeronave específica. Esses custos incluem a implementação de iniciativas de garantia de qualidade, aumento da produtividade da linha de produção e estudos para determinar os últimos desenvolvimentos em tecnologia e padrões de qualidade. Os custos de pesquisa e desenvolvimento feitos pela Embraer são divididos em duas categorias: despesas de pesquisa e desenvolvimento e acréscimos de ativos fixos. A despesa de pesquisa e desenvolvimento é o custo efetivamente associado com o projeto e desenvolvimento da aeronave menos os valores ganhos com a contribuição em dinheiro de parceiros com participação nos riscos com base no atendimento de marcos de desempenho. De acordo com as GAAP (Práticas Contábeis Geralmente Aceitas) dos EUA, esses custos são contabilizados no ano em que ocorrem. Os acréscimos aos ativos fixos se referem apenas ao equipamento especializado desenvolvido por nós e necessário para o projeto. Esses custos são tratados como acréscimos a imóvel, instalações e equipamentos.

Fazemos investimentos significativos no desenvolvimento de novos projetos. O total de despesas em pesquisa e desenvolvimento para 2002, 2003 e 2004, incluindo despesas relativas ao desenvolvimento da família de jatos EMBRAER 170/190 foi de US\$ 158,5 milhões, US\$ 173,2 milhões e US\$ 44,5 milhões, respectivamente, condicionado as contribuições em caixa fornecidas pelos parceiros com participação nos riscos. Como percentuais da receita líquida, os custos de pesquisa e desenvolvimento foram equivalentes a 6,3% em 2002, 8,1% em 2003 e 1,3% em 2004. A redução percentual em 2004 reflete, principalmente, as contribuições de nossos parceiros de risco no valor de US\$ 108,6 milhões. Estimamos que nossos custos de pesquisa e desenvolvimento para 2005 serão de aproximadamente US\$ 120,0 milhões. Não registramos os gastos de pesquisa e desenvolvimento de programas de

defesa, pois eles são financiados pelo governo brasileiro e outros clientes do governo. A maioria das despesas de pesquisa e desenvolvimento está associada com um programa específico, seja comercial, executivo ou de defesa.

Recebemos fundos adicionais de parceiros com participação nos riscos para financiar nossos custos em caixa para a pesquisa e desenvolvimento comercial. Além disso, o governo brasileiro e outros financiam substancialmente todos os nossos custos de pesquisa e desenvolvimento em defesa em contratos de desenvolvimento de longo prazo.

5D. Informações sobre Tendências

A tabela a seguir resume nossa carteira de pedidos de vendas de aeronaves comerciais em 31 de março de 2005. A carteira total de pedidos nessa data, incluindo os jatos executivos e as aeronaves de defesa, era de US\$ 9,9 bilhões (US\$ 10,1 bilhões em 31 de dezembro de 2004).

Mercado de Aeronaves Comerciais	Pedidos Firmes	Opções	Entregas	Carteira de Pedidos Firmes
EMB 120 Brasília.....	352	—	352	—
ERJ 135	123	2	108	15
ERJ 140	94	20	74	20
ERJ 145	681	211	634	47
EMBRAER 170.....	172	137	56	116
EMBRAER 175.....	15	—	—	15
EMBRAER 190.....	155	230	—	155
EMBRAER 195.....	15	20	—	15

As tabelas a seguir mostram nossa carteira de pedidos de vendas de aeronaves comerciais em 31 de março de 2005 por tipo de avançar, cliente e país.

ERJ 135:

Cliente	Pedidos Firmes	Entregas	Carteira de Pedidos Firmes
American Eagle (EUA)	40	40	—
British Midland (Reino Unido)	3	3	—
City Airline AB (Suécia)	2	2	—
ExpressJet (EUA)	30	30	—
Flandair (França)	3	3	—
Jet Magic (Irlanda)	1	1	—
Luxair (Luxemburgo)	2	2	—
Pan Européenne (França)	1	1	—
Proteus (França)	3	3	—
Regional Airlines (França)	3	3	—
Republic Airways (EUA)	15	15	—
South Africa Airlinck (África do Sul)	20	5	15
TOTAL	123	108	15

ERJ 140:

Cliente	Pedidos Firmes	Entregues	Carteira de Pedidos Firmes
American Eagle (EUA)	59	59	—
Midwest (EUA)	20	—	20
Republic Airways (EUA)	15	15	—
TOTAL	94	74	20

ERJ 145:

Cliente	Pedidos Firmes	Entregues	Carteira de Pedidos Firmes
Aerolitoral (México)	5	5	—
Air Caraibes (Guadalupe)	2	2	—
Alitalia (Itália)	14	14	—
American Eagle (EUA)	118	107	11
Axon (Grécia)	3	3	—
British Midland (Reino Unido)	9	9	—
British Regional Airlines (Reino Unido)	23	23	—
Brymon (Reino Unido)	7	7	—
China Southern (China)	6	6	—
China Eastern Jiangsu (China)	5	—	5
Cirrus (Alemanha)	1	1	—
ExpressJet (EUA)	245	221	24
ERA (Espanha)	2	2	—
Flandre Air (França)	7	5	2
GECAS (PB Air - Tailândia)	2	2	—
KLM EXEL (Holanda)	2	2	—
Lot Polish (Polónia)	14	14	—
Luxair (Luxemburgo)	9	9	—
Mesa (EUA)	36	36	—
Portugalia (Portugal)	8	8	—
Proteus (França)	11	8	3
Regional (França)	17	15	2
Republic Airways (EUA)	60	60	—
Rheintalflug (Áustria)	3	3	—
Rio Sul (Brasil)	16	16	—
Sichuan (China)	5	5	—
Skyways (Suécia)	4	4	—
Swiss (Suíça)	25	25	—
Transtates (EUA)	22	22	—
TOTAL	681	634	47

EMBRAER 170:

Cliente	Pedidos Firmes	Entregues	Carteira de Pedidos Firmes
Alitalia (Itália)	6	6	—
Cirrus (Alemanha)	1	1	—
Finnair (Finlândia)	12	—	12
Gecas (EUA)	8	4	4
Lot Polish (Polônia)	6	4	2
Republic Airline (EUA)	39	16	23
Swiss (Suíça)	15	—	15
US Airways (EUA)	85	25	60
TOTAL	172	56	116

EMBRAER 175:

Cliente	Pedidos Firmes	Entregues	Carteira de Pedidos Firmes
Air Canada (Canadá)	15	—	15
TOTAL	15	—	15

EMBRAER 190:

Cliente	Pedidos Firmes	Entregues	Carteira de Pedidos Firmes
Air Canada (Canadá)	45	—	45
Copa (Panamá)	10	—	10
Jet Blue (EUA)	100	—	100
TOTAL	155	—	155

EMBRAER 195:

Cliente	Pedidos Firmes	Entregues	Carteira de Pedidos Firmes
Swiss (Suíça)	15	—	15
TOTAL	15	—	15

Para obter mais informações sobre as tendências no nosso negócio, consulte o “Item 4B. Visão Geral do Negócio — Estratégias do Negócio” e o “Item 5A. Resultados Operacionais – Situação Atual e Tendências Futuras na Indústria de Aeronaves e no Mercado de Jatos Executivos”. Para os riscos que afetam o nosso negócio, consulte o “Item 3D. Fatores de Risco”.

5E. Composições não registradas no Balanço

Participamos em algumas composições não registradas, principalmente relativos às obrigações de entrega como parte do pagamento e garantias financeiras e de valor residual. Também temos algumas transações de swap que estão descritas no “Item 11. Divulgações Quantitativas e Qualitativas sobre o Risco de Mercado”.

Além das composições não registradas descritas abaixo, também somos responsáveis como contingência pela recompra de algumas aeronaves vendidas sob contratos de venda que davam ao cliente o direito de nos vender a aeronave de volta no futuro, segundo regras de preços predefinidas. Essas compromissos de recompra foram cancelados em 2004 nos termos de acordos formais assinados com os detentores dessas opções.

Obrigações de Troca

Na assinatura de um contrato de compra para uma nova aeronave, podemos oferecer opções de troca (*trade-in*) para nossos clientes. Essas opções dão ao cliente o direito de entregar, como parte do pagamento, uma aeronave existente na compra de uma nova aeronave. Em 31 de dezembro de 2004, seis dos nossos jatos comerciais estavam sujeitos a opções de “trade-in” e outras aeronaves podem ficar sujeitas a opções de “trade-in” como parte do pagamento no momento da entrega. O preço de troca é determinado da forma descrita acima para jatos comerciais. Pode ser necessário aceitar trade-in de aeronaves a preços que estão acima do preço de mercado da aeronave, o que resultaria em perda financeira na revenda da aeronave. Com base em nossas estimativas atuais e em avaliações de terceiros, acreditamos que qualquer aeronave possa ser aceita como parte do pagamento pode ser vendida sem ganhos ou perdas substanciais. Em 2004, não foi necessário receber qualquer aeronave como parte do pagamento.

Garantias Financeiras e de Valor Residual

Garantimos o desempenho financeiro de uma parte do financiamento e do valor residual de algumas de nossas aeronaves que já foram entregues. As garantias financeiras são fornecidas para as instituições financeiras para sustentar uma parte das obrigações de pagamento dos compradores das nossas aeronaves em seus financiamentos a fim de diminuir perdas relativas a inadimplemento. Essas garantias são sustentadas pela aeronave financiada.

Na hipótese de todos os clientes com garantias financeiras não honrarem seus respectivos financiamentos, a assumindo sermos chamados a cobrir o valor total das garantias dos valores residuais em aberto, e de não termos conseguido vender ou arrendar nenhuma das aeronaves para compensar nossas responsabilidades, nosso risco máximo pelas garantias prestadas (menos provisões e obrigações) seria de US\$2,0 bilhões em 31 de dezembro de 2004. Ver Nota 34 das demonstrações financeiras consolidadas para maiores explicações sobre esta matéria que não consta dos balanços.

Temos US\$ 231,1 depositados em contas custódia para cobrir nossas garantias financeiras e de valor residual de algumas aeronaves vendidas. Se o garantidor da dívida (outra entidade não vinculada) for obrigado a pagar aos credores desse financiamento ou a garantia de valor residual, o garantidor terá o direito de retirar o valor da conta custódia. Com base nas estimativas atuais, acreditamos que os resultados da venda ou do arrendamento da aeronave coberta (de acordo com o valor de revenda a partir de 31 de dezembro de 2004) e de outras cobranças de compensação, como depósitos em espécie, excederiam nosso comprometimento em US\$ 8,1 milhões. Os valores depositados serão liberados no vencimento dos contratos de financiamento (entre 2013 e 2021) se não ocorrer inadimplência dos compradores das aeronaves e se o preço de mercado da aeronave for superior à garantia de valor residual.

Os juros obtidos nos fundos de custódia são adicionados ao saldo em custódia e registrados como receita financeira pela empresa. Para obter uma taxa de juros mais favorável sobre esses depósitos de garantia, a Embraer estruturou, em 2004, uma nota de catorze anos no valor de US\$ 42,2 milhões com o banco depositário, que gerou juros no valor de US\$ 7,3 milhões em 2004, juros esses adicionados ao principal e contabilizados em nossas demonstrações de resultados consolidados e de receita total. Esse aumento de ganhos foi obtido por meio de uma operação derivativa de crédito (CDS – Credit Derivative Swap) que dá ao portador da nota o direito de resgate

antecipado da nota em caso de evento de crédito causado pela empresa. No caso de um evento de crédito, a nota poderá ser resgatada pelo portador pelo valor de mercado da nota ou pelo valor nominal original da nota, o que for maior, o que resultaria na perda de todos os juros obtidos sobre a nota até essa data. Eventos de crédito incluem inadimplência de obrigação e pagamento nos termos das garantias acima dos limites especificados, eventos relacionados à reestruturação das obrigações acima de um limite especificado, falência e recusa de e/ou moratória sobre as obrigações acima de um limite especificado. Consulte a Nota 11 das demonstrações financeiras consolidadas.

Nossas garantias de valor residual normalmente asseguram que no 15º ano após a entrega, a aeronave em questão terá um valor residual de mercado de 18% a 25% do preço original de venda. No caso de uma redução no valor de mercado da aeronave e a exigência por parte do cliente do valor residual garantido, vamos arcar com a diferença entre o valor de mercado da aeronave e o valor residual garantido no exercício correspondente. Nosso comprometimento é suavizado pelo fato de que a parte garantida, para usufruir da garantia, deve fazer com que a aeronave atenda a determinadas condições.

Para uma análise dos riscos relacionados às nossas obrigações de troca e de garantia financeira e de valor residual, consulte “Item 3D. Fatores de Risco — Nossas vendas de aeronaves estão sujeitas a provisões para cancelamento, opções de entrega como parte do pagamento e garantias financeiras e de valores residuais que podem reduzir nosso fluxo de caixa ou exigir que façamos desembolsos de caixa significativos no futuro.”

Reavaliamos continuamente nosso risco de acordo com as garantias e obrigações de entrega como parte do pagamento com base em diversos fatores, incluindo o valor de mercado futuro estimado da aeronave com base em avaliações de terceiros, incluindo as informações obtidas da venda ou arrendamento de aeronaves semelhantes no mercado secundário, bem como a classificação de crédito dos clientes. Consulte a Nota 34 das demonstrações financeiras consolidadas para obter uma análise mais detalhada dessas composições não registradas no balanço.

5F. Demonstração de Obrigações Contratuais

A tabela e a análise a seguir fornecem informações adicionais relativas às principais obrigações contratuais e compromissos comerciais a partir de 31 de dezembro de 2004.

<u>Obrigações Contratuais</u>	<u>Total</u>	<u>Menos de 1 ano</u>	<u>1 – 3 anos</u>	<u>3 – 5 anos</u>	<u>Mais de 5 anos</u>
Empréstimos.....	US\$1.338,7	US\$513,3	US\$498,7	US\$299,6	US\$27,1
Obrigações de leasing financeiro .	4,5	2,8	1,7	—	—
Leasing operacional	8,8	2,4	2,4	0,4	3,6
Obrigações de compras	565,5	562,1	3,4	—	—
Outros passivos a longo prazo	1.575,4	84,4	791,7	224,7	474,6
Total	US\$3.492,9	US\$1.165,0	US\$1.297,9	US\$524,7	US\$505,3

A tabela acima não reflete os compromissos contratuais relativos às opções de entrega como parte do pagamento e às garantias financeiras e de valores residuais analisadas no “Item 5E. Composições não registradas no Balanço” acima. Ver “Item 3D. Fatores de Risco — Nossas vendas de aeronaves estão sujeitas a provisões para cancelamento, opções de entrega como parte do pagamento e garantias financeiras e de valores residuais que podem reduzir nosso fluxo de caixa ou exigir que façamos desembolsos de caixa significativos no futuro.”

As obrigações de compras consistem em contas a pagar a fornecedores e obrigações de seguros.

Outros passivos a longo prazo incluem dívidas com e sem direito de regresso no valor total de US\$ 654,3 milhões relativas a obrigações de SPEs consolidadas. A tabela acima não reflete nenhuma informação sobre os derivativos, que são analisados com mais detalhes no “Item 11. Divulgações Quantitativas e Qualitativas sobre o Risco de Mercado”.

ITEM 6. CONSELHEIROS, DIRETORIA E FUNCIONÁRIOS

6A. Conselheiros e Diretoria

Somos administrados pelo *Conselho de Administração*, composto de no mínimo nove e no máximo dezoito membros, e pela *Diretoria*, composta de pelo menos quatro membros (cada um sendo um diretor executivo). Temos um *Conselho Fiscal* permanente, que é composto de cinco membros.

Conselho de Administração

Nosso Conselho de Administração normalmente se reúne quatro vezes por ano e extraordinariamente quando solicitado pelo presidente ou pela maioria dos membros do conselho. É responsável, entre outras coisas, por estabelecer as políticas gerais do negócio e por eleger e supervisionar os diretores executivos.

Nossos estatutos determinam que o Diretor-Presidente da Embraer seja automaticamente um membro do Conselho de Administração. Conseqüentemente, Maurício Novis Botelho, atual Diretor-Presidente da Embraer, é um conselheiro. Nossos acionistas controladores, Cia. Bozano, PREVI e SISTEL, fizeram um acordo de acionistas que determina que quando eles indicam os membros do Conselho de Administração nas reuniões de acionistas, cada um deles indicará dois representantes (e suplentes), e juntos eles votarão para eleger dois representantes (e suplentes) do Grupo de Defesa Aeroespacial Europeu e um representante (e suplente) do governo brasileiro. Esse representante do governo brasileiro é adicional ao representante que o governo brasileiro tem o direito de indicar diretamente como portador de uma ação ordinária de uma classe especial, a “ação golden share”. Ver “Item 7A. Principais Acionistas — Direito de Voto — Acordo de Acionistas” para obter mais informações sobre o acordo de acionistas. Além disso, nossos estatutos determinam que os funcionários têm direito a dois representantes (e suplentes) no Conselho de Administração, que são eleitos na assembléia geral ordinária de acionistas.

Todos os membros do Conselho de Administração têm mandatos de três anos. Os mandatos dos membros atuais do conselho termina em abril de 2007. A seguir são apresentados os nomes, as idades, os cargos e uma breve biografia dos membros do Conselho de Administração em 18 de abril de 2005.

Nome	Idade	Cargo	Ano da 1ª eleição
Luiz Carlos Siqueira Aguiar	42	Presidente do Conselho de Administração	2004
Vitor Sarquis Hallack.....	52	Vice-Presidente do Conselho de Administração	1995
Henrique Pizzolato	52	Conselheiro	2003
Carlyle Wilson.....	76	Conselheiro	2000
Carlos Alberto Cardoso Moreira.....	45	Conselheiro	2004
Wilson Carlos Duarte Delfino	58	Conselheiro	2004
Maurício Novis Botelho	62	Presidente e Diretor-Presidente do Conselho de Administração	2000
Neimar Dieguez Barreiro	60	Conselheiro	2004
Rubens Antonio Barbosa.....	66	Conselheiro	2004
François Regis Yves Marie Gayet	60	Conselheiro	2005
Christian Paul Maurice Gras	47	Conselheiro	2004
Paulo Cesar de Souza Lucas	45	Conselheiro	1999
Claudemir Marques de Almeida	52	Conselheiro	2004

Luiz Carlos Siqueira Aguiar. Aguiar é Diretor-Presidente da PREVI desde fevereiro de 2003. De agosto de 2000 a fevereiro de 2003, foi diretor do Banco do Brasil. Atuou também como Vice-Gerente do Banco do Brasil em Nova York de fevereiro de 1997 a agosto de 2000. Foi anteriormente conselheiro da Seguradora Brasileira de Crédito a Exportação, uma empresa brasileira de financiamento e seguros, de maio de 2001 a fevereiro de 2003. Desde abril de 2003 e julho de 2003, respectivamente, atuou como Vice-Presidente do Conselho da Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL, uma empresa de serviços públicos, e como membro do Comitê de Financiamento da Companhia Vale do Rio Doce – CVRD, uma empresa de mineração. Aguiar foi eleito como conselheiro e

presidente do conselho em abril de 2004, como representante da PREVI, e seu endereço comercial é Praia do Botafogo, 501, 4º andar, 22250-040 Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Vitor Sarquis Hallack. Hallack integra o grupo Bozano desde 1993. É diretor da Cia. Bozano e membro do conselho e diretor da Bozano Holdings Ltd. De abril de 1998 a maio de 2000, foi diretor-presidente do Banco Bozano Simonsen S.A. Antes de entrar para a Cia. Bozano, Hallack foi o diretor responsável pelo desenvolvimento de novos negócios e diretor financeiro da Companhia Vale do Rio Doce – CVRD, uma empresa de mineração, de dezembro de 1990 a março de 1993. Hallack é representante da Cia. Bozano e seu endereço comercial é Rua Visconde de Ouro Preto, 5, 10º andar, 22250-180 Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Henrique Pizzolato. Pizzolato é Diretor de Marketing e Comunicações do Banco do Brasil desde fevereiro de 2003. De junho de 1998 a maio de 2002, foi o Diretor de Benefícios da PREVI. Também foi membro do Conselho do Banco do Brasil de 1993 a 1996. Além disso, o Sr. Pizzolato foi membro do Conselho de Administração da Telecentrosul e da Brasil Telecom, empresas de telecomunicações, de 1999 a 2000. É representante da PREVI e seu endereço comercial é SBS Quadra 1, Bloco C, Lote 32, Edifício Sede 3, 19º andar, 70073-901 Brasília, DF, Brasil.

Carlyle Wilson. Wilson integra o grupo Bozano desde 1972. É diretor executivo da Cia. Bozano e membro do conselho da Bozano Holdings Ltd. Desde 1992, Carlyle Wilson é membro do conselho da Berneck Aglomerados, uma empresa de fabricação de placas de compensado de madeira. Além disso, desde 1980 é membro do conselho da Bozano, Simonsen Centros Comerciais S.A., uma empresa de administração de shopping centers, e desde 1986 é membro do conselho da GD Empreendimentos Imobiliários S.A., uma empresa imobiliária. De janeiro de 1995 a janeiro de 2000, foi conselheiro suplente da Embraer. Carlyle Wilson é um representante da Cia. Bozano e seu endereço comercial é Rua Visconde de Ouro Preto, 5, 10º andar, 22250-180 Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Wilson Carlos Duarte Delfino. Delfino é Presidente e Diretor-Executivo em exercício da SISTEL desde janeiro de 2004, e é também como Diretor de Planejamento, Controladoria e Escritórios Administrativos da SISTEL desde março de 2000. Anteriormente, Delfino trabalhou como Assistente do Diretor Executivo responsável pela Coordenação do Comitê de Investimentos da SISTEL de setembro de 1993 a setembro de 1994, e como Gerente do Departamento de Análises de Investimentos da SISTEL de outubro de 1994 a março de 2000. É também membro do conselho de administração da Paranapanema, uma empresa de mineração, desde abril de 1998. Delfino é representante da SISTEL, e seu endereço comercial é SEP Sul, Quadra 702/902 – Conj. B, Bloco A, Ed. Gal. Alencastro, 2º andar, 70390-025 Brasília, DF, Brasil.

Carlos Alberto Cardoso Moreira. Moreira é Diretor Executivo de Investimentos e Financiamento da SISTEL desde junho de 2000. Atuou como Diretor para Clientes Executivos do Banco BMC S/A em São Paulo de junho de 1992 a novembro de 1999 e como Vice-Presidente Residente do Citibank N.A. em São Paulo de maio de 1988 a maio de 1992. Além disso, Moreira é membro do conselho de administração da World Trade Center/SP Enterprise, uma empresa imobiliária, e membro do conselho de administração da Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL, uma empresa de serviços públicos. Moreira é representante da SISTEL, e seu endereço comercial é o mesmo de Delfino, acima.

Maurício Novis Botelho. Botelho é Diretor-Presidente da Embraer desde setembro de 1995, bem como Diretor e/ou Presidente do Conselho de diversas subsidiárias da Embraer. Atuou como Diretor-Presidente da OTL – Odebrecht Automação & Telecomunicações Ltda., também conhecida como OTL e posteriormente chamada de Stelar Telecom, uma empresa de telecomunicações, de 1988 a 1995. Também foi Diretor-Presidente da CMW Equipamentos S.A., ou CMW, uma empresa de automação industrial, de 1985 a 1995. Foi também Diretor-Presidente da STL – Engenharia de Sistemas Ltda., também conhecida como STL, uma empresa de engenharia de projetos, de 1985 a 1995, sócio da Soluções Integradas PROLAN Ltda., também conhecida como PROLAN, uma empresa de redes corporativas, de 1994 a 1995, e Vice-Presidente Executivo da TENENGE – Técnica Nacional de Engenharia Ltda., ou TENENGE, uma construtora, em 1992. Em 1995, Maurício Botelho foi diretor executivo da Cia. Bozano. Seu endereço comercial é o endereço de nosso escritório principal. Botelho é membro do conselho de acordo com nossos estatutos, que determinam que o Diretor-Presidente da Embraer seja automaticamente um membro do Conselho de Administração, e seu endereço comercial é o endereço de nosso escritório principal.

Neimar Deiguez Barreiro. Barreiro é Major-Brigadeiro da Força Aérea Brasileira desde julho de 2001 e Secretário de Economia e Finanças da Força Aérea Brasileira desde agosto de 2001. É também representante da Força Aérea na Comissão Interministerial de Acompanhamento do Programa de Fortalecimento do Controle do Espaço Aéreo Brasileiro. Neimar Barreiro serve na Força Aérea Brasileira desde 1963. É representante do governo brasileiro, por meio da propriedade, pelo governo, da ação ordinária de uma classe especial, a “golden share,” e seu endereço comercial é Esplanada dos Ministérios, Bloco M, 3º andar, Sala 05, 70045-900 Brasília, DF, Brasil.

Rubens Antonio Barbosa. Barbosa foi embaixador do Brasil nos Estados Unidos de 1999 a 2004. De 1994 a 1999, foi embaixador do Brasil em Court of St. James (Londres). Barbosa foi também Presidente da Associação dos Países Produtores de Café – APPC de 1994 a 1999 em Londres, e atuou em diversos cargos no Ministério das Relações Exteriores do Brasil, inclusive, mais recentemente, como Subsecretário Geral para Integração Regional, Comércio Exterior e Assuntos Econômicos do Ministério das Relações Exteriores de dezembro de 1991 a dezembro de 1993 e Coordenador Brasileiro para o Mercado Comum do Mercosul-Cone Sul, de agosto de 1991 a dezembro de 1993. Barbosa é o representante do governo brasileiro, eleito por nossos acionistas. Seu endereço comercial é Av. Brigadeiro Faria Lima, 2055, 9º andar, conjunto 92, 01452-001 São Paulo, SP, Brasil.

Fraçois Gayet. Gayet é Vice-Presidente Sênior de Marketing e Vendas da Thales™ desde 2004. Gayet começou a trabalhar para a Thales™ em 1975, e durante sua carreira ocupou diversos cargos gerenciais e executivos, incluindo Vice-Presidente Sênior do Grupo de Negócios de Sistemas Navais, Vice-Presidente Sênior de Defesa para a França, Presidente do Conselho de Administração e Diretor-Presidente da Thales, Inc. e Presidente do Conselho de Administração da Thales North America (TNA). Gayet é o representante do European Aerospace and Defense Group e seu endereço comercial é 45 Rue de Villiers, 92526 Neuilly-sur-Seine Cedex, France.

Christian Paul Maurice Gras. Gras é Vice-Presidente Sênior para a América Latina da European Aeronautic, Defense and Space Company desde 2003. Anteriormente trabalhou como Vice-Presidente Executivo de Suporte ao Cliente na Eurocopter SAS, de setembro de 2000 a dezembro de 2002, como Diretor-Presidente da American Eurocopter Corporation de 1997 a 2000 e Diretor-Presidente da subsidiária da Eurocopter no México e Presidente de Marketing e Suporte ao Cliente de 1994 a 1996, todas essas empresas fabricantes de helicópteros. Gras é também membro do conselho da France Trade Advisor (CCE), uma organização da indústria, desde 1996. É representante do European Aerospace and Defense Group, e seu endereço comercial é Av. Cidade Jardim, 400, 16º andar, Ed. Dacon, 01454-000 São Paulo, SP, Brasil.

Paulo Cesar de Souza Lucas. Lucas participou da nossa divisão de planejamento estratégico desde 1998 e foi o coordenador da implementação da estratégia de modernização e redução de custos da Embraer de 1990 a 1996. Ele trabalhou na Embraer por mais de 16 anos e é um representante dos nossos empregados acionistas. Seu endereço comercial é o endereço de nosso escritório principal.

Claudemir Marques de Almeida. Almeida é funcionário da Embraer desde 1987, e atualmente ocupa o cargo de Supervisor Aeronáutico I. Foi também membro do Conselho de Administração de janeiro de 1995 a abril 2001. Almeida é o representante de nossos empregados não acionistas, e seu endereço comercial é o endereço de nosso escritório principal.

Diretoria Executiva

Nossos diretores executivos são responsáveis pela administração do dia-a-dia. Possuem responsabilidades individuais estabelecidas por nossos estatutos e pelo Conselho de Administração. O endereço comercial de cada um dos diretores é o endereço de nosso escritório principal.

Os diretores executivos são eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de três anos e cada diretor executivo pode ser afastado do cargo pelo Conselho de Administração antes do término do período do seu mandato. A seguir são apresentados os nomes, idades, cargos e uma breve biografia dos nossos diretores em 18 de abril de 2005:

Nome	Idade	Cargo	Ano da 1ª Eleição
Maurício Novis Botelho	62	Diretor-Presidente	1995
Antonio Luiz Pizarro Manso.....	60	Vice-Presidente Executivo Corporativo e de Relações com Investidores	1995
Satoshi Yokota	64	Vice-Presidente Executivo de Desenvolvimento e Indústria	1997
Frederico Pinheiro Fleury Curado....	43	Vice-Presidente Executivo para o Mercado de Aviação Civil	1997
Romualdo Monteiro de Barros.....	56	Vice-Presidente Executivo para o Mercado de Defesa	1997
Horácio Aragonés Forjaz.....	53	Vice-Presidente Executivo de Comunicação Empresarial	1998
Artur Aparecido V. Coutinho	56	Vice-Presidente Executivo de Compras e Operações Industriais	2005

Maurício Novis Botelho. Para uma descrição biográfica de Maurício Botelho, consulte “—Conselho de Administração.”

Antonio Luiz Pizarro Manso. Manso é Vice-Presidente Executivo Corporativo e de Relações com Investidores desde 2001 e Diretor Financeiro da Embraer desde 1995. Também é diretor e/ou presidente de diversas subsidiárias da Embraer. Foi diretor administrativo e financeiro da STL de 1986 a 1995 e da CMW de 1986 a 1995 e atuou como membro do Conselho de Administração da CMW em 1995. Também foi diretor financeiro da OTL de 1989 a 1995, diretor financeiro da TENENGE em 1992 e diretor financeiro da PROLAN de 1994 a 1995.

Satoshi Yokota. Antes de se tornar Vice-Presidente Executivo de Desenvolvimento e Indústria da Embraer em 1997, Satoshi Yokota ocupou diversos cargos na Embraer, incluindo Diretor de Programas e Contratos Comerciais em 1995 e 1996 e Diretor de Programas de 1992 a 1995. Também foi presidente do Conselho de Administração da ELEB, uma das subsidiárias da Embraer.

Frederico Pinheiro Fleury Curado. Antes de se tornar Vice-Presidente Executivo para o Mercado de Aviação Civil da Embraer em 1998, Frederico Curado foi Vice-Presidente Executivo —Planejamento e Desenvolvimento Organizacional de 1997 até agosto de 1998. Antes disso, ocupou diversos cargos nas áreas de produção, compras, tecnologia da informação, contratos e vendas. Também é diretor e/ou secretário de diversas subsidiárias da Embraer.

Romualdo Monteiro de Barros. Antes de se tornar Vice-Presidente Executivo – Mercado de Defesa da Embraer em 1997, Romualdo de Barros foi responsável pelo desenvolvimento comercial na OTL, depois chamada de Stelar Telecom, uma empresa de telecomunicações, de 1994 a 1997.

Horácio Aragonés Forjaz. Antes de se tornar Vice-Presidente Executivo – Comunicação Empresarial da Embraer em 2001, Horácio Forjaz foi Vice-Presidente Executivo — Planejamento e Desenvolvimento Organizacional da Embraer de 1998 a 2001, e antes de 1998 foi nosso diretor de engenharia. De 1995 a 1997, foi diretor de operações da Compsis —Computadores e Sistemas Ltda., uma empresa de engenharia de sistemas e software, e de 1975 a 1995 ocupou diversos cargos na Embraer nas áreas de projetos de engenharia e de sistemas.

Artur Aparecido V. Coutinho. Antes de se tornar Vice-Presidente Executivo – Compras e Operações Industriais em 2005, Coutinho foi Vice-Presidente responsável pelas atividades de marketing, vendas e suporte ao cliente na América do Norte, de janeiro de 2003 a março de 2005. De fevereiro de 2000 a dezembro de 2002 foi Vice-Presidente de Suporte ao Cliente. Antes disso, Coutinho ocupou vários cargos na Embraer nas áreas de marketing, treinamento e controle da qualidade.

6B. Remuneração

Para o exercício fiscal terminado em 31 de dezembro de 2004, a remuneração agregada (inclusive benefícios em espécie outorgados) paga aos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e aos

diretores executivos, por serviços em todas as funções, foi de aproximadamente US\$ 7 milhões. Adicionalmente, em 2004, foram reservados aproximadamente US\$ 0,1 milhões para pagamento de benefícios de pensão a nossos diretores executivos.. Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal não recebem esses benefícios. Os membros do conselho de administração e do Conselho Fiscal, e os diretores executivos não receberam nenhuma remuneração (inclusive benefícios em espécie) de nenhuma das nossas subsidiárias. Até 31 de dezembro de 2004, nenhum dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal ou administradores executivos tinha qualquer participação financeira ou outra participação em qualquer transação envolvendo a Embraer que não no curso normal dos nossos negócios.

Além disso, em 22 de junho de 2005, os membros do conselho ou administradores executivos eram proprietários, no agregado, de 18 ações ordinárias e 3.836.737 ações preferenciais.

Plano de Opções de Ações

Na Assembléia Geral Extraordinária de 17 de abril de 1998, foi aprovado pelos acionistas um “Plano de Outorga de Opções de compra de Ações da Embraer” para a administração e empregados, inclusive de nossas subsidiárias, sujeito às restrições baseadas na continuidade do empregado na Empresa ou nas subsidiárias por, no mínimo, dois anos. O prazo de cinco anos para a concessão de opções prevista no plano expirou em 31 de maio de 2003.

De acordo com os termos do plano, 25.000.000 de ações preferenciais estão autorizadas a serem outorgadas durante o período de cinco anos a partir da data da primeira concessão. Ao final deste período de cinco anos, havíamos outorgado opções numa quantia agregada de 20.237.894 ações preferenciais, incluindo 662.894 concedidas como dividendos sobre o capital em 2002, a um preço médio ponderado de exercício de R\$ 6,17 por ação. As opções de compra oferecidas a cada funcionário podem ser exercidas da seguinte forma: 30% após três anos da data outorgada, 30% adicionais após quatro anos e os 40% remanescentes após cinco anos. Os funcionários poderão exercer suas opções por até sete anos após a data em que elas forem outorgadas. Em 31 de dezembro de 2004, 12.548.826 do número total de opções outorgadas foram exercidas, e 1.948.235 opções adicionais foram exercidas até 22 de junho de 2005. Do número total de opções outorgadas, opções para a aquisição de ações de, no agregado, 7.799.470 ações preferenciais foram outorgadas aos administradores executivos a um preço médio ponderado de exercício de R\$ 4,95 por ação, das quais 6.170.000 foram exercidas durante o período de 1º de janeiro de 2001 até 22 de junho de 2005.

Plano de Participação nos Lucros

Nós implementamos um plano de participação nos lucros em 1998 que vincula a participação nos lucros pelos funcionários a pagamentos de dividendos. Toda vez que dividendos são pagos a nossos acionistas, pagamos também uma participação nos lucros de 25% do valor do pagamento de dividendo aos funcionários que atingiram metas estabelecidas no início do ano.

Sob este plano, podemos pagar valores adicionais de até 5% sobre este pagamento de dividendo a funcionários que apresentarem desempenho excepcional, em base discricionária. Acreditamos que esta política encoraja funcionários individuais a atingir nossas metas de produção. Em abril de 2005, nosso Conselho de Administração aprovou algumas mudanças no nosso plano de participação nos lucros, referentes à distribuição adicional de 5% a funcionários com desempenho excepcional. Essas alterações foram baseadas em recomendações feitas por um Comitê Consultor do Conselho de Administração, criado em abril de 2004 para analisar as políticas da empresa relacionadas a remuneração e participação nos lucros.

A nova política estabelece que a distribuição adicional de 5% a funcionários com desempenho excepcional será limitada a um valor igual a 50% de nossa receita líquida no exercício, ajustada para alguns eventos de fluxo de caixa, a serem distribuídos em espécie após a assembléia Geral de Acionistas em que nossas demonstrações financeiras anuais são aprovadas. Do valor total a ser distribuído, para alguns funcionários de alto nível dois terços serão na mesma data e a terça parte restante será alocada como "ações preferenciais virtuais", e os pagamentos relacionados a essas ações serão feitos ao longo de um período de três anos usando uma fórmula de preço médio ponderado. Conseqüentemente, o valor desses pagamentos será vinculado ao desempenho futuro de mercado de nossas ações preferenciais.

Para os exercícios fiscais de 2002, 2003 e 2004 foram distribuídos US\$ 25,2 milhões, US\$20,4 milhões e US\$61,2 milhões para os funcionários, respectivamente.

6C. Práticas do Conselho

Todos os membros do Conselho de Administração tem mandatos de três anos e os mandatos de todos os membros atuais terminam em abril de 2007. Consulte “Item 6A. Conselheiros e Diretoria—Conselho de Administração” para o ano em que cada um dos membros do Conselho de Administração foi eleito pela primeira vez.

Os diretores executivos são eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de três anos e cada diretor executivo pode ser afastado do cargo pelo Conselho de Administração antes do término do período do seu mandato. Ver “Item 6.A. Conselheiros e Diretoria—Administradores Executivos” para o ano em que cada um dos administradores executivos foi eleito pela primeira vez.

Nenhum dos conselheiros ou diretores executivos é parte de um contrato que prevê benefícios quando do término do emprego.

Conselho Fiscal

De acordo com a Lei das Sociedades Anônimas, o Conselho Fiscal é uma entidade independente da administração e dos auditores externos de uma empresa. Um conselho fiscal brasileiro não é equivalente ou comparável a uma *audit committee* (Comitê de Auditoria) dos EUA. Sua principal responsabilidade é monitorar as atividades da administração, analisar as demonstrações financeiras e reportar os resultados aos acionistas. Entretanto, conforme disposto em uma isenção sob as novas regras da SEC referente a comitês de auditoria de empresas listadas, um emissor estrangeiro privado não é obrigado a ter um comitê de auditoria separado composto por conselheiros independentes se possuir um conselho de administração estabelecido e selecionado segundo as provisões legais ou de oferta do país sede que exijam explicitamente ou permitam a existência de tal conselho, e se esse conselho atender a determinadas exigências. De acordo com essa isenção, nosso Conselho Fiscal pode exercer as funções e responsabilidades exigidas de um comitê de auditoria dos Estados Unidos até onde for permitido pela Lei das Sociedades Anônimas do Brasil. Para atender às novas regras da SEC, o conselho de auditoria deve estar em conformidade com os seguintes padrões: deve estar separado do conselho de administração, seus membros não podem ser eleitos pela administração, nenhum diretor executivo pode ser membro, e a lei brasileira deve definir padrões para a independência dos membros. Adicionalmente, para se qualificar para a isenção, o conselho de auditores deve, até onde permitido pela lei brasileira:

- ser responsável pela designação, retenção, remuneração e supervisão de auditores externos (incluindo a resolução de discordâncias entre a administração e os auditores externos relativas a demonstrações financeiras);
- ser responsável pela implantação de procedimentos para o recebimento, retenção e tratamento de reclamações relativas a contabilidade, controles internos de auditoria ou questões de auditoria, e procedimentos para a transmissão confidencial e anônima de informações de funcionários sobre questões relativas a práticas questionáveis de contabilidade ou auditoria;
- ter autoridade para contratar advogados externos e outros consultores conforme determine necessário para exercer suas funções, e
- receber da empresa os recursos necessários para pagamento de remuneração aos auditores e externos, a quaisquer consultores e despesas administrativas normais.

Como emissor estrangeiro privado, decidimos alterar nosso Conselho Fiscal para atender às exigências de isenção. Nosso Conselho de Administração aprovou a delegação de responsabilidades adicionais ao Conselho Fiscal, e o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração adotaram um novo estatuto do Conselho Fiscal que delega as funções e responsabilidades de um comitê de auditoria nos Estados Unidos até o permitido pela Lei das

Sociedades Anônimas brasileira. Esperamos estar em conformidade com as exigências de isenção até 31 de julho de 2005. Como a Lei das Sociedades Anônimas do Brasil não permite que o Conselho de Administração delegue responsabilidade para a designação, retenção e remuneração de auditores externos e não dá ao Conselho Fiscal a autoridade de resolver discordâncias entre a administração e auditores externos relativas a demonstrações financeiras, o Conselho Fiscal não poderá exercer essas funções. Dessa forma, além de suas responsabilidades de supervisão, o Conselho Fiscal poderá apenas fazer recomendações ao Conselho de Administração sobre a designação, retenção e remuneração de auditores externos, e em relação à resolução de discordâncias entre a administração e os auditores externos, o Conselho Fiscal só pode fazer recomendações à administração e ao conselho.

De acordo com a Lei das Sociedades Anônimas, o Conselho Fiscal não pode incluir membros que estejam no Conselho de Administração, no comitê executivo, que sejam nossos funcionários, funcionários de uma empresa controlada ou de uma empresa desse grupo, ou cônjuges ou parentes de qualquer membro de nossa administração. Além disso, a Lei das Sociedades Anônimas exige que os membros do Conselho Fiscal recebam como remuneração pelo menos 10% do valor médio pago a cada diretor executivo. A Lei das Sociedades Anônimas exige que um Conselho Fiscal seja composto de um mínimo de três e um máximo de cinco membros e seus respectivos substitutos.

Nosso Conselho Fiscal permanente é formado por cinco membros eleitos na Assembléia Geral anual com um mandato até a próxima Assembléia Geral dos acionistas após sua eleição. De acordo com a Lei das Sociedades Anônimas, portadores de ações preferenciais têm o direito de eleger separadamente um membro do Conselho Fiscal. Ainda de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas, grupos minoritários de acionistas que detenham pelo menos 10% das ações com direito a voto também têm o direito de eleger separadamente um membro do Conselho Fiscal. De qualquer modo, entretanto, os portadores de ações ordinárias têm o direito de eleger a maioria dos membros do Conselho Fiscal. A lista abaixo contém os nomes, idades e cargos dos membros de nosso Conselho Fiscal e seus respectivos suplentes, em 18 de abril de 2005, data na última assembléia anual de acionistas.

Nome	Idade	Cargo	Ano da 1ª eleição
Jorge Khalil Miski.....	45	Membro efetivo	2004
Maria da Salette Medeiros.....	56	Suplente	2005
Geraldo Humberto de Araujo (1).....	53	Membro efetivo	2004
Tarcísio Luiz Silva Fontenele (1)	42	Suplente	2001
José Mauro Laxe Vilela (2)	57	Membro efetivo	2003
Alberto Carlos Monteiro dos Anjos (2)	42	Suplente	2003
Taiki Hirashima	64	Membro efetivo	2004
Guillermo Oscar Braunbeck.....	32	Suplente	2005
Celene Carvalho de Jesus (3)	49	Membro efetivo	2003
Herbert Veneziano Oliveira (3).....	54	Suplente	2005

(1) Empregado pela SISTEL.

(2) Empregado pela Cia. Bozano

(3) Empregado pela PREVI.

Comitê Consultivo

Em abril de 2004, nosso Conselho de Administração criou um Comitê Consultivo com mandato de 18 meses com o objetivo de revisar as políticas da empresa relativas à remuneração e participação nos lucros para nossos diretores executivos e fazer recomendações para a revisão dessas políticas. O comitê é formado por dois membros do Conselho de Administração e um suplente de nosso Conselho de Administração. Os membros do Comitê Consultivo e seus suplentes são: Vitor Sarquis Hallack (suplente: Carlyle Wilson), Wilson Carlos Duarte Delfino (suplente: Carlos Alberto Cardoso Moreira) e Maysa Oliveira da Volta (suplente: Luiz Carlos Siqueira Aguiar). O mandato do Comitê foi reduzido para doze meses e encerrado pelo Conselho de Administração em 20 de abril de 2005, uma vez que o Comitê atingiu o objetivo para o qual foi criado. Nessa mesma data, o Conselho de Administração criou um Comitê Especial, formado pelos mesmos três membros do Comitê Consultivo, com o objetivo de exercer as funções descritas nos estatutos.

6D. Empregados

A tabela abaixo lista o número de funcionários nas datas indicadas.

	Em 31 de dezembro de		
	2002	2003	2004
Processo de Produção	5.844	6.109	7.857
Pesquisa e Desenvolvimento	2.726	3.054	3.386
Administração – Apoio à Produção	955	996	879
Administração - Corporativa	2.702	2.782	2.536
Total.....	12.227	12.941	14.658

Aproximadamente 94,3% desta mão-de-obra é empregada no Brasil. A maioria da equipe técnica foi instruída nas principais escolas de engenharia do Brasil, inclusive o Instituto Tecnológico Aeronáutico (ITA), em São José dos Campos. Uma pequena porcentagem dos empregados pertence a um dos dois sindicatos, o Sindicato dos Metalúrgicos ou o Sindicato dos Engenheiros do Estado de São Paulo. No geral, a sindicalização, como uma porcentagem do total da mão-de-obra, diminuiu significativamente nos últimos anos. Em 31 de dezembro de 2004, aproximadamente 83,6% dos empregados não eram sindicalizados. Achamos que nossas relações com os empregados são boas.

Apoiamos ativamente a instrução e desenvolvimento profissional dos nossos empregados. Um programa foi montado na unidade de São José dos Campos para oferecer a engenheiros recém-formados treinamento especializado em engenharia aeroespacial.

6E. Propriedade das Ações

Em 22 de junho de 2005, os membros do conselho e diretores executivos possuíam, agregados, 18 ações ordinárias e 3.836.737 ações preferenciais. Nenhum dos executivos ou conselheiros possui, individualmente, mais do que 1% das ações ordinárias ou ações preferenciais em circulação. Em 22 de junho de 2005, nossos diretores executivos também tinham opções de compra de ações na quantia agregada de 1.629.470 ações preferenciais a um preço de compra por ação variando entre R\$ 8,11 e R\$ 23,00. Na mesma data, nenhum dos membros do conselho de administração possuía qualquer opção de compra de ações para ações ordinárias ou preferenciais.

Ver “Item 6B. Remuneração—Plano de Opções para Aquisição de Ações” para obter uma descrição do plano de opções para aquisição de nossas ações aplicável à administração e aos funcionários, inclusive os de subsidiárias.

ITEM 7. OPERAÇÕES COM OS PRINCIPAIS ACIONISTAS E PARTES LIGADAS

7A. Principais Acionistas

O nosso capital total autorizado é de 1.500.000.000 ações, com um total agregado de 720.290.103 ações emitidas e em circulação em 22 de junho de 2005. Deste total, 242.544.448 são ações ordinárias (inclusive uma ação especial em poder do governo brasileiro) e 477.745.655 são ações preferenciais sem direito a voto. Na tabela a seguir constam informações sobre propriedade das ações para cada um dos acionistas que possuem 5% ou mais de qualquer classe das ações da empresa e para os diretores executivos e membros do conselho de administração em 22 de junho de 2005, inclusive 4.220.311 ações preferenciais subjacentes às opções de aquisição exercíveis em até 60 dias da data deste relatório anual.

	<u>Ações Ordinárias</u>		<u>Ações Preferenciais</u>		<u>Total de ações</u>	
	<u>Ações</u>	<u>(%)</u>	<u>Ações</u>	<u>(%)</u>	<u>Ações</u>	<u>(%)</u>
PREVI(1).....	56.873.379	23,5	59.037.178	12,2	115.910.557	16,0
SISTEL(2).....	48.508.890	20,0	182.316	**	48.691.206	6,7
Cia. Bozano(3).....	48.509.220	20,0	18.786.588	3,9	67.295.808	9,3
Bozano Holdings Ltd.(3).....	—	—	8.896.920	1,8	8.896.920	1,2
BNDESPAR(4).....	3.488.893	1,4	45.831.196	9,5	49.320.089	6,8
Dassault Aviation(5).....	13.744.186	5,6	1.953.132	**	15.697.318	2,1
Thales TM (5).....	13.744.186	5,6	1.953.132	**	15.697.318	2,1
EADS(5).....	13.744.186	5,6	1.953.132	**	15.697.318	2,1
SNECMA(5).....	7.276.332	3,0	1.034.010	**	8.310.342	1,1
União Federal/Governo Brasileiro(6).....	1.850.495	**	499.416	**	2.349.911	**
Administradores e conselheiros como um grupo(7).....	18	**	5.083.471	**	5.083.489	**
Outro(8).....	<u>34.804.663</u>	<u>14,4</u>	<u>336.755.475</u>	<u>69,9</u>	<u>371.560.138</u>	<u>51,3</u>
Total.....	<u>242.544.448</u>		<u>481.965.966</u>		<u>724.510.414</u>	
Porcentagem do total de ações em circulação.....		33,5		66,5		100,0

** Menos de 1%.

- (1) A Previdência Privada dos Funcionários do Banco do Brasil, também conhecida como PREVI, foi fundada em 1904 como um fundo de pensão para os funcionários do Banco do Brasil S.A., uma estatal do governo brasileiro.
- (2) A Fundação de Seguridade Social SISTEL, também conhecida como SISTEL, foi fundada em 1977 como parte do sistema Telebrás, que, antes de sua recente privatização, consistia em empresas públicas de telecomunicações.
- (3) Cia. Bozano e a Bozano Holdings Ltd. são propriedade e estão sob o controle de Julio Bozano. Todas as ações preferenciais pertencentes à Cia. Bozano e à Bozano Holdings Ltd. foram empenhadas em favor do Banco Santander Central Hispano, S.A., em conexão com a aquisição de substancialmente todo o capital social do Banco Meridional S.A., da Cia. Bozano.
- (4) A BNDESPAR é uma subsidiária integral do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social—BNDES, o banco estatal de desenvolvimento nacional do Brasil.
- (5) Membro do Grupo de Defesa Aeroespacial Europeu.
- (6) O governo brasileiro também possui a ação especial (“golden share”).
- (7) O número de ações preferenciais inclui 1.246.734 ações preferenciais subjacentes a opções de aquisição exercíveis em até 60 dias da data deste relatório anual.
- (8) O número de ações preferenciais inclui 2.973.577 ações preferenciais subjacentes a opções de aquisição exercíveis em até 60 dias da data deste relatório anual.

Exceto conforme discutido no “Item 4. Informações sobre a Empresa—Histórico e Desenvolvimento da Empresa”, não houve nenhuma mudança significativa na porcentagem de propriedade por qualquer dos principais acionistas nos últimos três anos.

Em 22 de junho de 2005, tínhamos 21.941 detentores, diretos ou através de ADSs, de ações preferenciais, e 3.147 detentores de registros de ações ordinárias. Em 22 de junho de 2005, havia um total de 279.943.364 ações preferenciais em circulação, diretamente ou através de ADSs, para 177 detentores de registro, inclusive DTC, nos EUA.

Direito a Voto

Direito a Voto de Ações Ordinárias

Cada ação ordinária dá ao seu detentor o direito a um voto nas nossas assembléias gerais de acionistas, ordinárias e extraordinárias.

Acordo de Acionistas

A Cia. Bozano, a PREVI e a SISTEL, nossos acionistas controladores, cada um concordou em cumprir os termos do Acordo de Acionistas celebrado em 24 de julho de 1997, conforme alterado, que rege os assuntos relativos à sua participação acionária na Embraer por um prazo de dez anos que pode ser renovado sucessivamente por períodos de cinco anos. De acordo com o contrato dos acionistas, ao indicar os membros do Conselho de Administração em assembléias dos acionistas, nossos acionistas controladores concordaram em indicar dois representantes (e suplentes) de cada um dos acionistas controladores e em votar juntos para eleger dois representantes (e suplentes) do Grupo de Defesa Aeroespacial Europeu e um representante (e suplente) do governo brasileiro.

Os acionistas controladores também concordaram, conforme o Acordo de Acionistas, que o Presidente do Conselho de Administração será escolhido por acordo entre eles a cada 18 meses e que o Presidente será um de seus representantes. No caso de os acionistas controladores não conseguirem concordar em quem deverá ser o Presidente do conselho, a ordem em que seus representantes se revezarão como Presidente deverá ser decidida por sorteio.

De acordo com o Acordo de Acionistas, os acionistas controladores não poderão vender, outorgar, contribuir como capital, empenhar ou de qualquer outra forma transferir, dispor de ou criar um gravame sobre as ações ordinárias vinculadas ao controle da Embraer mantidas por eles, exceto conforme previsto no Acordo de Acionistas ou se a transação for autorizada previamente por escrito pelas outras partes. De acordo com o contrato dos acionistas, se qualquer acionista controlador desejar vender, outorgar, transferir ou de qualquer forma dispor de parte ou de todas as suas ações ordinárias vinculadas ao controle da Embraer, seja ou não em conjunto com outras ações da Embraer de qualquer tipo ou classe, os outros acionistas controladores deverão ter direito de preferência para adquirir as ações sendo oferecidas.

O Acordo de Acionistas prevê que os acionistas controladores deverão se reunir ou deverão manifestar sua posição por fax ou qualquer outro meio eletrônico em conexão com qualquer assembléia dos acionistas ou reunião do Conselho de Administração, conforme o caso, quando qualquer um dos seguintes assuntos envolvendo nossa empresa ou qualquer uma de suas subsidiárias vier a ser decidido:

- alterações estatutárias, exceto quando exigidas por lei;
- aumento do capital por subscrição, criação de uma nova classe de ações, mudança nas características das ações existentes ou redução do capital;
- emissão de debêntures conversíveis em ações, bônus de subscrição e opções para a compra de ações;
- fusões ou cisões;
- liquidação, dissolução e atos voluntários de reorganização financeira;
- aquisição ou venda de participação em outras empresas, exceto empresas de propósito específico que sejam necessárias ou desejáveis no negócio de venda de aeronaves;
- estabelecimento de uma política de dividendos que seja diferente da prevista nos estatutos como o dividendo mínimo;
- aprovação de novos investimentos e/ou financiamento e/ou venda de investimentos em uma quantia maior do que a eventualmente acordada entre as partes;
- aprovação e mudança em planos de negócio de longo prazo;
- determinação do pagamento e participação nos lucros pelos gerentes;
- seleção, contratação e demissão dos diretores executivos;

- escolha dos auditores externos;
- cessão de gravames sobre ou garantias em favor de propriedades reais ou pessoais ou obrigações da gerência, exceto para aquelas necessárias ou desejáveis no negócio de fabricação e venda de aeronaves;
- venda de uma parte substancial dos ativos permanentes; e
- uso dos lucros.

O contrato dos acionistas declara ainda que os acionistas controladores votarão em favor da manutenção e aumento do nosso relacionamento com as Forças Armadas Brasileiras, particularmente com a Força Aérea Brasileira, para assegurar que continuaremos a priorizar nosso relacionamento com o Brasil, sem prejuízo aos demais interesses societários.

Ação Especial

A ação especial (“golden share”) pertence a República Federativa do Brasil. A Ação Especial tem os mesmos direitos de voto dos detentores das Ações Ordinárias. Além disso, a Ação Especial dá ao seu detentor direito de veto em relação às seguintes ações sociais:

- mudança da denominação ou do objetivo sociais;
- emenda e/ou extensão do nosso logotipo;
- criação e/ou alteração de programas militares (envolvendo ou não o Brasil);
- treinamento de terceiros em tecnologia para programas militares;
- descontinuação do fornecimento de peças de manutenção e reposição para aviões militares;
- transferência de controle acionário; e
- qualquer alteração da lista de ações sociais sobre as quais a Ação Especial detém poder de veto, da estrutura e da composição do Conselho de Administração, e dos direitos conferidos à Ação Especial

Direitos de Voto das Ações Preferenciais

As ações preferenciais não dão ao seu detentor direito a voto, a não ser conforme determinado abaixo. Entretanto, os detentores de ações preferenciais têm direito a assistir as assembleias de acionistas e a participar da discussão dos assuntos submetidos à consideração da assembleia.

A Lei das Sociedades Anônimas exige que as ações preferenciais sem direito a voto que têm direito a receber dividendos fixos ou mínimos tenham direito a receber dividendos fixos ou mínimos adquiram direito a voto caso a empresa deixe de pagar, ao longo de um a três exercícios consecutivos, conforme os estatutos, os dividendos fixos ou mínimos aos quais tais ações fazem jus. Como as nossas ações preferenciais não têm direito a dividendos mínimos ou fixos, não podem adquirir direito a voto com base nesta regra. As nossas ações preferenciais, entretanto, têm direito à sua parte de quaisquer distribuições obrigatórias de dividendos que façamos. Ver “Item 8A. Demonstrativos Consolidados e Outras Informações Financeiras—Dividendos e Política de Dividendos—Quantias Disponíveis para Distribuição.”

Qualquer mudança na preferência ou nos direitos das ações preferenciais, ou a criação de uma classe de ações com prioridade ou preferência sobre as ações preferenciais exige aprovação de pelo menos metade de todas as ações com direito a voto em circulação e ou (1) aprovação prévia dos detentores da maioria do capital social em circulação em uma assembleia extraordinária de acionistas de ações preferenciais ou (2) ratificação subsequente

pelos detentores da maioria das ações preferenciais em circulação. Nessas assembléias especiais, cada ação preferencial dá direito a um voto.

Em conformidade com alterações recentes à Lei das Sociedades Anônimas, os acionistas que conjuntamente detiverem ações preferenciais representando pelo menos 10% do capital social total da empresa têm o direito de indicar um membro para o Conselho de Administração. Até hoje, nenhum dos diretores foi indicado por nossos acionistas preferenciais.

7B. Operações com Partes Relacionadas

Entramos em diversas transações com nossas subsidiárias e com o governo brasileiro, conforme descrito abaixo. De acordo com o contrato dos acionistas, os acionistas controladores não nos permitirão entrar em transações ou acordos com qualquer de nossas coligadas com base ou sob termos menos favoráveis aos do que poderíamos obter naquele momento de um terceiro não coligado em uma transação ou outro acordo entre partes independentes.

Governo Brasileiro

O Governo Brasileiro, principalmente através da Força Aérea Brasileira, participou do desenvolvimento da Embraer desde o seu início. Para os anos terminados em 31 de dezembro de 2002, 2003 e 2004, o Governo Brasileiro foi responsável por aproximadamente 2,1%, 4,4% e 7,1% de nossa receita líquida, respectivamente. Esperamos continuar a ser a fonte primária de novas aeronaves e peças sobressalentes e serviços para o Governo Brasileiro. Para obter uma descrição das transações com o Governo Brasileiro, consulte o “Item 4B. Visão Geral do Negócio—Negócio de Defesa”.

O Governo Brasileiro tem um papel-chave como:

- uma fonte para financiamento de dívida de pesquisa e desenvolvimento, por meio de instituições para o desenvolvimento tecnológico, como a FINEP e o BNDES; e
- um órgão de apoio à exportação, por meio do BNDES.

Ver “Item 4B. Visão Geral do Negócio—Acordos de Financiamento de Aeronaves”, o “Item 3D. Fatores de Risco—Riscos Relacionados à Embraer—Qualquer diminuição no financiamento de cliente patrocinado pelo governo brasileiro ou aumento no financiamento patrocinado pelo governo que beneficie a concorrência, pode reduzir a competitividade de custos de nossa aeronave” e o “Item 3D. Fatores de Risco—Riscos Relacionados à Embraer—restrições orçamentárias do governo brasileiro poderiam reduzir os valores disponíveis aos nossos clientes sob programas de financiamento patrocinados pelo governo”.

Mantemos linhas de crédito com o BNDES e a FINEP, basicamente para financiar custos de desenvolvimento do ERJ 145 e AL-X, com saldo de US\$ 16,4 milhões e US\$ 8,7 milhões, respectivamente, em 31 de dezembro de 2004. Os valores emprestados do BNDES são garantidos por primeira, segunda e terceira hipotecas sobre as propriedades da Embraer no Brasil. As taxas de juros para a linha de crédito com a FINEP variam entre a TJLP mais 4,0% e a TJLP mais 6,0% ao ano. As taxas de juros para a linha de crédito com o BNDES variam entre a TJLP mais 2,4% e a TJLP mais 5,5%, mais prêmio de 0,35% do preço de venda de 420 ERJ 145's vendidos entre 1º de janeiro de 1997 e 1º de agosto de 2002. Além da linha de crédito de longo prazo com o BNDES, negociamos, em outubro de 2004, um financiamento de crédito pré-exportação de curto prazo no valor de até US\$ 400,0 milhões, dos quais US\$ 310,7 milhões de saldo em 31 de dezembro de 2004. Essa valor foi totalmente quitado em janeiro de 2005.

O governo brasileiro vem sendo uma fonte importante de financiamento de exportação para nossos clientes com o programa BNDES *-exim*, administrado pelo BNDES.

Em relação a uma oferta privada de notas conversíveis (exchangeable) pelo BNDES concluída em 19 de junho de 2001, nos tornamos parte de um contrato de direitos de registro conforme o qual concordamos, entre outras

coisas, em registrar revendas dos ADS's e as ações preferenciais subjacentes relativas às notas conversíveis (exchangeable). Concordamos em indenizar os compradores iniciais dessas notas e portadores vendendo sob a declaração de registro de revenda contra certos passivos em conformidade com a Lei de Valores Mobiliários, ou em contribuir para os pagamentos que possam vir a ser necessários relativos a esses passivos.

Em fevereiro e março de 1999, vendemos um total de 83.330 debêntures com um valor principal de R\$ 1.800 por debênture, com um prazo de sete anos, principalmente para a BNDESPAR, uma subsidiária integral do BNDES. Juntamos cada debênture a 100 bônus de subscrição destacáveis emitidas em cinco séries. Cada bônus dá a seu portador o direito de subscrever dez ações preferenciais ou, em algumas circunstâncias limitadas, dez ações ordinárias da Embraer. Em fevereiro de 2000, os portadores exerceram seus direitos sobre 833.500 desses bônus de subscrição, resultando em nossa emissão de 8.335.000 ações preferenciais a um preço de emissão de R\$ 2,1998 por ação. Após essa data, a BNDESPAR tornou-se a única portadora dos bônus de subscrição. Em julho de 2000, a BNDESPAR exerceu seus direitos sobre 105.700 dos bônus de subscrição, resultando na emissão de 1.057.000 ações preferenciais a um preço de emissão de R\$ 2,4769 por ação. Em 3 de maio de 2001, a BNDESPAR exerceu seus direitos sobre os 7.393.800 bônus remanescentes em troca de 73.938.000 ações preferenciais a um preço de emissão de R\$ 2,4769 por ação.

O Banco do Brasil S.A., uma estatal do governo brasileiro, administra o programa ProEx, que permite que alguns de nossos clientes recebam o benefício de descontos de juros. Também participamos de diversas transações de financiamento com o Banco do Brasil S.A e suas afiliadas. Em 31 de dezembro de 2002, 2003 e 2004, mantivemos investimentos em caixa de US\$ 84,1 milhões, US\$ 534,0 milhões e US\$ 688,8 milhões, respectivamente, com o Banco do Brasil, S.A. e várias de suas coligadas. Também tínhamos empréstimos não liquidados do Banco do Brasil S.A. e várias de suas coligadas, que em 31 de dezembro de 2002, 2003 e 2004 equivaliam a US\$ 212,7 milhões, US\$ 375,2 milhões e US\$ 382,1 milhões, respectivamente. Além disso, o BB Banco de Investimento, S.A., uma coligada do Banco do Brasil S.A., foi um subscritor em uma oferta secundária no Brasil, concluída em 19 de junho de 2001, em que alguns de nossos acionistas venderam, no agregado, 6.900.000 das ações preferenciais.

Grupo de Defesa e Aeroespacial Europeu

Também realiza as transações comerciais com o Grupo Aeroespacial e de Defesa Europeu para a compra de determinados equipamentos e serviços no curso normal de nossos negócios no montante total de US\$ 11,8 milhões em 2002, US\$ 14,5 milhões em 2003 e US\$ 3,7 milhões em 2004.

Consulte a Nota 30 das demonstrações financeiras consolidadas para obter mais informações a respeito de transações com partes relacionadas.

7C. Participação de Especialistas e Consultores

Não se aplica.

ITEM 8. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

8A. Demonstrações Consolidadas e Outras Informações Financeiras

Ver “Item 3A. Dados Financeiros Seleccionados” e o “Item 18. Demonstrações Financeiras”.

Processos Jurídicos

Há algumas reclamações trabalhistas e já entramos em acordo em várias delas, mas aguardamos a decisão dos tribunais trabalhistas brasileiros para outras. Não acreditamos que as obrigações relativas a essas reclamações individuais terão efeito prejudicial relevante em nossa condição financeira ou nos resultados operacionais.

Contestamos a constitucionalidade da natureza de e de modificações nas taxas e aumento na base de cálculo para certos tributos e encargos sociais brasileiros para obter mandados de segurança ou interditos para evitar

pagamentos ou recuperar pagamentos passados. Os juros sobre o valor total dos encargos sociais e tributos não pagos acumulam mensalmente, baseados na taxa Selic, a principal taxa de empréstimo do Banco Central, e consideramos um acúmulo uma parte do item de receitas (despesas) financeiras das demonstrações de resultado. Em 31 de dezembro de 2004, obtivemos medidas liminares para não pagar ou recuperar pagamentos passados no valor total, inclusive os juros, de US\$ 432,5 milhões, que são incluídos como um passivo no balanço. Ver “Item 3D. Fatores de Risco—Riscos Relacionados à Embraer—Talvez seja necessário fazer pagamentos significativos como consequência de resultados desfavoráveis de contestações pendentes a certos tributos e encargos sociais” e a Nota 18 das demonstrações financeiras consolidadas para uma discussão mais profunda sobre essas contestações.

Além disso, estamos envolvidos em outros processos jurídicos, inclusive disputas fiscais, todas elas no curso normal dos negócios. Nossa administração acredita que nenhum desses processos, se decidido de modo desfavorável, afetaria substancialmente ou prejudicialmente nosso negócio, condição financeira ou resultados operacionais. Consulte a Nota 18 das demonstrações financeiras consolidadas para uma discussão mais profunda sobre os processos jurídicos que estamos enfrentando.

Dividendos e Política de Dividendos

Valores Disponíveis para Distribuição

A cada Assembléia Geral Ordinária, o Conselho de Administração é obrigado a recomendar como o lucro líquido para o exercício fiscal anterior deve ser alocado. Para os fins da Lei das Sociedades Anônimas, lucro líquido é definido como a renda líquida depois de impostos sobre a renda e impostos de contribuição social para o referido exercício fiscal, livre de qualquer perda acumulada de exercícios fiscais anteriores e quaisquer valores alocados para a participação dos funcionários e da administração nos lucros. De acordo com a Lei das Sociedades Anônimas e nossos estatutos, os valores disponíveis para distribuição de dividendos são os valores iguais ao lucro líquido menos os valores alocados deste lucro líquido para:

- a reserva legal;
- uma reserva de contingência para perdas antecipadas; e
- uma reserva de receitas não realizadas.

É obrigatório manter uma reserva legal, para a qual deve ser alocado 5% do lucro líquido para cada exercício fiscal até o valor da referida reserva atingir 20% do capital realizado. Entretanto, não é obrigatório fazer qualquer alocação para a reserva legal relativa a qualquer exercício fiscal em que ela, quando adicionada às outras reservas de capital estabelecidas, exceder 30% do nosso capital. As perdas líquidas, se houverem, podem ser cobradas da reserva legal. Em 31 de dezembro de 2004, o saldo da reserva legal era de US\$ 111,4 milhões, que era igual a 11,2% do capital realizado em 31 de dezembro de 2004.

A Lei das Sociedades Anônimas também estabelece duas alocações adicionais, discricionárias, do lucro líquido que estão sujeitas à aprovação pelos acionistas na Assembléia Geral Ordinária. Primeiro, uma porcentagem do lucro líquido pode ser alocada para uma reserva de contingência para perdas antecipadas que sejam consideradas prováveis em anos futuros. Qualquer valor assim alocado em um ano anterior deve ser revertido no exercício fiscal em que a perda era antecipada, se esta perda não vier a ocorrer de fato, ou receber baixa contábil no caso de ocorrer a perda antecipada. Segundo, se o valor da receita não realizada exceder a soma de:

- a reserva legal;
- a reserva de capital de giro e investimento;
- lucros retidos; e
- a reserva de contingência para perdas antecipadas,

este excesso poderá ser alocado para uma reserva de receitas não realizadas. De acordo com a Lei das Sociedades Anônimas, as receitas não realizadas são definidas como a soma de:

- atualização do nível de preço das contas de saldo;
- a participação na renda patrimonial de empresas coligadas; e
- lucros de vendas a prestação a serem recebidas após o final do próximo exercício fiscal subsequente.

De acordo com nossos estatutos e sujeito à aprovação dos acionistas, o Conselho de Administração pode alocar pelo menos 5% da renda líquida para uma reserva de capital de giro e investimento. A finalidade da reserva de capital de giro e investimento é fazer investimentos em ativos fixos ou aumentar o capital de giro. Esta reserva também pode ser utilizada para amortizar nossas dívidas. Também podemos outorgar participação dos nossos funcionários e administração no nosso lucro líquido. Entretanto, a alocação para reserva de capital de giro e investimento ou a participação da administração e funcionários não pode reduzir o valor distribuível obrigatório (discutido abaixo). O saldo da reserva de capital de giro e investimento mais o saldo de outras reservas de lucro (exceto a reserva de contingência para perdas antecipadas e a reserva de receita não realizada) não pode ser maior que o capital da empresa. De outra forma, o valor em excesso do capital deve ser usado para aumentar o capital da empresa ou para ser distribuído como um dividendo à vista. O saldo da reserva de capital de giro e investimento pode ser usado:

- no abatimento das perdas acumuladas, sempre que necessário;
- na distribuição de dividendos, a qualquer momento;
- no resgate, retirada, aquisição ou reaquisição no mercado aberto de ações, conforme autorizado por lei; e
- para aumentar o capital, inclusive com uma emissão de novas ações.

Os valores disponíveis para distribuição podem ainda ser aumentados por reversão da reserva de contingência para perdas antecipadas estabelecida em anos anteriores, mas não realizada, ou ainda mais aumentados ou reduzidos como resultado das alocações de receitas para ou da reserva de receitas não realizadas. Os valores disponíveis para distribuição são determinados com base em demonstrações financeiras preparadas seguindo o método definido pela Lei das Sociedades Anônimas.

Distribuição Obrigatória

A Lei das Sociedades Anônimas exige, de forma geral, que os estatutos de toda sociedade anônima brasileira especifiquem um percentual mínimo das quantias disponíveis, a cada exercício, para distribuição por tal sociedade anônima, que devam ser distribuídos aos acionistas como dividendos, também conhecidas como quantia de distribuição obrigatória. De acordo com os nossos estatutos, a quantia de distribuição obrigatória foi fixada em pelo menos 25% da quantias disponíveis para distribuição, na medida em que tais quantias estejam disponíveis para distribuição. Em 5 de maio de 1997, a Lei no. 9.457 entrou em vigor, garantindo aos detentores de ações preferenciais sem direito a dividendos fixos ou mínimos, tais como as nossas ações preferenciais, o direito regulatório de receber uma quantia de pelo menos 10% a mais por ação do que a quantia paga aos detentores de ações ordinárias.

A Distribuição Obrigatória baseia-se em um percentual do lucro líquido ajustado, nunca inferior a 25%, em vez de uma quantia monetária fixa por ação. A Lei das Sociedades Anônimas, entretanto, permite que as empresas de capital aberto, tais como a Embraer, suspendam a Distribuição Obrigatória de dividendos se o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal informarem à assembleia de acionistas que a distribuição seria desaconselhável tendo em vista a condição financeira da empresa. Essa suspensão fica sujeita à aprovação dos detentores de ações ordinárias. Nesse caso, o Conselho de Administração deverá apresentar uma justificativa para essa suspensão junto à CVM. Os lucros não distribuídos em virtude da suspensão mencionada acima deverão ser atribuídos a uma

reserva especial e, se não forem absorvidos por perdas subseqüentes, deverão ser pagos como dividendos tão logo a condição financeira da empresa o permita. Como as nossas ações preferenciais não dão direito a dividendo fixo ou mínimo, a nossa capacidade de suspensão da Distribuição Obrigatória de dividendos aplica-se aos detentores de ações preferenciais e, conseqüentemente, aos detentores de ADSs.

Pagamento de Dividendos

Somos obrigados pela Lei das Sociedades Anônimas e pelos nossos estatutos a realizar uma Assembléia Geral Ordinária (AGO) de acionistas até o final do quarto mês após o final de cada exercício, na qual, entre outras coisas, os acionistas terão de decidir sobre o pagamento de dividendos anuais. O pagamento dos dividendos anuais baseia-se nas demonstrações financeiras preparadas para o exercício em questão. Nos termos da Lei das Sociedades Anônimas, exige-se que os dividendos sejam pagos, em princípio, dentro de 60 dias após a data da declaração dos dividendos, a não ser que uma resolução dos acionistas determine outra data de pagamento, o qual, em qualquer dos casos, deverá ocorrer antes do final do exercício no qual se declararam os dividendos. Cada acionista tem um prazo de três anos a partir da data de pagamento dos dividendos para reclamar dividendos (ou pagamento de juros) relativos às suas ações, e após o encerramento de tal prazo as quantias dos dividendos não reclamados reverterão a nosso favor.

A Lei das Sociedades Anônimas permite que uma empresa pague dividendos intermediários a partir de lucros pré-existentes e acumulados no exercício ou semestre fiscal precedentes, com base nas demonstrações financeiras aprovadas pelos seus acionistas. De acordo com os nossos estatutos, os acionistas podem declarar, a qualquer tempo, dividendos intermediários com base nos lucros pré-existentes e acumulados, desde que o dividendo obrigatório já tenha sido distribuído aos acionistas. Os nossos estatutos também nos permitem preparar demonstrações financeiras semestralmente e por períodos menores. O nosso Conselho de Administração pode aprovar a distribuição de dividendos calculada com referência a essas demonstrações financeiras, mesmo antes de sua aprovação pelos acionistas. Tais dividendos, entretanto, não podem exceder à reserva de capital.

De um modo geral, os acionistas não residentes no Brasil deverão se registrar junto ao Banco Central para receber dividendos, resultados de vendas ou outras quantias relativas às suas ações e que possam ser remetidos para fora do Brasil. As ações preferenciais correspondentes aos nossos ADSs serão mantidas no Brasil pelo Banco Itaú S.A., também conhecido como custodiante, como agente do depositário, que será o proprietário registrado nos registros do agente de registro das nossas ações. O nosso agente de registro é o Banco Itaú. O depositário registrou eletronicamente as ações preferenciais correspondentes aos nossos ADSs no Banco Central e, portanto, pode receber dividendos, resultados de vendas ou outras quantias relativas a essas ações que possam ser remetidos para fora do Brasil.

Os pagamentos de dividendos e distribuições, se houver, se farão em moeda brasileira para o custodiante, em nome do depositário, que então converterá tais receitas em dólares dos EUA a serem entregues ao depositário para distribuição aos detentores de ADSs. Nos termos da lei brasileira em vigor, os dividendos pagos aos acionistas que não forem residentes no Brasil, inclusive detentores de ADSs, não estarão sujeitos a imposto de renda na fonte no Brasil, a não ser em relação aos dividendos declarados com base nos lucros gerados antes de 31 de dezembro de 1995. Ver “Item 10E. Tributação—Repercussões fiscais brasileiras.”

Histórico do Pagamento de Dividendos e da Política de Dividendos e de Pagamentos Adicionais sobre o Capital Social

Não pagamos dividendos de 1988 a 1997 porque não tivemos lucro líquido em nenhum dos anos do período. Em 16 de janeiro de 1998 reduzimos o nosso capital para compensar o nosso déficit acumulado. Resultou daí que pudemos distribuir os lucros obtidos em 1998.

A Lei No. 9.249, datada de 26 de dezembro de 1995, e suas emendas, prevê a distribuição de juros sobre o capital aos acionistas como forma alternativa de pagamento aos acionistas. Tal participação é limitada à variação diária *pro rata* da TJLP e não pode exceder a:

- 50% do lucro líquido (depois de considerar as disposições sobre a *Contribuição Social sobre o Lucro Líquido*, ou CSLL, mas antes de levar em consideração tal distribuição e quaisquer deduções de imposto de renda) em relação ao período relativamente ao qual se faz o pagamento; ou
- 50% da soma dos lucros retidos e das reservas de lucro no início do ano em relação ao qual se está fazendo o pagamento, valendo o maior.

A distribuição de juros sobre o capital também pode ser contabilizada como despesa dedutível de imposto. Todo pagamento de juros sobre o capital a detentores de ADSs ou ações preferenciais, sejam ou não residentes no Brasil, estará sujeito à retenção de imposto de renda no Brasil, com as alíquotas de 15% ou de 25% se o beneficiário residir em um paraíso fiscal. Ver “Item 10E. Tributação—Repercussões fiscais brasileiras.” A quantia paga aos acionistas como juros sobre o capital, isenta de retenção na fonte, pode ser incluída como parte de qualquer quantia de distribuição obrigatória. Nos termos da lei brasileira, estamos obrigados a distribuir aos acionistas uma quantia suficiente para assegurar que a importância líquida recebida por eles, após termos pago os impostos na fonte aplicáveis no Brasil relativos à distribuição de juros sobre o capital seja igual ou maior do que a quantia de distribuição obrigatória. Quando distribuirmos juros sobre o capital próprio, e essa distribuição não for contabilizada como parte da Distribuição Obrigatória, será aplicado o imposto de retenção na fonte. Todos os pagamentos feitos até hoje foram contabilizados como parte da Distribuição Obrigatória.

A tabela a seguir apresenta um histórico do pagamento de dividendos e dos juros sobre o capital social feitos aos nossos acionistas.

<u>Data de aprovação</u>	<u>Período no qual se geraram os lucros</u>	<u>Montante Total de Distribuição</u>	
		(em milhões de R\$)	(em milhões de US\$)
18 de setembro de 1998 (1)...	dois primeiros trimestres de 1998	21,3	17,9
30 de março de 1999 (1)	dois trimestres restantes de 1998	33,9	19,7
28 de setembro de 1999 (1)...	dois primeiros trimestres de 1999	36,8	19,1
31 de janeiro de 2000(1)	dois trimestres restantes de 1999	86,7	48,1
24 de março de 2000 (2)	primeiro trimestre de 2000	19,6	11,2
16 de junho de 2000 (2)	segundo trimestre de 2000	19,9	11,0
6 de julho de 2000(1)	dois primeiros trimestres de 2000	79,6	44,8
622 de setembro de 2000 (2).	terceiro trimestre de 2000	27,7	15,0
15 de dezembro de 2000(2)..	quarto trimestre de 2000	33,5	17,1
16 de março de 2001 (1)	dois trimestres restantes de 2000	107,5	49,7
16 de março de 2001 (2)	primeiro trimestre de 2001	33,8	15,7
13 de junho de 2001 (2)	segundo trimestre de 2001	41,4	18,0
14 de setembro de 2001 (1)...	dois primeiros trimestres de 2001	123,1	46,1
14 de setembro de 2001 (2)...	terceiro trimestre de 2001	48,4	18,1
15 de dezembro de 2001(2)..	quarto trimestre de 2001	57,1	24,6
19 de março de 2002 (1)	dois trimestres restantes de 2001	100,0	43,0
19 de março de 2002 (2)	primeiro trimestre de 2002	58,9	25,4
14 de junho de 2002 (2)	segundo trimestre de 2002	59,5	20,9
13 de setembro de 2002 (2)...	terceiro trimestre de 2002	66,3	17,0
13 de dezembro de 2002(2)..	quarto trimestre de 2002	70,0	19,8
13 de dezembro de 2002(2)..	1998 e 1999	72,5	20,5
13 de junho de 2003 (2)	dois primeiros trimestres de 2003	76,7	26,7
12 de dezembro de 2003 (2) .	dois trimestres restantes de 2003	118,5	41,0
12 de março de 2004 (2)	primeiro trimestre de 2004	101,0	34,7
25 de junho de 2004 (2)	segundo trimestre de 2004	160,0	51,5
20 de setembro de 2004 (2)...	terceiro trimestre de 2004	160,0	55,9
17 de dezembro de 2004 (2)..	quarto trimestre de 2004	164,1	61,8
11 de março de 2005 (2)	primeiro trimestre de 2005	106,5	39,9

(1) Representa pagamentos de dividendos.

(2) Representa distribuição de juros sobre o capital.

(3) Traduzido de reais nominais para U.S. dólares à taxa de câmbio comercial para venda, em vigor nas datas da aprovação da distribuição de dividendos.

Além disso, em 3 de junho de 2005, nosso Conselho de Administração aprovou a distribuição de julho sobre o capital social para o segundo trimestre de 2005 no total de R\$110,8 milhões usando a taxa de câmbio de 3 de junho de 2005, correspondendo a US\$ 46,1 milhões.

Em 1 de março de 2002, emitimos 88.430.168 ações preferenciais na forma de um dividendo em ações para cada detentor de ações ordinárias e preferenciais naquela data, à razão de 0,142106 ações preferenciais novas para cada ação existente.

Pretendemos declarar e pagar dividendos e/ou distribuição de juros sobre o capital, conforme exigido pela Lei das Sociedades Anônimas e pelos nossos estatutos. O nosso Conselho de Administração pode aprovar a distribuição de dividendos e/ou distribuição de juros sobre o capital social, calculadas com base em nossas demonstrações financeiras semestrais ou trimestrais. A declaração de dividendos anuais, inclusive dividendos que excedam a distribuição obrigatória, exige aprovação pelo voto da maioria dos detentores de ações ordinárias. A importância de qualquer distribuição dependerá de muitos fatores, tais como os nossos resultados de operações, condição financeira, exigências de caixa, perspectivas e outros fatores considerados relevantes pelo Conselho de Administração e pelos acionistas. No contexto do nosso planejamento fiscal, poderemos continuar, no futuro, a determinar como favorável a nós a distribuição de participação no capital social.

8B. Mudanças Significativas

Não houve mudanças ou eventos significativos após o fechamento de balanço com data de 31 de dezembro de 2004, além dos eventos já descritos neste relatório anual.

Para obter um resumo dos nossos resultados financeiros não auditados para o primeiro trimestre de 2005, consulte “Item 5A. Resultados Operacionais—Acontecimentos Recentes.”

ITEM 9. A OFERTA E REGISTRO

9A. Detalhes da Oferta e Registro

Os nossos ADSs estão listados na Bolsa de Nova York, ou NYSE, com o símbolo “ERJ.” Além disso, nossas ações preferenciais são negociadas na Bolsa de São Paulo com o símbolo “EMBR4.” Cada ADS representa quatro ações preferenciais.

A tabela a seguir dá as cotações máximas e mínimas de fechamento, em dólares dos EUA, dos ADSs na Bolsa de Nova York nos períodos indicados:

	Preço em dólares norte-americanos por ADS	
	<u>Máximo</u>	<u>Mínimo</u>
2000:		
Final do ano (a partir de 20 de julho).....	39,75	18,50
2001:		
Final do ano	45,50	11,45
2002:		
Final do ano	25,01	12,85
2003:		
Primeiro trimestre	16,27	9,15
Segundo trimestre	20,26	12,38
Terceiro trimestre	22,48	17,18
Quarto trimestre	35,45	21,42
Final do ano	35,45	9,15
2004:		
Primeiro trimestre	36,81	28,11

	Preço em dólares norte-americanos por ADS	
	Máximo	Mínimo
Segundo trimestre	32,57	23,28
Terceiro trimestre	29,62	25,33
Quarto trimestre	33,66	24,18
Final do ano	36,81	23,28
Mês encerrado em:		
31 de dezembro de 2004.....	33,66	27,65
31 de janeiro de 2005.....	33,31	29,79
29 de fevereiro de 2005	35,00	30,83
31 de março de 2005	34,40	29,70
30 de abril de 2005	31,85	28,71
31 de maio de 2005	30,55	29,05
30 de junho de 2005 (até 27 de junho).....	33,95	30,37

A tabela abaixo mostra, para os períodos indicados, os preços de fechamento nominais máximo e mínimo em *reais* para as ações preferenciais na Bolsa de São Paulo.

	Cotação nominal em reais por ação preferencial	
	Máximo	Mínimo
2000:		
Final do ano	18,30	7,20
2001:		
Final do ano	25,45	7,65
2002:		
Final do ano	15,30	11,20
2003:		
Primeiro trimestre	14,05	8,10
Segundo trimestre	14,33	9,84
Terceiro trimestre	16,47	12,90
Quarto trimestre	25,70	15,39
Final do ano	25,70	8,10
2004:		
Primeiro trimestre	26,43	20,30
Segundo trimestre	23,50	18,30
Terceiro trimestre	22,20	18,20
Quarto trimestre	22,50	17,10
Final do ano	26,43	17,10
Mês encerrado em:		
31 de dezembro de 2004.....	22,50	18,80
31 de janeiro de 2005.....	22,20	19,80
28 de fevereiro de 2005	22,64	20,09
31 de março de 2005	23,30	20,00
30 de abril de 2005	20,75	18,00
31 de maio de 2005	18,70	17,90
30 de junho de 2005 (até 27 de junho)	20,7	18,05

Em 22 de junho de 2005, tínhamos 21.941 detentores, diretos ou através de ADSs, de ações preferenciais, e 3.147 detentores de registros de ações ordinárias. Em 22 de junho de 2005, havia um total de 279.943.364 ações

preferenciais em circulação, diretamente ou através de ADSs, para 177 detentores de registro, inclusive DTC, nos EUA.

Em 27 de junho de 2005 o preço de venda de fechamento das nossas ações preferenciais na Bolsa de São Paulo foi de R\$ 19,15, o que equivale a US\$ 32,14 por ADS. Nessa mesma data, o preço de venda de fechamento de nossos ADSs na Bolsa de Nova York foi US\$ 32,22. Os ADSs são emitidos segundo um contrato de depósito, e o banco JPMorgan Chase Bank serve como depositário nos termos desse contrato.

9B. Plano de Distribuição

Não se aplica.

9C. Mercados

Negociação na Bolsa de São Paulo

Em 27 de janeiro de 2000, assinaram-se protocolos para a fusão das nove bolsas de valores brasileiras. De acordo com os protocolos, os títulos de empresas brasileiras de capital aberto são negociados na Bolsa de Valores de São Paulo, e os títulos da dívida do governo brasileiro e os leilões de privatização cabem à Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Só negociam, em cada bolsa, as corretoras-membro e um número limitado de não membros autorizados. A CVM e a Bolsa de Valores de São Paulo têm autoridade discricionária para suspender a negociação de ações de um emitente em particular. Podem negociar-se títulos listados na Bolsa de Valores de São Paulo fora do pregão, embora tal negociação seja limitada.

As ações preferenciais estão listadas e são negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo. As negociações das nossas ações preferenciais na Bolsa de Valores de São Paulo são liquidadas em três dias úteis após a data da negociação. A entrega e o pagamento das ações é feita através das instalações da *CBLC—Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia*, a câmara de compensação da Bolsa de Valores de São Paulo, que mantém contas para as corretoras membros. Geralmente o vendedor é obrigado a entregar as ações à bolsa no segundo dia útil após a data da negociação.

Para melhor controlar a volatilidade, a Bolsa de Valores de São Paulo adotou um sistema de “circuit breaker” segundo o qual os pregões podem ser suspensos por um período de 30 minutos ou uma hora sempre que os índices da bolsa caírem abaixo dos limites de 10% e 15%, respectivamente, em relação ao índice registrado no pregão anterior.

A Bolsa de Valores de São Paulo tem menor liquidez do que a Bolsa de Valores de Nova York e outras grandes bolsas do mundo. A Bolsa de Valores de São Paulo tinha uma capitalização total de mercado de aproximadamente US\$341,4 bilhões em 31 de dezembro de 2004. A título de comparação, a Bolsa de Nova York tinha uma capitalização de mercado de aproximadamente US\$12,7 trilhões na mesma data. Embora qualquer das ações em circulação de uma empresa cotada na Bolsa de São Paulo possa ser negociada, na maior parte dos casos menos da metade das ações listadas está de fato disponível para negociação pública, estando o restante nas mãos de pequenos grupos de controladores, de entidades governamentais ou de um acionista principal. Em 22 de junho 2005, respondíamos por aproximadamente 1,9% da capitalização de mercado de todas as empresas listadas na Bolsa de Valores de São Paulo.

Existe também uma concentração significativamente maior dos mercados de títulos brasileiros do que existe na Bolsa de Nova York ou em outras grandes bolsas. Durante o período de um ano findo em 31 de dezembro de 2004, as dez maiores empresas listadas na Bolsa de Valores de São Paulo representava aproximadamente 48,1% da capitalização total de mercado de todas as empresas listadas e as 10 maiores empresas listadas na Bolsa de Nova York representavam aproximadamente 19,5% da capitalização total de mercado de todas as empresas listadas.

A negociação na Bolsa de São Paulo realizada por não residentes no Brasil está sujeita às limitações impostas pela lei brasileira sobre investimento estrangeiro.

Regulamentação dos Mercados Brasileiros de Títulos

Os mercados brasileiros de títulos encontram-se regulamentados pela CVM, que tem autoridade regulatória sobre as bolsas de valores e os mercados de títulos em geral, e pelo Banco Central, que tem, entre outros poderes, autoridade para licenciar corretoras e regulamentar o investimento estrangeiro e as transações de câmbio.

De conformidade com a Lei das Sociedades Anônimas, uma sociedade anônima pode ser uma *companhia aberta*, como a nossa, ou uma *companhia fechada*. Todas as empresas abertas, inclusive a nossa, estão registradas na CVM e estão sujeitas a exigências de apresentação de informações. As nossas ações estão listadas e são negociadas na Bolsa de São Paulo e podem ser negociadas em caráter privado, com limitações.

Temos a opção de pedir que a negociação de nossos títulos seja suspensa na Bolsa de São Paulo, na iminência de um anúncio importante. A negociação também pode ser suspensa por iniciativa da Bolsa de São Paulo ou da CVM, entre outras razões, com base em ou devido a uma crença de que a empresa tenha fornecido informação inadequada em relação um evento importante, ou que tenha dado respostas inadequadas às perguntas da CVM ou da Bolsa de São Paulo.

A Lei do Mercado de Capitais, a Lei das Sociedades Anônimas e a regulamentação emitida pela CVM, pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central prevêm, entre outras coisas, as exigências relativas a divulgação, restrições a negociações com quem dispõe de informação privilegiada (insider trading) e manipulação de preços, além da proteção aos acionistas minoritários. Os mercados de capitais brasileiros não são, entretanto, tão regulamentados e supervisionados quanto os americanos.

A negociação na Bolsa de São Paulo por não residentes no Brasil está sujeita a limitações nos termos da legislação fiscal e sobre o investimento estrangeiro no Brasil. O custodiante brasileiro das nossas ações preferenciais e depositário dos nossos ADSs obtiveram um certificado eletrônico de registro do Banco Central para enviar para fora do país dólares para pagamento de dividendos, quaisquer outras distribuições de dinheiro, ou sobre a disposição das ações e os resultados das vendas. No caso de um detentor de ADSs trocar seus ADSs por ações preferenciais, este terá direito a continuar tomando por base o seu certificado eletrônico de registro de depositário durante cinco dias úteis após a troca. Após esse prazo, tal detentor poderá não estar mais capacitado a enviar dólares dos EUA para o exterior na disponibilização das ações preferenciais, ou nas distribuições relativas a tais ações preferenciais, a não ser que obtenha um novo certificado eletrônico de registro ou que registre o seu investimento em ações preferenciais nos termos da Resolução No. 2.689.

9D. Acionistas Vendedores

Não se aplica.

9E. Diluição

Não se aplica.

9F. Despesas da Emissão

Não se aplica.

ITEM 10. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

10A. Capital social

Não se aplica.

10B. Memorando e Documento de Constituição

Abaixo estão algumas informações sobre o nosso capital social, e um breve resumo de certas disposições importantes dos nossos estatutos e da Lei das Sociedades Anônimas. Esta descrição não pretende ser completa e se qualifica pela referência aos nossos estatutos e à lei brasileira.

Finalidade Social

Somos uma Sociedade Anônima de capital aberto com sede e foro na cidade de São José dos Campos, São Paulo, Brasil, regida basicamente pelos nossos estatutos e pela Lei das Sociedades Anônimas. O nosso objetivo social, conforme declarado em nossos estatutos, é (1) projetar, fabricar e comercializar aeronaves e materiais aeroespaciais e seus respectivos acessórios, componentes e equipamento pelos padrões mais altos de tecnologia e qualidade, (2) promover e executar atividades técnicas relacionadas à produção e manutenção de materiais aeroespaciais, (3) contribuir para a educação do pessoal técnico necessário para a indústria aeroespacial e (4) realizar atividades tecnológicas, industriais e comerciais e serviços relacionados à indústria aeroespacial.

Descrição do Capital social

Generalidades

Em 31 de dezembro de 2004, o nosso capital social consistia em um total de 718.341.868 ações em circulação, sem valor nominal, das quais 242.544.448 era ordinárias, inclusive uma classe especial de ação ordinária conhecida como a “Ação Especial”, detida pelo governo brasileiro, e 475.797.420 eram ações preferenciais. Os nossos estatutos autorizam o Conselho de Administração a aumentar o capital social em até 500.000.000 ações ordinárias e em até 1.000.000.000 de ações preferenciais, sem necessitar de aprovação específica dos acionistas. Todas as nossas ações em circulação estão integralizadas. Qualquer aumento de capital que exceda os valores referidos acima necessita de aprovação em assembléia de acionistas. Nos termos da Lei das Sociedades Anônimas, entretanto, o número de ações preferenciais sem direito a voto não pode exceder dois terços do número total de ações. De acordo com o *edital* emitido pelo governo brasileiro relativamente à nossa privatização em 1994, os não brasileiros não podem deter mais do que 40% das nossas ações ordinárias. Não existe restrição similar quanto à propriedade das nossas ações preferenciais.

Ações Ordinárias

Cada ação ordinária dá ao seu detentor o direito a um voto nas nossas assembléias gerais de acionistas, ordinárias e extraordinárias. A Lei das Sociedades Anônimas e os nossos estatutos exigem que todas as nossas assembléias gerais sejam convocadas por publicação de nota no *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, e em um jornal de grande circulação na cidade onde a nossa sede está localizada, atualmente São José dos Campos, com antecedência de pelo menos quinze dias em relação à assembléia. O quorum para a realização de assembléias gerais em primeira convocação em geral é de 25% do capital votante e, em segunda convocação, as assembléias podem se realizar com a presença de qualquer número de ações do capital votante.

De acordo com a Lei das Sociedades Anônimas, as ações ordinárias têm direito a dividendos na proporção da sua porção da quantia disponível para distribuição, observada toda preferência das ações preferenciais. Ver “Item 8A. Demonstrativos Consolidados e outras Informações Financeiras—Dividendos e Política de Dividendos” para uma descrição mais completa do pagamento de dividendos sobre nossas ações. Além disso, em qualquer liquidação da empresa, as ações ordinárias têm direito ao retorno do capital na proporção da sua parte do nosso patrimônio líquido, observada também a preferência das ações preferenciais.

Preferências das Ações Preferenciais

De acordo com os nossos estatutos, as ações preferenciais não têm direito a voto, a não ser sob circunstâncias limitadas e, no caso de qualquer liquidação da Empresa, gozam de prioridade em relação às ações ordinárias no retorno do capital na proporção da sua parte do nosso patrimônio líquido. Além disso, de acordo com os nossos estatutos, as ações preferenciais não têm direito a pagamento de dividendos fixos ou mínimos. Entretanto,

nos termos da Lei das Sociedades Anônimas, as ações preferenciais, sem direito ao pagamento de dividendos mínimos ou fixos, têm direito a receber dividendos em uma quantidade por ação 10% maior do que a dos dividendos pagáveis sobre as nossas ações ordinárias. Ver “Item 8A. Demonstrativos Consolidados e Outras Informações Financeiras—Dividendos e Política de Dividendos” para uma descrição mais completa das distribuições anuais obrigatórias para as nossas ações preferenciais.

Ação Especial

A ação especial (“golden share”) pertence a República Federativa do Brasil. Para uma discussão dos direitos da ação especial (“golden share”), consulte “Item 7A. Acionistas Majoritários—Direitos de Voto—Golden Share.”

Direitos de Voto das Ações Preferenciais

As ações preferenciais não dão ao seu detentor direito a voto, a não ser conforme determinado abaixo. Entretanto, os detentores de ações preferenciais têm direito a assistir as assembleias de acionistas e a participar da discussão dos assuntos submetidos à consideração da assembleia.

A Lei das Sociedades Anônimas exige que as ações preferenciais sem direito a voto, que têm direito a receber dividendos fixos ou mínimos tenham direito a receber dividendos fixos ou mínimos adquiram direito a voto caso a empresa deixe de pagar, ao longo de um a três exercícios consecutivos, conforme os estatutos, os dividendos fixos ou mínimos aos quais tais ações fazem jus. Como as nossas ações preferenciais não têm direito a dividendos mínimos ou fixos, não podem adquirir direito a voto com base nesta regra. As nossas ações preferenciais, entretanto, têm direito à sua parte de quaisquer distribuições obrigatórias de dividendos que façamos. Ver “Item 8A. Demonstrativos Consolidados e Outras Informações Financeiras—Dividendos e Política de Dividendos—Quantias Disponíveis para Distribuição.”

Qualquer mudança na preferência ou nos direitos das ações preferenciais, ou a criação de uma classe de ações com prioridade ou preferência sobre as ações preferenciais exige aprovação de pelo menos metade de todas as ações com direito a voto em circulação e ou (1) aprovação prévia dos detentores da maioria do capital social em circulação em uma assembleia extraordinária de acionistas de ações preferenciais ou (2) ratificação subsequente pelos detentores da maioria das ações preferenciais em circulação. A assembleia pode ser convocada pela publicação de uma nota no *Diário Oficial do Estado de São Paulo* e em um jornal de grande circulação no local de nossa sede, atualmente São José dos Campos, com pelo menos quinze dias de antecedência em relação à assembleia. Nessas assembleias especiais, cada ação preferencial dá direito a um voto.

Direitos de Conversão

Nossas ações ordinárias não têm o direito de conversão para ações preferenciais.

Forma e Transferência

Como as nossas ações estão registradas na forma de lançamento em livro, a sua transferência está regulamentada pelo Artigo 35 da Lei das Sociedades Anônimas. Esse Artigo prevê que a transferência de ações seja realizada por um lançamento feito pelo Banco Itaú S.A., também conhecido como o agente de registro, nos seus livros, lançando débito na conta de ações de quem transfere e creditando a conta de ações do transferido. O Banco Itaú também realiza todos os serviços de guarda de valores e transferência de ações e serviços relacionados para nós.

As transferências de ações por investidor estrangeiro se fazem da mesma maneira e são executadas pelo agente local de tal investidor em nome do investidor, com a exceção de que se o investimento original tiver sido registrado no Banco Central conforme a Resolução No. 2.689, o investidor estrangeiro também deverá providenciar emenda, se necessário, por meio de seu agente local, do registro eletrônico que reflita o novo proprietário.

A Bolsa de Valores de São Paulo opera como sistema central de compensação. Um detentor de nossas ações pode optar, a seu critério, por participar do sistema e todas as ações destinadas a serem colocadas nesse

sistema serão depositadas em custódia junto à Bolsa de Valores de São Paulo (por meio de um instituição brasileira devidamente autorizada a operar pelo Banco Central e com uma conta de compensação na Bolsa de Valores de São Paulo). O fato de que tais ações são mantidas em custódia na Bolsa de Valores de São Paulo se refletirá no nosso registro de acionistas. Cada acionista participantes será, por sua vez, registrado no nosso registro de acionistas usufrutuários mantido pela Bolsa de Valores de São Paulo e será tratado da mesma maneira que os acionistas registrados.

Conselho de Administração

De acordo com a Lei das Sociedades Anônimas, os membros do Conselho de Administração de uma empresa têm de ser acionistas dessa empresa. Não há exigência relativa ao número de ações que um indivíduo deva ter para atuar como membro do Conselho de Administração.

De acordo com a Lei das Sociedades Anônimas, os nossos dirigentes e membros do conselho de administração estão proibidos de votar em ou agir em assuntos em que haja conflito entre os seus interesses e os nossos.

Nossos estatutos prevêm que os acionistas sejam responsáveis pela determinação da remuneração global dos membros dos nossos corpos administrativos. Nosso Conselho de Administração é responsável pela divisão de tal remuneração entre os membros da administração. Não há disposição específica quanto ao poder de voto dos membros do conselho de administração quanto à sua remuneração na ausência de um quorum independente.

No que diz respeito aos poderes do Conselho de Administração, este tem poder para autorizar o levantamento de empréstimos, seja na forma de títulos de dívida, notas, “commercial papers” ou outros instrumentos de uso regular no mercado. Outros dispositivos financeiros, inclusive os empréstimos bancários, podem ser usados por nós mediante a assinatura conjunta de (i) dois diretores executivos; (ii) um diretor executivo e um procurador; ou (iii) dois procuradores.

Não existe, na Lei das Sociedades Anônimas nem nos nossos estatutos exigência de que os membros do conselho de administração se aposentem ao atingir determinada idade. Além disso, os nossos estatutos não prevêm a reeleição dos diretores a intervalos.

Ver uma discussão sobre o nosso Conselho de Administração em “Item 6A. Conselheiros e—Conselho de Administração” e “Item 6C. Práticas do Conselho.”

Limitações na Propriedade de Ações

De acordo com o *edital* emitido pelo governo brasileiro relativamente à nossa privatização em 1994, os não brasileiros não podem deter mais do que 40% das nossas ações ordinárias. Não existe restrição similar quanto à propriedade das nossas ações preferenciais. Entretanto, os investimentos estrangeiros devem ser registrados junto ao Banco Central e/ou à CVM, conforme o caso. Ver “Item 10D. Controles de Bolsa.” Além disso, não existem limitações legais sobre os direitos dos acionistas não residentes ou estrangeiros para o exercício dos seus direitos de voto como acionistas.

Não existem disposições nos nossos estatutos em relação à divulgação da propriedade das ações. Apesar disso, a Lei das Sociedades Anônimas determina que uma sociedade anônima deverá fornecer informação sobre o seu livro de registro de acionistas a qualquer pessoa, desde que tal informação seja necessária para a proteção de qualquer direito ou para esclarecer situações que envolvam interesse (i) da pessoa solicitante, (ii) de acionista ou (iii) do mercado de capitais.

Mudanças na Lei das Sociedades Anônimas

O Congresso Brasileiro colocou em vigor a Lei No. 10.303 de 31 de outubro de 2001, que modificou diversas disposições da Lei das Sociedades Anônimas e entrou em vigor em relação a nós em março de 2002. De acordo com esta nova lei, os detentores de ações preferenciais que tenham pelo menos 10% do capital social total de

uma empresa e os detentores de ações ordinárias que detenham pelo menos 15% do total de ações ordinárias de uma empresa têm, cada um deles, o direito de eleger, em eleição separada, um representante para o Conselho de Administração. Se os detentores de ações preferenciais e de ações ordinárias não puderem, em separado, atingir os níveis de 10% e 15%, respectivamente, os que conjuntamente detiverem pelo menos 10% do capital social total de uma empresa terão direito a eleger, em eleição separada, um representante para o Conselho de Administração. A Lei 10.303 também modificou os direitos mínimos atribuídos às ações preferenciais, direitos de avaliação, procedimentos de resgate de ações e exigências relativas à divulgação de negociações por pessoas com acesso a informação privilegiada.

Diferenças Significativas entre nossas Práticas de Governança Corporativa e os Padrões de Governança Corporativa da NYSE

A Embraer está sujeita aos padrões de listagem de governança corporativa da NYSE. Como emitente estrangeiro privado, os padrões aplicados à nossa empresa são significativamente diferentes dos padrões aplicados às empresas americanas listadas. Segundo as regras na NYSE, somos obrigados a: (i) possuir um comitê de auditoria, ou conselho fiscal, de acordo com a isenção aplicável a emitentes estrangeiros privados, que atenda a determinadas exigências, conforme descrito abaixo, (ii) fornecer certificação imediata pelo nosso diretor-presidente de qualquer não cumprimento significativo de qualquer regra de governança corporativa, e (iii) fornecer uma descrição breve das diferenças significativas entre nossas práticas de governança corporativa e a prática de governança corporativa da NYSE a ser seguida pelas empresas americanas listadas. A seguir, a descrição das diferenças significativas entre as nossas práticas de governança corporativa e as práticas exigidas das empresas americanas listadas.

Maioria de Diretores Independentes

As regras da NYSE determinam que a maioria do conselho deve ser formada por diretores independentes. Essa independência é definida por diversos critérios, incluindo a ausência de um vínculo material entre o diretor e a empresa listada. A lei brasileira não possui esse tipo de exigência. Segundo a lei brasileira, nem o Conselho de Administração nem a administração precisa testar a independência dos diretores antes da eleição para os membros do conselho. Entretanto, tanto a Lei das Sociedades Anônimas quanto a CVM estabeleceram regras que determinam que os diretores devem atender a determinados critérios de qualificação e que tratam da remuneração e dos deveres e responsabilidades, além das restrições aplicáveis, dos diretores executivos e diretores de uma empresa. Embora nossos diretores atendam às exigências de qualificação da Lei das Sociedades Anônimas e da CVM, não acreditamos que nossos diretores seriam considerados independentes no teste da NYSE para a independência de diretores.

A Lei das Sociedades Anônimas e nossos estatutos exigem que os diretores sejam eleitos por nossos acionistas em uma assembleia geral de acionistas. Seis de nossos membros do conselho são eleitos por, e representam, nossos acionistas majoritários. Dois são nomeados por, e representam, nossos acionistas minoritários. Um é nomeado e eleito pelo governo brasileiro como detentor da ação especial “golden share”. Um é nomeado pelo governo brasileiro e eleito pelos nossos acionistas como o segundo representante do governo brasileiro. Um é nosso diretor-presidente, atuando *ex officio* segundo nossos estatutos, e os dois outros diretores, nomeados pelos empregados, são eleitos pelos nossos acionistas como representantes dos empregados no nosso conselho.

Sessões Executivas

As regras da NYSE determinam que os diretores não administrativos se reúnam em sessões executivas conduzidas periodicamente sem a presença da administração. A Lei das Sociedades Anônimas não possui esse tipo de provisão. Segundo a Lei das Sociedades Anônimas, até um terço dos membros do conselho de administração pode ser eleito pela administração. Maurício Novis Botelho, atual Diretor-Presidente da Embraer, é um conselheiro. Os outros diretores não executivos não tem poderes explícitos para supervisionar a administração, e não é necessário que esses diretores se reúnam regularmente sem a presença da administração. Conseqüentemente, os diretores não executivos de nosso conselho não se reúnem regularmente em sessões executivas.

Comitê de Nomeação/Regimento Executivo

As regras da NYSE determinam que as empresas listadas tenham um Comitê de Nomeação/Regimento Executivo composto somente por diretores independentes e regido por um estatuto por escrito contendo o objetivo do comitê e detalhando as responsabilidades exigidas que incluem, entre outras obrigações, identificar e selecionar candidatos a membros do conselho e desenvolver um conjunto de princípios de regimento executivo aplicáveis à empresa. A lei brasileira não exige que formemos um Comitê de Nomeação/Regimento Executivo e, conseqüentemente, até esta data, não criamos esse comitê. De acordo com nossos estatutos, nossos candidatos a conselheiros são selecionados pelos acionistas majoritários, acionistas minoritários, pelo governo brasileiro e por nossos empregados, conforme descrito acima em “—Maioria de Conselheiros Independentes.” Os conselheiros são eleitos pelos acionistas em uma assembléia geral de acionistas. Nossas práticas de regimento executivo são adotadas por todos os membros do conselho.

Comitê de Remuneração

As regras da NYSE determinam que as empresas listadas tenham um Comitê de Remuneração composto somente por conselheiros independentes e regido por um estatuto por escrito contendo o objetivo do comitê e detalhando as responsabilidades exigidas que incluem, entre outras obrigações, analisar as metas da empresa relativas à remuneração do diretor-presidente, avaliar o desempenho do diretor-presidente e aprovar as faixas de remuneração do diretor-presidente e fazer recomendações ao conselho quanto à remuneração, pagamento de incentivos e planos de participação em ações dos outros diretores. A lei brasileira não nos obriga a formar um Comitê de Remuneração. Segundo a Lei das Sociedades Anônimas, o montante total disponível para remuneração de nossos diretores e diretores executivos e para pagamentos de participação nos lucros a nossos diretores executivos é determinado pelos acionistas na assembléia geral anual. O Conselho de Administração é responsável por determinar a remuneração individual e a participação nos lucros de cada diretor executivo, além da remuneração dos membros do conselho e do comitê. Ao fazer essas determinações, o conselho avalia o desempenho dos diretores executivos, inclusive o desempenho do nosso diretor-presidente. Maurício Novis Botelho, nosso diretor-presidente e membro do nosso Conselho de Administração, normalmente se exclui das discussões relativas ao seu desempenho e remuneração.

Em abril de 2004, nosso Conselho de Administração criou um Comitê Consultivo com mandato de 18 meses com o objetivo de revisar as políticas da empresa relativas à remuneração e participação nos lucros para nossos diretores executivos e fazer recomendações para a revisão dessas políticas. O Comitê encerrou a revisão em abril de 2005. Como era um comitê temporário, sua atuação não foi regida por um estatuto por escrito. Para uma descrição mais detalhada do nosso Comitê Consultivo, consulte “Item 6C. Práticas do Conselho—Comitê Consultivo.”

Comitê de Auditoria

As regras da NYSE determinam que as empresas listadas possuam um comitê de auditoria que (i) seja composto por no mínimo três diretores independentes com conhecimento de finanças, (ii) atenda às regras do SEC relativas a comitês de auditoria para empresas listadas, (iii) possua pelo menos um membro especialista em contabilidade ou administração financeira e (iv) seja governado por um estatuto escrito contendo o objetivo do comitê e detalhando as responsabilidades exigidas. Como emitente estrangeiro privado, porém, só precisamos atender à exigência de que o comitê de auditoria (conselho fiscal, no nosso caso) siga as regras da SEC relativas a comitês de auditoria para empresas listadas. A Lei das Sociedades Anônimas exige que as empresas possuam um Conselho Fiscal não permanente formado por três a cinco membros eleitos na assembléia geral de acionistas. O Conselho Fiscal opera de forma independente da administração e dos auditores externos da empresa. Sua função principal é monitorar as atividades da administração, examinar as demonstrações financeiras de cada exercício e fornecer um relatório formal para nossos acionistas.

Temos um Conselho Fiscal permanente formado por cinco membros e cinco suplentes com sessões ordinárias no mínimo a cada dois meses. Todos os membros do nosso Conselho Fiscal possuem conhecimentos de finanças, e um membro possui especialização em contabilidade que o qualifica como especialista financeiro de comitê de auditoria. Para atender às exigências de isenção que permitem que nosso Conselho Fiscal atue como comitê de auditoria segundo as regras da SEC, nosso Conselho de Administração aprovou a delegação para o Conselho Fiscal de algumas responsabilidades adicionais, e o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração adotaram um estatuto

adicional que delega ao Conselho Fiscal as funções e responsabilidades do comitê de auditoria até onde permitido pela Lei das Sociedades Anônimas. Para uma descrição mais detalhada do nosso Conselho Fiscal, consulte “Item 6C. Práticas do Conselho—Conselho Fiscal.”

Aprovação de Planos de Participação no Capital pelos Acionistas

As regras da NYSE determinam que os acionistas devem ter a oportunidade de votar em todos os planos de remuneração por participação no capital e nas revisões de porte desses planos, com algumas exceções. Segundo a Lei das Sociedades Anônimas, os acionistas devem aprovar todos os planos de participação no capital (“stock options”). Além disso, qualquer emissão de novas ações que exceda nosso capital social autorizado deve ser aprovada pelos acionistas.

Diretrizes de Governança Corporativa

As regras da NYSE determinam que as empresas listadas devem adotar e divulgar suas diretrizes de governança corporativa. Não adotamos quaisquer diretrizes formais de governança corporativa além daquelas exigidas pela lei brasileira. Adotamos e seguimos uma política de divulgação, a nossa Política de Publicação de Ações ou Fatos Relevantes, que exige a divulgação pública de todas as informações relevantes de acordo com as diretrizes estipuladas pela CVM, além de uma política de informações privilegiadas (“insider trading”), nossa Política de Transações com Títulos de Dívida e Títulos Mobiliários, que, entre outras provisões, determina períodos de *black-out* e exige que aqueles que possuem informações privilegiadas informem a administração sobre todas as transações que envolvam nossos títulos.

Código de Conduta e Ética nos Negócios

As regras da NYSE determinam que as empresas listadas devem adotar e divulgar um código de conduta e ética nos negócios para diretores, diretores executivos e empregados, e que essas empresas devem tornar públicas quaisquer abstenções do código para diretores ou diretores executivos. A lei brasileira não possui esse tipo de exigência. Entretanto, em abril de 2004 adotamos um Código de Ética e Conduta aplicável a nossos executivos, diretores e empregados em todo o mundo, incluindo as nossas subsidiárias. Acreditamos que esse código inclui a maior parte das questões exigidas pelas regras da NYSE. Uma cópia do nosso Código de Ética e Conduta foi incluída como Anexo 11.1 neste relatório anual. Para uma discussão mais detalhada do nosso Código de Ética e Conduta, consulte o “Item 16B. Código de Ética.”

Função de Auditoria Interna

As regras da NYSE determinam que as empresas listadas devem manter uma função de auditoria interna para fornecer à administração e ao comitê de auditoria uma avaliação contínua dos processos de administração de riscos e do sistema de controle interno da empresa. Nossa função de auditoria interna é de responsabilidade de nosso escritório de risco e controles internos, sob a supervisão do Diretor Financeiro, assegurando a independência e competência necessárias para avaliar o projeto de nosso controle interno sobre as demonstrações financeiras, além de testar sua eficácia conforme exigido pela Seção 404 do Sarbanes-Oxley Act de 2002.

10C. Contratos Importantes

Joint Venture com a Liebherr International AG

Fizemos uma *joint venture* com a Liebherr International AG para desenvolver e fabricar trens de pouso e equipamento hidráulico de alta precisão, e fornecer serviços correlatos à Embraer e a outros clientes no mundo. Quanto a esta *joint venture*, criamos uma nova subsidiária, a ELEB, à qual transferimos todas as nossas atividades de trens de pouso, os funcionários e alguns encargos relativos a essas atividades, em 1 de dezembro de 1999. Em 22 de maio de 2000, a Liebherr International AG, atuando em coordenação com a sua subsidiária, a Liebherr Aerospace Lindenberg GmbH, e por meio de sua afiliada brasileira, comprou 40% do capital social da ELEB. A Liebherr-Aerospace SAS é nossa parceira de risco, responsável pelo projeto, desenvolvimento e fabricação de conjuntos de trens de pouso para a nova família de jatos EMBRAER 170/190.

10D. Controles de Câmbio

Não há restrições quanto à propriedade sobre as nossas ações preferenciais por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas fora do Brasil. Entretanto, o direito à conversão do pagamento de dividendos e de receitas da venda de ações preferenciais em moeda estrangeira e enviar tais quantias para fora do Brasil está sujeito a restrições da legislação sobre o investimento estrangeiro que de um modo geral exigem, entre outras coisas, o registro do investimento correspondente no Banco Central.

De acordo com a lei brasileira, os investidores podem investir em ações preferenciais nos termos da Resolução No. 2.689, de 26 de janeiro de 2000, do Conselho Monetário Nacional. As regras da Resolução No. 2.689 permitem aos investidores estrangeiros investir em praticamente todos os ativos financeiros e entrar em quase todas as transações disponíveis no mercado financeiro e de capitais brasileiros, desde que se atendam algumas exigências. De acordo com a Resolução No. 2.689, a definição de investidor estrangeiro abrange indivíduos, entidades, fundos mútuos e outras entidades de investimento coletivo, com domicílio ou sede no exterior.

De acordo com as regras, os investidores estrangeiros deverão: (1) indicar pelo menos um representante no Brasil, com poderes para executar ações relativas ao investimento estrangeiro; (2) preencher o devido formulário de registro de investidor estrangeiro; (3) registrar-se na CVM como investidor estrangeiro; 1998 e 1999 (4) registrar o investimento estrangeiro no Banco Central.

Os títulos e outros ativos financeiros detidos por investidores estrangeiros nos termos da Resolução No. 2.689 deverão ser registrados ou mantidos em contas de depósitos ou em custódia em uma entidade devidamente licenciada pelo Banco Central ou pela CVM. Além disso, a negociação de títulos está restrita às transações executadas em bolsas de valores ou mercados de balcão organizados e licenciados pela CVM.

Nos termos da Resolução No. 2.689, os investidores estrangeiros registrados na CVM podem comprar e vender ações na Bolsa de Valores de São Paulo sem obter um certificado de registro separado para cada transação. Os investidores sujeitos a essa regulamentação também têm direito a tratamento fiscal favorável.

Anexo V à Resolução No. 1.289, com emendas, do Conselho Monetário Nacional, também conhecido como Anexo V Regulamentações, prevê a emissão de recibos de depósito nos mercados estrangeiros em relação a ações de emitentes brasileiros.

Em relação às duas ofertas de capital das nossas ações preferenciais, emitiu-se um registro eletrônico em nome do depositário em relação aos ADSs, mantidos em custódia em nome do depositário. Esse registro eletrônico foi executado pelo Sistema de Informações do Banco Central -SISBACEN. De acordo com o registro, o custodiante e o depositário podem converter dividendos e outras distribuições relativas a ações preferenciais representadas por ADSs em moeda estrangeira e remeter os resultados para fora do Brasil. No caso de um detentor de ADSs trocar tais ADSs por ações preferenciais, o detentor terá direito a continuar a usar o registro de depositário nos cinco dias úteis após a troca. Após esse prazo, o detentor deverá procurar obter o seu próprio registro eletrônico. A não ser que as ações preferenciais sejam de propriedade, conforme a Resolução No. 2.689 por um investidor devidamente registrado ou por detentor de ações preferenciais que solicite e obtenha um novo certificado de registro, tal detentor poderá não estar apto a converter em moeda estrangeira e remeter para fora do Brasil os resultados da disponibilização das ações preferenciais ou de distribuições relativas a elas. Além disso, se o investidor estrangeiro residir em jurisdição de um “paraíso fiscal” ou não for investidor registrado nos termos da Resolução No. 2.689, tal investidor estará sujeito a tratamento fiscal brasileiro menos favorável do que de um detentor de ADSs.

Ver “Item 3D. Fatores de Risco—Riscos Relativos às Ações Preferenciais e ADSs—Se os detentores de ADSs trocarem os ADSs por ações preferenciais, correrão o risco de perder a capacidade de enviar moeda estrangeira para fora do país e as vantagens fiscais brasileiras” e “Item 10E. Tributação—Repercussões fiscais brasileiras.”

Direitos de preferência

Cada um dos nossos acionistas tem direito geral de preferência na subscrição de ações ou títulos conversíveis em ações em qualquer aumento de capital, na proporção do número de ações detido, exceto no caso da concessão e exercício de qualquer opção de aquisição de ações do nosso capital social. Permite-se um período de pelo menos 30 dias após a publicação da nota de emissão de ações ou títulos conversíveis em ações para o exercício do direito, e o direito é negociável. De acordo com a Lei das Sociedades Anônimas e os nossos estatutos, o Conselho de Administração pode, a seu critério, eliminar os direitos de preferência dos acionistas no caso de emitirmos ações, debêntures conversíveis em ações, ou bônus de subscrição seja em bolsa de valores ou em oferta pública, ou através de uma troca de ações em oferta pública, cujo objetivo seja adquirir controle de outra empresa, conforme estabelecido por lei.

No caso de um aumento de capital por meio da emissão de ações novas, os detentores de ADSs ou de ações preferenciais teriam, exceto nas circunstâncias descritas acima, direitos de preferência para subscrever qualquer classe das ações da nova emissão. Entretanto, um detentor pode não estar apto a exercer os direitos de preferência relativos às ações preferenciais correspondentes aos ADSs a não ser que haja disponível uma declaração de registro nos termos da Lei do Mercado de Capitais válida em relação às ações a que se refere o direito ou havendo isenção das exigências de registro nos termos da Lei do Mercado de Capitais. Ver “Item 3D. Fatores de Risco—Riscos Relativos às Ações Preferenciais e aos Detentores de ADSs—Os detentores das nossos ADSs podem ser incapazes de exercer direitos de preferência em relação às ações preferenciais.”

Resgate e Direito de Retirada

De acordo com os nossos estatutos, as nossas ações ordinárias e preferenciais não são resgatáveis.

A Lei das Sociedades Anônimas prevê que, em circunstâncias limitadas, um acionista tenha direito a retirar a sua participação no capital da empresa e de receber pagamento pela porção de capital da empresa atribuível à sua participação no capital. Este direito de retirada pode ser exercido pelos acionistas sem direito a voto divergentes da Embraer (inclusive qualquer detentor de ações preferenciais) no caso de pelo menos metade de todas as ações com direito a voto nos autorizarem a:

- criar ações preferenciais ou aumentar desproporcionalmente uma classe existente de ações preferenciais relativamente à outra classe de ações, a não ser que tal ação decorra de ou seja autorizada pelos estatutos;
- modificar uma preferência, privilégio ou condição de resgate ou amortização conferida a uma ou mais classes de ações preferenciais, ou criar uma nova classe com maiores privilégios do que as classes já existentes de ações preferenciais;
- reduzir a distribuição obrigatória de dividendos;
- alterar nosso objetivo social;
- fundir-nos ou consolidar-nos com outra empresa, observadas as condições estabelecidas na Lei das Sociedades Anônimas;
- transferir todas as nossas ações para outra empresa ou receber ações de outra empresa para transformar a empresa cujas ações foram transferidas em subsidiária total de tal empresa, conhecido como *incorporação de ações*;
- adquirir controle de outra empresa a preço que exceda os limites determinados na Lei das Sociedades Anônimas;
- participar de um grupo centralizado de empresas conforme definido na Lei das Sociedades Anônimas e observadas as condições ali expressas; ou

- conduzir cisão (spin-off) que resulte em (a) mudança da nossa Finalidade Social, exceto se os ativos e passivos da empresa dividida forem passados a uma empresa que estejam engajada substancialmente nas mesmas atividades, (b) redução do dividendo obrigatório ou (c) qualquer participação em um grupo centralizado de empresas, conforme definido pela Lei das Sociedades Anônimas.

Além disso, no caso de a entidade resultar de uma *incorporação de ações (merger)*, conforme descrito acima, uma consolidação ou uma cisão de uma empresa listada deixará de ser listada dentro de 120 dias após a assembléia de acionistas na qual se tenha tomado tal decisão, e os acionistas divergentes ou não votantes também poderão exercer o seu direito de retirada.

Nos casos mencionados no primeiro e no segundo item acima, somente os detentores de ações que tenham sido afetados de forma adversa pelas mudanças mencionadas nesses itens podem retirar suas ações. O direito de retirada se encerra 30 dias após a publicação da ata da assembléia de acionistas em questão. Nos dois primeiros casos mencionados acima, entretanto, a resolução fica sujeita à aprovação prévia ou ratificação subsequente pelos detentores da maioria de ações preferenciais em circulação, que deverá ser obtida em assembléia especial a ser realizada dentro de um ano. Nesses casos, o prazo de 30 dias é contado a partir da data da publicação da ata da assembléia especial. Teremos direito, então, a reconsiderar qualquer ação que tenha dado lugar a direitos de retirada dentro de dez dias após expirados esses direitos se a retirada de ações dos acionistas dissidentes vier a prejudicar a nossa estabilidade financeira.

A Lei das Sociedades Anônimas prevê restrições aos direitos de retirada e permite que as empresas resgatem suas ações pelo seu valor econômico, observados determinados requisitos. Como os nossos estatutos atualmente não prevêm que as nossas ações pudessem ser resgatadas pelo seu valor econômico, nossas ações seriam resgatáveis pelo seu valor contábil, determinado com base no último balanço aprovado pelos acionistas. Se a assembléia de acionistas que deu lugar aos direitos de retirada tiver ocorrido mais de 60 dias após a data do último balanço aprovado, qualquer acionista poderá exigir que as suas ações sejam avaliadas com base em novo balanço de data dentro de 60 dias de tal assembléia de acionistas.

De acordo com a Lei das Sociedades Anônimas, nos eventos de consolidação, *incorporação de ações*, participação em grupo de empresas e aquisição do controle de outra empresa, o direito de retirada não se aplica se as ações em questão atenderem a certos testes relativos à liquidez de mercado e prazo de compensação (float). Os acionistas não estarão aptos a retirar as suas ações se estas forem componente de um índice geral de ações no Brasil ou no exterior e se as ações detidas por pessoas não filiadas ao acionista controlador representarem mais da metade das ações em circulação do tipo ou classe em questão.

10E. Tributação

Este resumo contém uma descrição de certas conseqüências fiscais de imposto de renda, no Brasil e nos EUA, da compra, propriedade e disposição de ações preferenciais ou ADSs por um detentor, também chamado de detentor nos EUA que seja o proprietário beneficiário das ações preferenciais ou ADSs e que seja cidadão ou estrangeiro residente nos EUA ou empresa dos EUA ou que de outra forma esteja sujeito a tributo federal americano sobre a base de lucro líquido quanto às ações preferenciais ou ADSs, mas não pretende ser uma descrição abrangente de todas as considerações fiscais que possam ser importantes para uma decisão pela compra de ações preferenciais ou ADSs. Este resumo trata somente, em particular, de detentores americanos de ações preferenciais ou ADSs como ativos de capital e não se refere ao tratamento fiscal dos detentores americanos que possuam ou sejam tratados com se possuíssem 10% ou mais do capital votante ou que possam estar sujeitos a regras fiscais especiais, tais como bancos, companhias de seguros, corretores de títulos ou moedas, contas de fundos de pensão e outras contas com vantagem fiscal, organizações isentas de imposto, pessoas que detenham ações preferenciais ou ADSs como posição em “straddle,” “transação de hedging” ou “transação de conversão” para fins fiscais, e pessoas que tenham “moeda funcional” que não o dólar norte-americano. Além disso, se um parceiro (inclusive, para este fim, qualquer entidade tratada como parceira para fins de imposto de renda nos EUA) for proprietário beneficiário de ações preferenciais ou ADSs, o tratamento de um parceiro em um regime de parceria dependerá, de um modo geral, da condição do parceiro e das atividades da parceria. Qualquer detentor de ações preferenciais ou ADSs que tenha parceria e parceiros deverá consultar os seus assessores fiscais. Este resumo se baseia na lei fiscal do Brasil e dos Estados Unidos e entra em vigor na data deste relatório anual, sujeito a alterações, possivelmente com efeito retroativo, e a diversas interpretações.

Embora não haja, atualmente, tratado de imposto de renda entre o Brasil e os Estados Unidos, as autoridades fiscais dos dois países entabularam discussões que podem culminar em tal tratado. Não se pode garantir, entretanto, se ou quando um tratado entra em vigor e como afetará os detentores americanos de ações preferenciais ou ADSs.

Repercussões Fiscais Brasileiras

Generalidades. A discussão a seguir resume as repercussões fiscais brasileiras importantes da aquisição, propriedade e disposição das ações preferenciais ou ADSs, conforme o caso, por detentor não domiciliado no Brasil, também chamado de detentor não brasileiro para fins de tributação brasileira.

Tributação de Dividendos. Os dividendos, inclusive os dividendos de ações e outros pagos sobre propriedade ao depositário por ADSs, ou a um detentor não brasileiro quanto a ações preferenciais, não estão, atualmente, sujeitos à retenção de imposto, desde que sejam pagos a partir de lucros gerados a partir de 1 de janeiro de 1996 (ou de reservas deles derivadas). Não temos lucros retiros gerados anteriormente a 1 de janeiro de 1996 (ou reservas de tais lucros).

Tributação de Ganhos. Segundo a Lei Nº 10.833, posta em vigor em 29 de dezembro 2003, a venda de ativos localizados no Brasil por um detentor não brasileiro, seja para um detentor não brasileiro ou brasileiro, pode estar sujeita à tributação no Brasil.

Embora acreditemos que os ADSs não se incluem na definição de ativos localizados no Brasil para os fins da Lei Nº 10.833/03, considerando-se o escopo geral e não claro dessa nova lei e a falta de quaisquer precedentes jurídicos na aplicação dessa lei, não podemos prever se esse entendimento prevalecerá nos tribunais brasileiros.

O depósito de ações preferenciais em troca por ADSs pode estar sujeito a ganhos de capital no Brasil na alíquota de 15% ou 25%, no caso de detentor não brasileiro localizado em uma jurisdição de paraíso fiscal (conforme definido abaixo), se o custo de aquisição das ações preferenciais for menor do que (1) o preço médio por ação preferencial em bolsa brasileira onde se tenha vendido o maior número de tais ações no dia do depósito ou (2) se não se tiverem vendido ações preferenciais nesse dia, o preço médio na bolsa de valores brasileira na qual se tenha vendido o maior número de ações preferenciais nos quinze pregões imediatamente anteriores a tal depósito. Em tal caso, a diferença entre ao preço médio das ações preferenciais, calculado conforme acima, e o custo de aquisição correspondente será considerada ganho de capital. Tal tributação não se aplica no caso de investidores registrados nos termos da Resolução No. 2.689 que não estejam em jurisdição de paraíso fiscal (conforme definido abaixo). A retirada de ADSs em troca por ações preferenciais não está sujeita ao fisco brasileiro. Entretanto, se esse detentor não brasileiro não se registrar nos termos da Resolução No. 2.689, estará sujeito ao tratamento fiscal menos favorável descrito abaixo.

Os detentores não brasileiros estão, de um modo geral, sujeitos a imposto de renda a uma taxa de 15% sobre os ganhos realizados em vendas ou trocas de ações preferenciais se a transação for efetuada fora de qualquer bolsa, mercado de futuros ou de commodities brasileiro. Os ganhos realizados por um detentor não brasileiro com o resgate de ações preferenciais será tratado como um ganho pela venda de tais ações a um residente brasileiro que ocorra fora de qualquer mercado brasileiro de ações, futuros ou commodities e assim sendo, estarão sujeitos a taxação a uma alíquota de 15%. Em ambos os casos, se o detentor não brasileiro for residente ou domiciliado em uma jurisdição de paraíso fiscal (conforme definido abaixo), a alíquota de imposto de renda será 25%.

Os detentores não brasileiros estão sujeitos a imposto de renda a uma alíquota de 15% sobre os ganhos realizados com vendas ou trocas de ações preferenciais que ocorram em bolsa brasileira e a uma retenção de imposto de 0,005% do valor da operação (a ser compensado contra o imposto devido em possíveis ganhos de capital), a não ser que tal venda seja feita por detentor não brasileiro residente em jurisdição de paraíso fiscal (conforme definido abaixo) e (1) tal venda for feita dentro de cinco dias úteis da retirada de tais ações preferenciais em troca por ADSs e os resultados de tal retirada sejam remetidos para fora do país dentro de tal período de cinco dias ou (2) se tal venda for feita nos termos da Resolução No. 2.689 por detentores registrados não brasileiros que obtenham registro com a CVM. Nesses dois casos os ganhos ficam isentos de imposto de renda. O “ganho realizado” é a diferença entre a quantia em *reais* realizada com a venda ou troca e o custo de aquisição medido em *reais*, sem qualquer correção de inflação, das ações vendidas. Não há garantia de que o tratamento preferencial atual dos detentores de ADSs e

alguns detentores não brasileiros de ações preferenciais nos termos da Resolução No. 2.689 continuem ou que possam mudar no futuro.

Todo exercício de direitos de preferência relativos a ações preferenciais não estará sujeito a tributação brasileira. Qualquer ganho pela venda ou cessão de direitos de preferência relativos a nossas ações preferenciais pelo depositário em nome dos detentores de nossos ADSs estará sujeito à tributação brasileira sobre renda conforme as mesmas regras aplicáveis à venda ou disposição de ações preferenciais.

Tributação sobre Participação no Capital Social. Todo pagamento de participação no capital social (ver “Item 8A. Demonstrativos Consolidados e Outras Informações Financeiras—Dividendos e Política de Dividendos—Histórico do Pagamento de Dividendos e da Política de Dividendos e de Pagamentos Adicionais sobre o Capital Social”) a detentores de ADSs ou ações preferenciais, sejam ou não residentes no Brasil, está sujeita à retenção de imposto de renda no Brasil na alíquota de 15% quando a Embraer registrar essa obrigação, tenha ou não se efetivado o pagamento nessa altura. No caso de residentes não brasileiros de jurisdição de paraíso fiscal (conforme definido abaixo) a taxa aplicável de imposto de renda é de 25%. A atual Lei das Sociedades Anônimas estabelece que uma tributação nacional sobre a participação em capital social pode ser contabilizada como parte do dividendo obrigatório ou não. No caso de o pagamento de tal participação se contabilizada como parte do dividendo obrigatório, teríamos de pagar uma quantia adicional para assegurar que a quantia líquida recebida pelos acionistas, após deduzido o imposto de renda, seja pelo menos igual ao dividendo mínimo obrigatório. A distribuição de participação atribuída ao capital social seria proposta pelo nosso Conselho de Administração e sujeita a declaração subsequente pelos acionistas na assembléia geral.

Tributação de Transações de Câmbio (“IOF/Câmbio”). De acordo com o Decreto 4.494 de 3 de dezembro de 2002, a conversão para moeda brasileira dos resultados recebidos por entidade brasileira de investimento estrangeiro no mercado brasileiro de capitais (inclusive os relacionados a investimento em ações preferenciais ou ADSs e estes nos termos da Resolução No. 2.689) e a conversão para moeda estrangeira de resultados recebidos por detentor não brasileiro ficam sujeitas a uma taxa sobre transações de câmbio conhecida como IOF, cuja alíquota atual é 0%. Entretanto, de conformidade com a Lei No. 8.894/94, o Ministro da Fazenda tem o poder de aumentar a taxa de IOF/Câmbio a qualquer tempo até o máximo de 25%, mas somente em relação a transações de câmbio futuras.

Tributação sobre Transações de Títulos de Dívida e Mobiliários (“IOF/Títulos”). A Lei No. 8.894/94 criou o Imposto sobre Transações com Títulos de Dívida e Títulos Mobiliários, ou IOF/Títulos, que pode ser imposto a qualquer transação envolvendo títulos de dívida e valores mobiliários, mesmo se essas transações forem realizadas nas bolsas brasileiras de valores, futuros ou commodities. A alíquota aplicável deste imposto atualmente é 0% para a maioria das transações, embora o poder executivo possa aumentá-la para até 1,5% ao dia, mas somente em relação a transações futuras.

Outros Tributos Brasileiros. Não existem impostos brasileiros sobre herança, doação ou sucessão aplicáveis à propriedade, transferência ou venda de ações preferenciais ou ADSs por detentor não brasileiro, exceto no que diz respeito a impostos sobre doação e herança cobrados em alguns estados do Brasil sobre doações feitas ou heranças cedidas por pessoas físicas ou jurídicas não residentes ou domiciliadas em tal estado do Brasil. Não existem tributos ou encargos de selos, emissão, registro ou similares pagáveis por detentores de ações preferenciais ou ADSs.

Transações em Contas Bancárias (“CPMF”). Como regra geral, a *Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira*, o imposto sobre transações nas contas bancárias, ou CPMF, aplica-se a todo débito contra conta bancária. Portanto, as transações feitas pelo depositário ou pelos detentores de ações preferenciais que envolvam transferência de moeda brasileira por instituições financeiras brasileiras podem estar sujeitas a CPMF. Atualmente, os fundos transferidos para o Brasil para a compra de ações em bolsa de valores brasileira estão isentos de CPMF. Quando um detentor não brasileiro transfere os resultados da venda ou transferência de ações preferenciais por transação de câmbio, a CPMF se aplica à quantia a ser remetida para o exterior em *reais*. Se tivermos de realizar qualquer transação de câmbio em conexão com ADSs ou ações preferenciais, também estaremos sujeitos a CPMF. A CPMF impõe-se, de um modo geral, aos débitos em conta bancária, com a alíquota atual de 0,38%. A CPMF estará em vigor até 31 de dezembro de 2007. No caso de realizarmos qualquer transação de câmbio ligada aos ADSs ou às ações preferenciais, seremos responsáveis pelo recolhimento do CPMF.

Beneficiários Residentes ou Domiciliados em Paraísos Fiscais ou de Imposto Mínimo. A Lei No. 9.779, datada de 1 de janeiro de 1999, declara que, com a exceção das circunstâncias prescritas limitadas, a renda derivada de operações de um beneficiário residente ou domiciliado em país considerado como paraíso fiscal estará sujeito a retenção de imposto de renda de 25%. Consideram-se paraísos fiscais os países que não impõem imposto de renda ou que impõem tal taxa a uma alíquota máxima de menos de 20%, ou nos quais a legislação interna impõe restrições quanto à divulgação da composição do acionista ou da propriedade do investimento. Assim sendo, se a distribuição de participação atribuída ao capital social for feita a beneficiário residente ou domiciliado em jurisdição de paraíso fiscal, o imposto de renda aplicável passa a ser 25% em vez de 15%. Os ganhos de capital não estão sujeitos a essa taxa de 25%, a não ser que a transação seja realizada em bolsa de valores brasileira. Nesse caso estarão sujeitos a imposto sobre a renda a uma alíquota de 15% e a retenção de imposto de 0,005% do valor da operação (a ser compensado contra o imposto devido em possíveis ganhos de capital). Ver “—Tributação de Ganhos.”

Conseqüências do Imposto Federal dos EUA

De um modo geral, para fins de impostos federais americanos, os detentores americanos beneficiários de ADSs serão tratados como os beneficiários das ações preferenciais representadas por tais ADSs.

Tributação de Dividendos. As distribuições relativas a ações preferenciais ou ADSs (que não distribuições como resgate de ações preferenciais conforme a Seção 302(b) do U.S. Internal Revenue Code (Código Americano da Receita Federal) de 1986 (também chamado Código) ou na liquidação da Embraer) (inclusive distribuições de encargos de participação teórica atribuídos ao capital social, conforme descrito acima em “—Repercussões fiscais brasileiras—Tributação sobre Participação no Capital social”) constituirão, até o ponto realizado a partir das receitas e lucros correntes ou acumulados da Embraer determinados de conformidade com os princípios fiscais federais dos EUA, dividendos do ponto de vista fiscal federal dos EUA. Se tais receitas e lucros correntes ou acumulados serão suficientes para todas essas distribuições sobre ações preferenciais ou ADSs para qualificar-se como dividendos para fins fiscais federais dos EUA, dependerá da futura lucratividade da Embraer e de outros fatores, muitos dos quais escapam ao nosso controle. Na medida em que tal distribuição exceda quantitativamente as receitas e lucros da Embraer, será ela tratada como retorno de capital não tributável, na medida da base de ajuste de imposto do detentor nos EUA de ações preferenciais ou ADSs, e acima daí como ganho de capital (desde que as ações preferenciais ou ADSs sejam mantidos como ativos de capital). Na sua utilização abaixo, o termo “dividendo” significa uma distribuição que constitua dividendo para fins de imposto de renda nos EUA. Dividendos em dinheiro (inclusive retenções para o fisco brasileiro) pagos em relação a:

- as ações preferenciais geralmente se podem incluir à renda bruta do detentor nos EUA como receita comum no dia em que os dividendos tenham sido recebidos pelo detentor nos EUA ou
- as ações preferenciais representadas pelos ADSs podem, de um modo geral, ser incluídas à renda bruta do detentor nos EUA como renda comum no dia em que os dividendos forem recebidos pelo depositário;

e, em qualquer dos casos, esses dividendos não gozarão da vantagem da dedução de dividendos recebidos que se concede às empresas, mas poderão ser tributados a alíquota preferencial, como se discute abaixo.

Sujeito a algumas exceções para posições de curto prazo e com hedging, o montante de dividendos recebidos por determinados detentores americanos (inclusive pessoas físicas) até 1º de janeiro de 2009 relativos aos ADSs estarão sujeitos à tributação máxima de 15% se os dividendos representarem “receita de dividendos qualificada.” Os dividendos pagos sobre os ADSs serão considerados receita de dividendos qualificada se (i) os ADSs forem prontamente negociáveis em um mercado de valores estabelecido nos Estados Unidos e (ii) não éramos, no ano anterior ao qual o dividendo foi pago, e no ano no qual o dividendo está sendo pago uma empresa estrangeira de investimentos passiva (“passive foreign investment company - PFIC”). Segundo a orientação atual da Receita Federal americana (IRS), os ADSs devem se qualificar como negociáveis em um mercado de capitais estabelecido nos Estados Unidos desde que sejam listados na Bolsa de Valores de Nova York, mas não existe qualquer garantia de que os ADSs permanecerão prontamente negociáveis em orientações futuras. Com base em nossas demonstrações financeiras auditadas e nos dados de mercado e acionistas relevantes, acreditamos que não somos considerados uma PFIC para fins de tributação federal nos Estados Unidos em relação ao ano fiscal de 2004.

Além disso, com base em nossas demonstrações financeiras auditadas e nas expectativas atuais relativas ao valor e à natureza dos nossos ativos, às fontes e natureza de nossos lucros e nos dados de mercado e acionistas relevantes, não antecipamos passar a ser uma PFIC para o ano fiscal de 2005. Entretanto, como essas determinações são baseadas na natureza de nossos lucros e ativos de tempos em tempos, além de envolver a aplicação de regras complexas de tributação, e como a nossa visão não constitui um fato nos tribunais ou IRS (Internal Revenue Service), não é possível assegurar que não seremos considerados uma PFIC para o ano fiscal atual ou para qualquer ano fiscal passado ou futuro. A aplicação potencial das regras PFIC às nossas operações é analisada em mais detalhes abaixo.

Com base nas orientações atuais do IRS, não está totalmente claro se os dividendos recebidos em relação às ações preferenciais serão tratados como dividendos qualificados, uma vez que as ações preferenciais não são listadas em uma bolsa de valores nos Estados Unidos. Além disso, o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos anunciou sua intenção de promulgar procedimentos adicionais determinando se os detentores de ADSs ou ações preferenciais e os intermediários portadores dessas ações poderão se basear em certificações de emitentes para determinar que os dividendos sejam considerados dividendos qualificados. Como esses procedimentos ainda não foram estabelecidos, não sabemos se poderemos cumprir o estipulado. Você deverá consultar seus próprios consultores de impostos sobre a disponibilidade de uma alíquota de tributação de dividendos preferencial de acordo com a sua situação.

Os dividendos pagos em *reais* serão incluíveis à renda de um detentor nos EUA em dólares, calculados tomando por referência a taxa de câmbio em vigor no dia em que tiverem sido recebidos pelo detentor nos EUA no caso de ações preferenciais, ou pelo depositário no caso de ações preferenciais representadas por ADSs, independentemente de o pagamento ser ou não convertido de fato para dólares dos EUA.

Se os dividendos pagos em *reais* forem convertidos em dólares dos EUA no dia em que forem recebidos pelo detentor nos EUA ou pelo depositário, conforme o caso, os detentores americanos não ficarão obrigados a reconhecer ganho ou perda em moeda estrangeira relativos à renda de dividendos. De uma forma geral, qualquer ganho ou perda resultante de flutuações de câmbio durante o período entre a data em que o pagamento de dividendos for incluído à renda bruta de um detentor nos EUA e a data em que tal pagamento for convertido em dólares (ou disponibilizado de outra forma) serão tratados como se fossem ganho ou perda de fonte americana comum. Entretanto, os detentores americanos deveriam consultar os seus consultores fiscais em relação ao tratamento de qualquer ganho ou perda em moeda estrangeira se quaisquer *reais* recebidos pelo detentor nos EUA ou pelo depositário não forem convertidos em dólares dos EUA na data do recebimento.

Os dividendos recebidos pela maior parte dos detentores americanos constituirá “receita passiva” de fonte estrangeira, ou, no caso de alguns detentores americanos como bancos, “receita de serviços financeiros” para fins de tributação sobre créditos do exterior. Os detentores nos Estados Unidos, porém, devem observar que a legislação recente elimina a categoria de “receita de serviços financeiros” em relação aos anos fiscais iniciados após 31 de dezembro de 2006. Sob essa legislação, as categorias de limitação de impostos sobre crédito no exterior serão limitadas a “receita passiva” e “receita geral”. Observadas as limitações nos termos da legislação fiscal dos EUA relativas a créditos ou deduções relativas a impostos no exterior, o imposto retido no Brasil será tratado como imposto de renda estrangeiro, podendo resultar em crédito contra o imposto a pagar do detentor nos EUA (ou, a critério do detentor nos EUA, pode ser deduzido da renda tributável). As regras relativas a créditos de imposto estrangeiro são complexas e os detentores americanos deverão consultar os seus assessores fiscais sobre a disponibilidade do crédito por imposto pago no exterior para as circunstâncias específicas. O IRS vem demonstrando preocupação com o fato de que possa haver intermediários realizando ações, relativamente às disposições de depositários, inconsistentes com a reivindicação de créditos por imposto pago no exterior por cidadãos americanos detentores de ações como depositários. Assim sendo, os investidores devem ter consciência de que a discussão acima sobre a disponibilidade de créditos por imposto pago no exterior contra imposto retido na fonte no Brasil sobre dividendos pagos relativamente a ações preferenciais representadas por ADSs poder vir a ser afetada por ação futura da IRS.

A Seção 305 do Código prevê regras especiais para o tratamento fiscal de ações preferenciais. De acordo com a regulamentação do Tesouro dos EUA contidas nessa seção, o termo “ação preferencial” refere-se em geral a ação que desfrute de direitos e privilégios limitados (geralmente associados a prioridades especificadas em relação a dividendos e liquidação), mas que não participa de nenhuma forma significativa do crescimento da empresa. Embora as ações preferenciais tenham algumas preferências em relação às nossas ações ordinárias, as ações

preferenciais não tem valores fixos de pagamento de dividendos nem de liquidação; assim sendo, não fica inteiramente claro se as ações preferenciais serão tratadas como “capital preferencial” ou “capital ordinário” no sentido da seção 305 do Código. Se as ações preferenciais forem tratadas como “capital ordinário” para os fins da seção 305, as distribuições a detentores americanos de ações adicionais de tal “capital ordinário” ou direitos de preferência relativos a tal “capital ordinário” em relação às suas ações preferenciais ou ADSs feitas como parte de distribuição pro rata a todos os nossos acionistas provavelmente não serão tratadas como receita de dividendos para fins do fisco federal dos EUA. Por outro lado, se as ações preferenciais forem tratadas como “capital preferencial” no sentido da seção 305, então, além de haver tributação sobre as distribuições em dinheiro conforme descrito acima, o detentor nos EUA será tributado nas distribuições de ações adicionais ou de direitos de preferência (inclusive quantias retidas com base em impostos brasileiros). Nesse caso, o valor de tal distribuição (e a base das ações novas ou direitos de preferência assim recebidos) equivalerá a o justo valor de mercado das ações ou direitos de preferência na data de distribuição

Tributação de Ganhos de Capital. Os depósitos e retiradas de ações preferenciais por detentores americanos em troca por ADSs não resulta em realização de ganho ou perda para fins do fisco dos EUA.

O ganho ou perda realizados por detentor nos EUA na venda, resgate ou outra disponibilização tributável de ações preferenciais ou ADSs estarão sujeitos a tributação pelo imposto de renda dos EUA como ganho ou perda de capital em quantia igual à diferença entre a base ajustada do imposto americano sobre as ações preferenciais ou aos ADSs e a quantia realizada (incluindo o valor bruto da receita da venda ou outra disposição tributável antes da dedução de qualquer imposto brasileiro) com a disponibilização. Os ganhos de capital de indivíduos derivados de ativos de capital mantidos por mais de um ano podem qualificar-se para diversas alíquotas reduzidas de tributação. Por exemplo, ativos de capital mantidos por mais de um ano e vendidos ou trocados a partir de 2 de maio de 2003 mas em anos fiscais que se iniciem antes de 1 de janeiro de 2009, a alíquota máxima de imposto será de 15% (em vez das alíquotas mais altas de imposto aplicáveis aos itens de renda comum). A dedutibilidade das perdas de capital está sujeita a limitações. Qualquer ganho ou perda realizado por detentor nos EUA será tratado, de uma forma geral, como ganho ou perda de fonte americana para fins de impostos sobre crédito no exterior dos Estados Unidos.

Caso incida imposto brasileiro retido na fonte sobre a venda ou a disponibilização de ações preferenciais ou ADSs (ver “—Repercussões fiscais brasileiras”), a quantia realizada por um detentor nos EUA incluirá o valor bruto dos resultados de tal venda ou disponibilização antes da dedução do imposto brasileiro retido na fonte. A disponibilidade de créditos fiscais estrangeiros nos EUA relativamente a esses impostos brasileiros e quaisquer impostos brasileiros sobre distribuições que não constituam dividendos para fins fiscais nos EUA está sujeita a diversas limitações e envolve a aplicação de regras que dependem das circunstâncias particulares do detentor nos EUA. Aconselha-se aos detentores americanos que consultem os seus próprios assessores fiscais quanto à aplicabilidade das regras de crédito dos Estados Unidos por imposto pago no exterior aos seus investimentos em e alienações de ações preferenciais ou ADSs.

Empresas Passivas de Investimento Externo. Se, durante qualquer ano fiscal de uma empresa não americana, 75% ou mais da renda bruta da empresa consistir de certos tipos de receita “passiva”, ou se o valor médio, durante um ano fiscal, dos “ativos passivos” da empresa (geralmente ativos que geram receita passiva) for 50% ou mais do valor médio de todos os ativos da empresa, esta será tratada como “empresa passiva de investimento externo,” ou PFIC, nos termos da legislação federal fiscal dos EUA. Se uma empresa for tratada como PFIC, o detentor nos EUA poderá estar sujeito a maior tributação sobre a venda das ações preferenciais ou ADSs, ou sobre o recebimento de certos dividendos, a não ser que tal detentor nos EUA opte por ser tributado correntemente sobre a sua porção pro rata da receita da empresa, seja ou não tal receita distribuída na forma de dividendos, ou que faça, de outra maneira, uma opção “mark-to-market” em relação ao capital da empresa, conforme permitido pelo Código. Além disso, conforme descrito acima, o detentor nos EUA não faria jus (se pudesse de outra maneira) à alíquota reduzida preferencial de imposto sobre determinadas receitas de dividendos. Conforme indicado acima, embora não seja possível dar qualquer garantia, com base nas nossas operações e planos de negócios, não acreditamos que sejamos, atualmente, uma PFIC, e nem esperamos nos tornar uma PFIC para o ano fiscal de 2005.

Fornecimento de Informação e Retenção de Proteção. As exigências de fornecimento de informação aplicam-se a dividendos relativos a ações preferenciais ou ADSs ou importâncias recebidas na venda, troca, ou

resgate de ações preferenciais ou ADSs pagas nos Estados Unidos (e, em alguns casos, fora dos Estados Unidos) a detentores americanos que não alguns recebedores isentos (tais como sociedades anônimas), podendo se aplicar uma retenção de proteção de 28% sobre tais quantias se o detentor nos EUA não conseguir fornecer um número de identificação de contribuinte preciso ou lançar a participação e os dividendos com exigência de declaração em sua declaração de renda. O valor de qualquer retenção de proteção feita sobre pagamento a detentor nos EUA será contabilizado como crédito na declaração de renda do detentor nos EUA, desde que a devida informação tenha sido fornecida à IRS.

10F. Dividendos e Agentes de Pagamento

Não se aplica.

10G. Declarações de Peritos

Não se aplica.

10H. Documentos a Apresentar

Estamos sujeitos à apresentação periódica de relatórios e outras exigências de informação do Exchange Act. Da mesma forma, somos obrigados a entregar relatórios e outras informações ao Securities and Exchange Commission, ou SEC, nos Estados Unidos. Você pode examinar e obter cópias, mediante o pagamento de uma taxa, de relatórios e outras informações entregues por nós à SEC em seu setor de registros públicos em 100 F Street, N.E., Washington, D.C. 20549. Informações sobre o funcionamento desse setor (Public Reference Room) podem ser obtidas ligando para o SEC nos Estados Unidos no telefone 1-800-SEC-0330. Cópias deste documento também podem ser obtidos nos escritórios da Bolsa de Nova York (New York Stock Exchange, Inc.), 20 Broad Street, New York, New York 10005.

Enviamos eletronicamente ao SEC o nosso relatório anual no modelo Form 20-F, incluindo as nossas demonstrações financeiras, e outros relatórios, inclusive os do modelo Form 6-K. Esses registros estão disponíveis em www.sec.gov. Também enviamos eletronicamente demonstrações financeiras e outros relatórios periódicos à CVM no seu sítio, www.cvm.gov.br. Ficarão à disposição para inspeção, mediante solicitação, cópias dos nossos relatórios anuais no modelo Form 20-F e os documentos a que este relatório anual faz referência, bem como nossos estatutos, na nossa sede à Av. Brigadeiro Faria Lima, 2170, 12227-901 São José dos Campos, São Paulo, Brasil.

10I. Informação Subsidiária

Não necessária.

ITEM 11. DIVULGAÇÕES QUANTITATIVAS E QUALITATIVAS SOBRE O RISCO DE MERCADO

Estamos expostos a diversos riscos de mercado, basicamente relacionados a perdas potenciais resultantes de mudanças adversas nas taxas de juros e de câmbio. Estabelecemos políticas e procedimentos para administrar a nossa sensibilidade ao risco das taxas de juros e de câmbio. Esses procedimentos incluem o monitoramento dos nossos níveis de exposição a cada risco de mercado, contendo uma análise baseada em previsão dos fluxos de caixa futuros, provisão de fundos de ativos de renda variável com passivos de taxa variável, e limitação da quantidade de ativos de renda fixa que possam ser providos com passivos de taxa flutuante. Também podemos usar instrumentos financeiros derivativos para diminuir os efeitos das flutuações de taxas de juros e para reduzir a nossa exposição ao risco de câmbio. As seções a seguir tratam dos riscos de mercado significativos associados às nossas atividades financeiras.

Risco de Taxa de Juros

A nossa exposição ao risco de mercado quanto a flutuações da taxa de juros está relacionada, principalmente, às alterações nas taxas de juros de mercado dos nossos passivos expressos em dólar e *real*, principalmente as nossas dívidas de curto e de longo prazo. Os aumentos e reduções das taxas de juros em vigor em geral se traduzem em aumentos e reduções na despesa de juros. Além disso, os valores justos dos instrumentos sensíveis às taxas de juros também são afetados pelas condições gerais do mercado.

As nossas obrigações de dívida de curto e longo prazo totalizaram US\$ 1.338,7 milhões em 31 de dezembro de 2004 e foram expressas em dólares dos EUA, *reais*, yenes japoneses e euros. Do total da dívida de denominação dólares dos EUA, de US\$ 923,4 milhões, aproximadamente US\$ 499,2 milhões eram de taxa fixa. O restante da dívida expressa em dólares dos EUA de taxa flutuante estava indexado à taxa LIBOR de 6 ou de 12 meses. Da nossa dívida denominada em *reais* totalizando US\$ 336,7 milhões, US\$ 331,7 milhões pagam juros a uma taxa variável baseada na TJLP, a taxa de juros de longo prazo do Brasil. A TJLP variou entre 9,75% a 10% por ano em 2004. Também mantemos uma linha de crédito subsidiária no valor de US\$ 5,0 milhões com taxa de juros variável baseada no CDI, a taxa de depósito interbancário do Brasil. Toda a nossa dívida de US\$ 72,5 expressa em yenes japoneses era de taxa flutuante indexada à taxa japonesa de depósito interbancário, ou JIBOR. Toda a nossa dívida expressa em euros, no total de, US\$ 6,1 milhões possui taxa de juros fixa.

A tabela abaixo contém informações sobre as nossas obrigações de dívida de curto e longo prazo em 31 de dezembro de 2004 sensíveis a mudanças nas taxas de juros e de câmbio.

	Taxa de Juros Média Ponderada 2004	Valor Total Pendente	Valor Pendente por Ano de Vencimento					Após	Valor Justo Total
			2005	2006	2007	2008	2009		
<i>(em milhares, exceto percentuais)</i>									
Dívida de curto prazo									
Dólares (taxa LIBOR)	5,23%	US\$ 46.019	US\$ 46.019	—	—	—	—	—	US\$ 46.815
Dólares (taxa fixa)	6,17%	105.079	105.079	—	—	—	—	—	102.658
<i>Reais</i> (indexada à TJLP)	12,22%	319.791	319.791	—	—	—	—	—	315.915
<i>Reais</i> (indexada à CDI)	20,64%	20	20	—	—	—	—	—	21
Euro (taxa fixa)	2,80%	6.094	6.094	—	—	—	—	—	6.116
Yen (indexada à JIBOR)	1,14%	36.278	36.278	—	—	—	—	—	34.851
Total Dívida Curto Prazo		US\$ 513.281	US\$ 513.281	—	—	—	—	—	US\$ 506.376
Dívida Longo Prazo									
Dólares (taxa LIBOR)	5,23%	US\$ 378.192	—	US\$ 62.040	US\$ 110.743	US\$ 90.300	US\$ 90.108	US\$ 25.000	US\$ 380.046
Dólares (taxa fixa)	6,17%	394.089	—	99.238	179.511	74.325	41.015	—	361.432
<i>Reais</i> (indexada à TJLP)	12,22%	11.867	—	2.791	3.062	2.494	1.415	2.105	10.764
<i>Reais</i> (indexada à CDI)	20,64%	5.066	—	—	5.066	—	—	—	5.324
Yen (indexada à JIBOR)	1,14%	36.235	—	36.235	—	—	—	—	34.809
Total Dívida Longo Prazo		825.448	—	200.304	298.382	167.119	132.538	27.105	792.375
Total Dívida		US\$ 1.338.729	US\$ 513.281	US\$ 200.304	US\$ 298.382	US\$ 167.119	US\$ 132.538	US\$ 27.105	US\$ 1.298.751

Para melhor gerenciar o nosso risco de juros no nosso passivo monetário, fizemos alguns swaps, que efetivamente convertem parte da nossa dívida expressa em dólar de taxa fixa e fluante em obrigações com base CDI expressas em reais. Especificamente, em 31 de dezembro de 2004 tínhamos efetivamente convertido US\$ 10,7 milhões de nossa dívida de taxa de juros fluante em dólar e US\$ 46,8 de nossa dívida de taxa de juros fixa em dólar para base CDI em reais que, somada à nossa linha subsidiária de US\$ 5,0 milhões com juros de base CDI em reais originais, totaliza o equivalente a US\$ 62,5 milhões de obrigações com base CDI expressas em reais. A taxa média ponderada dessas obrigações de base CDI em 2004 foi 12,59%. Através desses swaps, convertemos também, efetivamente, o equivalente em yen a US\$ 72,5 milhões da nossa dívida de taxa de juros fluante expressa em yen na quantidade equivalente de obrigações em dólar com taxa de juros fixa de 4,31% ao ano. Além disso, convertemos efetivamente, por meio de operações de swap, US\$ 366,4 milhões de nossa dívida indexada pela LIBOR em dívida com taxa fixa em dólar. A taxa média fixa ponderada dessas obrigações de base CDI em 2004 foi 7,78% ao ano. Esses swaps não afetaram a escala de vencimentos ou de amortização da nossa dívida existente.

Esses swaps não foram contabilizados como operações de hedging sob o GAAP dos EUA. Independentemente, essas swaps são contabilizados a valor justo em nosso balanço, e contabilizamos uma perda não realizada de US\$ 13,1 milhões em 31 de dezembro de 2004 como parte da receita financeira (despesa) líquida. Para maiores informações sobre os termos dessas transações de swap, inclusive montante contratual, data de vencimento, justo valor e ganhos e perdas, ver a Nota 31 das nossas demonstrações financeiras consolidadas.

Não temos atualmente instrumentos derivativos que limitem a nossa exposição a mudanças na TJLP porque acreditamos que a nossa exposição total, combinada à volatilidade relativamente baixa da TJLP, não terão, provavelmente, efeito importante sobre a nossa empresa.

A tabela abaixo contém informações sobre as nossas obrigações de dívida de curto e longo prazo em 31 de dezembro de 2004 considerando os efeitos das transações derivativas mencionadas acima.

Taxa de Juros Média Ponderada 2004	Valor Total Pendente	Valor Pendente por Ano de Vencimento							Valor Justo Total
		2005	2006	2007	2008	2009	Após		
		<i>(em milhares, exceto percentuais)</i>							
Dívida de curto prazo									
Dólares (taxa LIBOR)	5,18%	US\$ 4.192	US\$ 4.192	—	—	—	—	—	US\$ 4.427
Dólares (taxa fixa)	6,08%	158.549	158.549	—	—	—	—	—	155.034
Reais (indexada à TJLP)	12,22%	319.791	319.791	—	—	—	—	—	315.915
Reais (indexada à CDI)	12,59%	24.655	24.655	—	—	—	—	—	24.884
Euro (taxa fixa)	2,80%	6.094	6.094	—	—	—	—	—	6.094
Total Dívida de Curto Prazo		US\$ 513.281	US\$ 513.281	—	—	—	—	—	US\$ 506.675
Dívida de longo prazo									
Dólares (taxa LIBOR)	5,18%	US\$42.891	—	US\$ 230	US\$22.310	US\$ 10.271	US\$ 10.080	—	US\$ 38.180
Dólares (taxa fixa)	6,08%	732.796	—	183.806	254.468	148.479	121.043	25.000	706.393
Reais (indexada à TJLP)	12,22%	11.867	—	2.791	3.062	2.494	1.415	2.105	10.764
Reais (indexada à CDI)	12,59%	37.894	—	13.477	18.542	5.875	—	—	37.039
Total Dívida de Longo Prazo		825.448	—	200.304	298.382	167.119	132.538	27.105	792.375
Total Dívida		US\$ 1.338.729	US\$ 513.281	US\$ 200.304	US\$ 298.382	US\$ 167.119	US\$ 132.538	US\$ 27.105	US\$ 1.298.751

Além disso, em 31 de dezembro de 2004, US\$ 47,1 milhões de nosso passivo indexado pelo dólar estava exposto a flutuações da LIBOR.

Risco de Câmbio

Na administração do nosso risco de câmbio, procuramos contrabalançar os nossos ativos expressos em moeda diferente do dólar norte-americano contra os nossos passivos também expressos em moeda diferente do dólar norte-americano mais o capital social em relação às nossas previsões de fluxos de caixa futuros. Além da exposição

à moeda estrangeira relacionada às nossas obrigações de dívida conforme resumido acima, também temos outros ativos e passivos expressos em moedas outras que não o dólar dos Estados Unidos. Esses ativos e passivos são basicamente disponibilidades, contas a pagar e a receber, imposto de renda diferido, dividendos e outros ativos e passivos, basicamente expressos em *reais*. Os efeitos da valorização ou desvalorização dessas moedas sobre esses ativos e passivos em relação ao dólar resulta em ganhos (perdas) contabilizados em nossa demonstração de resultados como receita (despesa) financeira, líquida.

A tabela abaixo contém informações sobre nossos ativos e passivos expostos o risco de câmbio em 31 de dezembro de 2004, além das transações derivativas pendentes na mesma data:

	Valor total pendente	Valor pendente por ano de vencimento						Valor justo total
		2005	2006	2007	2008	2009	Após	
ATIVOS								
<i>Disponibilidades</i>								
Em Reais.....	US\$ 477.190	US\$ 477.190	—	—	—	—	—	US\$ 477.190
Em Euros.....	1.550	1.550	—	—	—	—	—	1.550
<i>Investimento e investimentos temporários</i>								
Em Reais.....	108.200	108.200	—	—	—	—	—	108.200
Em Euros.....	15.417	—	15.417	—	—	—	—	15.417
<i>Contas a receber</i>								
Em Reais.....	19.195	19.195	—	—	—	—	—	19.195
Em Euros.....	31.094	31.094	—	—	—	—	—	31.094
<i>Imposto de renda diferido</i>								
Em Reais.....	185.055	72.460	112.595	—	—	—	—	185.055
Em Euros.....	1.268	1.268	—	—	—	—	—	1.268
<i>Outros ativos</i>								
Em Reais.....	124.881	102.783	22.098	—	—	—	—	124.881
Em Euros.....	1.894	1.207	687	—	—	—	—	1.894
Total de ativos em Reais.....	US\$ 914.52							
	1	US\$ 779.828	US\$ 134.693					
Total de ativos em Euros.....	US\$ 51.223	US\$ 35.119	US\$ 16.104	—	—	—	—	—
PASSIVO								
<i>Empréstimos e financiamentos</i>								
Em Reais.....	US\$ 336.742	US\$ 319.810	US\$ 2.791	US\$ 8.128	US\$ 2.494	US\$ 1.414	US\$ 2.105	US\$ 332.024
Em Euros.....	6.094	6.094	—	—	—	—	—	6.116
Em Ienes japoneses.....	72.513	36.278	36.235	—	—	—	—	69.660
<i>Contas a pagar a fornecedores</i>								
Em Reais.....	21.944	21.944	—	—	—	—	—	21.944
Em Euros.....	21.070	21.070	—	—	—	—	—	21.070
<i>Adiantamentos a clientes</i>								
Em Reais.....	14.034	14.034	—	—	—	—	—	14.034
<i>Outras contas a pagar e passivos provisionados</i>								
Em Reais.....	109.444	104.793	4.651	—	—	—	—	109.444
Em Euros.....	9.097	9.097	—	—	—	—	—	9.097
<i>Impostos e contribuições sociais a pagar</i>								
Em Reais.....	31.757	17.609	14.148	—	—	—	—	31.757
Em Euros.....	3.288	3.288	—	—	—	—	—	3.288
<i>Impostos provisionados sobre o lucro</i>								
Em Reais.....	5.922	5.922	—	—	—	—	—	5.922
Em Euros.....	5.332	5.332	—	—	—	—	—	5.332
<i>Passivos de imposto de renda diferido</i>								
Em Reais.....	141.919	15.112	126.807	—	—	—	—	141.919
<i>Dividendos provisionados</i>								
Em Reais.....	54.959	54.959	—	—	—	—	—	54.959
<i>Contingências</i>								
Em Reais.....	475.685	89.589	386.096	—	—	—	—	475.685
Total de passivos em Reais.....	US\$ 1.192.406	US\$ 643.772	US\$ 534.493	US\$ 8.128	US\$ 2.494	US\$ 1.414	US\$ 2.105	—
Total de passivos em Euros.....	US\$ 44.881	US\$ 44.881	—	—	—	—	—	—
Total de passivos em Yen.....	US\$ 72.513	US\$ 36.278	US\$ 36.236	—	—	—	—	—

	Valor total pendente	Valor pendente por ano de vencimento						Valor justo total
		2005	2006	2007	2008	2009	Após	
Total de exposição em Reais								
	US\$ (277.885)	US\$ 136.057	US\$ (399.800)	US\$ (8.128)	US\$ (2.494)	US\$ (1.414)	US\$ (2.105)	
Total de exposição em Euros.....	US\$ 6.342	US\$ (9.762)	US\$ 16.104	—	—	—	—	—
Total de exposição em Ienes japoneses.....	US\$ (72.513)	US\$ (36.278)	US\$ (36.235)	—	—	—	—	—
INSTRUMENTOS DERIVATIVOS								
<i>Contratos de swap de taxa de juros em várias moedas (US\$ flutuante vs. US\$ fixo)</i>								
Montante teórico.....	US\$ 363.705	US\$ 28.405	US\$ 61.810	US\$ 88.434	US\$ 80.028	US\$ 80.028	US\$ 25.000	US\$ (4.120)
Média de juros pagos em US\$	7,78%							
Média de juros recebidos em US\$	Libor+3,06%							
<i>Contratos de swap de taxa de juros em várias moedas (US\$ vs. R\$)</i>								
Montante teórico.....	US\$ 52.486	US\$ 23.329	US\$ 12.723	US\$ 11.646	US\$ 4.788	—	—	US\$ (14.585)
Média de juros pagos em R\$	66,21% o CDI							
Média de juros recebidos em US\$	5,55%							
<i>Contratos de swap de taxa de juros em várias moedas (Ienes vs. R\$)</i>								
Montante teórico.....	US\$ 67.082	US\$ 33.541	US\$ 33.541	—	—	—	—	US\$ 5.615
Média de juros pagos em US\$	4,31%							
Média de juros recebidos em Ienes	Jibor+1,05%							
Exposição líquida de ativos/passivos								
Em Reais.....	US\$ (330.371)	US\$ 112.727	US\$ (412.523)	US\$ (19.774)	US\$ (7.282)	US\$ (1.414)	US\$ (2.105)	—
Em Euros	US\$ 6.342	US\$ (9.762)	US\$ 16.104	—	—	—	—	—
Em Ienes japoneses.....	US\$ 5.430	US\$ 2.737	US\$ 2.694	—	—	—	—	—

ITEM 12. DISCRIMINAÇÃO DOS VALORES MOBILIÁRIOS, FORA AÇÕES

Não se aplica.

PART II

ITEM 1. INADIMPLÊNCIAS, ATRASO NOS DIVIDENDOS E INFRAÇÕES

Nada a relatar.

ITEM 2. MODIFICAÇÕES SUBSTANCIAIS AOS DIREITOS DOS PORTADORES DE VALORES MOBILIÁRIOS E A UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS

Nada a relatar.

ITEM 3. CONTROLES E PROCEDIMENTOS

Controles e procedimentos de divulgação

Nosso diretor presidente, Maurício Novis Botelho, e o nosso vice-presidente executivo corporativo e de relações com investidores, Antonio Luiz Pizarro Manso, e a administração, após avaliarem a eficiência do projeto e operação dos nossos controles e procedimentos de divulgação (conforme definidos nas Exchange Act Rules 13a-15(e) e 15d-15(e)) de 31 de dezembro de 2004 final do período coberto por este relatório, concluíram que, nessa data, os nossos controles e procedimentos de divulgação foram suficientemente adequados e efetivos para assegurar que a informação importante relativa a nós e às nossas subsidiárias consolidadas havia sido trazida ao seu conhecimento por terceiros dentro de nossa empresa e de nossas subsidiárias consolidadas.

Mudanças no controle interno sobre demonstrações financeiras

Não houve quaisquer mudanças no controle interno da nossa empresa sobre as demonstrações financeiras durante o período coberto por este relatório anual que tenham afetado ou possam vir a afetar de forma substancial o controle interno da nossa empresa sobre as demonstrações financeiras.

ITEM 16A. ESPECIALISTA EM FINANÇAS DO COMITÊ DE AUDITORIA

Nosso Conselho de Administração determinou que Taiki Hirashima, membro de nosso Conselho Fiscal, é um “especialista em finanças do comitê de auditoria” conforme estipulado pelas regras atuais do SEC. Para uma descrição da função do nosso Conselho Fiscal, consulte “Item 6C. Práticas do Conselho—Conselho Fiscal.”

ITEM 16B. CÓDIGO DE ÉTICA

Nosso Conselho de Administração adotou um Código de Ética e Conduta aplicável a nossos executivos, diretores e empregados em todo o mundo, incluindo nosso diretor-presidente, diretor financeiro e controller. Uma cópia do nosso Código de Ética e Conduta foi incluída como Anexo 11.1 neste relatório anual.

ITEM 16C. PRINCIPAIS HONORÁRIOS E SERVIÇOS DE CONTABILIDADE

Na seguinte tabela constam, por categoria de serviço, os honorários totais por serviços prestados pela Deloitte Touche Tohmatsu nos exercícios fiscais encerrados em 31 de dezembro de 2003 e 2004:

	<u>2003</u>	<u>2004</u>
	<i>(em milhares)</i>	
Honorários de auditoria	US\$1.022	US\$1.238
Honorários relativos a auditoria	375	—
Honorários de impostos	556	693
Todos os outros honorários	—	147
Valor	<u>US\$1.953</u>	<u>US\$2.078</u>

Honorários de auditoria

Os honorários de auditoria em 2004 e 2003 consistiram em honorários agregados cobrados pela Deloitte Touche Tohmatsu relativos à auditoria de nossas demonstrações financeiras anuais de acordo com o GAAP do Brasil, publicadas no Brasil, e de nossas demonstrações financeiras anuais de acordo com o GAAP dos Estados Unidos e para a revisão de nossas informações financeiras incluídas no relatório anual no Formulário 20-F, revisões de demonstrações financeiras trimestrais, enviadas no Formulário 6-K e auditorias obrigatórias de nossas subsidiárias.

Honorários relativos a auditoria

Os honorários relativos a auditoria em 2003 consistiram nos honorários agregados cobrados pela Deloitte Touche Tohmatsu relativos à revisão de nosso sistema interno de controle e assistência no cumprimento das exigências do Sarbanes-Oxley Act de 2002.

Honorários de impostos

Os honorários de impostos em 2004 e 2003 consistiram nos honorários agregados cobrados pela Deloitte Touche Tohmatsu relativos aos serviços de preparação de impostos e consultoria em impostos, envolvendo, principalmente, a revisão de declarações de imposto de renda nas diversas jurisdições nas quais operamos e assistência na preparação de declarações de impostos em jurisdições estrangeiras, além de assistência ao nosso comitê de impostos para assegurar o atendimento às exigências tributárias do Brasil.

Todos os outros honorários

Os outros honorários pagos à Deloitte Touche Tohmatsu em 2004 consistiram em honorários agregados cobrados principalmente por serviços relativos à implementação de determinados sistemas de recursos humanos. Não pagamos quaisquer outros honorários à Deloitte Touche Tohmatsu em 2003 além dos descritos acima.

Políticas e procedimentos para aprovação

Nosso Conselho de Administração aprova todos os serviços de auditoria, serviços relacionados a auditoria, serviços de impostos e outros serviços prestados pela Deloitte Touche Tohmatsu. Quaisquer serviços prestados pela Deloitte Touche Tohmatsu que não estejam especificamente incluídos no escopo da auditoria devem ser previamente aprovados pelo Conselho de Administração antes de qualquer contratação. Conforme a Regra 2-01 do Regulamento S-X, os comitês de auditoria podem aprovar determinados honorários para serviços relacionados a auditoria, serviços de impostos e outros serviços segundo uma exceção *de minimis* antes da conclusão de um trabalho de auditoria. Em 2003 e 2004, nenhum dos honorários pagos à Deloitte Touche Tohmatsu foi aprovado segundo a exceção *de minimis*.]

ITEM 16D. ISENÇÕES DAS NORMAS DE REGISTRO PARA COMITÊS DE AUDITORIA

Segundo as regras de comitê de auditoria de empresas listadas da NYSE e da SEC, que entrará em vigor a partir de 31 de julho de 2005, devemos obedecer ao Exchange Act Rule 10A-3, que exige que criemos um comitê de auditoria composto por membros do Conselho de Administração que atenda a exigências especificadas ou que designemos e demos poder ao nosso Conselho Fiscal para que execute a função de Comitê de Auditoria de acordo com a isenção estipulada no Exchange Act Rule 10A-3(c)(3). Esperamos estar em conformidade com as exigências de isenção até 31 de julho de 2005. Em nossa avaliação, nosso Conselho Fiscal será capaz de agir de forma independente para com as responsabilidades de um comitê de auditoria segundo o Sarbanes-Oxley Act de 2002, e de satisfazer as outras exigências do Exchange Act Rule 10A-3. Para uma análise de nosso Conselho Fiscal e da isenção do comitê de auditoria, consulte o "Item 6C. Práticas do Conselho—Conselho Fiscal."

ITEM 16E. AQUISIÇÕES DE AÇÕES PELO EMISSOR E COMPRADORES AFILIADOS

Em 2004, a Embraer ou qualquer comprador afiliado adquiriu ou readquiriu quaisquer de nossas ações.

PART III

ITEM 17. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Respondemos ao Item 18 em vez de responder a este item.

ITEM 18. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As nossas demonstrações financeiras consolidadas, juntamente com o Relatório dos Auditores Independentes, estão sendo apresentados como parte deste relatório anual e estão após as páginas com as assinaturas deste documento.

ITEM 19. ANEXOS

Anexo

Número

Descrição

- 1.1 Estatutos da Embraer (versão em inglês).
- 2.1 Acordo dos Acionistas, datado de 24 de julho de 1997, com suas emendas, juntamente com a sua tradução para o inglês, incorporado a este pela referência ao Anexo 9,1 à Declaração de Registro No. 333-12220 da Embraer.
- 2.2 Formulário de Contrato de Depósito entre a Embraer, a Morgan Guaranty Trust Company of New York, como depositária, e os Detentores de American Depositary Shares emitidas nos seus termos, inclusive o modelo Form of American Depositary Receipts, incorporado a este por referência ao Anexo 4.1 da Declaração de Registro No. 333-12220 da Embraer.
- 2.3 A interessada concorda em fornecer à Comissão, a pedido, cópias de determinados instrumentos definindo os direitos dos detentores de dívidas de longo prazo do tipo descrito no Item 2(b)(i) das Instruções conforme os Anexos no Formulário 20-F.
- 4.1* Acordo dos Acionistas celebrado pela Embraer e a Liebherr International AG em 22 de maio de 2000, incorporado a este por referência no Anexo 10.5 à Declaração de Registro No. 333-12220 da Embraer.
- 4.2 Contrato de Cessão, com suas emendas, entre o Aeroporto de Paris e a Embraer, datado de 1 de janeiro de 1999, juntamente com a sua versão para o inglês, incorporado a este por referência no Anexo 10.6 à Declaração de Registro No. 333-12220 da Embraer.
- 4.3 Contrato de Cessão, com suas emendas, entre a Howard County e a Embraer Aircraft Corporation, datado de 21 de abril de 1998, incorporado a este por referência do Anexo 10.6 à Declaração de Registro No. 333-12220 da Embraer.
- 8.1 Lista de subsidiárias da Embraer.
- 11.1 Código de Ética e Conduta, incluído neste instrumento por referência do Anexo 11.1, Relatório Anual da Embraer no Formulário 20-F para o exercício findo em 31 de dezembro de 2003.
- 12.1 Regra 13a-14(a)/15d-14(a) Certificação do Diretor-Presidente.
- 12.2 Regra 13a-14(a)/15d-14(a) Certificação do Diretor Financeiro.
- 13.1 Seção 1350 Certificação do Diretor-Presidente.

13.2 Seção 1350 Certificação do Diretor Financeiro.

23.1 Consentimento da Deloitte Touche Tohmatsu.

* A Embraer recebeu tratamento confidencial em relação a partes deste Anexo. Assim sendo, algumas partes dele foram omitidas e enviadas em separado à Commission.

ASSINATURAS

A Interessada declara que atende a todas as exigências para o envio do Formulário 20-F e que nomeou e autorizou o abaixo -assinado a assinar este relatório anual em seu nome.

EMBRAER – EMPRESA BRASILEIRA DE
AERONÁUTICA S.A.

Data: 30 de junho de 2005

Por: /S/ MAURICIO NOVIS BOTELHO

Nome: Maurício Novis Botelho

Cargo: Diretor-Presidente

Data: de junho de 2005

Por: /S/ ANTONIO LUIZ PIZARRO MANSO

Nome: Antonio Luiz Pizarro Manso

Cargo: Vice-Presidente Executivo Executivo e Diretor
Financeiro

*(Tradução Livre do Original Previamente
Emitido na Língua Inglesa)*

***Embraer - Empresa Brasileira
de Aeronáutica S.A.***

*Demonstrações Financeiras Consolidadas
Referentes aos Exercícios Findos em
31 de Dezembro de 2002, de 2003 e de 2004 e
Parecer dos Auditores Independentes*

(Tradução Livre do Original Previamente Emitido na Língua Inglesa)

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da
Embraer - Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A.
São Paulo - SP - Brasil

1. Examinamos os balanços patrimoniais consolidados da EMBRAER - Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. e subsidiárias, levantados em 31 de dezembro de 2004 e 2003, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do fluxo de caixa e das mutações do patrimônio líquido para cada ano no período de três exercícios findo em 31 de dezembro 2004. Essas demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas com base em nossa auditoria.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com os padrões do “Public Company Accounting Oversight Board” (Estados Unidos da América). Essas normas requerem que os exames sejam planejados e realizados para assegurar com razoabilidade que as demonstrações financeiras não contenham erros materiais. A Sociedade não é requerida a ter, nem somos contratados para executar, uma auditoria dos controles internos sobre a preparação de relatórios financeiros. Nossa auditoria incluiu considerações sobre os controles internos para a preparação de relatórios financeiros como base para determinar os procedimentos de auditoria apropriados para as circunstâncias, mas não com o propósito de expressar uma opinião sobre a efetividade dos controles internos para a preparação de relatórios financeiros da Sociedade. Desta forma, nós não expressamos tal opinião. Uma auditoria também inclui exames, com base em testes, das evidências que suportam os valores e as divulgações contidas nas demonstrações financeiras. Uma auditoria inclui, ainda, a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que nossas auditorias constituem uma base razoável para suportar nossa opinião.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas mencionadas acima representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da EMBRAER - Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. e subsidiárias em 31 de dezembro de 2004 e 2003, o resultado de suas operações e o fluxo de caixa para cada ano no período de três exercícios findo em 31 de dezembro de 2004, de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos da América.
4. Estas demonstrações financeiras foram traduzidas para a língua portuguesa para conveniência dos leitores no Brasil.

São Paulo, 25 de maio de 2005

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU	José Domingos do Prado
Auditores Independentes	Sócio

(Tradução Livre do Original Previamente Emitido na Língua Inglesa)

EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003

(Em milhares de dólares norte-americanos – US\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Notas</u>	<u>2003</u>	<u>2004</u>
CIRCULANTE			
Disponibilidades	5	1.265.820	1.207.288
Investimentos temporários de caixa	6	4.320	153.488
Contas a receber, líquidas	7	356.401	566.127
Contas a receber vinculadas	9	102.110	70.599
Estoques	10	1.158.060	1.408.608
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27	115.395	104.417
Outras contas a receber	11	344.760	364.982
Total do circulante		<u>3.346.866</u>	<u>3.875.509</u>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Contas a receber de clientes	7	-	119.678
Financiamentos a clientes	8	155.003	319.587
Contas a receber vinculadas	9	1.648.849	769.441
Estoques	10	14.770	19.674
Imobilizado, líquido	13	402.663	381.265
Investimentos	12	36.814	48.267
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27	207.659	262.403
Outras contas a receber	11	<u>267.911</u>	<u>286.575</u>
Total do realizável a longo prazo		<u>2.733.669</u>	<u>2.206.890</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>6.080.535</u>	<u>6.082.399</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

(Tradução Livre do Original Previamente Emitido na Língua Inglesa)

EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003
(Em milhares de dólares norte-americanos – US\$)

<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO</u>	<u>Notas</u>	<u>2003</u>	<u>2004</u>
PASSIVO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	19	517.014	513.281
Dívidas com e sem direito de regresso	9	360.645	351.405
Arrendamento de bens imobilizado	20	5.283	2.437
Fornecedores		404.065	556.492
Adiantamento de clientes	16	448.648	375.548
Outras contas a pagar e provisões diversas	15	336.185	310.269
Impostos e encargos sociais a recolher	17	21.632	34.355
Contingências	18	301.906	89.589
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27	12.532	14.997
Imposto de renda e contribuição social a recolher		1.724	12.769
Dividendos		<u>36.561</u>	<u>54.959</u>
Total do circulante		<u>2.446.195</u>	<u>2.316.101</u>
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO			
Empréstimos e financiamentos	19	526.728	825.448
Dívidas com e sem direito de regresso	9	1.390.314	654.291
Arrendamento de bens imobilizado	20	2.772	1.464
Adiantamento de clientes	16	110.539	103.615
Contribuição de parceiros	14	234.958	140.037
Imposto de renda e contribuição social a recolher	17	14.321	14.148
Outras contas a pagar e provisões diversas	15	34.406	108.071
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27	112.005	157.817
Contingências	18	<u>26.461</u>	<u>386.096</u>
Total do exigível a longo prazo		<u>2.452.504</u>	<u>2.390.987</u>
PARTICIPAÇÃO DOS MINORITÁRIOS		<u>12.611</u>	<u>21.443</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital estatutário:	23		
Preferenciais (sem valor nominal, 1.000.000.000 de ações autorizadas, 475.797.420 ações emitidas em 31 de dezembro de 2004, 2003 – 473.501.135 ações)		688.039	756.138
Ordinárias (sem valor nominal, 500.000.000 de ações autorizadas, 242.544.447 ações emitidas em 31 de dezembro de 2003 e de 2004)		207.014	240.201
Ação especial ordinária (R\$1 pelo valor nominal, 1 ação autorizada e emitida em 31 de dezembro de 2003 e de 2004)		-	-
Remuneração em ações		8.353	8.353
Reserva legal		87.368	111.443
Lucros acumulados		180.741	234.849
Ajustes acumulados de conversão		<u>(2.290)</u>	<u>2.884</u>
Total do patrimônio líquido		1.169.225	1.353.868
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>6.080.535</u>	<u>6.082.399</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

(Tradução Livre do Original Previamente Emitido na Língua Inglesa)

EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004, 2003 E 2002
(Em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Notas</u>	<u>2002</u>	<u>2003</u>	<u>2004</u>
VENDAS BRUTAS				
Mercado externo		2.493.313	2.052.828	3.170.832
Mercado interno		58.342	105.825	282.287
Deduções de vendas		(25.855)	(15.193)	(12.586)
VENDAS LÍQUIDAS		<u>2.525.800</u>	<u>2.143.460</u>	<u>3.440.533</u>
Custo das vendas e dos serviços		(1.531.720)	(1.335.032)	(2.267.330)
LUCRO BRUTO		<u>994.080</u>	<u>808.428</u>	<u>1.173.203</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				
Despesas comerciais		(211.015)	(206.246)	(342.883)
Pesquisa e desenvolvimento		(158.499)	(173.216)	(44.506)
Gerais e administrativas		(109.673)	(114.743)	(139.357)
Participação nos lucros e resultados		(25.222)	(20.399)	(61.199)
Outras despesas operacionais, líquida	28	(20.109)	(29.009)	(41.272)
LUCRO OPERACIONAL		<u>469.562</u>	<u>264.815</u>	<u>543.986</u>
Receitas (despesas) financeiras líquidas	21	80.456	(140.755)	(38.000)
Perdas com ajustes acumulados de conversão, líquida	29	(135.647)	(16.500)	(12.218)
Outras receitas (despesas) não operacionais, líquida		(1.394)	711	(117)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>412.977</u>	<u>108.271</u>	<u>493.651</u>
Provisão para imposto de renda e contribuição social	27	(188.502)	<u>27.990</u>	(112.139)
LUCRO ANTES DA PARTICIPAÇÃO DOS MINORITÁRIOS		<u>224.475</u>	<u>136.261</u>	<u>381.512</u>
Participação dos minoritários		(1.883)	(217)	(1.306)
LUCRO LÍQUIDO		<u>222.592</u>	<u>136.044</u>	<u>380.206</u>
OUTRAS RECEITAS ABRANGENTES				
Ajustes acumulados de conversão		(7.263)	6.546	5.174
RESULTADO ABRANGENTE		<u>215.329</u>	<u>142.590</u>	<u>385.380</u>
LUCRO POR AÇÃO	25			
Básicas:				
Ordinárias		0,2998	0,1788	0,4970
Preferenciais		0,3298	0,1967	0,5467
Diluídas:				
Ordinárias		0,2976	0,1779	0,4940
Preferenciais		0,3274	0,1957	0,5434
MÉDIA PONDERADA DAS AÇÕES (em milhares)				
Básicas:				
Ordinárias		242,544	242,544	242,544
Preferenciais		454,414	471,228	474,994
Diluídas:				
Ordinárias		242,544	242,544	242,544
Preferenciais		459,415	474,840	479,217

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

(Tradução Livre do Original Previamente Emitido na Língua Inglesa)

EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS ENCERRADOS

ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004, 2003 E 2002

(Em milhares de dólares norte-americanos – US\$)

	<u>2002</u>	<u>2003</u>	<u>2004</u>
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido	222.592	136.044	380.206
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa líquido gerado das atividades operacionais:			
Depreciação	55.602	58.877	59.685
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.436	4.531	908
Provisão para obsolescência de estoque	22.061	(18.042)	32.085
Perda na baixa de imobilizado	1.119	1.113	178
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21.054	(35.676)	4.511
Juros provisionados excedentes aos juros pagos (pagos excedentes aos provisionados)	(9.684)	15.504	(30.276)
Equivalência patrimonial em subsidiária não consolidada	(388)	(51)	
Participação dos minoritários	1.883	217	1.306
Perdas com ajustes acumulados de conversão, líquidas	135.647	16.500	12.218
Outros	(7.245)	10.624	(3.508)
Mudanças nos ativos e passivos:			
Contas a receber de clientes e financiamentos a clientes	(193.837)	300.836	(266.652)
Estoques	138.890	(234.434)	(348.770)
Outros ativos	(153.573)	(246.336)	(16.355)
Fornecedores	57.522	35.737	136.554
Outras contas a pagar e provisões diversas	111.192	54.221	45.791
Imposto de renda e contribuição social a recolher	5.047	(47.857)	10.497
Contribuições de parceiros	91.830	(487)	(94.921)
Adiantamentos de clientes	13.024	54.304	(80.024)
Impostos e encargos sociais a recolher	62.306	117.703	12.549
Contingências	(825)	16.306	147.319
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	<u>575.653</u>	<u>239.634</u>	<u>3.301</u>
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Investimentos temporários de caixa mantidos para negociação	-	-	(158.677)
Resultado da venda de imobilizado	790	2.395	163
Aquisição de negócios	(13.178)	-	-
Depósitos em caução para aquisição de negócio pendente	-	-	(15.417)
Adições ao imobilizado	(111.030)	(64.765)	(50.075)
Adições ao investimento líquido	<u>19.202</u>	<u>(10.297)</u>	<u>6.225</u>
Disponibilidades líquidas nas atividades de investimento	<u>(104.216)</u>	<u>(72.667)</u>	<u>(217.781)</u>
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES FINANCEIRAS			
Pagamento de empréstimos	(1.071.452)	(427.246)	(1.295.315)
Empréstimos	862.036	902.955	1.587.504
Dividendos e/ou juros sobre capital pagos	(134.421)	(67.483)	(185.537)
Emissão de ações	1.194	3.960	3.250
Pagamentos de arrendamento de bens do imobilizado	<u>(9.792)</u>	<u>(8.395)</u>	<u>(4.682)</u>
Disponibilidades líquidas geradas pelas (usadas nas) atividades financeiras	<u>(352.435)</u>	<u>403.791</u>	<u>105.220</u>
Efeito da variação cambial nas disponibilidades	(211.482)	38.240	50.728
Aumento líquido (redução) nas disponibilidades	<u>(92.480)</u>	<u>608.998</u>	<u>(58.532)</u>
Disponibilidades no início do exercício	749.302	656.822	1.265.820
Disponibilidades no fim do exercício	<u>656.822</u>	<u>1.265.820</u>	<u>1.207.288</u>
DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES DO FLUXO DE CAIXA			
Pagamentos durante o exercício:			
Imposto de renda e contribuição social	79.860	52.821	11.032
Juros	32.396	29.920	53.488
Transações que não envolvem o desembolso de caixa:			
Ativos adquirido através de arrendamento	6.010	3.606	427

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

(Tradução Livre do Original Previamente Emitido na Língua Inglesa)

EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004, 2003 E 2002
(Em milhares de dólares norte-americanos – US\$)

	Capital estatutário		Remuneração em ações	Reserva legal	Lucros acumulados (restritos)	Ajustes acumulados de conversão	Total		
	Ordinárias Ações	Valor						Preferenciais Ações	Valor
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001	242.544.448	50.263	468.168.594	380.317	8.353	59.162	523.834	(1.573)	1.020.356
Aumento de capital	-	-	2.261.313	1.194	-	-	-	-	1.194
Capitalização de reservas	-	156.751	-	302.567	-	-	(459.318)	-	-
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	222.592	-	222.592
Reserva legal	-	-	-	-	-	17.010	(17.010)	-	-
Dividendos/Juros sobre o capital	-	-	-	-	-	-	(146.713)	-	(146.713)
Dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	14	-	14
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	-	-	-	(7.263)	(7.263)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002	242.544.448	207.014	470.429.907	684.078	8.353	76.172	123.399	(8.836)	1.090.180
Aumento de capital	-	-	3.071.228	3.961	-	-	-	-	3.961
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	136.044	-	136.044
Reserva legal	-	-	-	-	-	11.196	(11.196)	-	-
Dividendos/Juros sobre o capital	-	-	-	-	-	-	(67.517)	-	(67.517)
Dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	11	-	11
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	-	-	-	6.546	6.546
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003	242.544.448	207.014	473.501.135	688.039	8.353	87.368	180.741	(2.290)	1.169.225
Aumento de capital	-	-	2.296.285	3.250	-	-	-	-	3.250
Capitalização de reservas	-	33.187	-	64.849	-	-	(98.036)	-	-
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	380.206	-	380.206
Reserva legal	-	-	-	-	-	24.075	(24.075)	-	-
Dividendos/Juros sobre o capital	-	-	-	-	-	-	(203.998)	-	(203.998)
Dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	11	-	11
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	-	-	-	5.174	5.174
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004	242.544.448	240.201	475.797.420	756.138	8.353	111.443	234.849	2.884	1.353.868

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

(Tradução Livre do Original Previamente Emitido na Língua Inglesa)

EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004, DE 2003 E DE 2002
(Valores em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando indicado de outra forma)

1. A COMPANHIA E SUAS OPERAÇÕES

A Embraer - Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (“Companhia”) é uma empresa de capital aberto incorporada sob as leis da República Federativa do Brasil. Originalmente fundada em 1969 pelo governo brasileiro, foi privatizada em 1994.

A Companhia desenvolveu-se a partir de uma empresa controlada pelo governo e estabelecida para desenvolver e produzir aeronaves para a Força Aérea Brasileira para uma companhia de capital aberto que produz aeronaves para fins comerciais, executivos e de defesa. Através de sua evolução, a Companhia obteve, desenvolveu e aprimorou suas habilidades em engenharia e capacidades tecnológicas através do desenvolvimento de seus próprios produtos para a Força Aérea Brasileira e através do desenvolvimento de produtos com empresas estrangeiras em projetos específicos. A Companhia tem aplicado os conhecimentos adquiridos no mercado de defesa para desenvolver-se no mercado de aeronaves comerciais.

A Companhia possui subsidiárias integrais consolidadas e/ou escritórios de representação comercial localizados no Brasil, Estados Unidos da América, França, Espanha, Reino Unido, China, Singapura e Austrália, principalmente focados na área comercial e nas atividades de pós-vendas e serviços de manutenção.

Em dezembro de 2004, um consórcio formado pela Companhia e pela European Aeronautic Defense and Space Company - “EADS” (Empresa Européia Aeronáutica de Defesa e do Espaço) foi declarado vencedor da privatização da Ogma – Indústria Aeronáutica de Portugal S.A. (“OGMA”). Para tal, a Embraer e a EADS formaram uma empresa controladora, AIRHOLDING, SGPS, S.A., controlada pela Embraer, sendo esta detentora de 99% e a EADS detentora de 1%. No futuro, a EADS tem a opção de aumentar sua participação nesta empresa em até 30%. A conclusão desta aquisição estava sujeita a aprovação final de relevantes entidades europeias “antitrust”, a qual ocorreu em março de 2005. Portanto, a entidade não estava consolidada com a Companhia em 31 de dezembro de 2004. A participação a ser adquirida através da AIRHOLDING SGPS, S.A., representa 65% do capital total da OGMA e o pagamento total montou a €11,4 milhões, equivalente a \$ 15.4 milhões, depositados em uma conta de caução (nota explicativa nº 12) em 31 de dezembro de 2004. Adicionalmente ao valor de €11,4 milhões pode ser ajustado na forma de compensação e está sujeito a determinados níveis de endividamento líquido e capital de giro da OGMA, limitados ao montante não superior a 12% do valor depositado na conta caução.

Em março de 2002, a Empresa concluiu a aquisição de um negócio localizado em Nashville, Tennessee, EUA, que tem como foco principalmente a prestação de serviços de manutenção de aeronaves. Essa transação foi contabilizada como uma aquisição de negócio, com um montante de \$13.178 pago, que foi completamente alocado nos ativos e passivos adquiridos sem reconhecimento de ágio.

(Tradução Livre do Original Previamente Emitido na Língua Inglesa)

EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004, DE 2003 E DE 2002
(Valores em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando indicado de outra forma)

2. APRESENTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- (i) As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América (US GAAP), que diferem em certos aspectos dos princípios contábeis aplicados pela Companhia em suas demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis do Brasil (BR GAAP).
- (ii) As demonstrações financeiras consolidadas incluem os saldos das contas (i) da Companhia e de todas as suas subsidiárias, em que a Companhia direta ou indiretamente tem a maioria no capital da subsidiária ou controle de gestão e (ii) das entidades com fins específicos onde a Companhia era considerada como sendo a primeira beneficiária de acordo com o FIN 46-R – “Consolidation of Variable Interest Entities”. Todas as contas das empresas do grupo e as transações originadas de entidades consolidadas foram eliminadas. Os saldos e as transações entre as companhias foram eliminados.
- (iii) Uma porção substancial das vendas da Companhia é destinada para exportação com um alto nível de financiamentos denominados em dólares norte-americanos (“US\$”). A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras de acordo com o “Statement of Financial Accounting Standards” (“SFAS”) nº 52, “Foreign Currency Translation” (“Tradução da Moeda Estrangeira”). O Conselho de Administração e a Administração têm considerado historicamente o dólar norte-americano como sua moeda funcional e esta foi e permanece sendo, na opinião da Administração, a moeda em que a Companhia opera principalmente. Dessa forma, a Administração concluiu que a moeda funcional é atualmente o dólar norte-americano.
- (iv) Para fins de US GAAP, a Companhia elegeu o dólar norte-americano como sua moeda de relatório, devido ao entendimento de que tal apresentação seria mais significativa aos leitores.
- (v) Para subsidiárias em que a moeda funcional em particular é outra que não o dólar norte-americano, as contas de ativo e passivo foram convertidas para a moeda de relatório utilizando-se taxas baseadas na data do balanço, e os itens referentes a receitas e despesas foram convertidos utilizando-se médias ponderadas como taxas de conversão. Os ajustes resultantes da conversão são demonstrados como um componente separado do patrimônio líquido, como “Ajustes acumulados de conversão”.
- (vi) Alguns saldos referentes a exercícios anteriores foram reclassificados para se adequar à apresentação dos saldos deste ano.

(Tradução Livre do Original Previamente Emitido na Língua Inglesa)

EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004, DE 2003 E DE 2002
(Valores em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando indicado de outra forma)

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Disponibilidades

Consiste em numerário disponível em bancos e instrumentos de alta liquidez, tais como Certificados de Depósito Bancário, depósitos a prazo, Notas do Tesouro e outros investimentos no mercado financeiro

b) Investimentos temporários de caixa

Como parte da análise das entidades de participação variável sob FIN 46-R, a Companhia concluiu que os investimentos em fundos privados utilizado pela Companhia para investir nas respectivas carteiras destes fundos, inclui certos títulos da dívida que devem ser incluídos em investimentos de curto prazo. Todos outros investimentos são classificados como disponibilidades

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Foi constituída com base na análise individual do contas a receber em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas de contas a receber incobráveis.

d) Estoques

Os estoques estão demonstrados ao custo médio das compras ou produção, ou de mercado, entre esses o menor. Os estoques de produtos em elaboração e acabados estão reduzidos, quando aplicável, ao valor líquido de realização após a dedução dos custos, dos impostos e das despesas de vendas. Uma provisão para potenciais perdas é estabelecida quando itens são definidos como obsoletos ou estocados em quantidade superior àquela a ser utilizada no projeto, com base na estimativa da Administração de valores líquidos de realização.

Os estoques do programa “Exchange Pool” estão segregados e localizados separadamente para uso exclusivo dos clientes do referido programa. Os custos de acondicionamento das partes são registrados em despesas, quando incorridos. O estoque do referido programa é depreciado utilizando-se um método linear com base na estimativa de vida de sete a dez anos e um valor residual de 20% a 50%, que a Companhia acredita ser aproximadamente o tempo de utilização e as mudanças no valor das peças de troca a cada ano. Os estoques do programa são classificados no longo prazo nas demonstrações financeiras consolidadas.

e) Financiamentos a clientes

(Tradução Livre do Original Previamente Emitido na Língua Inglesa)

EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004, DE 2003 E DE 2002
(Valores em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando indicado de outra forma)

As contas a receber e os financiamentos aos clientes consistem em recebíveis originados de financiamento de vendas de aeronaves e aeronaves usadas sob arrendamentos operacionais ou disponíveis para arrendamento e/ou venda.

Os recebíveis são registrados pelo valor de custo acrescido de juros provisionados e reduzidos por provisões ao valor apropriado, quando necessário, determinadas pela Companhia, considerando-se a classificação de risco do cliente e as garantias vinculadas aos respectivos recebíveis, caso haja.

As aeronaves que operam sob arrendamentos operacionais são registradas pelo custo, líquido da depreciação acumulada, que é calculada a partir do início do período do arrendamento, utilizando-se o método linear através do prazo estimado de vida útil e considerando-se um valor residual ao final do período de arrendamento. As receitas de operações de arrendamento são reconhecidas linearmente sobre o período do arrendamento e registradas como vendas líquidas em outros negócios relacionados.

A Companhia monitora o desgaste (“impairment”) das aeronaves sob arrendamentos operacionais quando eventos ou circunstâncias indicam que o valor registrado dos ativos pode não ser realizável. Um ativo sob arrendamento operacional é considerado desgastado quando o fluxo de caixa esperado do período de vida útil remanescente da aeronave não descontado é menor do que o valor contabilizado. Diversas premissas são utilizadas na determinação do fluxo de caixa esperado não descontado. Essas premissas incluem as taxas e o período de arrendamento, o período que o ativo deve ser mantido em preparação para um novo contrato de arrendamento, os custos de manutenção, os custos de re-comercialização e a vida útil esperada do ativo. A determinação das taxas de arrendamento estimadas é geralmente baseada em publicações externas e na observação de aeronaves similares no mercado secundário. A Companhia utiliza informação histórica e tendências econômicas atualizadas para determinar as demais premissas. Quando o desgaste é indicado para um ativo, o valor da despesa com esse desgaste é igual à diferença entre o saldo contabilizado e o valor justo.

As aeronaves usadas disponíveis para arrendamento são registradas por seu valor de aquisição. A Companhia executa comparações entre o custo individual das aeronaves e seu valor de mercado estimado baseado em avaliações estimadas para cada aeronave, registrando quaisquer deficiências como outras despesas operacionais.

f) Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo, incluindo os juros aplicáveis ao período de construção. Materiais alocados a projetos específicos são adicionados ao imobilizado em andamento, e, de acordo com os dispositivos do SFAS nº 34, “Capitalization of Interest Costs” (“Capitalização de Custos de Juros”), os juros incorridos em financiamentos são capitalizados até que os financiamentos não excedam o valor do imobilizado em andamento. O crédito é uma redução das despesas financeiras. Os custos de juros capitalizados em 2002, 2003 e 2004 são imateriais.

(Tradução Livre do Original Previamente Emitido na Língua Inglesa)

EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004, DE 2003 E DE 2002
(Valores em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos adquiridos através de contratos de arrendamento são capitalizados e depreciados sobre a expectativa de sua vida útil, conforme SFAS nº 13, “Accounting for Leases” (“Contabilização de Arrendamentos”).

Os custos incorridos no desenvolvimento de softwares para uso interno são capitalizados de acordo com o “Statement of Position” (SOP) nº 98-1, “Accounting for the Costs of Computer Software Developed or Obtained for Internal Use” (“Contabilização dos Custos do Desenvolvimento de Software ou Adquirido para Uso Interno”).

A depreciação é calculada com base no método linear, durante a vida útil estimada dos bens conforme descrito na nota explicativa nº 13. Melhorias nos bens existentes que prolongam significativamente o tempo de vida útil são capitalizadas, enquanto custos de manutenção e reparo são lançados ao resultado quando incorridos.

A partir de 1º de janeiro de 2002, a Companhia adotou o SFAS nº 144, “Accounting for the Impairment or Disposal of Long-Lived Assets” (“Contabilização de Perdas ou Venda de Ativos de Longo Prazo”). O ativo de longo prazo destinado à venda é registrado pelo menor valor entre o custo e o valor justo. O ativo de longo prazo para uso está sujeito à avaliação de desgaste se o valor contábil não for recuperável com base no fluxo de caixa futuro não descontado do ativo. O saldo de deterioração é a diferença entre o saldo contábil e o valor justo do ativo. Não foi registrado desgaste nos ativos nos exercícios de 2002, 2003 e 2004.

g) Despesas de marketing e propaganda

Os gastos com propaganda e *marketing* são registrados como despesas conforme eles ocorrem e essas despesas montaram a \$9.540 e \$6.577 e \$7.350 para os exercícios de 2002, 2003 e 2004, respectivamente. Esses valores são reportados nas demonstrações consolidadas do resultado como despesas comerciais.

h) Investimentos

A Companhia utiliza o método de equivalência patrimonial para contabilizar os investimentos de longo prazo para os quais possui mais de 20% e menos de 50% das ações com direito a voto e tem o direito de exercer influência significativa nas operações e políticas financeiras da investida. O método de equivalência patrimonial demanda ajustes periódicos na conta de investimentos para que seja reconhecida a participação proporcional da Companhia nos resultados da investida, deduzida pelos recebimentos de dividendos da investida.

Alguns investimentos são contabilizados sob o SFAS nº 115, “Accounting for Certain Investments in Debt and Equity Securities” (“Contabilização de Certos Investimentos em Títulos e Dívidas e Ações”). Os investimentos em títulos e valores mobiliários classificados como investimentos mantidos ao vencimento são títulos que a Companhia

(Tradução Livre do Original Previamente Emitido na Língua Inglesa)

EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004, DE 2003 E DE 2002
(Valores em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando indicado de outra forma)

tem a possibilidade e pretende manter até data de vencimento e são divulgados pelo custo amortizado. Outros investimentos referem-se, principalmente, à negociação de títulos da dívida que sofrem a marcação a mercado como os efeitos da variação no valor justo registrada na demonstração do resultado. Diminuições no valor justo dos títulos mantidos até o vencimento abaixo do seu custo, que não são julgadas como temporárias, estão refletidas na demonstração do resultado. Os títulos mantidos ao vencimento representam investimentos em títulos do governo brasileiro (“NTNs”), os quais não tiveram, e não têm expectativas de ter, alguma outra perda que não perda temporária.

i) Garantia dos produtos

Despesas com garantia relacionadas a aeronaves e componentes são reconhecidas à época da venda, como despesas de vendas, com base nos valores estimados a incorrer através de uma porcentagem do preço de venda da aeronave. Essas estimativas são baseadas em fatores que incluem, entre outros, reclamações históricas com garantia e custo incorrido, garantia dada pelos fornecedores, tipo e duração da cobertura da garantia e volume e carteira de aeronaves vendidas e em serviço. O período de cobertura da garantia varia de dois anos para peças de reposição e cinco anos para componentes da aeronave.

A provisão para garantia está incluída em outras contas a pagar e provisões (nota explicativa nº 15).

j) Provisão para contingências

As provisões para contingências relacionadas a processos trabalhistas, cíveis e tributárias são registradas quando determinados como sendo prováveis e quando possam ser razoavelmente estimados. Essas estimativas são efetuadas com base na opinião dos assessores legais e podem ser razoavelmente estimadas pela Administração com relação ao provável resultado dos processos pendentes na data do balanço.

Em novembro de 2002, o FASB emitiu a Interpretação nº 45 (FIN 45), “Guarantor’s Accounting and Disclosure Requirements for Guarantees, Including Indirect Guarantees of the Indebtedness of Others” (“Contabilização do Garantidor e Regulamentos de Divulgação de Garantias, Incluindo Garantias Indiretas de Dívidas e Outros”), que esclarece as solicitações do SFAS nº 5, “Accounting for Contingencies” (“Contabilização de Contingências”), relacionadas à contabilização do garantidor e à divulgação de certas garantias emitidas. Requer também certas garantias que foram emitidas ou modificadas após 31 de dezembro de 2002, incluindo as garantias de terceiros, a serem inicialmente registradas no balanço pelo valor justo. Para as garantias emitidas em 31 de dezembro de 2002 ou após essa data, as obrigações são registradas se e quando os pagamentos forem prováveis e estimáveis. O FIN 45 tem o efeito geral de

(Tradução Livre do Original Previamente Emitido na Língua Inglesa)

EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004, DE 2003 E DE 2002
(Valores em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando indicado de outra forma)

reconhecimento tardio para uma parte da receita de vendas de produtos que são acompanhadas de algumas garantias de terceiros. O reconhecimento das provisões nas demonstrações financeiras tornou-se efetivo a partir de 1º de janeiro de 2003. Durante 2003 e 2004, os valores justos das garantias registradas pela Companhia foram \$12.238 e \$11.865, respectivamente.

k) Plano de pensão e benefícios após a aposentadoria

A Companhia participa de um plano de pensão de contribuição definida que provém benefícios para seus funcionários. Os custos são determinados pelo montante da contribuição requerida para o período e contabilizados pelo regime de competência.

Algumas subsidiárias integrais nos Estados Unidos da América patrocinam planos de pensão de benefício definido e benefícios médicos. Esses benefícios são contabilizados de acordo com o SFAS nº 87, “Employers’ Accounting for Pensions” (“Contabilização de Pensões dos Empregadores”) e SFAS nº 106, “Employers’ Accounting for Postretirement Benefits other than Pensions” (“Contabilização de Benefícios após Aposentadoria dos Empregadores exceto Pensões”), respectivamente. O custo líquido periódico de nosso plano de benefício definido e de outros planos pós-aposentadoria é determinado utilizando-se o método de unidade de crédito projetada e diversas premissas atuariais, sendo as mais significativas a taxa de desconto, a taxa de longo prazo de retorno dos ativos e a tendência médica (taxa de crescimento dos custos médicos).

l) Participação nos lucros e resultados

A Companhia mantém um plano de participação nos lucros vinculado ao pagamento dos dividendos aos acionistas e aos planos de ação e objetivos específicos, estabelecidos e acordados anualmente, que fornece aos funcionários da Companhia e de suas subsidiárias o direito de compartilhar dos lucros da Companhia. Os saldos registrados de despesas de participação nos lucros são provisionados de acordo com a política de compensação variável aprovada pelos Administradores em abril de 1996.

m) Reconhecimento de receita

A Companhia reconhece as receitas dos segmentos comerciais e executivo (jatos) quando as aeronaves são entregues aos clientes.

No segmento de defesa, as operações consistem principalmente na execução de contratos de desenvolvimento de longo prazo para os governos brasileiros e estrangeiros; a Companhia reconhece receitas de acordo com o método da “percentagem de conclusão”. Certos contratos contêm provisões para o reajuste do preço baseado nas condições econômicas futuras. As perdas antecipadas nos contratos de venda do segmento de defesa são registradas quando se tornarem conhecidas e são registradas com base nas estimativas de perdas da Administração.

(Tradução Livre do Original Previamente Emitido na Língua Inglesa)

EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004, DE 2003 E DE 2002
(Valores em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia mantém um “pool” de peças de reposição para uso exclusivo dos clientes (programa “Exchange Pool”). Os clientes podem retirar para uso um componente em funcionamento equivalente, conforme definido no programa, ao danificado, quando necessário. As receitas do programa “Exchange Pool” são reconhecidas mensalmente sobre o período do contrato e consistem em parte de uma taxa fixa e em parte de uma taxa variável, diretamente relacionada às horas de voo da aeronave coberta. Durante os exercícios de 2002, 2003 e 2004, a Companhia registrou \$9.604 e \$10.990 e \$13.626, respectivamente, em receitas relacionadas ao programa “Exchange Pool”, as quais estão incluídas nas vendas líquidas das demonstrações consolidadas do resultado do exercício anexas (segmento de outros negócios relacionados).

n) Pesquisa e desenvolvimento

Os custos de pesquisa e desenvolvimento são lançados ao resultado quando incorridos e são registrados líquidos dos montantes de contribuição dos parceiros de risco. Os montantes recebidos dos parceiros de risco, como contribuições para atividades de pesquisa e desenvolvimento, são classificados como contribuições de fornecedores e são reconhecidos como receita somente quando a Companhia atinge suas obrigações sob as provisões dos contratos de fornecimento relacionados. As despesas líquidas de pesquisa e desenvolvimento são de \$158.499 e \$173.216 e \$44.506 para os exercícios de 2002, 2003 e 2004, respectivamente. Em 2004, a Embraer reconheceu um resultado operacional de \$108.640 em pagamentos previamente recebidos dos parceiros de risco da Companhia relacionados às certificações EMBRAER 170 e EMBRAER 175 e ao cumprimento de algumas metas contratuais.

o) Remuneração em ações

O SFAS nº 123, “Accounting for Stock-Based Compensation” (“Contabilização para Remuneração de Ações”), incentiva, mas não obriga, as companhias a registrar o custo de remuneração para os planos de outorga de ações a funcionários pelo valor justo. A Companhia optou por continuar contabilizando a remuneração em ações pelo método do valor intrínseco prescrito na Opinião do Conselho sobre Princípios Contábeis nº 25 (APB nº 25), “Accounting for Stock Issued to Employees” (“Contabilização de Ações Emitidas a Empregados”), e suas interpretações. Dessa maneira, a Companhia registra as despesas em montante igual ao excesso do preço de mercado na data da outorga exercida sobre o preço da opção.

p) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda no Brasil é composta pelo imposto de renda federal e contribuição social, conforme registrado nos estatutos de registros e documentos contábeis. No Brasil não há a incidência de imposto de renda municipal ou estadual. As taxas estatutárias de imposto de renda aplicável para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2002, de 2003 e de 2004 são apresentadas a seguir:

(Tradução Livre do Original Previamente Emitido na Língua Inglesa)

EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004, DE 2003 E DE 2002
(Valores em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando indicado de outra forma)

Taxa de imposto de renda federal	25%
Contribuição social	<u>9%</u>
Taxa de imposto combinado	<u>34%</u>

Para fins de demonstrações financeiras, a Companhia aplica o SFAS nº 109, “Accounting for Income Taxes” (“Contabilização de Imposto de Renda e Contribuição Social”), para todos os exercícios apresentados. O efeito dos ajustes efetuados para refletirem os requerimentos do US GAAP, da mesma forma que as diferenças entre a base tributária e os saldos inclusos no BR GAAP, foi reconhecido como diferenças temporais para o propósito de registro de imposto de renda e contribuição social diferidos, exceto que, de acordo com o parágrafo 9(f) do SFAS nº 109, os impostos diferidos não foram registrados por diferenças relacionadas a certos ativos e passivos que são convertidos de reais para dólares norte-americanos à taxa de câmbio histórica e que resultam em mudanças nas taxas de câmbio ou indexação à inflação em moeda corrente para fins tributários.

q) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia registra instrumentos financeiros derivativos em conformidade com o SFAS nº 133, “Accounting for Derivative Financial Instruments and Hedging Activities” (“Contabilização de Instrumentos Financeiros Derivativos e das Atividades de ‘Hedge’”), conforme alterado. Essa norma requer que todos os instrumentos financeiros derivativos sejam reconhecidos nas demonstrações financeiras e mensurados pelo valor justo independentemente do objetivo ou da intenção de mantê-los. Mudanças no valor justo de instrumentos financeiros derivativos são reconhecidas de forma periódica no resultado ou no patrimônio líquido (como um componente de ajustes acumulados de conversão), dependendo do seu uso e designação. Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia não foram qualificados como “hedge” para fins do SFAS nº 133. As mudanças no valor justo desses instrumentos financeiros derivativos estão registradas no resultado e classificadas como um componente de receitas (despesas) financeiras nas demonstrações consolidadas do resultado (nota explicativa nº 21).

r) Resultado abrangente

O SFAS nº 130, “Reporting Comprehensive Income” (“Relatório do Resultado Abrangente”), estabelece padrões para a divulgação do resultado abrangente e seus componentes nas demonstrações financeiras. Requer que todos os itens a serem reconhecidos sob padrões contábeis como componentes do resultado abrangente sejam divulgados em um demonstrativo contábil a ser apresentado com a mesma importância dos outros demonstrativos. O resultado abrangente consiste no lucro líquido e no efeito dos ajustes de conversão de moeda estrangeira.

(Tradução Livre do Original Previamente Emitido na Língua Inglesa)

EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004, DE 2003 E DE 2002
(Valores em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando indicado de outra forma)

s) Compensação de ausências

O passivo de compensação futura de férias adquiridas de funcionários é integralmente provisionado conforme a aquisição dos benefícios.

t) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos requer que a Administração faça estimativas e adote premissas que afetam os valores relativos aos ativos e passivos reportados, a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras e os montantes de receitas e despesas reportadas durante o período correspondente. O resultado efetivo pode diferir dessas estimativas.

4. PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS RECENTES - AINDA NÃO ADOTADOS

Na reunião realizada em 31 de março de 2004, o Emerging Issues Task Force (EITF) chegou a um consenso final sobre o EITF 03-6, “Ações de participação e Método das Duas classes de acordo com o FASB No. 128, Lucro por Ação (EPS)”. Geralmente, as ações de participação dão direito a uma parcela dos lucros da Companhia frequentemente através de uma fórmula relacionada aos dividendos das ações ordinárias da Companhia. Essa norma esclarece o termo “ações de participação”, no FASB No. 128. Quando um instrumento é considerado como uma “ação de participação”, ele tem o potencial de reduzir significativamente o lucro básico por ação ordinária porque o “método de duas classes” deve ser utilizado para computar o efeito do instrumento sobre o lucro por ação. O consenso também inclui outros instrumentos cujos termos incluem uma participação específica, bem como a alocação de prejuízos. Se os lucros não distribuídos devem ser alocados em “ações de participação”, utilizando-se o “método de duas classes”, perdas também devem ser alocadas. Entretanto mesmo, o EITF 03-6 limita essa alocação somente a situações em que os títulos têm (1) direito a participação nos lucros na Companhia, e (2) uma obrigação contratual determinável objetivamente de participar dos prejuízos líquidos da Companhia. O consenso obtido com o EITF 03-6 entra em vigor nos exercícios fiscais que se iniciam após 31 de março de 2004 (efetivamente o segundo trimestre fiscal das empresas no final do ano civil). O EPS em exercícios anteriores deve ser ajustado retroativamente para estar em conformidade com as decisões de consenso obtidas no EITF 03-6. A Companhia não espera que essa norma exerça qualquer impacto sobre os cálculos de Lucro por Ação (EPS) básico e diluído.

Em setembro de 2004, o FASB emitiu o FSP Emerging Issues Task Force (“EITF”), edição 03-1-1, que posterga a implantação dos parágrafos 10-20 do EITF 03-1, “O Significado de Outra deterioração que não a temporária e sua aplicação a determinados investimentos”. Os parágrafos 10-20 do EITF 03-1 oferecem orientação sobre como avaliar e reconhecer uma provisão para perdas não-temporárias. A implantação desses parágrafos foi postergada até a publicação da proposta do FSF EITF No. 03-1a. A

(Tradução Livre do Original Previamente Emitido na Língua Inglesa)

EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004, DE 2003 E DE 2002
(Valores em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando indicado de outra forma)

administração está analisando se a adoção desse novo EITF terá um impacto significativo nas posição financeira, resultados das operações ou fluxo de caixa.

Em novembro de 2004, a FASB editou a SFAS n° 151, Custos de estoque – alteração da ARB n° 43. Essa Norma requer que valores anormais de despesa com ociosidade, fretes, custos de manuseio e desperdícios sejam reconhecidos como encargos do período corrente. Além disso, exige a alocação de custos fixos de produção ao estoque, com base na capacidade de produção normal. As disposições dessa Norma entram em vigor *a posteriori* e, no nosso caso, para os custos de estoque incorridos após 1° de janeiro de 2006. Apesar de estarmos em crer que essa Norma não terá efeito relevante nas nossas demonstrações financeiras, o impacto da adoção das novas regras depende de eventos que podem ocorrer em períodos futuros e, portanto, não é possível estimar o seu impacto até que esses eventos ocorram.

Em dezembro de 2004, o FASB emitiu o SFAS No. 153, “Troca de Ativos Não-Monetários”, uma alteração à Opinião APB No. 29, que elimina a exceção para variações não-monetárias de ativos produtivos semelhantes e a substitui com uma exceção geral para as trocas de ativos não-monetários que não têm valor comercial. A Exposição especifica que uma variação não monetária terá valor comercial se os fluxos de caixa futuros da entidade tiverem a expectativa de mudar significativamente como resultado da variação. Essa Exposição está em vigor para trocas de ativos não-monetários que ocorrem em períodos fiscais iniciando-se após 15 de junho de 2005, com uma adoção prévia permitida para trocas de ativos não-monetários que ocorram em períodos fiscais posteriores à data da emissão desta Exposição. A aplicação retroativa não é permitida. A administração aplicará esta Exposição em caso de trocas de ativos não-monetários ocorrerem após 31 de dezembro de 2005. Em maio de 2005, o FASB editou o Pronunciamento n° 154. Esse Pronunciamento substitui o Parecer APB n° 20, Mudanças na Contabilidade e o Pronunciamento FASB n° 3, Comunicação de Mudanças na Contabilidade em Demonstrações Financeiras Intermediárias e altera os requisitos para a contabilização e comunicação de mudança de princípio contábil. O Pronunciamento aplica-se a todas as mudanças incondicionais de princípio contábil e a mudanças exigidas por pronunciamento de contabilidade no caso, extraordinário, deste não incluir disposições transitórias. Contrariamente ao Parecer n° 20, que antes exigia que a maioria das mudanças incondicionais de princípio contábil fossem reconhecidos incluindo no lucro líquido do período em que a mudança ocorreu, o efeito acumulado da opção por um princípio contábil, esse Pronunciamento exige a aplicação das mudanças a demonstrações financeiras de períodos anteriores, exceto se não for praticável determinar os efeitos específicos no período ou os efeitos acumulados da mudança. Caso seja impraticável determinar os efeitos específicos no período de uma mudança na contabilidade em um ou mais períodos apresentados, o Pronunciamento determina que o novo princípio contábil seja aplicado aos saldos de ativos e passivos do primeiro período que permita essa aplicação retroativa e a realização do respectivo ajuste ao saldo inicial de lucros acumulados desse período em vez de declará-lo em uma demonstração do resultado. Quando não é praticável determinar o efeito acumulado da aplicação de uma mudança de princípio contábil a todos

(Tradução Livre do Original Previamente Emitido na Língua Inglesa)

EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004, DE 2003 E DE 2002
(Valores em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando indicado de outra forma)

os períodos anteriores, o Pronunciamento requer que o novo princípio contábil seja aplicado como se fosse adotado *a posteriori*, a partir da primeira data praticável. Esse Pronunciamento mantém inalterada a orientação do Parecer nº 20 para que seja relatada a correção de um erro em demonstrações financeiras anteriormente emitidas e a alteração de estimativa contábil. Além disso, mantém a orientação do Parecer nº 20 que exige a justificação de mudança no princípio contábil pelo preferível. Esse Pronunciamento é válido para mudanças contábeis e correções de erros feitas em exercícios iniciados após 15 de dezembro de 2005. É permitida a sua adoção anterior para mudanças contábeis e correções de erros feitas em exercícios iniciados após a sua edição. A administração irá aplicar esse Pronunciamento caso ocorram alterações em ativos não financeiros após 15 de dezembro de 2005.

Em dezembro de 2004, o FASB emitiu a SFAS 123R, “Pagamento com base nas ações”, ou SFAS 123R. Essa exposição elimina a alternativa de utilizar o método de contabilização do valor intrínseco da Opinião APB 25. “Contabilização para Ações Emitidas a Empregados”, para os prêmios de remuneração de ações emitidas a empregados. Em vez disso, a SFAS 123R exige que as empresas mensurem o custo dos serviços prestados por empregados em troca de um prêmio de instrumentos patrimoniais com base no valor justo da data da concessão desse prêmio. Esse custo será reconhecido durante o período em que for solicitado ao empregado prestar os serviços em troca do prêmio – o período do serviço requerido (geralmente o período de aquisição do direito). A SFAS 123R aplica-se a todos os prêmios concedidos após a data de vigência exigida e para prêmios modificados, recomprados ou cancelados após aquela data. A SFAS 123R entrará em vigor no exercício fiscal da Companhia a ser encerrado em 31 de dezembro de 2006. A Companhia ainda não quantificou o efeito da futura adoção da SFAS 123R.

Em março de 2005, a FASB editou a Interpretação Nº 47. Essa Interpretação esclarece que a expressão *obrigação condicional de desativação de ativo* utilizada no Pronunciamento FASB nº 143 “Contabilização de Obrigações Previdenciárias Ativas”, se refere à obrigação legal de desativar um ativo em que o momento e/ou o método de liquidação depende de um evento futuro que pode ou não ser controlado pela entidade. A Interpretação foi editada de forma a minimizar o uso de práticas contábeis distintas relacionadas ao momento de reconhecimento de um passivo decorrente da obrigação legal associada à desativação de um ativo tangível de longo prazo quando o momento e/ou o método de liquidação de uma obrigação depende de um evento futuro. Essa Interpretação também deixa claro que a entidade deve reconhecer o valor justo de uma obrigação condicional de desativação de ativo quando incorrida se esse valor puder ser estimado com relativa segurança. A Interpretação entra em vigor no final dos exercícios terminados após 15 de dezembro de 2005 (31 de dezembro de 2005 para empresas que seguem o ano calendário). A administração já tinha avaliado a aplicação do Pronunciamento FASB nº 143 às suas operações, concluindo que não são de esperar efeitos relevantes. A administração irá avaliar essa Interpretação em 2005, caso surja uma obrigação condicional de desativação de ativo.

(Tradução Livre do Original Previamente Emitido na Língua Inglesa)

EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004, DE 2003 E DE 2002
(Valores em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando indicado de outra forma)

Em maio de 2005, o FASB editou o Pronunciamento n° 154. Esse Pronunciamento substitui o Parecer APB n° 20, Mudanças na Contabilidade e o Pronunciamento FASB n° 3, Comunicação de Mudanças na Contabilidade em Demonstrações Financeiras Intermediárias e altera os requisitos para a contabilização e comunicação de mudança de princípio contábil. O Pronunciamento aplica-se a todas as mudanças incondicionais de princípio contábil e a mudanças exigidas por pronunciamento de contabilidade no caso, extraordinário, deste não incluir disposições transitórias. Contrariamente ao Parecer n° 20, que antes exigia que a maioria das mudanças incondicionais de princípio contábil fossem reconhecidas incluindo no lucro líquido do período em que a mudança ocorreu, o efeito acumulado da opção por um princípio contábil, esse Pronunciamento exige a aplicação das mudanças a demonstrações financeiras de períodos anteriores, exceto se não for praticável determinar os efeitos específicos no período ou os efeitos acumulados da mudança. Caso seja impraticável determinar os efeitos específicos no período de uma mudança na contabilidade em um ou mais períodos apresentados, o Pronunciamento determina que o novo princípio contábil seja aplicado aos saldos de ativos e passivos do primeiro período que permita essa aplicação retroativa e a realização do respectivo ajuste ao saldo inicial de lucros acumulados desse período em vez de declará-lo em uma demonstração do resultado. Quando não é praticável determinar o efeito acumulado da aplicação de uma mudança de princípio contábil a todos os períodos anteriores, o Pronunciamento requer que o novo princípio contábil seja aplicado como se fosse adotado *a posteriori*, a partir da primeira data praticável. Esse Pronunciamento mantém inalterada a orientação do Parecer n° 20 para que seja relatada a correção de um erro em demonstrações financeiras anteriormente emitidas e a alteração de estimativa contábil. Além disso, mantém a orientação do Parecer n° 20 que exige a justificação de mudança no princípio contábil pelo preferível. Esse Pronunciamento é válido para mudanças contábeis e correções de erros feitas em exercícios iniciados após 15 de dezembro de 2005. É permitida a sua adoção anterior para mudanças contábeis e correções de erros feitas em exercícios iniciados após a sua edição. A administração irá aplicar esse Pronunciamento caso ocorram alterações em ativos não financeiros após 15 de dezembro de 2005.

5. DISPONIBILIDADES

	<u>2003</u>	<u>2004</u>
Caixa e bancos:		
Reais	4.096	3.392
Dólares norte-americano – US\$	67.016	66.459
Outras moedas	3.062	9.715
Caixa e equivalentes:		
Denominados em dólares norte-americanos (i)	302.115	653.282
Denominados em reais (ii)	889.341	473.798
Denominados em outras moedas	190	642
	<u>1.265.820</u>	<u>1.207.288</u>

(Tradução Livre do Original Previamente Emitido na Língua Inglesa)

EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004, DE 2003 E DE 2002
(Valores em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) Representados por depósitos temporários e fundos “overnight” depositados no estrangeiro por subsidiárias consolidadas; a taxa média anualizada para o período findo em 31 de dezembro de 2004 foi 1,85% (2003 - 1,09%).
- (ii) Representados principalmente por investimentos em fundos de diversas instituições financeiras, basicamente compostos de instrumentos classificados como “trading” sob SFAS 155. Esses fundos são geralmente exclusivos para o benefício da Companhia e administrados por terceiros mediante o pagamento de uma taxa de comissão. Esses fundos são constituídos por investimentos que tem liquidez diária, e são marcados a mercado em base diária com mudanças no valor justo refletido no resultado das operações. Os retornos esperados são especificados com cada instituição financeira com base em uma percentagem do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Em 2004, a média ponderada da taxa de juros anualizada foi de 14,41% (2003 – 24,29%) comparada a 16,17% do CDI (2003 – 23,25%) no mesmo período.

(Tradução Livre do Original Previamente Emitido na Língua Inglesa)

EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004, DE 2003 E DE 2002
(Valores em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando indicado de outra forma)

6. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS DE CAIXA

	<u>2003</u>	<u>2004</u>
Investimentos temporários de caixa (i)	-	153,488
Debentures	<u>4,320</u>	<u>-</u>
	<u>4,320</u>	<u>153,488</u>

Em 31 de dezembro de 2004 e 2003, a Companhia mantinha quotas em fundos exclusivos, compostos basicamente de debêntures emitidas pelas empresas privadas e notas emitidas pelo Governo Federal do Brasil. Os títulos que compõem a carteira dos fundos exclusivos possuem liquidez diária e são marcados a mercado com liquidez diária. A Companhia considera tais investimentos como títulos mantidos para negociação pelo valor justo, refletido nos resultados das operações.

Estes fundos exclusivos não possuem obrigações financeiras significativas. Tais obrigações são limitadas às taxas de serviço pagas aos funcionários pela administração dos ativos, pela execução das transações de investimentos, taxas de auditoria e outras despesas similares.

Não existem ativos consolidados da Companhia que sejam garantidores dessas obrigações, e os credores dos fundos não possuem recursos contra crédito geral da Companhia.

- (i) \$ 45.702 refere-se principalmente a Enhanced Equipment Trust Certificates (“EETC”) garantidos por título no ativo relacionado. Tais certificados rendem 9,75% ao ano e vencem em 2019. A Companhia tem a intenção de vender esses certificados no curto prazo e, portanto, eles são marcados a mercado e são classificados como investimentos temporários de caixa disponíveis para comercialização. \$ 106.750 refere-se aos fundos de investimentos privados incluindo certos títulos da dívida.

7. CONTAS A RECEBER

	<u>2003</u>	<u>2004</u>
Comercial	282.260	528.691
Defesa		
- Força Aérea Brasileira	25.287	43.216
- Outras	27.535	26.792
Outros negócios relacionados	<u>45.578</u>	<u>110.603</u>
	380.660	709.302
Menos provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>24.259</u>	<u>23.497</u>
	<u>356.401</u>	<u>685.805</u>
Menos – circulante	356.401	566.127
Longo prazo	-	119.678

(Tradução Livre do Original Previamente Emitido na Língua Inglesa)

EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004, DE 2003 E DE 2002
(Valores em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando indicado de outra forma)

Contas a receber não faturadas correspondem a \$20.740 (2003 - \$39.618) e referem-se a receitas de contratos de longa duração reconhecidos sob o método de “percentagem de conclusão”.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está descrita a seguir:

	<u>2002</u>	<u>2003</u>	<u>2004</u>
Saldo inicial	23.700	24.490	24.259
Baixas	(646)	(4.762)	(6.033)
Adições	<u>1.436</u>	<u>4.531</u>	<u>5.271</u>
Saldo final	<u>24.490</u>	<u>24.259</u>	<u>23.497</u>

Principais clientes

Em 2002, 2003 e 2004, a Companhia vendeu aos clientes que individualmente representou mais de 10% das vendas da Companhia para os respectivos exercícios. Abaixo, estão demonstrados os percentuais do total de vendas líquidas e das contas a receber, por cliente.

	<u>Vendas líquidas (%)</u>			<u>Contas a receber (%)</u>	
	<u>2002</u>	<u>2003</u>	<u>2004</u>	<u>2003</u>	<u>2004</u>
Aviação comercial					
Continental/ExpressJet	37,3	32,9	12,4	-	7,6
American Eagle	17,5	17,2	19,8	-	-
Republic/Chautauqua	6,8	12,6	14,3	52,4	40,7
Trans States	-	2,4	3,7	0,7	9,7
US Airways	-	-	13,6	-	18,3

(Tradução Livre do Original Previamente Emitido na Língua Inglesa)

EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004, DE 2003 E DE 2002
(Valores em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando indicado de outra forma)

Foi arquivado pedido de concordata preventiva pela US Airways em setembro de 2004, e as entregas para aquela companhia aérea foram suspensas desde então. Antes de setembro, a Embraer havia entregue 22 aeronaves EMBRAER 170 para a US Airways, das quais 15 haviam sido financiadas pela GECAS – GE Capital, e as 7 aeronaves restantes foram temporariamente financiadas pela Companhia cujas taxas de juros ficam entre 5,11% e 7,87% ao ano, sendo como vencimento final 2019. Esses financiamentos de vendas interinas foram contabilizados como contas a receber, \$6.140 como circulante e os remanescente \$119.678 como longo prazo.

8. FINANCIAMENTOS A CLIENTES

O financiamentos a clientes em 31 de dezembro está descrito a seguir:

	<u>2003</u>	<u>2004</u>
Títulos a receber (i)	12.315	15.068
Equipamento em arrendamento operacional, pelo custo, menos depreciação acumulada de \$11.601 e \$18.967 em 31 de dezembro (ii)	<u>143.710</u>	<u>316.649</u>
	156.025	331.717
Circulante (classificado como outros ativos)	<u>1.022</u>	<u>12.130</u>
Longo prazo	<u>155.003</u>	<u>319.587</u>

(i) Títulos a receber representam financiamentos de venda para duas EMB 120, indexados a LIBOR semestral + 3,5% ao ano, com vencimento até 2013. Os vencimentos estão listados abaixo:

<u>Ano</u>	<u>2004</u>
2005	2.854
2006	1.601
2007	1.601
2008	1.601
2009	1.601
Após	5.810
Total	<u>15.068</u>

(ii) Equipamentos em arrendamento operacional incluem aeronaves usadas que estão sob contratos de arrendamentos operacionais ou disponíveis para serem arrendadas. Ao término da transação de arrendamento estruturada por meio de uma Entidade para fins Especiais (SPE) durante 2004, uma operadora latino-americana devolveu 15 ERJ 145s, o que resultou em classificação de \$105.542 de contas a receber securitizadas para o cliente e financiamento comercial. A receita com aluguel de aeronaves arrendadas montou a \$3.774, \$5.569 e \$16.006 em 2002, 2003 e 2004, respectivamente.

(Tradução Livre do Original Previamente Emitido na Língua Inglesa)

EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004, DE 2003 E DE 2002
(Valores em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando indicado de outra forma)

Aluguéis mínimos futuros sobre operações de leasing não canceláveis em cada um dos cinco anos subseqüentes são os seguintes:

<u>Ano</u>	<u>2004</u>
2005	25.287
2006	20.920
2007	14.972
2008	14.513
2009	5.938

9. **CONTAS A RECEBER VINCULADAS E DÍVIDAS COM E SEM DIREITO DE REGRESSO**

Algumas das transações de vendas da Empresa são compostas por financiamentos estruturados através dos quais uma SPE compra a aeronave, paga à Empresa o preço de compra quando da entrega ou quando da conclusão do financiamento estruturado da venda, e arrenda a aeronave objeto da compra ao cliente final. Uma instituição financeira facilita o financiamento da compra da aeronave através de uma SPE, e parte do risco deste crédito permanece com esta instituição financeira. A Empresa deve prover garantias financeiras e/ou garantias com valor residual em favor da instituição financeira, assim como deve agir como o participante acionário em tal processo de estruturação financeira.

Antes de 2004, a Empresa consolidou algumas SPEs possuídas por terceiros que necessitavam do valor mínimo do investimento do capital social (“capital de risco”), conforme definido em EITF D-14 e EITF 90-15. De acordo com o FIN 46-R (“Consolidation of Variable Interest Entities an interpretation of ARB 51”), uma empresa deve consolidar uma entidade de juros variáveis se esta empresa tiver juros variáveis que possam absorver a maioria das perdas esperadas da entidade, caso haja, e/ou receber a maioria dos lucros residuais esperados da entidade, caso haja. Portanto, a Empresa continua a consolidar algumas SPEs possuídas por terceiros onde a Empresa é a principal beneficiária.

Regra geral, as operações de arrendamento são caracterizadas como arrendamentos mercantis e, por conseguinte, a consolidação dessas SPEs faz com que o valor dos investimentos seja o valor mínimo das prestações devidas a receber e o valor residual, receita bruta a receber, de US\$ 2.284.008 e US\$ 1.348.581 e um valor líquido de US\$ 1.750.959 e US\$ 840.040 em 31 de dezembro de 2003 e 2004, respectivamente, apresentados como créditos garantidos.

Tal consolidação resultou em um montante referente a dívidas sem direito de regresso de \$1.492.424 milhões e \$779.304 milhões e um montante referente a dívidas com direito de regresso de \$258.535 milhões e \$226.392 milhões, em 31 de dezembro de 2003 e de 2004, respectivamente.

(Tradução Livre do Original Previamente Emitido na Língua Inglesa)

EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004, DE 2003 E DE 2002
(Valores em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando indicado de outra forma)

A Empresa vendeu para terceiros contas a receber vinculadas e as respectivas dívidas sem direito de regresso. Também, com o término da transação de arrendamento estruturada por uma SPE durante 2004, uma operadora latino-americana devolveu quinze ERJ 145, o que resultou em uma reclassificação de \$105.542 milhões de contas a receber vinculadas para Financiamentos comercial e a clientes.

Os componentes do investimento nos “sales-type leases” em 31 de dezembro eram os seguintes:

	<u>2003</u>	<u>2004</u>
Pagamentos mínimos de arrendamentos a receber	1.810.168	892.824
Valor residual estimado de imobilizado de arrendamento	473.840	455.757
Lucro não-realizado	(533.049)	(508.541)
Investimentos em “sales-type lease”	1.750.959	840.040
Menos - circulante	<u>102.110</u>	<u>70.599</u>
Longo prazo	<u>1.648.849</u>	<u>769.441</u>

Os vencimentos das contas a receber vinculados são resumidos como segue:

Ano	2003	2004
2004	102.209	-
2005	189.133	65.114
2006	184.130	65.439
2007	164.311	72.651
2008	193.679	69.016
2009	151.270	58.457
Após 2010	<u>825.436</u>	<u>562.147</u>
	1.810.168	892.824

(Tradução Livre do Original Previamente Emitido na Língua Inglesa)

EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004, DE 2003 E DE 2002
(Valores em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando indicado de outra forma)

10. ESTOQUES

	<u>2003</u>	<u>2004</u>
Produtos acabados	52.754	91.180
Produtos em processo (i)	495.267	628.036
Matéria-prima	513.746	648.578
Inventário em trânsito	60.867	110.198
Adiantamentos a fornecedores	105.608	28.837
“Exchange Pool”	25.818	33.922
Outros	7.122	-
Provisões para obsolescência e depreciação dos estoques de “Exchange Pool”	<u>(88.352)</u>	<u>(112.469)</u>
	1.172.830	1.428.282
Menos - Circulante	<u>1.158.060</u>	<u>1.408.608</u>
Longo prazo	<u>14.770</u>	<u>19.674</u>

(i) Inclui \$199.655 relativos a 14 aeronaves pré-série (\$111.215 em 2003 - dez aeronaves) da família EMBRAER 170/190 e um “Legacy”, que estão em construção ou em uso na campanha de certificação.

A provisão para obsolescência está descrita a seguir:

	<u>2002</u>	<u>2003</u>	<u>2004</u>
Provisão:			
Saldo inicial	101.004	107.269	88.352
Adições, líquidas de reversões	22.061	2.856	32.085
Baixas	<u>(15.796)</u>	<u>(21.773)</u>	<u>(7.968)</u>
Saldo final	<u>107.269</u>	<u>88.352</u>	<u>112.469</u>

(Tradução Livre do Original Previamente Emitido na Língua Inglesa)

EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004, DE 2003 E DE 2002
(Valores em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando indicado de outra forma)

11. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	<u>2003</u>	<u>2004</u>
Depósitos em garantia (i)	473.962	479.839
Disponibilidade restrita de SPEs consolidados	-	10.238
Créditos com fornecedores (ii)	11.156	11.491
Despesas antecipadas (iii)	11.337	12.909
Impostos a recuperar	16.987	35.223
Adiantamentos a empregados	6.460	6.428
Seguro de crédito de exportação	22.578	-
Financiamentos a clientes	1.022	12.130
Empréstimos compulsórios, garantias e outros depósitos	4.261	10.796
Adiantamento de comissões	4.520	2.853
Depósitos judiciais	13.079	17.166
Prêmios de seguros pagos	21.781	18.204
Ganhos não realizados de derivativos (nota explicativa nº 33)	2.629	6.272
Outros	<u>22.899</u>	<u>28.008</u>
	612.671	651.557
Menos - circulante	<u>344.760</u>	<u>364.982</u>
Longo prazo	<u><u>267.911</u></u>	<u><u>286.575</u></u>

(i) Os depósitos em garantia são representados principalmente por:

- (a) \$231.051 são referentes a valores depositados em contas caução como garantia para financiamentos e garantia de valor residual para algumas aeronaves vendidas (nota explicativa nº 34) (2003 - \$192.765). Em caso de o garantidor da dívida (uma terceira parte não relacionada) ser solicitado a pagar aos credores da estrutura de financiamento ou da garantia do valor residual, o garantidor tem o direito de retirar da conta caução. Os saldos depositados serão liberados no vencimento dos contratos de financiamento (de 2013 a 2021) se não ocorrer inadimplência por parte dos compradores ou o preço de mercado das aeronaves for acima da garantia de valor residual. Os rendimentos obtidos nos fundos de caução são adicionados ao saldo em caução e são registrados como receita financeira pela Companhia. Para obter uma melhor taxa de juros sobre esses depósitos em garantia, em 2004, a Companhia fez uma nota no valor de \$42.200 com o banco depositário que gerou juros no montante de \$731 durante 2004, o que foi acrescentado ao valor do principal e reconhecido nas demonstrações consolidadas do resultado e na receita abrangente. Esse aumento no rendimento foi obtido por meio de uma transação derivativa de créditos padrão (CSD) que deu ao titular da nota o direito de resgate prévio da nota em caso de evento de crédito pela Companhia. Durante esse evento de crédito, a nota pode ser resgatável pelo detentor pelo maior valor de mercado ou pelo valor original de face, o que resultaria em uma perda de todos os juros provisionados nessa nota até essa data.

(Tradução Livre do Original Previamente Emitido na Língua Inglesa)

EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004, DE 2003 E DE 2002
(Valores em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando indicado de outra forma)

- (b) \$226.174 (2003 – 258.451) são relacionados a valores depositados em instituições financeiras como garantia sob estruturas de financiamento de vendas específicas.
- (ii) Créditos com fornecedores representam descontos em preços, abatimentos e peças gratuitas de aeronaves a serem recebidas pelos fornecedores de acordo com compras efetuadas.
- (iii) Despesas antecipadas representam créditos de peças e treinamento de pilotos, mecânicos e comissários de bordo concedidos aos clientes de acordo com a venda da aeronave. Esses créditos são demonstrados nos contratos de venda nos termos de número de aeronaves vendidas e são incluídos no preço total de venda da aeronave. As entregas refletem o custo de tais concessões fornecidas em adiantamento à entrega da aeronave. Esses valores serão reconhecidos como despesas comerciais sobre o período do contrato de vendas como entregas de aeronaves feitas com a receita correspondente.

12. INVESTIMENTOS

	<u>2003</u>	<u>2004</u>
Debêntures	6.363	11.990
(-) Provisão para perdas com debêntures (i)	-	(11.990)
Notas do Tesouro Nacional - NTN (ii)	25.655	28.054
OGMA (iii)	-	15.417
Investimento registrado sob o método de equivalência patrimonial:		
Expressprop LLC (iv)	<u>4.796</u>	<u>4.796</u>
	36.814	48,267

- (i) Refere-se à provisão feita para perdas com debêntures cujo montante foi lançado em despesas financeiras.
- (ii) Referem-se a recebíveis, representados pelas Notas do Tesouro Nacional, adquiridas pela Companhia de clientes, relacionados à equalização de taxas de juros a serem pagas pelo Programa de Financiamento às Exportações - PROEX entre o 11º e o 15º ano

(Tradução Livre do Original Previamente Emitido na Língua Inglesa)

EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004, DE 2003 E DE 2002
(Valores em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando indicado de outra forma)

após a venda da aeronave relacionada, registrados pelo seu valor presente. O rendimento auferido é adicionado ao saldo e registrado como receita financeira, considerando-se a intenção da Companhia de manter esses títulos até o vencimento.

- (iii) Os investimentos na OGMA foram realizados em dezembro de 2004, mas a Companhia só obteve o controle efetivo em março de 2005, após as autoridades legais terem aprovado a aquisição (veja a nota explicativa nº 1). O valor do investimento, assim como as ações da OGMA objeto da aquisição foram depositados em uma conta corrente vinculada juntamente com um terceiro. A transação será contabilizada como um negócio combinado, de acordo com o SFAS 141 em 2005.
- (iv) A Embraer possui 25% do capital social da Expressprop LLC. Essa afiliada provém suporte na venda de aeronaves EMB 120 Brasília usadas. O investimento da Companhia é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial. O lucro líquido dessa afiliada foi de \$1.552, \$204 e \$0, para os exercícios de 2002, 2003 e 2004, respectivamente.

13. IMOBILIZADO LÍQUIDO

	Vida útil estimada (anos)	2003			2004		
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	-	2.499	-	2.499	2.504	-	2.504
Edifícios e benfeitorias em terrenos	10 a 48	173.428	50.535	122.893	183.303	56.526	126.777
Instalações	10 a 31	80.235	52.412	27.823	84.905	58.403	26.502
Máquinas e equipamentos	5 a 17	166.827	112.128	54.699	182.109	124.012	58.097
Ferramental	10	112.905	32.214	80.691	121.542	38.770	82.772
Móveis e utensílios	5 a 10	17.967	10.605	7.362	20.108	12.285	7.823
Veículos	5 a 14	4.645	3.291	1.354	5.050	3.656	1.394
Aeronaves (*)	5 a 20	39.597	11.806	27.791	28.951	17.297	11.654
Computadores e periféricos	5	83.987	57.885	26.102	87.382	69.829	17.553
Software	5	62.579	28.610	33.969	60.898	36.222	24.676
Outros	5	6.545	1.259	5.286	11.473	1.999	9.474
Imobilização em andamento	-	<u>12.194</u>	<u>-</u>	<u>12.194</u>	<u>12.039</u>	<u>-</u>	<u>12.039</u>
		<u>763.408</u>	<u>360.745</u>	<u>402.663</u>	<u>800.264</u>	<u>418.999</u>	<u>381.265</u>

(*) Essas aeronaves são utilizadas para demonstrações externas e para uso interno.

14. CONTRIBUIÇÃO DE PARCEIROS

A Companhia possui acordos com alguns fornecedores principais para a participação em atividades de pesquisa e desenvolvimento. Alguns acordos de fornecimento demandam que esses fornecedores façam contribuições em dinheiro à Companhia em compensação pela participação como fornecedores nesses programas. Como parte dos contratos de

(Tradução Livre do Original Previamente Emitido na Língua Inglesa)

EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004, DE 2003 E DE 2002
(Valores em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando indicado de outra forma)

fornecimento relacionados, essas contribuições estão sujeitas ao cumprimento pela Empresa de certas etapas importantes de performance, incluindo a certificação da aeronave, a primeira entrega e um número mínimo de aeronaves entregues. A Companhia registra essas contribuições como um passivo quando recebidas e como receita quando as etapas de performance são atingidas.

15. OUTRAS CONTAS A PAGAR E PROVISÕES DIVERSAS

	<u>2003</u>	<u>2004</u>
Comando da Aeronáutica (i)	2.028	2.109
Garantia de produtos (ii)	79.724	76.088
Melhoria de produtos (ii)	42.971	38.392
Incentivos comerciais (iii)	4.064	12.815
Créditos de clientes (iii)	13.095	6.596
Assistência técnica e treinamento (iii)	16.169	27.044
Provisão de férias	39.009	55.903
Participação nos lucros e resultados	12.458	32.248
Benefícios pós-aposentadoria (nota explicativa nº 22)	2.507	2.608
Perdas não realizadas com derivativos	52.488	19.362
Reserva para perdas sob obrigações contratuais Seguro	1.514	103
Provisão relacionada a garantias financeiras (nota explicativa nº 34)	5.283	5.591
74.466	67.466	24.103
Receita diferida (iv)	-	61.867
Contas a pagar (vi)	17.710	15.343
Contas a pagar a fornecedores (longo prazo)	-	3.450
Outras	<u>14.105</u>	<u>34.718</u>
	370.591	418.340
Menos- Circulante	<u>336.185</u>	<u>310.269</u>
Longo prazo	<u>34.406</u>	<u>108.071</u>

- (i) Os montantes a serem pagos ao Comando da Aeronáutica representam materiais da aeronave AM-X a serem entregues.
- (ii) Representam provisões dos programas relacionadas a produtos, incluindo garantia e obrigações contratuais para implementação de melhorias em aeronaves vendidas, com a finalidade de atingir indicadores de performance.
- (iii) Os montantes representam provisões para incentivos de vendas aos clientes, incluindo peças de reposição, abatimentos comerciais e serviços relacionados a assistência técnica e treinamento de mecânicos e tripulação.

(Tradução Livre do Original Previamente Emitido na Língua Inglesa)

EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004, DE 2003 E DE 2002
(Valores em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando indicado de outra forma)

- (iv) Refere-se a certas vendas de aeronaves, que, de acordo com obrigações contratuais contingentes, são contabilizadas como arrendamentos operacionais.
- (vi) Representa principalmente despesas incorridas em dezembro a serem pagas em períodos seguintes.

16. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	2003	2004
Denominados em:		
Dólares norte-americanos	543.402	465.129
Reais	<u>15.785</u>	<u>14.034</u>
	559.187	479.163
Menos- Circulante	<u>448.648</u>	<u>375.548</u>
Longo prazo	<u>110.539</u>	<u>103.615</u>

Os adiantamentos em moeda estrangeira denominadas em Reais são apresentados em dólares norte-americanos no quadro anterior, convertidos pelas taxas de câmbio nas datas dos respectivos balanços. A segregação entre curto e longo prazo é baseada nos termos contratuais da entrega das aeronaves relacionadas.

17. IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	<u>2003</u>	<u>2004</u>
Parcelamento INSS	16.288	16.099
Impostos correntes	14.802	27.918
Outros	<u>4.863</u>	<u>4.486</u>
	35.953	48.503
Menos- Circulante	<u>21.632</u>	<u>34.355</u>
Longo prazo	<u>14.321</u>	<u>14.148</u>

18. CONTINGÊNCIAS

Com base em análise individual e de seus assessores jurídicos externos, a Companhia reconheceu provisões para perdas prováveis em seus procedimentos legais envolvendo impostos, encargos trabalhistas e processos cíveis, como segue :

(Tradução Livre do Original Previamente Emitido na Língua Inglesa)

EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004, DE 2003 E DE 2002
(Valores em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2003</u>	<u>2004</u>
Contingências trabalhistas (i)	13.209	15.738
Contingências fiscais (ii)	313.783	458.047
Cíveis	<u>1.375</u>	<u>1.900</u>
	328.367	475.685
Menos- Circulante	<u>301.906</u>	<u>89.589</u>
Longo prazo	<u><u>26.461</u></u>	<u><u>386.096</u></u>

- (i) As contingências trabalhistas referem-se a processos movidos por sindicatos que representam os funcionários ou processos individuais, em que ex-funcionários reclamam, individualmente, horas extras, prêmios de produtividade, readmissões, adicionais, aumentos retroativos de salários e reajuste salarial.

A ação que questiona a retroatividade de aumento salarial foi movida pelo sindicato em junho de 1991 em nome de todos os funcionários empregados na Companhia até novembro de 1990. Essa ação procura aplicar retroativamente aos meses de novembro e dezembro de 1990 um aumento salarial concedido pela Companhia em janeiro e fevereiro de 1991, através de um acordo com o sindicato. Até 31 de dezembro de 2004, 97% dos empregados e ex-empregados já haviam feito acordo com a Companhia. Outra ação movida é referente à correção monetária ocorrida durante o Plano Collor e Plano Verão sobre a multa de FGTS paga pela Companhia aos funcionários dispensados entre dezembro de 1988 e abril de 1990.

- (ii) A Companhia está questionando judicialmente o mérito e os aspectos constitucionais de diversos impostos e contribuições sociais e obteve mandado de segurança ou liminar para o não-recolhimento desses impostos. Enquanto aguarda uma decisão final para cada um destes casos, a Companhia está reconhecendo como despesas o montante total da obrigação e os juros devidos calculados pela SELIC sobre essas obrigações, como seria requerido se a Companhia não obtivesse sucesso dessas ações judiciais. Considerando o atual estágio de tais ações, a Companhia e seus consultores fiscais e assessores jurídicos reavaliaram o cronograma de cada ação, classificando parte desses passivos no longo prazo. A SELIC representou uma variação nominal de 16,25% em 2004 (2003 – 23,22%). Os principais impostos e contribuições sociais em discussão estão descritos a seguir:

- A Companhia está contestando judicialmente certas mudanças nas taxas e regras para o cálculo do PIS e da COFINS, determinadas pela Lei nº 9.718/98 a partir de 1º de janeiro de 1999. A Companhia obteve uma liminar para suspensão do pagamento dos impostos relacionados e, desde então, tem provisionado o montante de \$129.622 (2003 - \$114.916).

(Tradução Livre do Original Previamente Emitido na Língua Inglesa)

EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004, DE 2003 E DE 2002
(Valores em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando indicado de outra forma)

- A Companhia é requerida a recolher ao Governo Federal o seguro de acidente de trabalho pela alíquota de 3% sobre os salários. Em dezembro de 1998, a Companhia obteve uma liminar para reduzir a alíquota de 3% para 1%, sendo a diferença de \$26.670 (2003 - \$17.628) provisionada nas demonstrações financeiras.
- Em abril de 1999, a Companhia obteve um mandado de segurança para compensar os pagamentos de INSS, que foram efetuados em agosto, setembro e outubro de 1989, contra pagamentos futuros devido a um aumento na taxa de 10% para 20%, que foi considerado inconstitucional. O montante de \$59.014 (2003 - \$40.386) é registrado como uma provisão.
- Imposto de renda e contribuição social - A Companhia está pleiteando o direito de compensação da do imposto de renda e contribuição social sobre vendas com os créditos de IPI na aquisição de matérias-primas isentas. O montante da provisão para esses impostos em 31 de dezembro de 2004 era \$114.404 (2003 - \$64.838).
- A Companhia está contestando o pagamento de Contribuição Social sobre receitas de vendas nas exportações e, em 2003, obteve uma decisão judicial favorável. Enquanto aguarda uma decisão final e definitiva Superior Tribunal de Justiça., a Companhia está contabilizando o valor total da contingência que monta a \$102.800 em 31 de dezembro de 2004 (2003 - \$55.388).

(Tradução Livre do Original Previamente Emitido na Língua Inglesa)

EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004, DE 2003 E DE 2002
(Valores em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando indicado de outra forma)**

19. FINANCIAMENTOS

Os saldos de financiamentos são compostos como segue:

<u>Descrição</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>Moeda</u>	<u>Taxa de juros anual - %</u>	<u>2002</u>	<u>2003</u>
<u>Moeda estrangeira</u>					
Aquisição de material	2009	Dólares norte-americanos	4,12 a 7,50; LIBOR mais 2,00 a 5,50	273.571	372.418
	2006	Iene japonês	JIBOR mais 1,05	134.114	72.513
Financiamento de exportação	2005	Dólares norte-americanos	LIBOR mais 1,50	10.209	-
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	2005	Dólares norte-americanos	2,50 a 4,95	180.264	48.035
Desenvolvimento de projetos	2008	Dólares norte-americanos	LIBOR + 3,00; Cesta de moedas do BNDES mais 3,00	8.158	4.165
Capital de giro	2005	Euro	2,00 a 6,00	8.571	6.094
	2010	Dólares norte-americanos	3,12 a 11,93; LIBOR mais 2,15 to 2,97	365.794	496.277
Aquisição de imobilizado	2005	Dólares Norte-americanos	10,15	<u>40.086</u>	<u>2.485</u>
Subtotal				<u>1.020.767</u>	<u>1.001.987</u>
<u>Moeda local</u>					
Desenvolvimento de projetos	2011		TJLP mais 1,00 a 6,00	21.199	19.545
Financiamento de exportação	2005		TJLP mais 2,4	-	310.702
Capital de giro	2007		115% do CDI	-	5.085
Aquisição de imobilizado	2008		TJLP mais 3,00 a 3,90	<u>1.776</u>	<u>1.410</u>
Subtotal				<u>22.975</u>	<u>336.742</u>
Total				1.043.742	1.338.729
Menos circulante				<u>517.014</u>	<u>513.281</u>
Longo prazo				<u>526.728</u>	<u>825.448</u>

LIBOR significa "London Interbank Offered Rate".

A TJLP anualizada (Taxa de Juros de Longo Prazo), fixada trimestralmente, era de 9,75% em 31 de dezembro de 2004 (2002 - 11%).

JIBOR significa "Japanese Interbank Offered Rate".

(Tradução Livre do Original Previamente Emitido na Língua Inglesa)

EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004, DE 2003 E DE 2002
(Valores em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando indicado de outra forma)

As taxas de câmbio (expressas em unidades por US\$1,00) relacionadas aos instrumentos de débito são:

Reais	2,8892	2,6544
Euro	1,2635	1,3612
Iene japonês	107,1740	102,5510

Vencimentos dos financiamentos de longo prazo incluindo juros são como segue::

<u>Ano</u>	<u>2004</u>
2006	200.304
2007	298.382
2008	167.119
2009	132.538
2010 e após	<u>27.105</u>
	<u>825.448</u>

A tabela a seguir fornece os juros médios ponderados nos financiamentos divididos pelas moedas em 31 de dezembro de 2004:

	<u>2003</u>	<u>2004</u>
Dólares norte-americanos	5,19%	5,75%
Reais	14,66%	12,35%
Iene japonês	1,26%	1,14%
Euro	3,48%	2,80%

Do total de \$1.338.729 de endividamento da Companhia em 31 de dezembro de 2004, \$200.152 estão vinculados. Do montante total vinculado, \$68.738 estão relacionados à hipoteca de imóvel e \$27.743 à hipoteca de maquinários, equipamentos e estoques, \$101.187 estão garantidos com garantias bancárias, \$2.484 estão suportados por garantia de banco de investimentos.

Cláusulas restritivas

Contratos de financiamento com certas instituições financeiras, representando \$639.832 em 31 de dezembro de 2004 (2003 - \$440.459), dos quais \$563.790 (2003 - 371.734) foram reclassificados como exigíveis a longo prazo, contém certas cláusulas restritivas, conforme as práticas de mercado, requer que a relação entre o endividamento total e o

(Tradução Livre do Original Previamente Emitido na Língua Inglesa)

EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004, DE 2003 E DE 2002
(Valores em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando indicado de outra forma)

EBITDA (ganhos antes de juros, impostos, depreciação e amortização - mensurado utilizando-se as cifras de BR GAAP), não pode ser maior do que 3:1, e a cobertura do serviço da dívida baseada na relação entre o EBITDA e as despesas financeiras líquidas deve m ser maiores do que 3:1.

Adicionalmente, existem outras restrições gerais relacionadas a níveis de alavancagem financeira, grau de endividamento das subsidiárias, novas cauções de ativos, mudanças significativas no controle dos acionistas da Companhia, venda de ativos, pagamentos de dividendos em caso de inadimplência financeira e transações com afiliadas. Para um contrato de financiamento específico, há também a necessidade da existência de, no mínimo, 100 ordens firmes de aeronaves novas no “backlog”.

Em 31 de dezembro de 2004, a Companhia estava de acordo com todas as cláusulas restritivas e requerimentos.

20. ARRENDAMENTOS OPERACIONAIS E DE BENS DO IMOBILIZADO

A Companhia e suas subsidiárias efetuam arrendamento de terrenos, equipamentos e computadores e periféricos sob contratos não canceláveis classificados como arrendamentos operacionais. A despesa de aluguel para propriedades arrendadas foi de \$2.118, \$2.558 e 42.698 para 2002, 2003 e 2004, respectivamente.

Os pagamentos mínimos futuros de arrendamentos operacionais não canceláveis são como segue:

<u>Ano</u>	<u>2004</u>
2005	2.377
2006	1.225
2007	731
2008	445
2009	448
Após	<u>3.594</u>
	<u>8.820</u>

As instalações da Embraer Aircraft Corporation Services Inc. (“EACS”) estão localizadas em um terreno alugado através de arrendamento mercantil, cujo prazo de vigência do contrato expira no ano 2020. O contrato de arrendamento mercantil inclui uma cláusula que requer a EACS a fazer investimentos no montante total de \$10 milhões. Esse requerimento foi satisfatoriamente cumprido, registrado como imobilizado, e depreciado ao longo da duração do arrendamento.

(Tradução Livre do Original Previamente Emitido na Língua Inglesa)

EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004, DE 2003 E DE 2002
(Valores em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando indicado de outra forma)

As obrigações de arrendamentos capitalizados são referentes ao aluguel de softwares e equipamentos com prazos variando de 2005 a 2009 e taxas de juros implícitas que variam de 6,9% a 10,1% por ano. Esses softwares e equipamentos estão sendo depreciados em até cinco anos. Os pagamentos mínimos futuros nesses contratos de arrendamento, incluindo as taxas de juros, são como segue:

<u>Ano</u>	<u>2004</u>
2005	2.815
2006	1.383
2007	188
2008	108
2009	<u>81</u>
Total	4.575
Menos- Juros implícitos	<u>674</u>
Obrigações de arrendamentos capitalizados	3.901
Menos- Circulante	2.437
Longo prazo	<u>1.464</u>

21. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS, LÍQUIDAS

Nas receitas (despesas) financeiras estão contidas :

	<u>2002</u>	<u>2003</u>	<u>2004</u>
Despesas financeiras:			
Juros e comissões sobre financiamentos	(27.597)	(44.659)	(56.234)
Juros sobre impostos, encargos sociais e contribuições sob questionamento (notas explicativas nº 17 e nº 18)	(22.719)	(57.215)	(32.420)
CPMF	(12.063)	(12.227)	(13.919)
Juros sobre impostos parcelados	(903)	(450)	(425)
Seguro de crédito	(2.291)	(4.655)	(25.584)
Provisão para perdas em títulos e valores mobiliários	-	-	(18.251)
Custos de estruturação financeira	(5.401)	(4.767)	(3.385)
Impostos sobre juros de financiamentos estrangeiros	(967)	(1.961)	(2.794)
Outras	<u>(10.026)</u>	<u>(3.761)</u>	<u>(12.158)</u>
	<u>(81.967)</u>	<u>(129.695)</u>	<u>(165.170)</u>

(Tradução Livre do Original Previamente Emitido na Língua Inglesa)

EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004, DE 2003 E DE 2002
(Valores em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando indicado de outra forma)

	Para os exercícios findos em 31 de dezembro		
	<u>2002</u>	<u>2003</u>	<u>2004</u>
Receitas financeiras:			
Aplicações financeiras	82.097	94.562	104.002
Ganho com liquidação antecipada de financiamentos	-	-	8.128
Juros das NTNs, de contas a receber de clientes, contas a receber garantidas e depósitos em garantia (notas 9, 10 e 12)	15.637	11.652	44.333
Desconto sobre pagamentos antecipados	732	3.841	1.581
Outros	<u>5.128</u>	<u>4.271</u>	<u>3.055</u>
	<u>103.594</u>	<u>114.326</u>	<u>161.099</u>
Variações monetária e cambial, líquidas de ganhos/ (perdas) com derivativos	<u>58.829</u>	<u>(125.386)</u>	<u>(33.929)</u>
Receitas/(despesas) financeiras, líquidas	<u>80.456</u>	<u>(140.755)</u>	<u>(38.000)</u>

22. PLANO DE APOSENTADORIA COMPLEMENTAR

Contribuição Definida

A Companhia e suas subsidiárias patrocinam um plano de pensão de contribuição definida para seus empregados. Esse plano é do tipo contribuição definida, plano fechado, em que a participação é opcional, sendo administrado por um fundo de pensão brasileiro controlado pelo Banco do Brasil. A contribuição da Companhia para o plano durante os exercícios de 2002, 2003 e 2004 foram de \$5.169, \$5.737 e \$ 7.500, respectivamente.

Benefício Definido

A Embraer Aircraft Holding Inc. - EAH patrocina um plano de pensão de benefício definido para seus empregados, além de um plano médico pós-aposentadoria. O plano foi modificado e atualizado a partir de 1º de janeiro de 2002, devido às mudanças ocorridas no “Economic Growth and Tax Relief Conciliation Act of 2001” (“EGTRRA”). O plano atualizado prevê que um empregado não é elegível para participar do Plano se a sua primeira contratação pela Companhia não for anterior a 01 de Outubro de 2001. Adicionalmente, o nome do Plano foi mudado para “Embraer Aircraft Holding, Inc Plano de Pensão de Benefício Definido” (anteriormente chamado de “Embraer Aircraft Corporation Plano de Pensão de Benefício Definido”). Todos os funcionários atualmente registrados nesses planos serão elegíveis ao recebimento dos benefícios conforme definido nos respectivos planos. Os benefícios de aposentadoria são baseados nos níveis de compensação e no número de anos de serviço

(Tradução Livre do Original Previamente Emitido na Língua Inglesa)

EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004, DE 2003 E DE 2002
(Valores em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando indicado de outra forma)

coberto. A Companhia efetua contribuições aos planos para atender aos requerimentos do “Internal Revenue Service funding standards”.

Em 12 de setembro de 2003, o plano de pensão foi modificado, através de um aditivo, que congelou todos os benefícios, sendo o benefício integralmente provisionado em 31 de dezembro de 2003 (“curtailment”). Conseqüentemente, a provisão das obrigações futuras foi reduzida em \$7.728 em 31 de dezembro de 2003. Essa redução foi aplicada para eliminar obrigações de transições não reconhecidas, custo de serviços não reconhecidos e novas perdas atuarias não reconhecidas. O saldo remanescente foi aplicado para reduzir o custo do benefício no período, o que resultou em uma provisão positiva de custo do benefício de \$608 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2003.

Subseqüente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2004, a Companhia aprovou o encerramento do Plano de Aposentadoria Definido. Devido ao encerramento, os participantes do Plano se tornarão 100% cobertos em suas contas e os ativos líquidos do Plano serão distribuídos pelos mesmos. A data de encerramento será determinada através de aprovação regulamentar.

Os custos esperados do fornecimento de benefícios médicos pós-aposentadoria e a cobertura dos dependentes são provisionados durante os anos de prestação de serviços dos funcionários.

A mudança nas obrigações dos benefícios para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2003 e de 2004 é a seguinte:

	Plano de pensão de benefício definido		Benefícios pós-aposentadoria	
	<u>2003</u>	<u>2004</u>	<u>2003</u>	<u>2004</u>
Obrigações de benefício - saldo inicial	16.236	7.965	4.750	4.913
Custo do serviço	2.020	-	575	691
Custo dos juros	955	479	336	362
Complemento do plano	6	-	(691)	-
Efeito do “curtailment”	(7.728)	-	-	-
Perda (ganho) atuarial	(1.233)	115	67	1.295
Contribuições dos participantes	-	-	12	8
Benefícios pagos aos participantes	<u>(2.291)</u>	<u>(843)</u>	<u>(136)</u>	<u>(149)</u>
Obrigações do benefício - saldo final	<u>7.965</u>	<u>7.716</u>	<u>4.913</u>	<u>7.120</u>

(Tradução Livre do Original Previamente Emitido na Língua Inglesa)

EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004, DE 2003 E DE 2002
(Valores em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando indicado de outra forma)

A mudança nos ativos do plano para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2003 e de 2004 é a seguinte:

	Plano de pensão de benefício definido		Benefícios pós-aposentadoria	
	<u>2003</u>	<u>2004</u>	<u>2003</u>	<u>2004</u>
Valor justo inicial dos ativos do plano	8.245	8.573	1.798	1.928
Contribuições do empregador	1.219	654	-	-
Retorno do investimento do plano	1.400	833	254	181
Contribuições dos participantes	-	-	12	8
Benefícios pagos aos participantes	<u>(2.291)</u>	<u>(843)</u>	<u>(136)</u>	<u>(149)</u>
Valor justo final dos ativos do plano	<u>8.573</u>	<u>9.217</u>	<u>1.928</u>	<u>1.968</u>

As provisões dos custos dos componentes em 31 de dezembro de 2003 e de 2004 são as seguintes:

	Plano de pensão de benefício definido		Benefícios pós-aposentadoria	
	<u>2003</u>	<u>2004</u>	<u>2003</u>	<u>2004</u>
Superávit (déficit) acumulado	608	1.501	(2.985)	(5.152)
Custo dos serviços passados não reconhecidos	-	-	(669)	(623)
Perdas (ganhos) não reconhecidas	<u>-</u>	<u>(62)</u>	<u>539</u>	<u>1.728</u>
Benefício provisionado	<u>608</u>	<u>1.439</u>	<u>(3.115)</u>	<u>(4.047)</u>

O custo dos benefícios pagos antecipadamente (provisionados) em 31 de dezembro de 2003 e de 2004 estão incluídos em outras contas a pagar e provisões diversas nos balanços patrimoniais anexos.

As principais premissas atuariais (expressas por médias ponderadas) em 31 de dezembro de 2003 e de 2004 são as seguintes:

	Benefício do Plano de Pensão (%)		Outros benefícios pós-aposentadoria (%)	
	<u>2003</u>	<u>2004</u>	<u>2003</u>	<u>2004</u>
Taxa de desconto média	6,25	6,00	6,50	6,00
Taxa de rendimento esperada sobre ativos	7,75	7,75	7,75	7,75
Aumento futuro de benefícios	5,50	N/A	5,50	N/A

(Tradução Livre do Original Previamente Emitido na Língua Inglesa)

EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004, DE 2003 E DE 2002
(Valores em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando indicado de outra forma)

Na determinação do retorno esperado sobre o componente dos ativos do plano do Custo de Benefícios Periódicos, Líquido, a taxa de longo prazo do retorno sobre os planos do ativo foi assumida em 7,75%. A Companhia desenvolveu essa premissa pelo cálculo da premissa do mercado de capitais da média ponderada de ativos para cada classe de ativos representada na política de investimentos e ajustada para as despesas relacionadas ao investimento.

As alocações reais para os ativos do plano por categoria de ativos, em 31 de dezembro de 2004 e 2003, são as seguintes:

<u>Categoria de ativos</u>	<u>Plano de pensão de benefício definido</u>		<u>Outros benefícios pós-aposentadoria</u>	
	<u>2003</u>	<u>2004</u>	<u>2003</u>	<u>2004</u>
Fundos mútuos investidos principalmente em ações	46%	50%	44%	50%
Fundos mútuos investidos principalmente na dívida	54%	50%	56%	50%
Total	100%	100%	100%	100%

Em 1º de janeiro de 2004, a política de investimentos da Companhia era investir mais de 50% do total em fundos mútuos diversificados, investidos principalmente em ações e a partir de 55% em fundos mútuos diversificados, investidos principalmente em títulos de renda fixa. Essa política de investimentos está sendo revisitada atualmente, considerando-se o congelamento do plano de pensão de 31 de dezembro de 2003 e o efeito de passivos emergentes sobre os benefícios.

A Companhia não espera que seja feita nenhuma contribuição de empregado durante 2005 nem para o Plano de Pensão nem para o Plano Médico Pós-Aposentadoria. Os seguintes pagamentos de benefícios, que refletem serviços futuros esperados, conforme adequado, deverão ser pagos aos participantes:

	<u>Benefício do Plano de Pensão</u>	<u>Outros benefícios pós-aposentadoria</u>
2005	165	150
2006	279	184
2007	285	199
2008	215	225
2009	886	249
2010 - 2014	3.598	2.185

(Tradução Livre do Original Previamente Emitido na Língua Inglesa)

EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004, DE 2003 E DE 2002
(Valores em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando indicado de outra forma)

Os custos líquidos dos benefícios periódicos em 31 de dezembro de 2002, de 2003 e de 2004 são os seguintes:

	<u>Benefício do Plano de</u>			<u>Outros benefícios pós</u>		
	<u>Pensão</u>			<u>aposentadoria</u>		
	<u>2001</u>	<u>2002</u>	<u>2003</u>	<u>2001</u>	<u>2002</u>	<u>2003</u>
Custo do serviço	1.501	2.020	-	359	575	691
Custo dos juros	819	955	479	260	336	362
Taxa de rendimento esperada sobre ativos	(491)	(671)	(655)	(151)	(134)	(144)
Amortização das obrigações de transição	37	38	-	-	-	-
Amortização do custo do serviço passado	45	44	-	(7)	(46)	(46)
Amortização das perdas	57	309	-	25	41	69
Efeito do "curtailment"	-	(2.856)	-	-	-	-
Custo líquido dos benefícios periódicos	<u>1.968</u>	<u>(161)</u>	<u>(176)</u>	<u>486</u>	<u>772</u>	<u>932</u>

O custo periódico de benefícios líquidos é contabilizado como despesas comerciais e administrativas nas demonstrações consolidadas do resultado.

Para fins de quantificação, uma taxa anual de crescimento do custo com benefícios médicos e dentários por pessoa de 14%, 10% e 10% foi assumida para 2002, 2003 e 2004, respectivamente. É esperado que a taxa decresça gradualmente para 5% até 2009.

A tendência de taxas do custo de cuidados médicos assumidos tem um efeito significativo nos montantes reportados para o plano de benefício médico pós-aposentadoria. Uma mudança de um ponto percentual nessa taxa de custo médico assumido seria responsável pelos seguintes efeitos:

	<u>Um ponto percentual</u>	
	<u>Aumento</u>	<u>Diminuição</u>
Efeito do total dos componentes de custos de serviços e juros	272	(214)
Efeito das obrigações sobre benefício pós-aposentadoria	1.107	(779)

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

As ações preferenciais da Companhia não têm direito a voto, mas têm prioridade no resgate de capital e, de acordo com a lei societária, têm direito a dividendos 10% maiores do que aqueles a serem pagos às ações ordinárias. De acordo com a conversão da 4ª série de debêntures, conforme determinado na escritura das debêntures, \$28.090 de ações preferenciais do capital estão legalmente denominados como reserva de capital devido à conversão de tais debêntures.

(Tradução Livre do Original Previamente Emitido na Língua Inglesa)

EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004, DE 2003 E DE 2002
(Valores em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando indicado de outra forma)

Ação ordinária de classe especial (“golden share”)

O governo brasileiro detém uma ação ordinária especial. Como detentor dessa ação, tem o mesmo direito de voto dos outros acionistas detentores de ações ordinárias. Adicionalmente, a ação de classe especial terá poder de veto nas seguintes matérias:

- Mudança de denominação da Companhia e objeto social.
- Alteração e/ou ampliação da logomarca da Companhia.
- Criação e/ou alteração de programas militares, que envolvam ou não o governo brasileiro.
- Treinamento de terceiros em tecnologia para programas militares.
- Interrupção de fornecimento de manutenção de aeronaves militares e reposição de peças.
- Transferência do controle acionário.
- Qualquer mudança na lista de ações corporativas sobre a qual a ação de classe especial possui poder de veto, na estrutura e na composição do Conselho de Administração e nos direitos atribuídos à ação ordinária especial.

Reserva legal

As empresas brasileiras são requeridas a apropriar 5% do lucro líquido anual para a reserva legal, sendo esta limitada a 20% do capital social integralizado ou à soma dessas reservas mais as reservas de capital limitadas a 30% do capital social; a partir de então, essas apropriações não são compulsórias. Essa reserva pode ser utilizada somente para aumentar o capital social ou reduzir o prejuízo acumulado.

Lucros retidos (restritos)

Lucros retidos são estatutariamente restritos por apropriação de reserva sem restrições (“Reserva para investimentos e capital de giro”), ratificados pelos acionistas para expansão da planta e outros projetos. O montante restrito está baseado em um orçamento aprovado apresentado pela Administração. Após o término de tais projetos, a Companhia poderá reter as destinações nessa reserva até que os acionistas votem a transferência total ou de parte da reserva para capital social ou lucros retidos, a partir do qual o dividendo poderá ser pago.

Na Assembléia Geral Ordinária, os acionistas da Companhia aprovaram a retenção de 100% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal e distribuição de dividendos, como “Reserva para investimentos e capital de giro”, a ser aplicado em:

- Pesquisa e desenvolvimento: no desenvolvimento da família EMBRAER 170/190, novas versões e modificações para a família ERJ 145 e no avião corporativo Legacy.

(Tradução Livre do Original Previamente Emitido na Língua Inglesa)

EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004, DE 2003 E DE 2002
(Valores em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando indicado de outra forma)

- Novas tecnologias, processos e modelo de gestão visando ao aumento dos resultados da Companhia, na capacitação e na produtividade e nos investimentos em empresas subsidiárias.

24. DIVIDENDOS

A legislação brasileira permite o pagamento de dividendos somente a partir dos lucros retidos e de determinadas reservas registradas nos livros estatutários da Companhia. Em 31 de dezembro de 2004, os lucros e as reservas disponíveis para distribuição como dividendos, sob aprovação dos acionistas da Companhia, montavam a \$234.849 (\$180.741 – 2003). Os dividendos são calculados sobre o lucro líquido ajustado da Companhia para o exercício, o qual é determinado utilizando-se o método da equivalência patrimonial para suas subsidiárias.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, os acionistas titulares de ações de qualquer espécie gozam do direito a dividendos de, no mínimo, 25% sobre o lucro líquido do exercício, computados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As ações preferenciais não têm direito a voto; todavia, estas têm prioridade no reembolso do capital e, de acordo com a legislação societária, terão direito a dividendos 10% maiores que os atribuídos aos detentores de ações ordinárias.

A Companhia passou a apurar juros sobre o capital próprio, calculados trimestralmente em conformidade com o artigo 9º da Lei nº 9.249/95, observando-se a TJLP, para fins de dedutibilidade na apuração do imposto de renda e da contribuição social, registrados diretamente no patrimônio líquido para fins de divulgação, os quais, para fins de demonstração, em atendimento à Instrução CVM nº 207/96, são apresentados no patrimônio líquido. O montante pago aos acionistas como juros sobre o capital próprio, líquido de Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, pode ser incluído como parte de qualquer montante de dividendo obrigatório a ser distribuído.

(Tradução Livre do Original Previamente Emitido na Língua Inglesa)

EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004, DE 2003 E DE 2002
(Valores em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando indicado de outra forma)**

Dividendos pagas são como segue::

<u>Data da aprovação</u>	<u>Valor</u> <u>(em milhares)</u>		<u>Dividendos por ação</u>			
	<u>US\$ (*)</u>	<u>R\$</u>	<u>Ordinária</u>		<u>Preferencial</u>	
			<u>US\$</u>	<u>R\$</u>	<u>US\$</u>	<u>R\$</u>
-						
2002:						
19 de março de 2002 - dividendos	43.100	100.010	0,0571	0,1326	0,0628	0,1459
19 de março de 2002 - juros sobre o capital próprio	25.353	58.910	0,0335	0,0778	0,0368	0,0855
14 de junho de 2002 - juros sobre o capital próprio	20.929	59.530	0,0276	0,0786	0,0304	0,0864
13 de setembro de 2002 - juros sobre o capital próprio	17.022	66.300	0,0224	0,0874	0,0247	0,0961
13 de dezembro de 2002 - juros sobre o capital próprio	19.804	69.974	0,0261	0,0921	0,0287	0,1013
13 de dezembro de 2002 - juros sobre o capital próprio	<u>20.505</u>	<u>72.450</u>	0,0270	0,0954	0,0297	0,1049
Total de dividendos em 2002	<u>146.713</u>	<u>427.174</u>				
2003:						
16 de junho de 2003 - juros sobre o capital próprio	26.503	76.700	0,0349	0,1009	0,0386	0,1103
12 de dezembro de 2003 - juros sobre o capital próprio	41.014	118.500	0,0537	0,1552	0,0591	0,1707
Total de dividendos em 2003	<u>67.517</u>	<u>195.200</u>				
2004						
12 de março de 2004 - juros sobre o capital próprio	34.723	100.998	0,0455	0,1322	0,0500	0,1454
25 de junho de 2004 - juros sobre o capital próprio	51.489	160.002	0,0673	0,2092	0,0741	0,2301
20 de setembro de 2004 - juros sobre o capital próprio	55.959	160.058	0,0731	0,2091	0,0805	0,2300
17 de dezembro de 2004 - juros sobre o capital próprio	<u>61.827</u>	<u>164.115</u>	0,0807	0,2143	0,0888	0,2357
Total de dividendos em 2004	<u>203.998</u>	<u>585.173</u>				

(*) Os dividendos são calculados e pagos em Reais. Os montantes em dólar norte-americano foram convertidos utilizando-se a taxa de câmbio efetiva na data de aprovação.

(Tradução Livre do Original Previamente Emitido na Língua Inglesa)

EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004, DE 2003 E DE 2002
(Valores em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando indicado de outra forma)

25. LUCRO POR AÇÃO

Em virtude de os acionistas detentores de ações preferenciais e ordinárias terem direitos diferentes sobre dividendos, voto e liquidação da Companhia, lucros por ação básicos e diluídos foram calculados utilizando-se o método de duas classes, o qual é uma fórmula de alocação de lucros que determina o lucro por ação para ações preferenciais e ordinárias de acordo com os dividendos a serem pagos conforme requerido pelo Estatuto Social da Companhia e os direitos de participação nos lucros não distribuídos. A partir de 1º de janeiro de 1997, os acionistas detentores de ações preferenciais possuem direito de receber dividendos por ação de, no mínimo, 10% maior que aqueles pagos aos acionistas detentores de ações ordinárias. Lucros não distribuídos, dessa forma, foram alocados aos acionistas ordinários e preferenciais em uma base de 100 a 110, respectivamente, com base na média ponderada do número de ações em aberto durante o período e na quantidade total de ações existente (porcentagem de alocação). Devido ao fato de o percentual de cada classe diferir do lucro por ação básico e diluído, os lucros alocados não distribuídos diferem para cada cálculo.

O lucro básico por ação ordinária é calculado pela divisão do lucro líquido disponível aos acionistas ordinários pelo número médio de ações ordinárias em aberto durante o período. O lucro líquido disponível aos acionistas ordinários é calculado pela dedução do lucro líquido distribuído e não distribuído disponível aos acionistas preferenciais do lucro líquido. O lucro líquido disponível aos acionistas preferenciais é a soma dos dividendos preferenciais e da parcela do lucro líquido não distribuída aos acionistas preferenciais. O lucro líquido não distribuído é calculado pela dedução dos dividendos totais (a soma dos dividendos por ações das ações ordinárias e preferenciais, incluindo os prêmios provisionados relacionados às ações preferenciais resgatáveis) do lucro líquido.

Lucros por ação diluídos são calculados de maneira similar aos lucros por ação básicos, exceto pelo fato de que as quantidades de ações em circulação são aumentadas para incluir um número de ações adicionais, as quais teriam sido consideradas no cálculo dos lucros básicos, caso as ações com potencial de diluição tivessem sido emitidas utilizando o método de ações em tesouraria.

(Tradução Livre do Original Previamente Emitido na Língua Inglesa)

EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002, DE 2003 E DE 2004**

(Em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando indicado de outra forma)

O cálculo do lucro por ação básico e diluído é demonstrado a seguir:

	Em milhares, exceto ações e porcentagens								
	31 de dezembro de 2002			31 de dezembro de 2003			31 de dezembro de 2004		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico:									
Dividendos declarados	47.932	98.781	146.713	21.522	45.995	67.517	64.675	139.323	203.998
Lucros não distribuídos alocados - básicos (a)	<u>24.790</u>	<u>51.089</u>	<u>75.879</u>	<u>21.844</u>	<u>46.683</u>	<u>68.527</u>	<u>55.864</u>	<u>120.344</u>	<u>176.208</u>
Lucro líquido alocado disponível para os acionistas ordinários e preferenciais	<u>72.722</u>	<u>149.870</u>	<u>222.592</u>	<u>43.366</u>	<u>92.678</u>	<u>136.044</u>	<u>120.539</u>	<u>259.667</u>	<u>380.206</u>
Denominador básico:									
Média ponderada de ações	<u>242.544</u>	<u>454.414</u>		<u>242.544</u>	<u>471.228</u>		<u>242.544</u>	<u>474.994</u>	
Lucro por ação - básico	<u>0.2998</u>	<u>0.3298</u>		<u>0.1788</u>	<u>0.1967</u>		<u>0.4970</u>	<u>0.5467</u>	
Numerador diluído:									
Dividendos declarados	47.932	98.781	146.713	21.522	45.995	67.517	64.284	139.714	203.998
Lucros não distribuídos alocados - diluídos (a)	<u>24.607</u>	<u>51.272</u>	<u>75.879</u>	<u>21.730</u>	<u>46.797</u>	<u>68.527</u>	<u>55.527</u>	<u>120.681</u>	<u>176.208</u>
	72.539	150.053	222.592	43.252	92.792	136.044	119.811	260.395	380.206
Lucro líquido disponível para os acionistas ordinários e preferenciais	<u>72.186</u>	<u>150.406</u>	<u>222.592</u>	<u>43.252</u>	<u>92.792</u>	<u>136.044</u>	<u>119.811</u>	<u>260.395</u>	<u>380.206</u>
Lucro líquido alocado diluído disponível para os acionistas ordinários e preferenciais	<u>72.186</u>	<u>150.406</u>	<u>222.592</u>	<u>43.252</u>	<u>92.792</u>	<u>136.044</u>	<u>119.811</u>	<u>260.395</u>	<u>380.206</u>
Denominador diluído:									
Média ponderada de ações	242.544	454.414		242.544	471.228		242.544	474.994	
Efeito diluído de outorga de ações (b)	-	5.001		-	3.612		-	4.223	
Média ponderada de ações diluída (c)	<u>242.544</u>	<u>459.415</u>		<u>242.544</u>	<u>474.840</u>		<u>242.544</u>	<u>479.217</u>	
Lucro por ação diluído	<u>0.2976</u>	<u>0.3274</u>		<u>0.1779</u>	<u>0.1957</u>		<u>0.4940</u>	<u>0.5434</u>	

- (a) A Companhia calcula o lucro por ação sobre as ações ordinárias e preferenciais através do método de duas classes. A partir de 1º de janeiro de 1997, os acionistas detentores de ações preferenciais passaram a ter o direito de receber dividendos por ação 10% maiores que os recebidos pelos detentores de ações ordinárias. Desse modo, lucros não distribuídos, a partir de 1º de janeiro de 1997, foram alocados aos acionistas ordinários e preferenciais, em uma base de 100 para 110, respectivamente, com base na média ponderada do número de ações em circulação durante o período para o total de ações (alocação percentual). Em virtude da diferente alocação percentual para cada classe no cálculo do lucro por ação básico e diluído, o lucro não distribuído alocado também difere para cada cálculo.
- (b) Para o propósito de cálculo do lucro por ação diluído, dívidas conversíveis (incluindo bônus de subscrição) e opções de ações são consideradas como se tivessem sido convertidas em ações ordinárias e preferenciais utilizando o método de ações em tesouraria.
- (c) O efeito da bonificação em ações está refletido retroativamente para todo o período, apresentado com o propósito de calcular o lucro por ação básico e diluído.

(Tradução Livre do Original Previamente Emitido na Língua Inglesa)

EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002, DE 2003 E DE 2004
(Em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando indicado de outra forma)

26. OUTORGA DE AÇÕES

Em 17 de abril de 1998, os acionistas da Companhia aprovaram um plano de outorga de opções de compra de ações da Embraer a seus administradores e empregados, incluindo os administradores e empregados das subsidiárias, sujeito a restrições com base na continuidade do emprego na Companhia ou nas subsidiárias por, no mínimo, dois anos. O Comitê Gerenciador do Plano, criado nessa mesma data pelo Conselho de Administração, é responsável pela sua administração.

De acordo com os termos do Plano, 25.000.000 de ações preferenciais estão autorizadas a serem outorgadas. As opções são outorgadas a um preço equivalente ao preço médio ponderado das ações preferenciais negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA 60 dias antes do dia da outorga. O preço pode ser aumentado ou diminuído 30%, como definido pelo Comitê Gerenciador do Plano. Tal porcentagem é utilizada para corrigir qualquer flutuação não usual no preço de mercado durante esse período de 60 dias. Essas opções podem ser exercidas 30% depois de três anos, 30% depois de quatro anos e 40% depois de cinco anos, se o empregado ainda prestar serviços para a Companhia em cada data. As opções expiram sete anos após a data da outorga. O direito de outorga previsto no Plano termina cinco anos após a primeira outorga.

Até 31 de dezembro de 2004, foram feitas pelo Comitê Gerenciador do Plano sete outorgas equivalentes a 400 lotes de 50.000 ações cada um, perfazendo o montante total outorgado de 19.525.000 ações preferenciais, reduzido de 475.000 ações dos empregados que deixaram de ter vínculo empregatício com a Companhia.

Em 2002, 2003 e 2004 foram subscritas 2.261.313, 3.056.228 e 2.296.285 ações preferenciais, com aumento de capital no montante de \$1.194, \$3.961 e \$ 3.250, respectivamente.

De acordo com a bonificação em ações de 14,2106%, aprovada na Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 1º de março de 2002, o Comitê Gerenciador do Plano outorgou um adicional de 25.576 opções de compra de ações preferenciais a detentores de direitos adquiridos de opções na data do registro. Adicionalmente, foi oferecida, para todos os acionistas com opções não adquiridas, uma outorga adicional de 14,2106% das opções existentes. O total da outorga adicional foi de 637.318, com preço de exercício de R\$14,99 (o qual foi maior que o preço de mercado das ações preferenciais na data de outorga).

Informações sobre as opções outorgadas para a Administração e os empregados são mostradas na tabela a seguir (opções em milhares):

(Tradução Livre do Original Previamente Emitido na Língua Inglesa)

EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002, DE 2003 E DE 2004
(Em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando indicado de outra forma)

	2002		2003		2004	
	Milhares de opções	Preço médio de exercício da ação (R\$)	Milhares de opções	Preço médio de exercício da ação (R\$)	Milhares de opções	Preço médio de exercício da ação (R\$)
Em aberto no início do exercício	14.815	7,63	13.132	8,98	9.985	10,55
Outorgadas	-	-	-	-	-	-
Adesão à bonificação (1º de março de 2002)	663	14,99	-	-	-	-
Exercidas	(2.261)	1,76	(3.056)	3,77	(2.296)	4,15
Canceladas ou expiradas	(85)	8,73	(91)	13,51	(50)	23,00
Em aberto no fim do exercício	<u>13.132</u>	8,98	<u>9.985</u>	10,55	<u>7.639</u>	12,37
Exercíveis no fim do exercício	<u>812</u>	3,56	<u>2.032</u>	6,78	<u>3.946</u>	10,22

O valor justo médio ponderado da opção outorgada em 2001, último ano em que as opções foram outorgadas, foi \$5,83. O valor justo estimado da opção foi elaborado utilizando o modelo de precificação de opção de "Black-Scholes", com base nas taxas de câmbio do dólar norte-americano para o Real na data de outorga, através das seguintes premissas de médias ponderadas: cinco anos de opção de vida útil, 60% de volatilidade esperada, 3% de rendimentos de dividendo e 13,4% de taxa de juros livre de risco.

A tabela a seguir resume a informação sobre opções de ação disponíveis em 31 de dezembro de 2004 (opções em milhares):

Preço de exercício (R\$)	Número de opções de ações em aberto	Opções exercíveis	Média ponderada de vida contratual remanescente (anos)
0,75	120	120	0,3
1,65	302	302	1,3
5,22	755	755	1,9
8,11	2.945	1.365	2,4
13,70	1.085	585	2,9
14,99	582	264	2,9
23,00	1.850	555	3,4

(Tradução Livre do Original Previamente Emitido na Língua Inglesa)

EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002, DE 2003 E DE 2004
(Em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando indicado de outra forma)

A tabela a seguir resume a informação sobre opções de ações em circulação na data de exercício antecipado em 31 de dezembro de 2004 (opções em milhares):

<u>Data da outorga</u>	<u>Data do exercício</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Preço de exercício (R\$)</u>	<u>Número de ações outorgadas</u>
Maio de 1998 e 1999	Maio de 2002	Maio de 2005 e 2006	1,65	15
Novembro de 1998 e 1999	Novembro de 2002	Novembro de 2005 e 2006	6,02	131
Maio de 1998, 1999 e 2000	Maio de 2003	Maio de 2005, 2006 e 2007	6,62	825
Novembro de 1998, 1999 e 2000	Novembro de 2003	Novembro de 2005, 2006 e 2007	11,41	361
Maio de 1999, 2000 e 2001	Maio de 2004	Maio de 2006, 2007 e 2008	12,96	1.634
Novembro de 1999 e 2000	Novembro de 2004	Novembro de 2006 e 2007	8,94	981
Maio de 2000 e 2001	Maio de 2005	Maio de 2007 e 2008	12,17	2.282
Novembro de 2000	Novembro de 2005	Novembro de 2007	13,85	565
Maio de 2001	Maio de 2006	Maio de 2008	22,0	845
Total				<u>7.639</u>

A Companhia aplica a Opinião APB nº 25 e suas interpretações na contabilização do plano de outorga de ações. Desde que não houve nenhuma opção concedida em 2002, 2003 e 2004, não haverá impacto caso a Companhia tiver aplicado as provisões do SFAS nº 123 “Accounting for Stock-based Compensation”.

27. CRÉDITOS FISCAIS DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A seguir apresentamos uma análise da provisão para imposto de renda:

	<u>2002</u>	<u>2003</u>	<u>2004</u>
Corrente	(167.448)	(7.686)	(107.628)
Diferido:			
Diferenças temporárias:			
Adições	(5.535)	28.653	1.505
Prejuízos fiscais:			
Compensação de prejuízos fiscais no exercício	(10.651)	9.261	(5.650)
Redução dos créditos não reconhecidos	<u>(4.868)</u>	<u>(2.238)</u>	<u>(366)</u>
Total diferido	<u>(21.054)</u>	<u>35.676</u>	<u>(4.511)</u>
Provisão para imposto de renda	<u>(188.502)</u>	<u>27.990</u>	<u>(112.139)</u>

(Tradução Livre do Original Previamente Emitido na Língua Inglesa)

EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002, DE 2003 E DE 2004
(Em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando indicado de outra forma)

Apresentamos, a seguir, a reconciliação da despesa (benefício) de imposto de renda reportado e o valor calculado pela aplicação da taxa de imposto estatutária:

	<u>2002</u>	<u>2003</u>	<u>2004</u>
Lucro antes da provisão para imposto de renda conforme reportado nas demonstrações financeiras consolidadas	412.977	108.271	493.651
Alíquota estatutária de imposto de renda	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa de imposto de renda pela alíquota estatutária	140.412	36.812	167.841
Adições permanentes:			
Despesas indedutíveis	2.299	4.130	1.548
Efeitos de conversão	83.110	(49.730)	10.238
Dividendos pagos como juros sobre o capital próprio	(35.453)	(22.956)	(69.359)
Variações na valorização da provisão de impostos diferidos ativos	4.868	2.238	366
Reversão de incentivos fiscais	(12.822)	(180)	(1.029)
Diferenças de taxas de imposto de renda	3.085	-	-
Outros	<u>3.003</u>	<u>1.696</u>	<u>2.534</u>
Despesa (benefício) de imposto de renda como reportado na demonstração do resultado	<u>188.502</u>	<u>(27.990)</u>	<u>112.139</u>

Os impostos diferidos ativos e passivos da Companhia que consideram os prejuízos fiscais a compensar e os efeitos resultantes das diferenças temporais são os seguintes:

	<u>2003</u>	<u>2004</u>
Impostos diferidos ativos sobre:		
Prejuízos fiscais a compensar (i)	20.821	15.167
Diferenças temporais:		
Provisão para garantia e melhoria de produtos	42.100	38.619
Impostos provisionados, que não imposto de renda	50.223	70.802
Despesas diferidas, principalmente pesquisa e desenvolvimento	109.923	123.865
Outras despesas provisionadas não dedutíveis para fins tributários	53.770	73.439
Diferença nas bases de imobilizado	28.193	8.646
Provisões de estoques	15.895	21.803
Provisão para benefícios pós-aposentadoria	846	883
Outras	13.443	26.122
Provisão para valorização (ii)	<u>(12.160)</u>	<u>(12.526)</u>
Total do ativo diferido	<u>323.054</u>	<u>366.820</u>

(Tradução Livre do Original Previamente Emitido na Língua Inglesa)

EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002, DE 2003 E DE 2004
(Em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2003</u>	<u>2004</u>
Impostos diferidos passivos sobre:		
Diferenças temporais:		
Diferença nas bases de imobilizado	(23.032)	(20.319)
Pesquisa e desenvolvimento	(95.658)	(131.534)
Outras	(5.847)	(20.961)
Total do passivo diferido	<u>(124.537)</u>	<u>(172.814)</u>
Impostos diferidos ativos líquidos	<u>198.517</u>	<u>194.006</u>

(i) Os prejuízos fiscais são compostos de:

	<u>2003</u>	<u>2004</u>
Entidades brasileiras	8.661	2.641
Subsidiárias estrangeiras	<u>12.160</u>	<u>12.526</u>
Total	<u>20.821</u>	<u>15.167</u>

Os prejuízos fiscais originados das entidades brasileiras não tem datas para prescrição, mas a utilização é limitada a 30% do lucro tributável para cada período.

(ii) As provisões para valorização estão relacionadas a prejuízos fiscais a compensar de subsidiárias estrangeiras que não podem ser compensados com o imposto tributável no Brasil.

A Administração estima que o valor registrado de provisão para valorização reduz os impostos diferidos ativos a um valor que é mais provável de não ser realizável. Com base em estudos internos e projeções, a Administração estima que os valores presentes líquidos devem ser realizados em cinco anos.

(Tradução Livre do Original Previamente Emitido na Língua Inglesa)

EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002, DE 2003 E DE 2004
(Em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando indicado de outra forma)

28. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

A composição de outras receitas (despesas) operacionais líquidas é a seguinte:

	<u>2002</u>	<u>2003</u>	<u>2004</u>
Melhorias nos processos dos produtos	-	(13,647)	-
Modificações de produtos	(961)	(99)	(50)
Gastos com implantação de Gavião Peixoto	(3.856)	(858)	(31)
Treinamento e desenvolvimento profissional (i)	(12.963)	(13.316)	(3.536)
Provisão para contingências	(6.185)	(4.368)	(22.342)
Ajustes a valor de mercado de aeronaves usadas	(464)	(10.434)	(529)
Multas contratuais	4.117	17.237	1.258
Reembolso de despesas	4.692	2.249	2.422
Outras despesas operacionais em “Sales-type lease” consolidadas, líquido			
(ii)	-	-	(20.766)
Ganho líquido sobre a venda de participação em investimentos em “Sales-type lease”	-	-	3.645
Recuperação de seguros	88	666	2.210
Outros	<u>(4.577)</u>	<u>(6.439)</u>	<u>(3.553)</u>
	(20.109)	(29.009)	(41.272)

(i) Referem-se ao treinamento e ao desenvolvimento profissional dos empregados da Companhia.

(ii) Desse valor, \$24.848 representam perdas provenientes da provisão para desvalorização reconhecida sobre os investimentos classificados como “sales-type lease” e \$4.082 representam um ganho relacionado a outras receitas ganhas em operações de “Sales-type lease”.

29. GANHO (PERDA) FINANCEIRA, LÍQUIDA

Os ganhos e as perdas na conversão resultam de uma readequação das contas patrimoniais da moeda local para a moeda funcional, conforme segue:

	<u>2002</u>	<u>2003</u>	<u>2004</u>
Ativos:			
Caixa e equivalentes	(211.482)	38.240	50.728
Contas a receber	(3.574)	3.394	136
Outros ativos	<u>(17.698)</u>	<u>3.550</u>	<u>(354)</u>
Ganhos/ (perdas) sobre ativos	<u>(232.754)</u>	<u>45.184</u>	<u>50.510</u>

(Tradução Livre do Original Previamente Emitido na Língua Inglesa)

EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002, DE 2003 E DE 2004
(Em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando indicado de outra forma)

	2002	2003	2004
Passivos:			
Contas a pagar	62.492	(45.208)	(51.304)
Imposto de renda	4.208	(363)	(548)
Dividendos	(256)	(161)	52
Provisões	17.777	(11.026)	(6.798)
Outros passivos	<u>12.886</u>	<u>(4.926)</u>	<u>(4.130)</u>
Ganhos/ (perdas) sobre obrigações	<u>97.107</u>	<u>(61.684)</u>	<u>(62.728)</u>
Perda, líquida	<u>(135.647)</u>	<u>(16.500)</u>	<u>(12.218)</u>

30. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Governo brasileiro

O PREVI, um dos acionistas controladores da Companhia, é controlado pelo Banco do Brasil, o qual é controlado pelo governo brasileiro. Como resultado, a Companhia considera o Banco do Brasil como sendo uma parte relacionada, assim como a Força Aérea Brasileira e o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), que também são controlados pelo governo brasileiro.

O governo brasileiro, principalmente através do Comando da Aeronáutica, tem participado no desenvolvimento da Companhia desde seu início. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2002, de 2003 e de 2004, o Comando da Aeronáutica representou, aproximadamente, 2,1%, 4,4% e 7,1% das vendas líquidas da Companhia, respectivamente. É esperado que a Companhia continue a ser a fonte primária de aeronaves novas, peças de reposição e serviços ao governo brasileiro.

O BNDES e o Banco do Brasil possuem diversas transações com a Companhia, representadas principalmente pelo suporte no financiamento de débitos e outras transações bancárias comuns, como participação como depositário para parte do caixa e equivalentes e um provedor de certos dispositivos de linhas de crédito.

(Tradução Livre do Original Previamente Emitido na Língua Inglesa)

EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002, DE 2003 E DE 2004
(Em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando indicado de outra forma)

As transações com partes relacionadas são resumidas no quadro a seguir:

	31 de dezembro de 2004			
	<u>Comando da Aeronáutica</u>	<u>Banco do Brasil</u>	<u>BNDES</u>	<u>Total</u>
Ativos				
Disponibilidades	-	687.979	55.297	743.276
Contas a receber	43.216	-	-	43.216
Outros ativos	-	226.174	2.700	228.874
Passivos				
Financiamentos	-	155.730	327.080	482.810
Dívidas com e sem direito de regresso (i)	-	226.392	779.304	1.005.696
Adiantamentos de clientes	37.404	-	-	37.404
Outras contas a pagar e provisões diversas	2.109	-	-	2.109
Resultado das operações (para o exercício findo em 31 de dezembro de 2004)				
Vendas líquidas	246.104	-	-	246.104
Receita financeira	-	23.186	-	23.186
Despesa financeira	-	10.264	6.213	16.477

(i) A Companhia vendeu determinadas contas a receber vinculadas e sua respectiva dívida sem direito de regresso para terceiros.

	31 de dezembro de 2003			
	<u>Comando da Aeronáutica</u>	<u>Banco do Brasil</u>	<u>BNDES</u>	<u>Total</u>
Ativos				
Caixa e equivalentes	-	534.061	-	534.061
Contas a receber	25.287	-	-	25.287
Outros ativos	-	258.451	-	258.451
Passivos				
Financiamentos	-	116.671	66.714	183.385
Dívidas com e sem direito de regresso	-	258.535	1.492.424	1.750.959
Adiantamentos de clientes	95.588	-	-	95.588
Contas a pagar	2.028	-	-	2.028
Resultado das operações (para o exercício findo em 31 de dezembro de 2003)				
Vendas líquidas	106.967	-	-	106.967
Receita financeira	-	27.786	-	27.786
Despesa financeira	-	6.921	4.018	10.939

(Tradução Livre do Original Previamente Emitido na Língua Inglesa)

EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002, DE 2003 E DE 2004
(Em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando indicado de outra forma)

	31 de dezembro de 2002			
	<u>Comando da Aeronáutica</u>	<u>Banco do Brasil</u>	<u>BNDES</u>	<u>Total</u>
Ativos				
Caixa e equivalentes	-	84.079	-	84.079
Contas a receber	12.704	-	-	12.704
Outros ativos	-	138.346	-	138.346
Passivos				
Financiamentos	-	74.291	36.205	110.496
Dívidas com e sem direito de regresso	-	138.401	803.517	941.918
Adiantamentos de clientes	99.290	-	-	99.290
Contas a pagar	2.239	-	-	2.239
Resultado das operações (para o exercício findo em 31 de dezembro de 2002)				
Vendas líquidas	53.167	-	-	53.167
Receita financeira	-	14.307	-	14.307
Despesa financeira	-	2.927	3.853	6.780

European Aerospace and Defense Group

A Companhia também efetuou transações comerciais com outros acionistas, ThalesTM, Dassault Aviation, EADS e SNECMA, os quais, juntos, formam a European Aerospace and Defense Group (“EADG”). A EADG possui aproximadamente 20% das ações votantes e direito de indicar dois membros para a Conselho de Administração. Tais transações representam a compra de certos equipamentos e serviços dentro da condução normal dos negócios, totalizando \$11.796, \$14.474 e \$3.672 para 2002, 2003 e 2004, respectivamente.

31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Visão geral

A Companhia está primariamente focada nas aeronaves nos diversos mercados de aeronaves através do mundo. Mais de 90% das vendas da Companhia são oriundas de exportações e são denominadas em dólares norte-americanos, que é a moeda funcional da Companhia. No entanto, uma parte significativa dos custos trabalhistas e outras despesas são denominados em Reais. Portanto, a Companhia mantém certos ativos e passivos monetários, representados principalmente por impostos a recuperar e a pagar, caixa e equivalentes e financiamentos em Reais, buscando balancear os ativos não denominados em dólares norte-americanos com os passivos não denominados em dólares norte-americanos mais o patrimônio líquido em relação às projeções dos fluxos de caixa futuro.

(Tradução Livre do Original Previamente Emitido na Língua Inglesa)

EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002, DE 2003 E DE 2004
(Em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando indicado de outra forma)

O mercado de risco primário da Companhia inclui as flutuações nas taxas de juros e nas taxas de câmbio. A Companhia estabeleceu políticas e procedimentos para gerenciar a sensibilidade aos riscos de taxas de juros e de variação cambial. Esses procedimentos incluem o monitoramento dos níveis de exposição da Companhia a cada mercado de risco, incluindo a análise dos saldos com base em previsões dos fluxos de caixa futuros, fundando ativos com taxa variável com passivos de taxa variável, limitando o montante de ativo com taxa fixa, o qual deve ser fundado com passivo de taxa flutuante. Esses procedimentos podem incluir também o uso de instrumentos financeiros derivativos para mitigar os efeitos das flutuações das taxas de juros e para reduzir a exposição ao risco de variação cambial. Utilizando instrumentos derivativos, a Companhia se expõe ao risco de crédito, conforme discutido na nota explicativa nº 32.

Risco com taxa de juros

O risco da taxa de juros é aquele que a Companhia pode incorrer em perdas econômicas devido a mudanças adversas nas taxas de juros. Essa exposição às taxas de juros relaciona-se principalmente a mudanças no mercado de taxas de juros com relação às disponibilidades da Companhia e sua dívida.

A dívida da Companhia denominada em dólares norte-americanos rende juros a taxas fixas ou variáveis baseadas na LIBOR de 6 ou 12 meses. A dívida da Companhia em moeda estrangeira está principalmente denominada em Reais e em iene. A dívida em Reais rende juros variáveis baseados na TJLP, a taxa de juros de longo prazo no Brasil e a dívida em iene rende juros a taxas fixas ou variáveis baseadas na JIBOR (taxa de depósito interbancário japonesa). A Companhia monitora continuamente o mercado de taxas de juros e pode utilizar instrumentos derivativos para se proteger desses riscos.

(Tradução Livre do Original Previamente Emitido na Língua Inglesa)

EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002, DE 2003 E DE 2004
(Em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores dos ativos ou aumentem as obrigações. A exposição principal da Companhia às flutuações das taxas de câmbio estrangeiras é entre Real/dólar e entre iene/dólar. Como mais de 90,0% das vendas são exportadas e denominadas em dólares norte-americanos e como tal fato não deverá alterar-se nos próximos exercícios, a Companhia considera as vendas futuras no mercado estrangeiro como um “hedge” natural para suas operações passivas também denominadas em moeda estrangeira. A estratégia de administração do risco de câmbio da Companhia também pode utilizar instrumentos derivativos para proteção contra volatilidade das taxas de câmbio estrangeiras, que podem impactar o valor de certos ativos da Companhia. A Companhia tem geralmente utilizado contratos a termo de moeda estrangeira e contratos de “swap” para implementar essa estratégia.

Instrumentos derivativos financeiros

Os instrumentos derivativos financeiros em aberto em 31 de dezembro são os seguintes:

2004					
<u>Objetivo</u>	<u>Tipo</u>	<u>Montante conceitual</u>	<u>Data de vencimento</u>	<u>Taxa média acordada</u>	<u>Ganho (perda) Valor de mercado</u>
Financiamento de importações	“Swap” (juros + US\$ para R\$ + CDI + taxa de juros fixa)	52.486	2005 a 2008	66,21% do CDI	(14.585)
Capital circulante / Financiamento de importações	“Swap” (juros variável para juros fixos - US\$)	363.706	2007 a 2010	7,78%	(4.120)
Financiamento de importações	“Swap” (JIBOR + JPY para US\$ + taxa de juros fixa)	67.083	2006	4,31%	5.615
Total					<u>(13.090)</u>

(Tradução Livre do Original Previamente Emitido na Língua Inglesa)

EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002, DE 2003 E DE 2004
(Em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando indicado de outra forma)

2003					
<u>Objetivo</u>	<u>Tipo</u>	<u>Montante conceitual</u>	<u>Data de vencimento</u>	<u>Taxa média acordada</u>	<u>Ganho (perda) Valor de mercado</u>
Financiamento de importações	“Swap” (juros + JPY para R\$ + % CDI)	26.118	2004	86,17% do CDI (*)	(7.240)
Financiamento de importações	“Swap” (juros + US\$ para R\$ + % CDI)	190.163	2004 a 2006	75,07% do CDI (*)	(44.888)
Financiamento de importações	“Swap” (JIBOR + JPY para US\$ + taxa de juros fixa)	110.666	2004 a 2008	4,44% por ano	2.269
Total					<u>(49.859)</u>

(Tradução Livre do Original Previamente Emitido na Língua Inglesa)

EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002, DE 2003 E DE 2004
(Em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando indicado de outra forma)

32. CONCENTRAÇÃO DE RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas se as partes com as quais realiza contratos não pagarem os montantes devidos a ela. Os principais riscos de crédito da Companhia referem-se a vendas de aeronaves, peças de reposição e serviços, incluindo as obrigações financeiras relacionadas a essas vendas conforme discutido nas notas explicativas nº 9 e nº 34.

Instrumentos financeiros que podem potencialmente sujeitar a Companhia a concentrações de risco de crédito incluem: (i) caixa e equivalentes; (ii) contas a receber; (iii) adiantamentos a fornecedores; e (iv) contratos de derivativos financeiros. A Companhia limita seu risco de crédito associado com caixa e equivalentes alocando seus investimentos em instituições financeiras de alto nível em títulos de curto prazo e fundos mútuos. Com relação às contas a receber, a Companhia limita seu risco de crédito executando avaliações de risco de crédito. Todos os clientes estão de acordo com essas premissas, estão operando de acordo com os limites de crédito estabelecidos e são considerados pela Administração como representando níveis de risco aceitáveis.

Adiantamentos a fornecedores são feitos somente para fornecedores selecionados e com relacionamento há longa data. A condição financeira desses fornecedores é analisada de uma forma contínua para limitar o risco de crédito. A Companhia direciona o risco de crédito relacionado a instrumentos derivativos restringindo as contrapartes desses derivativos a instituições financeiras de grande porte.

A Companhia possui, também, risco de crédito relacionado à venda de aeronaves, enquanto os clientes estão finalizando as estruturas de financiamento de suas compras da Companhia. Para minimizar esses riscos, são realizadas continuamente análises de crédito dos clientes e a Companhia trabalha em conjunto com as instituições financeiras para auxiliar no financiamento aos clientes.

33. VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados através de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes hipóteses e/ou metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

(Tradução Livre do Original Previamente Emitido na Língua Inglesa)

EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002, DE 2003 E DE 2004
(Em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando indicado de outra forma)

Os métodos e as premissas a seguir foram utilizados para estimar o valor justo de cada classe de instrumento financeiro para os quais é praticável a estimativa desse valor. Potenciais ramificações de imposto de renda relacionadas à realização de ganhos e perdas não realizados, que poderiam incidir em uma venda ou liquidação não considerada, não foram levados em consideração.

Os valores patrimoniais para caixa e equivalentes, títulos de dívida negociáveis, contas a receber e passivos circulantes aproximam-se do valor justo. O valor justo dos títulos mantidos ao vencimento é estimado utilizando-se o método de fluxo de caixa descontado. O valor justo das dívidas de longo prazo é baseado em fluxo de caixa descontado dos valores contratuais. A taxa de desconto é estimada utilizando taxas usualmente oferecidas no mercado para dívidas similares com as mesmas características e prazos de vencimentos.

Os valores justos estimados dos instrumentos financeiros são como segue:

	<u>2003</u>		<u>2004</u>	
	<u>Valores</u>	<u>Valores</u>	<u>Valores</u>	<u>Valores</u>
	<u>patrimoniais</u>	<u>justos</u>	<u>patrimoniais</u>	<u>justos</u>
Ativos financeiros:				
Caixa e equivalentes	1.265.820	1.265.820	1.207.288	1.207.288
Investimentos temporário de caixa	4.320	4.320	153.488	153.488
Títulos de dívida negociáveis	10.683	10.683	-	-
Contas a receber, líquidas	356.401	356.401	685.805	685.805
Depósitos em garantia (nota explicativa nº 11)	473.714	473.714	490.077	490.077
Investimentos mantidos ao vencimento	25.655	26.549	28.054	26.481
Derivativos	2.629	2.629	6.272	6.272
Passivos financeiros:				
Empréstimos	1.043.742	1.035.054	1.338.729	1.298.751
Contas a pagar a fornecedores	404.065	404.065	559.942	559.942
Derivativos	52.488	52.488	19.362	19.362

34. NEGOCIAÇÕES FORA DO BALANÇO PATRIMONIAL

Em seu curso normal de negócios a Companhia participa em certas negociações fora do balanço patrimonial, incluindo obrigações de garantias de recompra e compromissos de “trade-in” e “trade-up”, conforme discutido a seguir:

(Tradução Livre do Original Previamente Emitido na Língua Inglesa)

EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002, DE 2003 E DE 2004
(Em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando indicado de outra forma)

Garantias

As garantias financeiras são acionadas caso os clientes não cumpram suas obrigações durante o prazo do financiamento sob negociações financeiras relevantes. As garantias financeiras provêm suporte de crédito à parte garantida para minimizar perdas de inadimplência. Os ativos estão penhorados para essas garantias. Os valores dos ativos vinculados podem ser afetados adversamente devido às crises econômicas. No caso de inadimplência, a Companhia normalmente atua como agente para a parte garantida para reforma e recomercialização do ativo vinculado. A Companhia pode ter direito a um honorário pelos serviços de recomercialização. Tipicamente, o pedido de indenização da garantia deverá ser feito somente no caso de desistência do ativo vinculado, para a sua recomercialização.

A Garantia de Valor Residual fornece a terceiros um valor específico do ativo garantido, geralmente, ao final do contrato de financiamento. No caso de uma redução no valor de mercado do ativo vinculado, a Companhia deverá suportar a diferença entre o valor específico garantido e o valor justo de mercado. A exposição da Companhia é minimizada pelo fato de que, para poder se beneficiar da garantia, a parte garantida deve retornar o ativo vinculado em condições extremamente específicas.

A tabela a seguir fornece dados quantitativos relativos a garantias da Companhia a terceiros. O pagamento potencial máximo representa o “pior cenário” e não reflete, necessariamente, os resultados esperados pela Companhia. Os recursos estimados das garantias de performance e dos ativos vinculados representam valores antecipados dos ativos, os quais a Companhia poderia liquidar ou receber de outras partes para compensar os pagamentos relativos às garantias.

<u>Descrição</u>	<u>2003</u>	<u>2004</u>
Valor máximo de garantias financeiras	1.229.811	1.710.251
Valor máximo de garantia de valor residual	627.015	835.760
Exposição mutuamente exclusiva (*)	(392.123)	(418.094)
Provisões e obrigações	<u>(67.466)</u>	<u>(97.718)</u>
Exposição fora do balanço	1.397.237	2.030.199
Estimativa do desempenho da garantia e ativos vinculados	1.650.321	2.038.344

(*) No caso de ambas as garantias serem emitidas para um mesmo ativo vinculado, a garantia do valor residual somente poderá ser exercida se as garantias financeiras tiverem expirado sem terem sido acionadas, e, portanto, seus efeitos distintos não terem sido considerados em conjunto para calcular a exposição máxima.

(Tradução Livre do Original Previamente Emitido na Língua Inglesa)

EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002, DE 2003 E DE 2004
(Em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme a nota explicativa nº 10, em 31 de dezembro de 2003 e de 2004, a Companhia manteve depósitos em caução no montante de \$192.765 e \$231.051, respectivamente, em favor de terceiros para os quais foram fornecidas garantias financeiras e de valor residual relacionado a certas estruturas de financiamento de aeronaves.

Opções de recompra de aeronaves

A Companhia estava sujeita a recompras de um número de aeronaves vendidas sob contratos de venda, que davam direito ao cliente de vender a aeronave de volta à Companhia no futuro, conforme regras definidas de preços. Esses compromissos de recompra foram cancelados em 2004 de acordo com emendas aos contratos dos detentores de tais opções.

Opções de “trade-in”

De acordo com assinatura do contrato de compra de novas aeronaves, a Companhia pode fornecer opções “trade-in” para seus clientes. Tais opções fornecem ao cliente o direito de “trade-in” da aeronave existente na compra de uma nova aeronave. Em 31 de dezembro de 2004 seis aeronaves comerciais estavam sujeitas a opções “trade-in”, e aeronaves adicionais poderão estar sujeitas a opções “trade-in” na entrega. O preço de “trade-in” é baseado em avaliações de terceiros do valor justo previsto para cada aeronave específica.

Garantia de produtos

A Companhia oferece garantias de produtos com determinadas vendas.

Geralmente, as vendas de aeronaves são acompanhadas por garantias-padrão para sistemas, acessórios, equipamentos, peças e software fabricados pela Companhia. Despesas com garantia relacionadas a aeronaves e peças são reconhecidas no momento da venda com base nos valores de custos estimados de garantia a incorrer, tipicamente expressos como um percentual da venda. Essas estimativas são baseadas em fatores que incluem, entre outros, histórico de reclamações com garantia e experiência de custos, cobertura de garantias fornecidas pelos fornecedores, tipo e duração da cobertura da garantia e o volume e mix de aeronaves vendidas e em serviço. O período de cobertura da garantia geralmente varia de dois a cinco anos.

Alguns contratos de venda contêm cláusulas de garantia de um nível mínimo de performance da aeronave subsequente à entrega baseado em metas operacionais predeterminadas. Caso a aeronave sujeita a esse tipo de garantia não atinja índices de performance requeridos depois da entrega, a Companhia pode ser obrigada a reembolsar seus clientes pelo aumento dos custos e serviços operacionais incorridos com base em fórmulas definidas em contrato. As perdas relacionadas a garantias de performance são registradas no momento em que são conhecidas ou quando as circunstâncias indicam que a aeronave não atingirá os requerimentos mínimos de performance esperados, com base na estimativa da Administração da Companhia da última obrigação sob garantia.

(Tradução Livre do Original Previamente Emitido na Língua Inglesa)

EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002, DE 2003 E DE 2004
(Em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando indicado de outra forma)

A tabela a seguir resume as atividades de garantia de produtos registradas durante 2004 a qual está incluída nas outras contas a pagar e outras provisões:

<u>(US\$ milhões)</u>	<u>31 de dezembro de 2003</u>	<u>Adições</u>	<u>Reduções para pagamentos feitos/reversões</u>	<u>31 de dezembro de 2004</u>
Garantias de produto	79.724	40.742	(44.378)	76.088
Obrigações de melhoria de produto	42.971	8.707	(13.286)	38.392

35. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

A Companhia está organizada com base nos produtos e serviços que oferece. Sob essa estrutura organizacional, a Companhia opera nos seguintes quatro segmentos principais: aeronaves regionais, aeronaves de defesa, aeronaves corporativas e outros negócios relacionados.

Segmento de aeronaves comerciais

A operação de fabricação de aeronaves regionais envolve principalmente desenvolvimento, produção e marketing de jatos comerciais e o fornecimento de serviços de suporte relacionados principalmente à indústria mundial de linhas aéreas regionais. Os produtos da Companhia no segmento de aeronaves regionais estão organizados em famílias de produtos, incluindo a família ERJ 135/140/145, a família do EMBRAER 170/190 e o EMB 120 Brasília.

A família ERJ 145 é composta pelos jatos ERJ 135, ERJ 140 e ERJ 145, certificados para operar com 37, 44 e 50 assentos, respectivamente. Esses tipos de aeronaves representam aproximadamente 96% de partes comuns e componentes. A Companhia possui um número limitado de clientes para uma parcela substancial de suas vendas líquidas totais. Os maiores clientes da Companhia são a Express Jet, Republic/Chautauqua e American Eagle.

A Companhia está desenvolvendo um novo grupo de jatos comerciais compostos pelo EMBRAER 170 para 78 passageiros, EMBRAER 175 para 86 passageiros, EMBRAER 190 para 106 passageiros e EMBRAER 195 para 118 passageiros. Em 31 de dezembro de 2004 a Companhia tinha 297 pedidos firmes para essa família de aeronaves. O primeiro modelo a alcançar o pleno desenvolvimento é o EMBRAER 170, cuja certificação final ocorreu em fevereiro de 2004. O segundo modelo a atingir o desenvolvimento total é o EMBRAER 175, o qual foi certificado em dezembro de 2004 pela autoridade de aviação brasileira e, em janeiro de 2005, pela European Aviation Safety Agency – EASA (Agência Européia de Segurança da Aviação).

O EMB 120 Brasília é uma aeronave turboélice para 30 passageiros e está em operação desde 1985. Em 31 de dezembro de 2004, 352 dessas aeronaves haviam sido entregues.

(Tradução Livre do Original Previamente Emitido na Língua Inglesa)

EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002, DE 2003 E DE 2004
(Em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando indicado de outra forma)

O segmento de aeronaves regionais está sujeito a riscos operacionais e de ambiente de negócios. Os riscos operacionais que podem seriamente afetar a capacidade de a Companhia entregar seus jatos comerciais dentro do prazo e atender às cláusulas contratuais incluem a execução de planos de performance interna, os riscos de performance do produto associadas com as certificações regulatórias das aeronaves comerciais da Companhia pelo governo norte-

-americano e por outros governos estrangeiros, outras incertezas regulatórias, disputas trabalhistas coletivas e os pontos de performance com fornecedores-chave e subcontratados.

As principais operações da Companhia são no Brasil, e alguns fornecedores e subcontratados estão alocados nos Estados Unidos, na Europa e na América do Sul. Os riscos de ambientes de negócios externos incluem adversidades governamentais nas políticas de importação e exportação, fatores que resultam em uma queda significativa e prolongada de viagens aéreas no mundo todo, e outros fatores que afetam a viabilidade econômica da indústria de linhas aéreas. Exemplos de fatores relacionados a riscos de ambiente de negócios externos incluem a volatilidade dos preços de combustíveis para aeronaves, políticas comerciais mundiais, estabilidade política internacional e crescimento econômico, atos de agressão que impactam a segurança dos vôos comerciais e um ambiente de negócios competitivo.

Segmento de aeronave de defesa

O segmento de aeronaves de defesa envolve principalmente a pesquisa, o desenvolvimento, a produção, a modificação e o suporte de aeronaves de defesa militares, os produtos e os sistemas relacionados. Embora algumas aeronaves de defesa militares estejam contratadas no ambiente comercial, o principal cliente da Companhia é o Comando da Aeronáutica. No segmento de defesa, a Companhia possui os seguintes produtos:

- EMB-312, em duas plataformas, o Tucano básico e o Super Tucano - EMB-314. O Super Tucano também está sendo utilizado como plataforma do AL-X, aeronave desenvolvida para o Comando da Aeronáutica.
- AM-X, um jato avançado de ataque ao solo, desenvolvido e produzido através da cooperação entre Brasil e Itália.
- Plataformas modificadas do ERJ 145 (EMB 145 AEW&C “Airbone Early Warning and Control”, EMB 145 RS - “Remote Sensing aircraft” e EMB 145 MP - “Marine Remote Sensing aircraft”) para uso das autoridades brasileiras, mexicanas e gregas.

O Comando da Aeronáutica é o principal cliente da Companhia no segmento. Uma redução nos gastos de defesa pelo governo brasileiro devido a cortes com gastos com defesa e limitações orçamentárias ou outros fatores pode afetar adversamente, de forma material, as vendas, a pesquisa e o desenvolvimento da Companhia no segmento.

(Tradução Livre do Original Previamente Emitido na Língua Inglesa)

EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002, DE 2003 E DE 2004
(Em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando indicado de outra forma)

Segmento de jatos executivos

A Companhia desenvolveu a linha de jatos corporativos, com base no jato regional ERJ 135. O Legacy, como o jato corporativo é chamado, está sendo divulgado pela Companhia no mercado em duas versões - a executiva e a corporativa.

Outros negócios relacionados

O segmento de outros negócios relacionados é relacionado principalmente a: (i) serviços de apoio pós-venda aos clientes, incluindo manutenção e treinamento; (ii) aeronaves arrendadas operacionalmente; e (iii) produção e comercialização de peças de reposição para as aeronaves da Companhia. Adicionalmente, a Companhia fornece partes estruturais e sistemas mecânicos e hidráulicos para certos clientes em específico. A Companhia também produz, em base limitada e sob encomenda do cliente, aviões turboélices, tais como aeronaves executivas e aviões agrícolas pulverizadores.

Informações financeiras por segmento

A informação nas tabelas a seguir é derivada diretamente dos demonstrativos financeiros internos da Companhia, utilizados para propósitos corporativos administrativos. As despesas, os ativos e os passivos atribuíveis às atividades corporativas não estão alocados nos segmentos operacionais.

Outros custos não alocados incluem os custos corporativos não alocados aos segmentos operacionais e incluem os custos atribuíveis à remuneração com base em ações. Gastos para aquisição de imobilizado não alocados e depreciação são relacionados primariamente a serviços de ativos compartilhados.

A tabela a seguir fornece informações geográficas com relação às vendas líquidas, apresentadas em milhares de dólares norte-americanos. A alocação geográfica está baseada na localização do operador da aeronave:

(Tradução Livre do Original Previamente Emitido na Língua Inglesa)

EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002, DE 2003 E DE 2004
(Em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando indicado de outra forma)

<u>Vendas líquidas por área geográfica</u>	<u>2002</u>	<u>2003</u>	<u>2004</u>
Américas excluindo o Brasil:			
Comercial	1.772.226	1.457.814	2.189.405
Defesa	13.257	106.643	92.135
Executivo	86.579	139.203	204.914
Outros negócios relacionados	<u>78.186</u>	<u>94.715</u>	<u>130.054</u>
	1.950.248	1.798.375	2.616.508
Brasil:			
Comercial	-	-	-
Defesa	40.534	102.494	246.104
Outros negócios relacionados	<u>20.063</u>	<u>18.475</u>	<u>51.332</u>
	60.597	120.969	297.436
Europa:			
Comercial	290.548	68.597	296.885
Defesa	73.478	52.560	20.906
Executivo	58.307	36.152	-
Outros negócios relacionados	<u>43.189</u>	<u>65.260</u>	<u>54.372</u>
	465.522	222.569	372.163
Outros:			
Comercial	47.592	-	93.159
Executivo	-	-	40.800
Defesa	-	718	6.622
Outros negócios relacionados	<u>1.841</u>	<u>829</u>	<u>13.845</u>
	49.433	1.547	154.427
Total	<u>2.525.800</u>	<u>2.143.460</u>	<u>3.440.533</u>

(Tradução Livre do Original Previamente Emitido na Língua Inglesa)

EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002, DE 2003 E DE 2004
(Em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando indicado de outra forma)

A tabela a seguir apresenta o demonstrativo de resultados por segmento de operação.

	<u>2002</u>	<u>2003</u>	<u>2004</u>
Vendas líquidas:			
Comercial	2.110.266	1.526.373	2.579.449
Defesa	127.269	262.411	365.767
Executivo	144.886	175.355	245.714
Outros negócios relacionados	<u>143.379</u>	<u>179.321</u>	<u>249.603</u>
	2.525.800	2.143.460	3.440.533
Custo das vendas e dos serviços:			
Comercial	(1.243.925)	(924.938)	(1.613.028)
Defesa	(79.504)	(205.793)	(291.400)
Executivo	(104.561)	(124.377)	(181.457)
Outros negócios relacionados	<u>(103.730)</u>	<u>(79.924)</u>	<u>(181.445)</u>
	(1.531.720)	(1.335.032)	(2.267.330)
Margem bruta:			
Comercial	866.341	601.435	966.421
Defesa	47.765	56.618	74.367
Executivo	40.325	50.978	64.257
Outros negócios relacionados	<u>39.649</u>	<u>99.397</u>	<u>68.158</u>
	994.080	808.428	1.173.203
Despesas operacionais:			
Comercial	(335.584)	(345.704)	(348.115)
Defesa	(15.747)	(15.719)	(59.782)
Executivo	(28.375)	(38.568)	(28.556)
Outros negócios relacionados	(31.164)	(34.116)	(36.455)
Despesas corporativas não alocadas	<u>(113.648)</u>	<u>(109.506)</u>	<u>(156.309)</u>
	(524.518)	(543.613)	(629.217)
Lucro operacional	<u>469.562</u>	<u>264.815</u>	<u>543.986</u>

As tabelas a seguir apresentam outras informações sobre os segmentos de operação da Companhia:

<u>Ativo imobilizado</u>	<u>2003</u>	<u>2004</u>
Comercial	34.748	59.471
Defesa	41.200	65.220
Outros negócios relacionados	8.799	11.956
Não alocados	<u>317.916</u>	<u>244.618</u>
Total	<u>402.663</u>	<u>381.265</u>

(Tradução Livre do Original Previamente Emitido na Língua Inglesa)

EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002, DE 2003 E DE 2004
(Em milhares de dólares norte-americanos, exceto quando indicado de outra forma)

Contas a receber	2003	2004
Comercial	282.260	528.691
Defesa	52.822	70.008
Outros negócios relacionados	<u>21.319</u>	<u>87.106</u>
Total	<u>356.401</u>	<u>685.805</u>

<u>Adiantamento a clientes</u>	<u>2003</u>	<u>2004</u>
Comercial	316.357	346.737
Defesa	188.304	87.731
Executivo	16.350	17.180
Outros negócios relacionados	<u>38.176</u>	<u>27.515</u>
Total	<u>559.187</u>	<u>479.163</u>

* * *